



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 6 N. 10 Março 2005



Universidade Católica Dom Bosco

Reitor Pe. José Marinoni
Pró-Reitor Acadêmico Pe. Jair Marques de Araújo
Editora UCDB Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
79117-900 Campo Grande-MS
Fone/Fax: (67) 312-3373
e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Aparecido Francisco dos Reis
Cleonice Alexandre Le Bourle!gat
Eduardo José de Arruda
Emília Mariko Kashimoto

Editor Responsável

Aparecido Francisco dos Reis

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima Souza

Abstracts

Barbara Ann Newman

Resúmenes

Mari Neli Dória

Revisão de Texto

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Acervo do Programa Kaiowá-Guarani

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastreri Rodrigues (USP)
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)
Alicia Rivero (SERCAL)
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)
Aurora García Ballesteros (Universidad Complutense de Madrid)
Cezar Augusto Benevides (UFMS)
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)
Dorivaldo Walmor Poletto (PUCRS)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)
Evaldo Gaeta Espíndola (USP)
Everson Alves Miranda (UNICAMP)
Javier Gutiérrez Puebla (Universidad Complutense de Madrid)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)
Leila Christina Dias (UFSC)
Marcel Bursztyn (UNB)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)
Maria Helena Vallon (UFMS)
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)
Marília Luiza Peluso (UNB)
Mário César Leite (UFMT)
Marisa Bittar (UFSCar)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCG)
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)
Miguel Panadero Moya (Universidad de Castilla - La Mancha)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)
Rosa Esther Rossini (USP)
Sérgio Granemann (UCB)
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)
Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
n. 10 (Março 2005). Campo Grande: UCDB, 2005.
142 p. V. 6
ISSN 1518-7012
Semestral
1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

Editorial

Neste mês de março de 2005, chegamos ao número dez de Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Interações publicou seu primeiro número em setembro de 2000 e, desde então, a cada seis meses, uma nova edição é colocada à disposição da comunidade científica do Brasil e de outros países. Esse importante periódico, ligado ao Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB, surgiu pelo imperativo da necessidade, no mundo globalizado de hoje, da divulgação de informações sistematizadas e de experiências de sucessos a respeito do desenvolvimento local, com o intuito de subsidiar novas formas de comportamento social capazes de gerar desenvolvimento endógeno, com meios e estratégias próprias, segundo os conteúdos de cada cultura e com gestão autônoma dos recursos e técnicas contidas em seus territórios.

Nessa ocasião, quero aproveitar para agradecer a todos que colaboram com a revista: autores, revisores, tradutoras, conselheiros e equipe de redação. Em especial, um agradecimento ao Prof. Dr. Marcelo Marinho, editor de Interações até 2004 e com seu entusiasmo, trabalho e liderança, consolidou este periódico como um importante veículo de discussão no meio acadêmico. Isso pode ser demonstrando com o conceito A emitido pelo Qualis/Capes da Geografia no ano de 2004.

Para este número, Interações apresenta artigos que discutem conceitos e teorias no contexto do desenvolvimento local como é o caso do texto de Lima e Pitaguarí *As idéi-*

as keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais e de Vallon que faz uma análise da noção de exclusão a partir da reflexão de autores franceses.

Em seguida, tem-se a discussão teórica de práticas de desenvolvimento local em diferentes lugares do Brasil. Costa analisa o desenvolvimento endógeno no sudeste paraense; Oliveira e Martinelli falam a respeito dos consórcios de exportação e dos clusters industriais; Souza e Valencio trazem à tona a problemática em torno do papel das Pequenas Centrais Elétricas e seus desdobramentos no contexto da reestruturação do setor no caso brasileiro; ainda nesse contexto, Interações apresenta um artigo da pesquisadora argentina Susana Finquelievich a respeito da política de meios inovadores em áreas não metropolitanas.

Nos demais artigos, têm-se discussões de Brostolin e Silva sobre o desenvolvimento local e a educação indígena; Martins discute o turismo e compromisso ético com o lugar; Vinhas, em colaboração com diferentes pesquisadores, elabora um excelente trabalho acerca da possibilidade do desenvolvimento de sistemas de criação de bovinos na região rural de Campo Grande.

Para finalizar, uma entrevista com Antonio Elizalde, Reitor da Universidad Bolivariana de Chile, falando sobre as utopias que cercam o desenvolvimento local.

Aparecido Francisco dos Reis - Editor

Agradecimento

Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local, agradece os seguintes nomes da comunidade científica, revisores no período 2002-04.

Maria Ribeiro de Araújo - EMBRAPA
Adir Casaro Nascimento - UFMS
Eline Jonas - UCG
Antonio Elizalde - UB (Chile)
Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio - UFSCar
Erom Brum - UNIDERP
Rosa Helena Dias da Silva - UAM/CIMI
Jandir Ferreira Lima - UNIOESTE - UQAC (Canadá)
Jose Luis Grosso - Universidad Javeriana (Colômbia)
Valéria Cristina Palmeira Zago - IDATERRA
José Zuwchiwshi - MEC/SECAD
Jorge Kanehide Ijuim - UFMS
Adelina Pusineri - Museo Etnográfico Andreas Barbeiro (Paraguai)
José Zanardini - UCA (Paraguai)
Marisa Bittar - UFSCar
Marcel Bursztyn - UnB
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa - UCM (Espanha)
Tito Carlos Machado de Oliveira - UFMS
Emiko Kawasaki - EMBRAPA
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante - UNESP/UNIARA
Leila Christina Dias - UFSC

Sumário

Artigos

As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais	11
Keynesian ideas and product growth in local economies	11
<i>Las ideas keynesianas y el crecimiento del producto en las economías locales</i>	<i>11</i>
LIMA, J.F.; PITAGUARI, S.O.	
Elementos de análise da noção de exclusão	21
Elements of the analysis of the notion of exclusion	21
<i>Elementos de análisis de la idea de exclusión</i>	<i>21</i>
VALLON, M.H.R.	
Polaridades e desenvolvimento endógeno no sudeste paraense	29
Polarities and endogenous development in the Southeast of Para.	29
<i>Polaridades y Desarrollo Endógeno en el Sudeste Paraense</i>	<i>29</i>
COSTA, F.A.	
A internacionalização de pequenas empresas através de consórcios de exportação inseridos em clusters industriais: uma relação recíproca de contribuição	55
The internationalization of small businesses through exportation consortiums inserted in industrial clusters: a reciprocal relationship of contribution	55
<i>La internacionalización de pequeñas empresas a través de consorcios de exportación insertos en clusters industriales: una relación recíproca de contribución</i>	<i>55</i>
OLIVEIRA, M.F.; MARTINELLI, D.P.	
O papel das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no contexto político-institucional da reestruturação do setor elétrico nacional	65
The role of Small Hydroelectric Centres (SHC's) in the political institutional context of the restructuring of the national electricity sector	65
<i>El papel de las Pequeñas Centrales Hidroeléctricas (PCH's) en el contexto político institucional de la reestructuración del sector eléctrico nacional</i>	<i>65</i>
SOUZA, P.A.P.; VALENCIO, N.F.L.S.	
Políticas para la implementación de medios innovadores en áreas no metropolitanas	77
Political strategies for the implementation of innovating means in non-metropolitan areas	77
<i>Políticas para a implementação de meios inovadores em áreas não metropolitanas</i>	<i>77</i>
FINQUELIEVICH, S.	
Desenvolvimento e populações indígenas: direções possíveis e desafios necessários	85
Development of indigenous populations: possible directions and necessary challenges	85
<i>Desarrollo y poblaciones indígenas: direcciones posibles y desafíos necesarios</i>	<i>85</i>
BROSTOLIN, M.R.	
Educação, cultura e meio ambiente: uma aproximação das concepções indígenas a partir do movimento dos professores indígenas da Amazônia	99
Education, culture and the environment: an approximation of the indigenous conceptions beginning with the movement of the indigenous teachers in the Amazon region	99
<i>Educación, cultura y medio ambiente: una aproximación de las concepciones indígenas a partir del movimiento de los profesores indígenas de Amazonia</i>	<i>99</i>
SILVA, R.H.D.	

Desenvolvimento local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida	109
Local development and tourism: towards an ethical commitment and responsibility with place and life.....	109
<i>Desarrollo local y turismo: por una ética de compromiso y responsabilidad con el lugar y con la vida</i>	<i>109</i>
MARTINS, S.R.O.	

Fatores inerentes à economicidade de sistemas de produção de bovinos de corte, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul	119
Factors inherent to the economy of beef production systems in the municipality of Campo Grande, South Mato Grosso.	119
<i>Factores inherentes al economismo de sistemas de producción de bovinos de corte, en el municipio de Campo Grande, Mato-Grosso-del Sur</i>	<i>119</i>
ÍTAVO, C.C.B.F.; ÍTAVO, L.C.V. ; DIAS, A.M.; GOMES, R.C.; SILVA, J.P.B.; EUCLIDES FILHO, K.; MORAIS, M.G.	

Entrevista

Acerca de sueños, utopías y proyectos locales autónomos	138
On dreams, utopias and local autonomous projects	138
<i>Acerca de sonhos, utopias e projeto locais autônomos</i>	<i>138</i>
ELIZALDE, A.	

Artigos

As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais

Keynesian ideas and product growth in local economies

Las ideas keynesianas y el crecimiento del producto en las economías locales

Jandir Ferrera de Lima*

Sinival Osorio Pitaguari**

Recebido em 04/11/2004; revisado e aprovado em 03/02/2005; aceito em 17/02/2005.

Resumo: Este artigo analisa as principais idéias que compõem o pensamento de John Keynes. Além disso, ele faz apontamentos sobre a aplicação dos postulados “keynesianos” na dinamização das economias locais, principalmente na expansão da renda através das atividades de exportação e da intervenção do Estado na economia.

Palavras-chave: Keynes; Teoria Econômica; Emprego; Renda; Economia local.

Abstract: This article analyzes the main ideas that compose the John Keynes thought. Moreover, it makes notes on the application of the Keynesian postulates in the dynamics of the local economies, mainly in the expansion of the income through the activities of exportation and of the intervention of the State in the economy.

Key words: Keynes; Economic Theory; Employment; Income; Local Economy.

Resumen: Este artículo analiza las ideas principales que componen el pensamiento de John Keynes. Por otra parte, hace notas sobre el uso de los postulados Keynesianos en la dinámica de las economías locales, principalmente sobre el crecimiento de la renta, con las actividades de la exportación y con la intervención del estado en la economía.

Palabras clave: Keynes; Teoría Económica; Empleo; Renta; Economía Local.

1 Os principais postulados da teoria geral de John Keynes

1.1 Introdução

Este artigo analisa os principais postulados que compõem o chamado pensamento “keynesiano”, oriundo do marco teórico proposto por John Maynard Keynes, na sua obra mais famosa: “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, publicada originalmente em 1936. Além disso, o artigo aborda o crescimento do produto nas economias locais tendo como base alguns conceitos keynesianos.

John Maynard Keynes (1883-1946), foi o economista mais influente do século XX. Seu pensamento foi um marco na crítica ao “*laissez-faire*” (livre mercado) e aos postulados do equilíbrio geral. Nascido na Grã-Bretanha, ele foi professor no *King’s College* de Cambridge, sendo sua formação teórica oriunda da teoria clássica de Adam Smith, David Ricardo, entre tantos outros, e teve como mestre o professor A. Pigou, sucessor de Alfred Marshall na cátedra de economia política.

Apesar de uma intensa vida acadêmica e pública, as idéias de Keynes serão difundidas

a partir da grande depressão de 1929, cujos efeitos se perpetuaram na década de 1930. Essa crise assumiu um caráter mundial, em grande parte, devido a depressão instaurada nos Estados Unidos da América (EUA). Durante essa crise, em torno de 85 mil empresas e 5 mil bancos faliram somente nos EUA. Cerca de um quarto da força de trabalho ficou desempregada e a renda nacional reduziu-se a menos da metade. Neste ambiente, Keynes ganhou campo para expor suas idéias e causar uma reviravolta nas doutrinas econômicas até então.

John Keynes questionou as idéias econômicas clássicas, cujos adeptos não aceitavam a possibilidade de erro nos seus postulados. A classificação de Keynes, sobre a economia clássica, engloba todos os economistas que o antecederam e que aceitaram como pressuposto a “lei de Say”, ou seja, a idéia que “a oferta cria sua própria demanda”. O Conceito de economia clássica que estamos mais familiarizados é aquele classificado pela lei do valor do trabalho, oriundos das obras de Adam Smith e David Ricardo. A crítica keynesiana baseia-se na tradição “marginalista”, também chamada de escola neoclássica.

Os neoclássicos interpretavam a crise

*Pesquisador associado do Groupe de recherche et d’interventions régionale (GRIR) da Université du Québec à Chicoutimi (UQAC) do Canadá, professor adjunto do colegiado de Economia e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. (jandir@unioeste.br e jandirbr@yahoo.ca)

**Professor auxiliar do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). (sinival@uel.br.)

da década de 1930 como um desajuste cíclico de curto-prazo. Para os neoclássicos não eram suas teorias que estavam erradas, mas as interferências artificiais, externas ao mercado, que provocavam as crises. O principal desvio, segundo eles, era a inflexibilidade dos salários provocada pela interferência dos sindicatos no mercado de trabalho e a influência danosa do Estado no sistema de mercado. Essa seria a razão do grande número de desempregados (HUNT & SHERMAN, 1977). Frente a estas interpretações, John Keynes começa a construir um corpo teórico capaz de destruir as bases dos pressupostos neoclássicos e infundir um novo modo de entender a economia, a partir de seus agregados.

1.2. Teoria Keynesiana do emprego

John Keynes, em um artigo intitulado “o fim do *laissez-faire*”, publicado originalmente em 1926, já fazia uma série de críticas as doutrinas liberais. No entanto, na sua principal obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, publicada originalmente em 1936, são montados os elementos de análise que vão questionar os pressupostos neoclássicos e gerar uma nova era no pensamento econômico. Na “Teoria Geral”, o economista inglês começa demonstrando que o desemprego não é causado pela recusa do trabalhador em aceitar uma redução de salário. Ele afirma que a taxa de desemprego pode variar sem que “haja qualquer mudança aparente nos salários reais mínimos exigidos pelo trabalhador ou na sua produtividade”. (KEYNES, 1970, p. 22). Assim, ele expõe da seguinte forma os dois postulados clássicos sobre o emprego, que vão ser alvos de duras críticas:

I. O salário é igual ao produto marginal.

Quer dizer que o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido de uma unidade (depois de feita a dedução dos outros custos que essa redução de produção evitaria), com a restrição de que a igualdade pode ser alterada, de acordo com certos princípios, pela imperfeição da concorrência e dos mercados”.

II. A utilidade do salário, quando se emprega dado volume de capital, é igual à desutilidade marginal desse mesmo volume de emprego .

Significa isto que o salário real de uma pessoa é o que precisamente basta (na opinião das

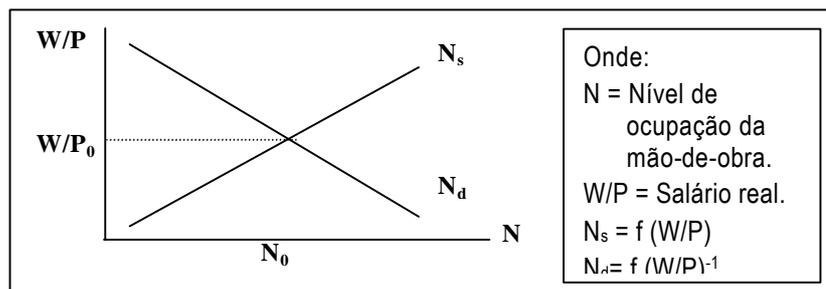
próprias pessoas empregadas) para provocar o afluxo do volume de mão-de-obra e efetivamente ocupado, com a qualificação de que a igualdade para cada unidade individual de trabalho pode ser alterada por combinações entre as unidades disponíveis para empregar-se, analogamente às imperfeições da concorrência que qualificam o primeiro postulado. (p. 18)

Keynes preservou o primeiro postulado e negou o segundo. Segundo a teoria clássica, o excesso de trabalhadores desempregados se deve a sua recusa em trabalhar. Os trabalhadores desempregados não aceitariam um salário nominal menor, que permitiria às empresas contratar mais mão-de-obra.

Esse argumento comete a falha técnica de subestimar a diferença entre o salário real e o salário nominal. Tanto que o trabalhador não estaria disposto a abandonar seu emprego com a alta dos preços, embora tenha resistência a perda do seu poder de compra. Em outras palavras, o trabalhador conhece sua posição relativa no mercado de trabalho, por isso, tenta preservar seus benefícios em relação às outras categorias de trabalhadores. Além disso, num período de recessão e altas taxas de desemprego, como a de 1929, os trabalhadores demitidos aceitariam facilmente ganhar menos num novo emprego para não ficarem desempregados.

Por outro lado, a idéia de flexibilidade dos salários (W), junto com os preços, era um elemento fundamental para os ajustes no equilíbrio de mercado. Se os salários fossem rígidos, isto é, se não oferecessem modificações rápidas no decorrer do tempo, a idéia do equilíbrio geral da economia no longo-prazo ficaria debilitada. Os ajustes rápidos nos salários possibilitariam com que o sistema buscasse sempre o ponto de equilíbrio no longo-prazo. A idéia da flexibilidade pode ser ilustrada com a figura 01.

Pela figura 1, o ponto de equilíbrio seria aquele em que o salário real (W/P) possibilitasse uma interação entre as curvas de oferta de mão-de-obra (N_s) e a demanda de mão-de-obra (N_d), a um dado nível de ocupação da mão-de-obra (N). Assim, o ponto de equilíbrio possibilitava volumes adequados de produção e de demanda, ou seja, a igualdade entre a oferta e a demanda. Para qualquer mudança que retirassem a economia do ponto de equilíbrio por-se-iam em ação forças que conduziriam a economia novamente ao equilíbrio (A). Teoricamente,

Figura 1: Equilíbrio no Mercado de Trabalho.

Fonte: Keynes, 1970.

estes ajustes somente seriam possíveis com a idéia da flexibilidade dos salários e preços (P), já que o W/P é ponderado sobre o nível geral de preços. Com isso, o equilíbrio de longo-prazo com pleno-emprego dos fatores de produção estaria sempre garantido. No entanto, para Keynes (1970), os salários não eram flexíveis. Ele vai demonstrar essa idéia a partir dos seus postulados sobre a determinação da renda.

1.3 Considerações sobre a determinação da renda.

A economia clássica desde David Ricardo, com exceção de Thomas Malthus, aceitava o postulado de Jean B. Say de que a oferta cria sua própria demanda. Além disso, os clássicos acreditavam que o total dos salários pagos no processo de produção era gasto na compra do produto. J. S. Mill (1986), na sua obra "Princípios de Economia Política", expressa da seguinte forma essa idéia:

Os meios de pagamento das mercadorias são as próprias mercadorias. O meio de pagamento de cada pessoa pelas produções de outros indivíduos, consiste daquilo que ela mesma possui. Todos os vendedores são inevitavelmente, e pelo significado da palavra, compradores. (MILL, 1986, p. 104).

Mill (1986) afirmava que qualquer aumento de produção leva necessariamente a um aumento equivalente dos meios de pagamento dessa produção. Como corolário a essa teoria, Marshall (1988) concluirá que a abstenção individual do consumo leva inevitavelmente a um investimento na produção de riqueza.

O Total da renda de um homem é despendido na compra de serviços e de mercadorias. De fato, diz-se usualmente que um homem gasta uma parte de sua renda e poupa a outra parte. Mas é um familiar axioma econômico que um homem compre trabalho e mercadorias com

essa parte de sua renda que ele poupa, assim como faz com a parte que ele gasta. Diz-se que ele gasta quando procura obter satisfação presente dos serviços e mercadorias que adquire. Diz-se que ele poupa quando ele faz com que o trabalho e as mercadorias que ele compra sejam aplicados na produção da riqueza de que espera derivar os meios de satisfação do futuro. (MARSHALL, 1988, p. 26-27).

Ora, para a teoria clássica está implícito que a renda não gasta por um indivíduo será utilizada pelos empresários. Os empresários investirão essa renda poupada pelas pessoas na compra de mercadorias e na contratação de trabalhadores para o aumento da produção. Em compensação, o poupador espera receber no futuro, o valor poupado acrescido de um ganho extra¹. Porém, para Keynes (1970), os clássicos enganavam-se ao pensar que as decisões de abster-se de um consumo imediato, estão ligadas a de prover um consumo futuro, quando não existe nenhuma relação simples entre elas. Admitida a igualdade entre o preço de procura e da oferta da produção, deduz-se então uma série de hipóteses sobre a taxa de juros, sobre o equilíbrio entre demanda e oferta de emprego, sobre o papel da moeda no sistema e as vantagens do *laissez-faire*. Para comprovar suas hipóteses, Keynes (1970) proporá o princípio da demanda efetiva.

1.4 O princípio da demanda efetiva

Antes de tratar do princípio da demanda efetiva será ocasional definir alguns conceitos: O primeiro é o de *custo de fatores*, particularmente o custo do emprego da mão-de-obra. O segundo é o *custo de uso*, ou seja, o custo dos bens comprados a outros empreendedores mais o custo da utilização do seu equipamento. Cabe salientar que a diferença entre o valor da produção resultante e a

soma dos custos de fatores e de uso, é o lucro ou a renda do empreendedor.

Assim, o custo de fatores é a renda dos fatores de produção sob a ótica do empreendedor. A soma dos custos de fatores mais o lucro será a renda total resultante do emprego fornecido pelo empreendedor. Do ponto de vista do empreendedor, convém algumas vezes chamar produto de um dado volume de emprego, ao rendimento global (RE) que ele resulta, ou seja, o custo dos fatores mais o lucro. O preço da oferta global dos produtos resultantes do emprego é a retribuição esperada pelo empresário. O preço da oferta total é líquido do custo de uso, este só será somado ao preço da oferta total, no preço pago pelo comprador.

Dado o estágio da técnica, dos recursos e dos custos de fatores por unidade de emprego, o volume deste é fixado pelo montante que os empresários esperam receber da correspondente produção, ou seja, eles fixam o emprego no ponto de máximo da diferença entre o produto e o custo de fatores.

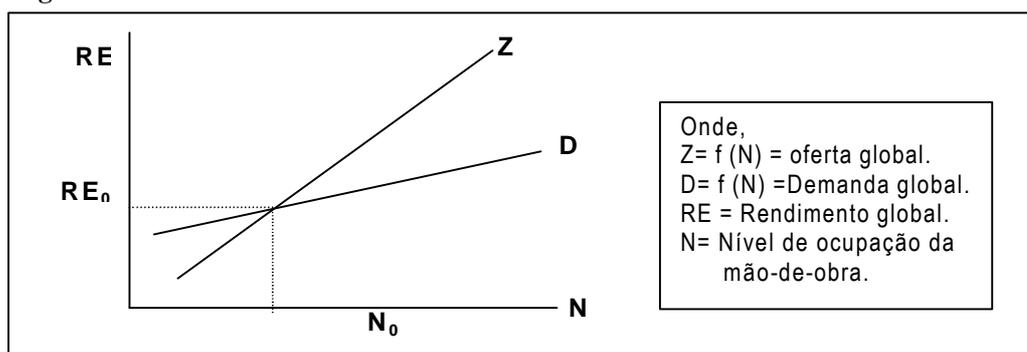
A figura 2 ilustra esta relação, onde Z é a oferta global resultante do emprego de N homens e D é a função de procura global. O volume de emprego fica estabelecido no ponto de intercessão da função da procura global com a função da oferta global. Neste ponto que são maximizadas as previsões de lucro dos empresários. A procura efetiva é definida como o valor de D no ponto de intercessão da função da procura global com a da oferta global. No momento que D for maior que Z há um estímulo para o aumento do emprego e a produção de novos bens, até o momento em que $Z=D$.

Para a doutrina clássica a qualquer volume de produção e de emprego, a fun-

ção de oferta global e a função de procura global seriam iguais. Na suposição que "a oferta cria sua própria procura", então "o preço da procura global (ou produto) sempre se ajusta a qual for o valor de N , o produto D adquire um valor igual ao preço da oferta global Z que corresponde a N ". (KEYNES, 1970, p.37 e 38). Assim, segundo os clássicos, o volume de emprego é indeterminado, salvo na medida em que a desutilidade marginal do trabalho lhe fixe um limite superior. Se isso fosse verdade, o pleno emprego seria facilmente atingido, pois a concorrência entre os empresários levaria sempre a um aumento do emprego, até que a oferta global desse, fosse inelástica. Neste ponto, um aumento da procura efetiva não levaria a um aumento da produção.

Supondo que os salários nominais e outros custos permaneçam sem variação monetária, quando o emprego aumenta, aumenta também a renda global. Como a propensão marginal a consumir é menor que um (1), o consumo aumentaria, mas não na mesma proporção do aumento da renda. A diferença entre o produto e o consumo é a poupança. A economia estará em equilíbrio se a poupança for igual ao investimento realizado pelos empresários. Quanto a isto, Keynes (1970) afirma que a justificativa para a criação de empregos reside na existência de investimentos que absorvam os excedentes de produção, mantendo ou até mesmo aumentando a receita dos empresários, estimulando-os a oferta de novos postos de trabalho. Então, dada a propensão marginal a consumir, os empresários ampliarão ou reduzirão o emprego, através do nível de investimento. O incentivo ao investimento depende da relação entre a escala da eficiên-

Figura 2: Demanda Efetiva



Fonte: Keynes (1970).

cia marginal do capital e o complexo das taxas de juros inerentes aos empréstimos de prazos e riscos diversos.

Assim só pode haver um nível de emprego compatível com o equilíbrio: $Renda = Consumo + Investimento$. Caso contrário, a procura global e a oferta global seriam diferentes. Este nível de emprego pode estar abaixo, mas não superior ao pleno emprego. Este fato atesta a relação mútua entre a propensão marginal a consumir e os incentivos para investir.

Frente a este aspecto, não é a desutilidade marginal do capital, expressa em salários reais, que determina o nível de emprego. O nível de emprego é determinado pela propensão marginal a consumir mais o investimento, que determina também o nível dos salários reais. Caso a propensão marginal a consumir e o montante do investimento resultem numa insuficiência da procura efetiva, o volume do emprego cai até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário real em vigor. Ocorre assim uma situação de desemprego involuntário. Este fato explica o paradoxo da "pobreza em meio à abundância", pois a insuficiência de procura efetiva não permite à economia de chegar ao seu ponto de pleno-emprego. Para Keynes (1970, p. 42) "a insuficiência da procura efetiva porá um freio ao processo de produção, ainda que o valor do produto marginal da mão-de-obra continue superior a desutilidade marginal desse volume de emprego".

Keynes (1970) observa também a tendência de se alargar a distância entre o produto real e o produto potencial quanto mais rica for a nação. Um país pobre tenderá a consumir quase toda a sua produção, sendo assim, um pequeno investimento garante o pleno emprego. Num país rico, a poupança será muito maior, pois a propensão marginal a consumir é mais fraca. Da mesma maneira, a dificuldade para que a poupança seja totalmente investida na produção será maior, com a agravante do capital acumulado ser muito grande.

1.5 Poupança, taxa de juros e investimento.

Se a satisfação dos indivíduos é a remuneração pelo seu trabalho, se o lucro é a remuneração pelo seu investimento, então os juros são a remuneração pela renda não-gasta, isto é, pela poupança. Na verdade do mesmo modo que o lucro é a "recompensa" ao capitalista por ele se comportar como capitalista produtivo, os juros são a "recompensa" do capitalista pelo seu desejo de continuar sendo capitalista, ainda que não seja capitalista produtivo. Ele é recompensado por se recusar a reter dinheiro na forma líquida, estéril, ou como afirma Keynes (1970), um prêmio por não entesourar sua renda.

No entanto, para haver equilíbrio na economia é preciso que a demanda por investimentos cresça em magnitude igual ao acréscimo da oferta global menos o acréscimo do consumo. O problema é que ninguém garante que isso ocorre, pois depende das expectativas dos empresários. Os empresários comparam o lucro esperado do investimento com a taxa de juros. Eles verificam a eficiência do investimento frente às alternativas de aplicação do capital e ao custo de tomar este capital junto aos bancos (KEYNES, 1987a).

Por outro lado, na teoria clássica a taxa de juros seria o preço de desequilíbrio entre a oferta de recursos existentes para o investimento e a procura destes pelos investidores. Qualquer taxa de juros daria pleno emprego e garantiria o equilíbrio entre a poupança e o investimento. Não se aceitava uma desigualdade entre ambos. Mas, para Keynes (1987, 1987a), a poupança depende muito mais do nível de renda, do que da taxa de juros. Esta por sua vez, seria definida pela relação entre a oferta (em geral inelástica, no curto-prazo) de moeda e sua procura. O dinheiro não é visto meramente como um numerário, mas como elo entre o presente e o futuro, como reserva de valor. O dinheiro como reserva de valor é estéril, não rende nem lucro nem juros. O desejo de manter o dinheiro como reserva de valor é um barômetro do grau de incerteza ao futuro. Com isso, a contrapartida exigida para o indivíduo separar-se dele destaca o montante de sua inquietação quanto aos dias que virão.

A taxa de juros é apenas um dos condicionantes do investimento, o outro é o lucro esperado do investimento, o que Keynes chama de *eficiência marginal do capital*. Quando o capitalista espera alcançar uma taxa de retorno (em forma de lucro) com o investimento em bens de capital, matéria prima e mão-de-obra maior do que a taxa de juros, ele certamente optará pelo investimento, como mencionado anteriormente. Keynes (1970, 1987a) estabelece então expectativas, baseado nas premissas que os agentes econômicos formam na tentativa de prever o movimento das variáveis econômicas, já que o seu ambiente é de incerteza. Num debate, Keynes (1987, p.151) afirmaria, que esta taxa de juros "... equipara as vantagens da posse do dinheiro e do direito futuro sobre este".

O investimento flutua por razões diferentes daquelas que determinam a propensão a consumir. Assim, só por coincidência a "brecha" entre o consumo e a renda será preenchida pelo investimento. Dada a propensão marginal a consumir (curto prazo), o volume de consumo está determinado pelo nível de renda. Mas, a renda é determinada pela produção de bens de consumo e de bens de capital. No entanto, decorre que os empresários acharão que vale a pena produzir uma quantidade de bens de consumo que vai depender da quantidade de bens de capital que eles estão produzindo.

Portanto, é o montante de investimento que determina o nível de emprego. E se o emprego e a renda global aumentam, nem todo emprego adicional será requerido para satisfazer as necessidades do consumo adicional. Este aumento do emprego só será vantajoso se um novo investimento vier a preencher a nova "brecha". Daí que Keynes (1985) admite que a regulação do investimento corrente não pode ficar abandonada apenas à iniciativa privada, caso contrário, as tendências às crises seriam mais frequentes, vinculada um fluxo circular que poderia causar até mesmo uma depressão, até o momento que um fato novo viesse reverter o processo.

1.6 As idéias de Keynes e o crescimento do produto nas economias locais.

A análise keynesiana opera no campo da macroeconomia. No entanto, a partir de

1950 vários trabalhos científicos convergiram na adaptação dos conceitos keynesianos para explicar a dinâmica da economia regional e urbana. Desses trabalhos, pode-se citar os estudos clássicos de North (1956), Hirschman (1964), Isard (1972), Perroux (1982) e Lopes (1987). Conseqüentemente, essas análises clássicas forneceram elementos para a compreensão da dinâmica da economia local. Para o caso brasileiro, pode-se citar como referência os estudos de Souza (1981), Haddad (1989), Rippel e De Lima (1999) e De Lima *et all* (2004). Esses estudos têm como elo comum a aplicação da análise regional e dos pressupostos keynesianos para interpretar a dinâmica regional do Brasil e de algumas regiões ou municípios brasileiros.

Esses estudos partem do pressuposto que nenhuma região ou economia local é fechada, ou seja, elas interagem com a estrutura produtiva de outras regiões ou espaços. Nesse sentido, as economias locais mantêm uma estrutura de comércio inter-regional para dinamizar sua demanda efetiva. Sem contar é claro com a participação do setor público, através da política pública, visando a expansão do emprego e da renda. Assim, a base produtiva de exportação e os investimentos do setor público são elementos essenciais na dinamização das economias regionais ou locais.

Tomando como exemplo a economia local, no caso da base produtiva de exportação, ela utiliza as atividades de exportação ou de base como elemento-chave do seu crescimento econômico. Nesse sentido, o produto agregado local pode ser expresso pela seguinte equação:

$$Y = I + G + C + (X - M) \quad (01)$$

Na equação (01), I são os investimentos ou gastos dos empresários, G os gastos do setor público, C o consumo das famílias, X as exportações e M as importações. Assim, um aumento nessas variáveis causará uma expansão na renda ou produto da economia, expresso por Y. Por exemplo, uma expansão nas exportações (X) de um setor específico (a) estimulara a oferta de empregos. Por sua vez, novos postos de trabalho significam mais salários pagos e um aumento no consumo das famílias. O acréscimo no consumo das famílias representa um aumen-

to da demanda efetiva, principalmente nos setores que produzem para o mercado interno. Por isso, o efeito expansivo no produto local (Y) só será reduzido se um aumento nas importações (M) for mais expressivo que as exportações (X). A dinâmica da renda local, estimulada pelo setor exportador, será expresso pela equação (02):

$$\partial Y = \partial X (1/\partial S + \partial M) / \partial Y = \partial X (1/S_a + M_a)$$

Na equação (02), "a" representa o setor exportador e S o saldo da balança comercial (X-M). S_a e M_a representam a propensão marginal para a formação de um excedente de exportação. Esse excedente de exportação será o resultado da diferença entre a demanda efetiva local e o total produzido na economia. As exportações seriam um canal para complementar a demanda efetiva e garantir o dinamismo da economia local a longo-prazo.

Nessa lógica, a produção local pode ser dividida em produção para consumo interno local e excedente de exportação. A propensão para a produção de bens para o consumo interno local será:

$$\partial I = \partial Y_i = \partial X (i/S_a + M_a) \quad (03)$$

Aceitando-se que as atividades exportadoras são capazes de dinamizar a economia local, então $1/S_a + M_a$ é o efeito multiplicador da economia local, onde i representa a taxa de juros. Esse efeito multiplicador é causado pela expansão das atividades exportadoras ou de base.

Deve-se ressaltar que o multiplicador keynesiano, transposto para as economias locais, é um instrumento simples para as generalizações do crescimento econômico local. Seu sucesso vai depender em muito do sucesso da escolha dos setores exportadores, da capacidade desses setores em gerarem excedentes, do perfil do consumo local ao longo do tempo e da capacidade da economia local em manter os superávits na balança comercial. Por isso, a hipótese da dinamização da produção e da demanda local, através da base de exportação, requer saldos positivos na balança comercial.

O segundo elemento de dinamização da demanda efetiva e da produção local é a ação do setor público, em particular dos gas-

tos públicos. Uma expansão na propensão a consumir do setor público (G) também causará um efeito de crescimento sobre a renda local. No entanto, esses gastos públicos são dependentes da capacidade de financiamento do Estado e da natureza da despesa pública. Por exemplo, uma expansão do gasto público na mesma proporção de um aumento nos impostos não surtirá um efeito multiplicador sobre a renda total. Keynes (1970) caracteriza essa situação como o teorema do orçamento equilibrado. Por outro lado, se o gasto público for efetuado para criar uma infra-estrutura capaz de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo, então a economia local melhorará suas condições estruturais de crescimento e desenvolvimento.

Para Keynes (1970), através de algumas políticas econômicas e dos dispêndios do governo, é possível obter-se o pleno-emprego ou chegar o mais próximo dele, utilizando-se da manipulação de algumas variáveis macroeconômicas, como segue:

- 1) A quantidade de moeda: Ela é tida como uma variável exógena, mas governo pode influir na taxa de juros, variando a oferta de moeda. Adotando que aumentam a oferta de moeda como, por exemplo, diminuindo a taxa de redesconto bancário, a taxa de juros do mercado deverá cair. Se a taxa de juros for baixa em relação à eficiência marginal do capital, a economia tende ao pleno emprego. No entanto, para Keynes (1985), estas medidas deveriam ser efetivadas de forma a não deturpar a credibilidade da moeda, o que poderia causar até mesmo a ruína da nação.
- 2) O efeito multiplicador do investimento: Ele depende da propensão a consumir e a poupar. Quanto mais concentrada for a renda nacional, menor será a propensão a consumir e maior a propensão a poupar da sociedade como um todo, portanto o efeito do multiplicador do investimento será reduzido. Adotando uma política fiscal distributiva de renda, o governo estará possibilitando uma elevação da propensão marginal à consumir, com isso, permitindo que a economia possa chegar ao pleno emprego. Dado a distribuição de renda e a propensão ao consumo, se o governo não conseguir baixar a taxa de juros, com sua

política econômica, o remédio é o próprio governo acrescentar seus gastos públicos, elevando a demanda efetiva para não frustrar as expectativas em que se baseia a eficiência marginal do capital. De forma irônica Keynes (1970, p.129) propõe:

A construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica impedem uma solução melhor (...). Se o Tesouro se dispusesse a encher velhas garrafas usadas com notas de bancos, as enterrassem a profundidades convenientes em minas de carvão - abandonadas - que logo se cobririam com os detritos urbanos e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bens experimentados princípios do *laissez-faire*, o cuidado de desenterrar novamente as notas, o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade bem como a sua riqueza em capital fosse sensivelmente mais altas do que o são atualmente. Claro que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se a tanto se opõe dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada.

Considerando as “dificuldades políticas e práticas”, referidas por Keynes (1970), a produção de “inutilidades” como as pirâmides, perdem o sentido de desperdício e servem como soluções. O importante é que os investimentos públicos não aumentem a capacidade de produção da economia. Nessa situação os investimentos têm que ser improdutivo. A contribuição principal que o Estado poderia dar ao aumento da produção seria garantir a demanda efetiva aos investidores privados. Frente a esta necessidade, a insuficiência de consumo é o grande causador de crises.

O próprio Keynes (1970, p.309-310) reconhece que dada as dificuldades de elevar o investimento, não há “outros meios de melhorar o nível de emprego além do de aumentar o consumo”. E mais adiante, “é improvável que o pleno emprego possa ser mantido com a propensão à existente, façamos o que fizermos com respeito ao investimento”.

A crise surge quando as expectativas, que geraram um determinado nível de eficiência marginal do capital são frustradas, eram falsas ou exageradas. O resultado é um sobre investimento seguido de um corte na demanda efetiva (pela retração do investimento e, portanto, do próprio consumo), o que significa um mergulho na eficiência

marginal do capital, além da elevação na taxa de juros, dado o aumento da incerteza e da inquietude em relação ao futuro. Neste caso, a economia entra em recessão e se inicia um processo cumulativo de retração de gastos e, portanto, do emprego. A saída da crise está na recuperação da eficiência marginal do capital.

Neste sentido, deve-se ressaltar que a própria crise prepara sua recuperação quando “a escassez do capital pelo uso, a deterioração e a obsolescência se torne bastante óbvia para aumentar a eficiência marginal” (KEYNES, 1970, p. 303). O problema é que ela não se recupera tão violentamente como cai. Assim, o período de crise pode ser doloroso demais. O que pode ser feito para acelerar a recuperação? Na “Teoria Geral”, John Keynes sugere medidas que modifiquem o padrão de renda da população, no sentido de melhorá-la, favorecendo a tendência ao consumo. A propensão a consumir conduziria a um aumento das atividades produtivas e ao crescimento econômico, melhorando também os ganhos dos empresários.

Com isso, frente à insuficiência de demanda, ou dos próprios investimentos, o Estado assumiria um papel preponderante e anticíclico na economia. Keynes (1970, p.356) só não admite que o Estado se envolva no setor produtivo, afirmando que “(...) não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir”. Ao Estado intervencionista caberia aquilo que a iniciativa privada não pudesse ou não quisesse fazer.

Deve-se ressaltar que as alterações na demanda efetiva, advinda da expansão das atividades de exportação ou da despesa pública, têm três efeitos sobre a renda da economia local: um efeito direto associado à remuneração das famílias, que dependem do setor exportador; um efeito indireto, que vai estimular a produção dos setores não exportadores; um efeito induzido pelo acréscimo de renda causado pela expansão do emprego nos setores exportadores e não exportadores.

Portanto, esses dois elementos de dinamização da economia local não são únicos. Na realidade, a análise pormenorizada do crescimento econômico, a partir dos postulados keynesianos, foi proposta por Harrod (1966) com seu modelo Harrod-Domar. No

entanto, os dois elementos apresentados fazem uma ilustração das possibilidades de adaptação dos postulados keynesianos em escala local.

1.7 A crise do keynesianismo

A política econômica keynesiana pode amenizar as crises do capitalismo, pode retardar seu surgimento e acelerar sua recuperação. Porém, a intervenção do Estado tem limites econômicos e políticos, impedindo que as crises e os ciclos econômicos sejam eliminados. Mais grave ainda é que as políticas econômicas de que dispõe o Estado capitalista tendem a agravar as contradições que levarão a crises mais graves e profundas no futuro. Neste sentido, deve-se ressaltar as duas maiores contradições da política econômica keynesiana, quais sejam:

Em primeiro lugar, a possibilidade de o capitalismo manter a economia no pleno emprego é impossível, a menos que sejam eliminadas as inovações técnicas nos meios de produção e no processo de trabalho. No entanto, são essas inovações que permitem o aumento dos lucros.

Mesmo que fosse possível a manutenção do pleno emprego, isso traria sérios problemas aos capitalistas, pois traria um maior poder de barganha aos trabalhadores, para obter ganhos de salários reais. Isso faria baixar a taxa de lucro, ou a eficiência marginal do capital, diminuiria os investimentos e a economia poderia entrar em crise. Para não falar na possibilidade de acirramento da luta pelo poder político entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção. A manutenção do pleno emprego, numa economia capitalista não só é impossível, como é indesejável, aos capitalistas. Normalmente, os curtos períodos onde a economia chega próxima ao pleno emprego, apenas preconiza a crise que vem logo a frente.

Em segundo lugar, a política de intervenção do Estado na economia, em favor da acumulação de capital, mais cedo ou mais tarde, esbarra no limite da capacidade de financiamento do próprio Estado. De acordo com Sutcliffe (1979), apesar dos dispêndios do Estado fomentar o consumo de produtos e realizar a mais-valia gerada no sistema produtivo, as mesmas exigem financi-

amento causando a elevação da carga tributária sobre salários e lucros.

Keynes (1970, 1985) defendia três tipos de intervenção do Estado na economia: a política monetária, para controle da taxa de juros, de forma a garantir a eficiência marginal do capital; a política fiscal, para intervenção na distribuição de renda, de forma a controlar a propensão marginal a consumir a poupar e a investir; e por fim, a política de gastos públicos, para sustentação da demanda efetiva. Destarte, a partir da II Guerra Mundial, incorporou-se ao receituário keynesiano, o investimento público em empresas estatais, normalmente em setores menos rentáveis e de um prazo maior para maturação dos investimentos. Essas empresas normalmente produzem insumos, que são vendidos a preços subsidiados às empresas privadas.

O conjunto dessas políticas leva ao crescimento do endividamento do Estado e a possibilidade de “espiral” inflacionária, quando o financiamento dos gastos públicos se dá pela emissão desordenada de moeda. Assim, a partir de um momento o Estado já não é mais capaz de continuar financiando a acumulação de capital. Nesse momento a própria política keynesiana, passa ser responsabilizada pela crise. Todos se voltam contra o Estado esbanjador, como o principal culpado pelo déficit público, pela inflação e pela crise. Nesse momento a crise econômica assume também, o conteúdo de uma crise política de Estado, levando a uma reflexão sobre o seu real papel.

De certa forma, os acontecimentos que se seguiram após a década de 1970, em que a economia mundial mergulhou num processo de estagflação, contribuiu para questionar os “remédios” keynesianos na atualidade. Fato que processou a retomada dos paradigmas rechaçados pela “Teoria Geral”. O retorno dos postulados clássicos, agora com uma “roupagem” mais moderna, vem de encontro a uma ciência econômica em crise, principalmente frente aos “velhos” problemas, como desemprego e inflação, cujas soluções temporárias não tem garantido o seu extermínio no longo-prazo.

2 Conclusão

A grande contribuição de Keynes no campo da teoria econômica, de certa forma, foi tornar a ciência econômica novamente política. Com isso, a economia, enquanto ciência, não está isenta de valores e conseqüentemente está à mercê das intervenções governamentais e dos grupos que mantêm o poder institucional. Estas intervenções teriam como objetivo básico corrigir as distorções do sistema capitalista, cuja tendência às crises cíclicas foi aceita por economistas de diferentes doutrinas e correntes do pensamento. O fato da necessidade da intervenção por si só estabelece que o sistema não tende “necessariamente” a um equilíbrio ótimo e até mesmo adequado aos agentes econômicos. Em vista disso, a espera de uma possibilidade de equilíbrio no longo-prazo poderia conduzir a crises profundas no curto-prazo, causando desemprego e recessão.

Junto ao postulado da demanda efetiva, Keynes estabelece parâmetros teóricos para a necessidade do consumo. O sistema capitalista na sua essência não sobrevive sem o consumo. Conseqüentemente, as garantias de renda e ocupação são os fatores determinantes para que a atividade produtiva mantenha seu volume de investimentos, garantindo assim o processo de crescimento da economia.

Com a crise atual das economias emergentes, principalmente depois de ajustes efetuados sob o escopo da economia neoclássica, a obra de Keynes serve como marco reflexivo para a viabilidade das transformações que vem sendo postas em marcha nos mercados emergentes, em especial o Brasil.

Nota:

¹ Na versão moderna da teoria clássica, elaborada já no início do século XX, não se encontra na ação da moeda, um fator que pudesse distorcer gravemente a teoria da produção elaborada por Mill (1986) sobre uma base de trocas reais.

Referências

- DE LIMA, Jandir F.; PIACENTI, Carlos A.; ALVES, Lucir R. e PIFFER, Moacir. A localização e as mudanças da distribuição setorial do PIB nos estados da região Sul (1970-1998). In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER)*, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: SOBER, 2004. 1 CD-ROM.
- HADDAD, Paulo (org). *Economia regional: teoria e métodos de análise*. Fortaleza: BNB/ETIENE, 1989.
- HARROD, Roy. *Towards a dynamic economics*. 9. ed. New York: Macmillan, 1966.
- HIRSCHMAN, Albert. *Stratégie du développement économique*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1964.
- HUNT, Edward & SHERMAN, H. *Macroeconomia*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- ISARD, Walter. *Méthodes d'analyse régionale*. v. 1: Équilibre économique. Paris: Dunod, 1972.
- KEYNES, John M. A teoria ex ante da taxa de juros. In: *Literatura Econômica*, 9 (2): 165-172, 1987.
- _____. *Inflação e deflação*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas).
- _____. Teorias Alternativas da Taxa de Juros. In: *Literatura Econômica*, 9 (2): 147-158, 1987a.
- _____. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (Tradução do original em inglês 1936). São Paulo: Atlas, 1970.
- LOPES, Simões. *Desenvolvimento regional*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste, 1987.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. v. II. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).
- MILL, John S. *Princípios de Economia Política*. Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1986. (Os Economistas).
- NORTH, Douglas C. Location theory and regional economic growth. In: *Journal of political economic*, 63(3): 243-258, 1956.
- PERROUX, François. *Dialogue des monopoles et des nations: équilibre ou dynamique des unités actives?* Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1982.
- RIPPEL, Ricardo; DE LIMA, Jandir F. Encadeamentos produtivos e desenvolvimento regional no município de Toledo (PR): o caso da Sadia-Frigobrás e das indústrias comunitárias. In: CASIMIRO FILHO, F.; SHIKIDA, P. F. A. (org.). *Agronegócio e desenvolvimento regional*. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999, p. 31-56.
- SOUZA, Nali J. de. Estrutura espacial da indústria gaúcha 1975-1979. In: *Perspectiva econômica*. v. 11, n. 34, pp. 39-100, 1981.
- SUTCLIFFE, Brian. O keynesianismo e a estabilização das economias capitalistas. In: NORE, P & GREEN, F. (org.) *A economia: um antitexto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 195-214.

Elementos de análise da noção de exclusão
Elements of the analysis of the notion of exclusion
Elementos de análisis de la idea de exclusión
Maria Helena Rossi Vallon*

Recebido em 20/10/2004; revisado em aprovado em 03/12/2004; aceito em 17/02/2005.

Resumo: Atualmente, a noção de exclusão encontra-se em todos os ramos das Ciências Sociais, em programas governamentais e não governamentais como um mal da sociedade que precisa ser tratado. Este artigo procura rever a noção deste termo no uso indiscriminado através da reflexão de autores franceses mostrando que não se trata apenas de definir a exclusão, mas de torná-la uma questão a ser pensada e superada com meios apropriados.

Palavras-chave: exclusão; conceito; problemática.

Abstract: At the moment, the notion of exclusion is found in all branches of the Social Sciences, in government and non-government programmes as an ailment of society that needs to be treated. This article seeks to examine again this indiscriminately used term by reflecting on French authors showing that it is not just a question of defining exclusion but of making it a question to be thought on and overcome with appropriate means.

Key words: exclusion; concept; problematical.

Resumen: Actualmente, la idea de exclusión se encuentra en todas las ramas de las Ciencias Sociales, en programas gubernamentales y no gubernamentales como un mal de la sociedad que necesita ser tratado. Este artículo, busca rever la noción de este término en el uso indiscriminado a través de la ponderación de autores franceses mostrando que no se trata apenas de definir la exclusión, pero de tornarla una cuestión a ser pensada y superada con medios apropiados

Palabras clave: exclusión; concepto; problemática.

1 Introdução

Este artigo discute o conceito de exclusão, empregado nos diversos ramos das Ciências Sociais, como Sociologia e Economia, cobrindo realidades diversas, como se o significado do termo pudesse ser aplicado indiscriminadamente em qualquer campo de pesquisa destas ciências e não exigisse definição específica. Ao se nomear *exclusão* para uma situação dada como tal, cabe ao pesquisador desvendar a imagem que ela reflete, porque esta noção que se aplica a todas as situações supostas *out* pode colocar em risco a percepção do objeto estudado, produzindo apenas uma aproximação da realidade retida. Para o entendimento da proposta colocada, este artigo compõe-se de considerações preliminares sobre a questão metodológica, a origem do termo *exclusão* e a noção antes do vocábulo; em seguida a noção recente e a entrada do termo nas ciências sociais, por último, discute-se o conceito de exclusão e seu uso indiscriminado.

2 Considerações preliminares

Às camadas pobres, miseráveis e inválidas (físicas e mentais) da população têm sido atribuídas terminologias diferentes ao

longo dos séculos, segundo o momento histórico e/ou político e a formação social à qual pertencem. Os pesquisadores das Ciências Sociais e as instituições governamentais, em época recente, perpetuam esta necessidade de tratar a questão social mediante a atribuição de conceitos. O mais recente deles é o de *exclusão*, e está aí o problema metodológico, como se pelo fato de delimitar os excluídos no espaço e no tempo, ou seja, ao se fixar a sua territorialização, não se impusesse a necessidade de uma problematização e, também, de rompimento com as amarras que atam o sentido de *exclusão* ao de político, ao de econômico, ao de histórico, ao de ideológico, ao de patológico ou à combinação de todos ou de alguns destes fatores.

A necessidade de se tratar criteriosamente o conceito de exclusão é premente, porque no Brasil as pesquisas relativas ao conhecimento da realidade social são reduzidas, limitando-se, em última análise, a denominar como excluídos todos aqueles indivíduos que não estão *in*, perdendo-se neste conceito, que se supõe definir tudo que é *out*, a oportunidade de um verdadeiro conhecimento da sociedade brasileira. Assim, qualquer programa social governamental para as camadas de baixo poder aquisitivo, quer seja, de saúde, de educação, de qualificação

* Professora de Sociologia e pesquisadora da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais (31 3448-9706)

profissional ou de segurança, nomeia excluído o público alvo de seu interesse, como se todos os indivíduos que o compõem tivessem uma só face. O que se verifica é que estes programas se perdem no curso do caminho, porque o que se nomeou *exclusão* não se definiu apropriadamente e porque este conceito não é uma categoria definida, estática. O problema metodológico ligado ao conceito de exclusão consiste, então, em se romper com a própria semântica do termo, para se permitir emergir o objeto de estudo e a sua problematização.

O emprego indiscriminado do termo *exclusão* não diz respeito somente ao Brasil, em decorrência, da escassez ainda de pesquisa sobre o social, mas a países do Primeiro Mundo, como a França, onde o social é analisado minuciosamente.

A preocupação com este termo, que encobre as inúmeras facetas de dificuldades da sociedade e não as define, foi motivo de um encontro de exposição de trabalhos e debates na França, em 1995, denominado *L'exclusion, définir pour en finir*, o qual deu origem a uma obra com o mesmo nome, que reúne o trabalho dos participantes.¹

Karsz (2000, p.105), organizador da obra e autor de um dos artigos, afirma que “[...] a maior parte das situações que nos anos 90 são descritas em termos de exclusão estão longe de serem específicas deste período”.

Surge daí a necessidade de tratar a *exclusão* sob outras *apelações*, como afirma o autor, porque o que se coloca sob esta “etiqueta nem conceptualmente nem praticamente são a mesma coisa”.

3 A origem do termo *exclusão*

Ao se repertoriar o termo *exclusão*, bem assim a sua entrada nos anos 70/90 nas Ciências Sociais, pode-se associá-lo a um período em que a economia dos países ditos centrais inicia uma fase de perda de velocidade de seu crescimento e os problemas sociais emergem sem nitidez, pois o desenvolvimento da economia dos *trinta gloriosos* anos, principalmente na França, ainda se mantinha de pé. Dito isto, pode-se dizer que esta imprecisão ao se tratar dos problemas sociais estava na crença de que os benefícios do crescimento econômico poderiam absorver o peso dos

problemas sociais, que se afloravam.

Os países ditos periféricos, em especial na América Latina, experimentavam também fases notáveis de industrialização e de crescimento econômico. A maioria dos países ainda estava mergulhada em regimes autoritários, para entrar, poucos anos mais tarde, em regimes democráticos. Nestes países os excluídos ainda não eram denominados com este termo; eram chamados *marginais*. Sob esta apelação, a questão era tratada circunscrita a uma espécie de territorialização: expulsos do campo, para chegarem nos centros urbanos e serem prisioneiros dos bairros periféricos das cidades.

De qualquer forma, em países centrais e periféricos a massa de excluídos não tinha trajetória própria, nem identidade, mas constituía uma espécie de patologia não incorporada ao econômico, no contexto de crescimento, de desenvolvimento, da época. O que se pode dizer é que a noção de *exclusão*, de origem franco-francesa, na década de 90 ultrapassa as fronteiras dos países de língua francesa, sendo empregada pelos pesquisadores de língua inglesa, portuguesa e espanhola na América Latina. Ela torna-se “*uma categoria supradeterminada, sem fronteiras, ao mesmo tempo interprofissional e interdisciplinar*”. Karsz (2000, p. 103).

4 A noção antes do vocábulo

O termo *exclusão*, na língua francesa, em seu significado atual, apareceu em 1559. Anteriormente, no século XIV, conforme registra Frétigné (1999, p. 151), havia dois sentidos para o termo: “a recusa de participação” (não admitir) e a ruptura (expulsar).

Em 1559, *excluire* significava, como registra Frétigné (1999, p 151): “[...] manter alguém fora do que ele poderia ter direito[...]”, em matéria de direito de sucessão. Em 1662, o registro do termo continuou com esse significado jurídico, mas é acrescido da dimensão de rejeição, relembrando a noção original. Então, *exclusão* passou a significar: “ação de deixar alguém fora, rejeitar”.

Como indica o autor, uma leitura da trajetória histórica dos deserdados na obra de Castel, *Metamorfoses de questão social*, retrata o sofrimento destas massas miseráveis desde a Idade Média, mostrando que a *ação de dei-*

xar fora se consumou através dos tempos para estas categorias da população sob diversas formas: aprisionadas, expulsas, banidas.

Assim ocorreu com a expulsão dos judeus na Espanha, em 1492, por não serem batizados na Igreja Católica. Vale ressaltar que neste fato histórico não é a supremacia dos católicos sobre os judeus que se impõe afirmar, mas a diferença entre um credo e outro. A expulsão (exclusão) se deu porque havia *diferenciação* de credo (Frétigné, 1999, p.153).

Registram-se ao longo da história outras formas marcantes de *exclusão* que encobrem ações de diferenciação, como os vagabundos,² que são banidos nos séculos XIV e XV, do meio a que pertenciam (campo ou cidade); ou condenados a morte individual, para os criminosos; ou destinados a confinamento em asilos, prisões, guetos.

Em época recente, a política de *apartheid* na África do Sul, é reconhecida como uma política de *exclusão*, porque distingue o homem branco do homem negro. Assim também o sistema de castas na Índia, que perdura inabalavelmente.

Nos exemplos mostrados, trata-se, com afirma Frétigné, (1999, p. 157), de uma *exclusão* “[...] que precede de uma lógica jurídica ou de diferenciação que se exprime pela rejeição (rara hoje) ou uma proibição [...]”. O autor explica que ressaltar esta diferenciação torna-se importante, na medida em que existe uma tendência entre os autores da Sociologia de se fazer uma confusão entre o que é *exclusão* e o que é discriminação, o que ele chama de “[...] confusão das lógicas de exclusão e de discriminação [...]”. Os desempregados na época contemporânea na sociedade francesa, não foram excluídos do mercado de trabalho, mas “[...] vítimas de um processo de inferiorização, de depreciação [...]”. Em suma, a lei não os excluiu; nada legalmente os impede de retornar à vida *normal*.

Desta forma, a exclusão, no ponto de vista de Frétigné, decorre de lógicas regulamentares. Os outros fatos da realidade social, a que, indiferentemente, denominam-se *exclusão*, são lógicas sociais de discriminação. É esta *confusão* que leva o pesquisador em Ciências Sociais a uma análise equivocada da realidade.

Como se verá, outros autores tratam da

noção de exclusão, mas não fazem esta distinção, como Frétigné, procurando ver nesta noção outras implicações, mais complexas.

5 A noção recente e a entrada do termo nas ciências sociais

A introdução do termo *exclusão* ocorre em 1965, na França, na obra de J. Klanfer, *L'exclusion sociale*. Como afirma Frétigné (1999, p. 64) o título da obra é “[...] surpreendentemente contemporâneo”, mas “em conseqüência, a tomada de consciência de que existem ‘excluídos’ não ocasiona nenhum questionamento no modelo social de desenvolvimento, nenhuma idéia de reforma ou de mutação do corpo social [...]”.

Em 1974, René Lenoir publica a obra *Les exclus un français sur dix*, em que se pode encontrar a noção que se presta a este termo nos dias atuais, cobrindo toda e qualquer espécie de dificuldade social, mas sem a preocupação de situar o termo como categoria analítica.

a) A noção de exclusão na década de 1980

Paugam (1991), entre outras de suas obras memoráveis, analisa a pobreza dos anos 1980 na França, a partir da noção de desqualificação social, entendida como um processo que torna as pessoas frágeis, pela perda do emprego, pela ruptura familiar; assistidas, na medida em que, desencorajadas, sem esperança de encontrar um emprego, elas passam a depender financeiramente da proteção social; e marginais, porque não se beneficiam de nenhuma proteção social e por se encontrarem no nível mais baixo da escala social: os miseráveis, os drogados, os alcoólatras. Assim, a desqualificação social é a “degradação moral”. Não se refere necessariamente a rendimentos baixos ou à falta de bens materiais, mas à dependência de outros para sobreviver. (Paugam, 1991, p. 219).

Na década de 1980, outros dois autores nomearam diferentemente esta categoria em dificuldade, que já incomodava estes estudiosos e para as quais os discursos dos políticos franceses endereçavam promessas com medidas e programas. No início da década, nos discursos dos políticos, porém, ainda se apostava na possibilidade de redução

das taxas de desemprego, como se o mal do social tivesse um centro: exatamente, estas taxas crescentes de desemprego, que já assombravam vários países europeus.

Um dos precursores a nomear esta categoria em dificuldade foi André Gorz, dando-lhe o estatuto de *não-classe dos não-trabalhadores*, em sua obra *Adeus ao proletariado*. Eles seriam os indivíduos expulsos da esfera produtiva, mostrando que a classe operária tradicional estaria em vias de extinção, constituindo uma minoria privilegiada. Desta forma, o novo proletariado pós-industrial se comporia dos *sem-classe*, dos empregados precários, dos empregos temporários e dos empregados em tempo parcial. Fragmentados, eles não representariam nenhuma força sindical, “[...] sem importância social objetiva, excluídos da sociedade [...]” (Gorz, 1980, p. 101).

Em 1983, em sua obra *Les chemins du paradis* (1983), Gorz identifica na sociedade uma *divisão dualista da população ativa*: trabalhadores protegidos, de um lado, com todas as garantias; e desempregados, de outro, submetendo-se a toda sorte de precariedade, desde o desemprego propriamente dito aos vários tipos de trabalho precário, sem reconhecimento social.

Outros autores anteciparam sobre o movimento de *dualidade da sociedade*, como A. Minc, em sua obra *L’après-crise a comencé*. Na década de 1980, já se faziam sentir os efeitos da crise, que refletiam duramente no mercado de trabalho. Mas ainda se acreditava que um tratamento para o desemprego poderia conter os efeitos negativos. Como se verá nas páginas seguintes, a questão do desemprego, a dita exclusão do mercado de trabalho, encobria outras faces da exclusão.

b) O emprego do termo “exclusão” na década de 1990:

Os trabalhos teóricos publicados na França utilizando o termo *exclusão* seguem os traços das análises da pós-modernidade.³ É do início desta década o relatório da *Commissariat Général au Plan* (1993) e de dois notáveis artigos do primeiro teórico da exclusão, Alain Touraine, intitulados *Face à l’exclusion* (1991) e *Inégalités de là société industrielle, exclusion du marché* (1992), os

quais introduzem uma percepção nova de apreensão da sociedade pós-moderna (Frétigné, 1999, p. 87). A análise da sociedade vertical, com base nas análises das relações de classes, cede lugar à análise da sociedade horizontal pós-moderna, em meio urbano, onde se degeneram as condições de habitação dos deserdados, principalmente nas periferias, dos jovens com fracasso escolar e dos desempregados. É a partir desses três tipos de população que Touraine apóia sua análise sobre “a exclusão” ou “a participação”. Ou seja, na sociedade horizontal pós-moderna ou se está *dedans*⁴ ou se está *dehors*⁵ (ou *in* ou *out*), no centro ou na periferia, e não mais *en haut*⁶ ou *en bas*⁷, como na sociedade moderna, quando se prevalecia a estratificação social piramidal.

O que caracteriza a sociedade horizontal, na visão do autor, são as mutações dos processos de trabalho, do aparelho produtivo, que enfraquecem as bases das relações de trabalho, comprometendo a plena cidadania.

No seu segundo artigo, *Inégalités de là société industrielle, exclusion du marché*, Touraine defende que a sociedade pós-moderna não está mais na configuração da sociedade piramidal, de desigualdade, quando se permitia, na noção de desigualdade, ter-se uma idéia de continuidade entre um *haut* e um *bas*.

A situação que prevalece na sociedade horizontal pós-moderna é estar *in*, integrado, participando dos benefícios da elevação do nível de vida, social e econômico, e *out*, excluído, vítima das mudanças dos processos de trabalho e de produção.

Na sociedade vertical, as desigualdades são de ordem profissional, ao passo que na sociedade horizontal o risco é a *segregação*, pois as dificuldades estão localizadas nos bairros periféricos, onde as *tensões* são bastante acentuadas.

A visão de Touraine da sociedade horizontal contribui para a revisão das análises sobre os cinturões das periferias urbanas das cidades brasileiras, os quais constituem pólos de segregação, tal é a diferença dos espaços urbanos ocupados pelos *in* e pelos *out* da sociedade. Desta forma, ao se etiquetar de excluídos todos os que ali se encontram, talvez, a problemática da exclusão para estes

lugares devesse ter como pontos de partida a segregação e a tensão social ali existente.

Castel (1995) mostra que a exclusão, no tempo presente, mantém relação com o desmantelamento do contrato de trabalho, com a proteção social, com a sociedade salarial. Isto significa processo de precarização, de vulnerabilização, de marginalização, que ele denomina de *processo desfiliação*. Mas tal processo não é exclusão, porque a exclusão mesmo é uma lógica de *processos oficiais*. O autor insiste sobre “[...] o caráter reconhecido e oficial da verdadeira exclusão; estas representam um estatuto. As exclusões são formas de discriminação negativa que obedecessem às regras estritas de construção, numa sociedade dada [...]” (p. 45).

A desfiliação é, então, a situação de pobreza, de desemprego, de isolamento social, de inutilidade no mundo. Tal descida social é a inexistência social. Esta é que põe em perigo “a qualidade do tecido social e sua ruptura”. Ou seja, os membros de uma sociedade não estão na zona de integração.

Nesta amostra restrita da imensurável contribuição de Castel sobre o conceito de exclusão, procura-se salientar a necessidade de se buscar na *dinâmica do social* outros paradigmas para este conceito, como afirma este último autor, de forma a se ter uma percepção mais aproximada da realidade social.

6 O conceito de exclusão e o seu emprego indiscriminado

Nas seções anteriores, procurou-se mostrar, a partir da origem do termo, como em momentos diferentes a noção de exclusão foi apreendida. Percebe-se que é na década de 1990 que este termo passa a incomodar os teóricos do social, porque até então se acreditava que o que englobava a exclusão poderia ter solução pela adoção de medidas pontuais, ou os excluídos ficam classificados na categoria “negativa” dos indivíduos que devem receber tratamento especial, como descreve Castel (1995). Em época recente, por exemplo, na realidade brasileira, são os inaptos para o trabalho, os malandros, que terminam suas trajetórias de vida nesta categoria *negativa*, confinados, aprisionados, evocando os vagabundos descritos por Castel na Idade Média.

Desta forma, parece ter chegado o momento em que é preciso desmitificar o termo *exclusão*, o qual encobre sob outras terminologias através do tempo um mal social contra o qual é preciso lutar. Como afirma Sassier (2000, p. 63), “[...] para lutar contra, é necessário conhecer como é construído o objeto contra o qual se luta”. É a tarefa a que se propõe na última parte deste artigo.

Evidentemente que não se esgotará nos próximos parágrafos todas as questões levantadas pelos autores franceses no encontro de 1995, quando se procurou constituir um verdadeiro debate sobre o conceito de exclusão.

Para Castel (1992 *apud* Frétygné, 1999, p. 98):

[O] risco quando se fala, por exemplo, de exclusão [é] de fazer disto um estado que se propõe a tratar em si mesmo, sendo que [a exclusão] é a ponta extrema de um processo já existente antes que as pessoas caiam nas posições extremas.

Quando Castel afirma que a exclusão é um processo, compreende-se que ela não pode ser tratada como sendo *imóvel*, pois todo indivíduo em estado de exclusão pertence a uma sociedade. Assim sendo, “[...] o domínio do processo exige um tratamento político, no sentido de uma política global [...]” (Castel, 2000, p. 40). Em outras palavras, não se pode dissociar a exclusão do contexto social que a produziu e “*ocultar as outras zonas da análise*”. Então, o tratamento da exclusão não pode ser técnico, mesmo que a resposta para a exclusão seja vista assim.

Partindo do princípio de que todos os indivíduos excluídos pertencem a uma sociedade e que a exclusão é um processo dentro desta sociedade, Karsz (2000, p. 111) afirma que no fenômeno da exclusão impõe-se “[...] abordar especificamente as questões econômicas, políticas e ideológicas [...]”. Isto, na visão do autor, é porque a exclusão não tem nada de *etéreo*; ela é bem real. Ela não pode ser dissociada da sociedade e tudo que a engaja.

Karsz (2000, p.111) afirma que “há exclusão e exclusão”. Isto não é “um jogo de palavras”, mas é “paradoxal” como esclarece o próprio autor, há distinção entre o uso genérico de exclusão e o uso específico.

No uso genérico, a *exclusão* tem um sentido *limitado*, circunscrito a certas situações (Karsz, 2000, p. 107). É o caso da ex-

clusão escolar, da exclusão profissional, da exclusão sindical, da exclusão amorosa, da exclusão do trabalho, etc. Em todos estes casos a exclusão “*suporta ser especificada*”.

Já, a exclusão num sentido específico representa algo mais que a exclusão circunscrita a certas situações (exclusão do emprego, da escola, etc.); significa *situação de exclusão já existente*. Assim sendo, acrescenta o autor, uma única palavra pode acompanhar o termo exclusão: *social*. Esta palavra é “exemplar, paradigmática, transcendental”.

No entendimento do autor, a exclusão social é sem fronteiras; ela atinge o indivíduo em qualquer hierarquia social e na coletividade. Por ser radical, ela atinge em profundidade.

No caso da sociedade francesa, o autor salienta a diferença e aponta que a *exclusão social* data dos anos 1985-90, porque anteriormente a este período, ela tinha um “caráter parcial, particular”: se a exclusão era habitacional a resposta era em termos de habitação; se escolar, em termos de escola, e assim por diante.

A exclusão social, formando o par anteriormente mencionado, “[...] supõe uma iniciativa global, tão radical como a falta que tratá-se de suprir, uma iniciativa de inserção” (Karsz, 2000, p. 109). A luta contra a exclusão social na França atualmente tomou tal dimensão que ela supõe “[...] assegurar a coesão social”. Como acrescenta o autor, “[...] a necessidade de tal reparação deixa entrever o que a exclusão coloca em causa.” (p. 109).

É por isto que o autor fala que “há exclusão e exclusão”, pois há casos em que a situação é, como se exemplificou acima, de habitação, de escola, de qualificação profissional, de acesso à saúde. A demanda, então, é uma resposta técnica. Mas quando a exclusão é social, esta:

[...] se consome na terra, nas conjunturas históricas precisas: justamente, na ocasião das exclusões plurais, particulares, datadas e localizadas! A exclusão social é o que tem em comum a exclusão escolar, a exclusão profissional, a exclusão étnica, a exclusão cultural, etc [...] é o que estas podem conduzir, e o que arrisca os indivíduos ou os grupos excluídos da escola, do mercado de trabalho, do acesso aos cuidados de saúde, etc. (Karsz, 2000, p. 111).

Karsz (2000, p. 112), além de fornecer estas múltiplas facetas do termo *exclusão* e

de seu uso, interroga sobre o termo social que forma o “*par exclusão social*”. Segundo o autor, o desenvolvimento da exclusão social transformou o social; ou seja, ao invés de o social ser “[...] o esforço de esperança, de confiança e de promoção (social) do progresso compartilhado, da possibilidade para todos de encontrar um lugar na sociedade... o social torna-se o teatro de desigualdades tão mais intoleráveis do que elas parecem incontornáveis, senão definitivas [...]”.

Desta forma, *exclusão social*, tal como analisado pelo autor “*esconde*” exclusões plurais (diversas exclusões): o estado do *disfuncionamento do mal-estar social*. A exclusão é uma ameaça para o social, pois contempla todo tipo de tensão, de instabilidade, de implosão e, mesmo, de explosão. Enumera o autor, em síntese: Karsz (2000, p. 113) “[...] a exclusão exclui o social [...]”.

Em breve, como assinala o autor, “[...] a questão da exclusão fica suspensa à questão do social [...]”. Não se pode compreender e nem definir um sem o outro. O problema é que se fala, se propõem políticas, escreve-se a propósito do social em Ciências Sociais, mas não se define o social, não se constrói conceptualmente o social. Em outras palavras, faz-se o social sem teoria.

Para Autès (2000, p. 2) o social não tem uma existência própria, mas é uma “articulação da esfera econômica com a esfera política”. Completa acrescentando que, para complicar as coisas, duas outras esferas se juntam a estas duas primeiras: a esfera cultural e a esfera doméstica. É a combinação deste conjunto que forma o social.

O que ocorre, continua Autès (2000, p. 2), é que desde as evoluções políticas do século XVIII e a revolução industrial estabeleceu-se uma tensão entre o indivíduo livre no mercado e o cidadão soberano na ordem política; a tensão fundamental: “[...] de um lado, a economia do mercado; do outro, a democracia política. Com esta noção do indivíduo forçado, subordinado, alienado, explorado na relação de trabalho, e que é soberano político, o fundamento da legitimidade [...]”.

Esta tensão é regulada pelo “*compromisso social do assalariado e da proteção social*”, mas o que se verifica na realidade, conforme sustenta o autor, é que se criou uma

série de artifícios (o contrato de trabalho é um deles) para manter esta tensão regulada, pois acredita-se que a oposição é entre o econômico e o social, quando “[...] a verdadeira oposição se situa entre a esfera da economia e aquela do político [...]” (p. 3).

Autès em seu artigo introduz esta sua percepção do social antes de discorrer sobre a noção de exclusão, o que vale dizer que, ao se evocar a noção de *exclusão*, torna-se necessário questionar os fundamentos da sociedade democrática. Neste sentido, Karsz (2000, p. 136) argumenta que “[...] a análise das estruturas sociais, o desenvolvimento de uma crítica social, a tomada em conta de configurações subjetivas não esgotam em nada a importância desta categoria [...]” (os excluídos). Para Karsz nem os apelos históricos, nem os questionamentos e as relações sociais são suficientes para explicar a exclusão, pois, desde que se afina a análise, mesmo com estes elementos, as definições de exclusão tornam-se “subentendidas, em estado de evidência”, ou seja, enquadradas no lugar comum como: “as exigências incontornáveis de economia moderna”, “os imperativos da mundialização”, da “sociedade assalariada” (Karsz, 2000. p. 136).

Alinhando-se à colocação de Autès, Karsz sublinha (2000, p. 137) “[...] tudo se passa como se não houvesse motor, de princípio ativo, de gerador [...]”.

Ora, como interroga Karsz (2000, p. 137) se a análise do que se compreende como exclusão exige a incorporação de questionamentos de condições históricas, quer elas, sejam políticas, econômicas e, mesmo, psíquicas, onde se encontra a fonte primeira que permitirá a verdadeira compreensão da exclusão? Na própria história dos homens e mulheres e crianças excluídos, “[...] privados de se tornarem inteiramente humanos, em situação pessoal e social, intoleráveis”.

Isso, nas palavras do autor, quer dizer que na problemática da exclusão a condição de humano, daquilo que os indivíduos deveriam ser e ter (*na história social concreta, em suas lógicas subjetivas*), torna-se de difícil assimilação. Perderam-se os limites da exclusão, pois a noção de humano caiu no vazio (não se sabe por que uns possuem mais do que os outros). Diz-se:

“Humano” quando não se pode, quando não se

quer ou quando não se tem muito interesse a dizer o que tratá-se de analisar, o que tratá-se de transformar ou de defender. O humano garante que à noite todos os gatos são pardos. (Karsz, 2000. p. 139)

Do exposto, nas palavras de Castel e Karsz, fica implícito que, ao se empregar o termo *exclusão*, torna-se necessário desvendar o que a exclusão representa no social. É no social, de uma sociedade dada, que estão as representações da exclusão. Para Castel, a exclusão reveste-se de um “caráter oficial”, e o que se observa na sociedade contemporânea, o que se quer chamar de exclusão não é outra coisa que “formas de discriminação negativas”. Assim, para Castel a exclusão tem um sentido bem claro.

Karsz, por outro lado, não procura utilizar, como se mostrou, outro termo no lugar de exclusão, mas analisa também o seu paroxismo. Inspirando-se em uma análise de R. K. Merton, ele afirma que para ser excluído de uma sociedade é preciso pertencer a esta sociedade, como foi dito nas páginas anteriores. Ou seja, os excluídos estão dentro da sociedade concreta, o que vale dizer que para estar “excluído de uma economia” é necessário que se tenha um lugar dentro desta economia, quer seja como desempregado; como exército industrial de reserva ou como subempregado. Deste modo, as categorias não estão excluídas nem do consumo, pois, caso contrário, elas pereceriam, mas, conforme assinala (Karsz, 2000. p. 123): “[...] de um certo gênero de consumo, de acesso a uma multitude de bens e serviços”; ou seja, “... certas populações são excluídas, não da economia, mas dentro da economia [...]”.

Para Karsz, é também um paradoxo abordar os excluídos como se eles fizessem parte de uma *exterioridade social*, quando se sabe que eles estão no interior desta sociedade.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que o termo *exclusão* tornou-se “uma boa categoria para pensar” (*une bonne catégorie à penser*), como foi dito por um dos autores que participaram do encontro de 1995 sobre este conceito.

É uma *categoria para pensar*, na medida em que coloca inúmeras questões em discussão, como aquela da própria estrutura da sociedade ou a da estratificação social, revista por Touraine, quando “não se pode” mais, conforme explica este autor, analisar

a sociedade em termos de relação de classe, mas das mutações dos processos de trabalho, as quais enfraquecem as relações de trabalho, ocasionando as desigualdades sociais.

Para Castel há uma distinção entre *exclusão* e *discriminação negativa*. É apropriada e necessária esta distinção para se pensar o termo *exclusão* contemporaneamente, pois são raros os casos de exclusão no sentido dado por Castel: o de reconhecimento oficial da *exclusão*. Assim, a noção de *discriminação negativa* introduzida pelo autor contribui para o reconhecimento e reflexão dos grupos denominados excluídos, estes estão bem dentro da sociedade, só que em um estado de inutilidade social, e é isto que coloca em perigo a coesão social.

Paugam atribui à pobreza três tipologias: as pessoas frágeis; as pessoas assistidas; e os marginais. Todas elas entram num processo de desqualificação social. Desta forma, pessoas frágeis são aquelas que apresentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho; as pessoas assistidas são aquelas que, sem recursos, passam a depender de proteção social para sobreviver; e marginais são aqueles que se encontram no limite extremo da exclusão social. Estas três categorias nos remetem à responsabilidade diante das camadas da população que, em boa consciência, os governos endereçam-lhes respostas técnicas, confortando assim a iniciativa de ação, mas em nada fazendo para arrancá-las da desqualificação social, porque não se trabalha a degradação moral com respostas técnicas.

Karsz introduz a dimensão mais profunda da exclusão, que é a dimensão humana, pois na exclusão encontra-se a história de homens, mulheres e crianças em condições subumanas, só que a dimensão humana da exclusão dilui-se no espetacular ou no vazio. Assim, quando se refere ao humano associado à *exclusão* ou se faz projeção dos excluídos de maneira espetacular, como se os excluídos fossem uma espécie à parte ou o humano fosse completamente vazio, não se pode dar uma noção do que é condição humana ou não.

Conclui-se que pensar a exclusão em termos de noção, de categoria, não constitui em si um exercício do saber científico dos es-

tudiosos das Ciências Sociais que estão face a face com a problemática dos homens, mulheres e crianças em situação de exclusão; mas pensá-la como foi feito neste encontro de 1995, na França, e como se procurou fazer, brevemente, neste artigo é, em última análise, tentar defini-la para melhor combatê-la.

Notas:

- ¹ Complementando a informação sobre este encontro: ele foi realizado como atividade anual da Associação "Pratiques sociales. O encontro de 1995 abordou o tema.
- ² Vagabundos, segundo Castel (1995, p. 97), são "os inimigos da ordem pública", aqueles que romperam com o pacto social: trabalho, família, moralidade e religião.
- ³ A pós modernidade, segundo Frétygné (1999, p. 85), "[...]é uma noção pouco satisfatória sobre o plano analítico. Seu único mérito reconhecido é de marcar uma ruptura com... a modernidade, de insistir sobre a necessidade de focalizar os olhares sob a mutações contemporâneas. Quanto aos traços singularizando esta pós-modernidade, as divergências de apreciação são em legião.
- ⁴ dedans: dentro
- ⁵ dehors: fora
- ⁶ en haut: em cima
- ⁷ en bas: embaixo

Referências

- AUTÉS, Michel. Trois figures de la déliaison. In: KARSZ, Saül (org.). *L'exclusion, définir pour en finir*. Paris: Dunod, 2000. p. 1-22.
- CASTEL, Robert. Cadrer l'exclusion. In: Karsz, Saül (org.). *L'exclusion, définir pour en finir*. Paris: Dunod, 2000. p. 35-47.
- CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.
- FRETIGNÉ, Cédric. *Sociologie de l'exclusion*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- GORZ, André. *Adieux au prolétariat*. Au delà du socialisme. Paris: Galiléé, 1980.
- GORZ, André. *Les cheminins du paradis*. L'agonie du capital. Paris: Galiléé, 1983.
- PAUPAM, Serge. *La disqualification sociale*. Paris: PUF, 1991.
- SASSIER, Monique. L'exclusion n'existe pas. J'ai l'ai rencontrée. In: KARSZ, Saül (org.). *L'exclusion, définir pour en finir*. Paris: Dunod, 2000. p.61-80.
- TOURAINÉ, Alain. Face à l'exclusion. In: Collectif, *Citoyenneté et urbanité*. Paris: Esprit, 1991.
- TOURAINÉ, Alain. Inégalités de la société industrielle, exclusion du marché. In: Affichard, J. e Foucauld, J. - B. *Justice Sociale et inégalités*. Paris: Esprit, 1992.
- KARSZ, Saül. L'exclusion: faux concept, vrai problème. In: KARSZ, Saül (org.). *L'exclusion, définir pour en finir*. Paris: Dunod, 2000. p. 1-22.

Polaridades e desenvolvimento endógeno no sudeste paraense
Polarities and endogenous development in the Southeast of Para.
Polaridades y Desarrollo Endógeno en el Sudeste Paraense
Francisco de Assis Costa*

Recebido em 03/02/05; revisado e aprovado em 16/02/05; aceito em 17/02/05

Resumo: Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a persistência e aprofundamento das desigualdades regionais – uma expressão concreta da iniquidade social – reitera tensões que repõem continuamente a questão regional em foco, atrelada às possibilidades de desenvolvimento. Essas realidades têm revalorizado a abordagem espacialmente referida e permitido aflorar novas perspectivas teóricas instrumentadas nas possibilidades heurísticas da noção de auto-organização, fundamento dos paradigmas de não-linearidade na evolução dos sistemas complexos. Consoante com este movimento de idéias, este estudo faz um exercício de explicitação da hierarquia espacial da mesorregião Sudeste Paraense, no Estado do Pará, na Amazônia Brasileira, articulando os “velhos” modelos gravitacionais com proposições das “novas” teorias do desenvolvimento endógeno.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Pará-Amazônia; Desenvolvimento Endógeno.

Abstract: In developing countries, such as Brazil, the persistence and deepening of regional inequalities – a concrete expression for social iniquity – reiterates tensions that continually replace the regional question in focus, linked with the possibilities of development. These realities have reappraised the approach spatially referred to, and, allowed to come to the surface, new theoretical perspectives coordinated on the heuristic possibilities of the notion of self-organization, the foundation of the paradigms of non-linearity in the evolution of complex systems. Consonant with this movement of ideas, this study makes an exercise of making explicit the spacial hierarchy of the mesoregion of southeast Para, in the State of Pará, in the Brazilian Amazon region, articulating the “old” gravitational models with propositions of the “new” theories of endogenous development.

Key words: regional development; Para-Amazon region; endogenous development.

Resumen: En los países en desarrollo, como Brasil, la persistencia y la profundidad de las desigualdades regionales – una expresión concreta de la iniquidad social – reitera tensiones que reponen continuamente la cuestión regional en foco, unida a las posibilidades de desarrollo. Esas realidades han revalorizado el abordaje espacialmente referida y permitido aflorar nuevas perspectivas teóricas instrumentadas en las posibilidades heurísticas de la noción de auto organización, fundamento de los paradigmas de la no linealidad en la evolución de los sistemas complejos. Consonante con este movimiento de ideas, este estudio hace un ejercicio de aclaración de la jerarquía espacial de la mesorregión Sudeste Paraense, en el Estado de Pará, en Amazonia Brasileña, articulando los “antiguos” modelos gravitacionales con proposiciones de las “nuevas” teorías del desarrollo endógeno.

Palabras clave: Desarrollo Regional; Pará-Amazonia; Desarrollo Endógeno.

Introdução

Nosso objeto nesse estudo é a configuração espacial da economia da mesorregião Sudeste Paraense, verificando, a partir de metodologias que integrem modelos gravitacionais com elementos das atuais teorias do desenvolvimento regional, as principais aglomerações, a hierarquia espacial por elas conformada e seus fundamentos agrários e urbanos.

A economia como disciplina tem tido altos e baixos na tarefa de internalizar as configurações espaciais em seus enunciados. Não obstante, a *região* tem sido a referência a partir da qual vem se consolidando um dos seus ramos, a chamada “economia regional”, que, estreitamente associada aos enunciados sobre crescimento e desenvolvimento das sociedades capitalistas modernas, teve seu momento mais brilhante nas três décadas que seguem a segunda guerra mundial. Nes-

se fértil período, a noção de pólo de crescimento, introduzida por Perroux (1995), associada às contribuições de Hirschman (1958 e 1969), atribuída os fundamentos da polarização que se observava empiricamente nas diversas sociedades dinâmicas aos efeitos concatenados para frente e para trás (*linkages*) de cada impacto produzido por uma capacidade produtiva nova. As formulações adicionais de Myrdal (1957 e 1972) sobre a recorrência cumulativa dos eventos que produzem tais efeitos, levaram a duas coisas: ao necessário tratamento do “lugar” geográfico na elucidação dos processos de desenvolvimento e à ênfase no caráter complexo desses processos, os quais parecem sempre se materializar enquanto focos do entrelaçamento de dinâmicas sócio-econômicas e político-institucionais que conformam, segundo Ferreira (1989: 524), “(...) Centros privilegiados de um espaço geográfico”.

Recentemente, por mais de uma década

* Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos-NAEA da UFPA (Universidade Federal do Pará).

da as questões regionais tiveram posição bem modesta no interesse dos economistas, des- caso correlato ao que também se verificou no campo afim das teorias do crescimento e da macroeconomia, cujo foco centrou-se nas flutuações de curto prazo, na incorporação das expectativas racionais nos ciclos econô- micos e da aplicação de métodos de equilíbrio geral nas flutuações cíclicas (Barro e Sala-I-Martin, 1995, p. 12). Paul Krugman (1995, p. 23-29) explica essa indeferença por área tão crítica do conhecimento social pela dificuldade de modelar matematicamente aque- las teorias apresentadas nos imediatos anos pós-guerra, geralmente em estilo literário e sem demonstrações formais. Isso teria, na sua opinião, produzido uma rejeição crescente pelos praticantes de uma disciplina, como a economia, que cada vez mais investia no rigor matemático de seus tratamentos como forma de legitimação no campo científico.

Em relação às teorias do crescimento, Barro e Sala-I-Martin observam uma dissociação semelhante entre o desenvolvi- mento “propriamente” científico dos mode- los explicativos e o desenvolvimento de um pensamento menos formal ou menos formal- mente sofisticado. A explicação para tais evoluções, todavia, não são encontradas no desenvolvimento da disciplina como um pro- duto do campo estritamente acadêmico, como quer Krugman, mas sim numa tensão entre necessidades práticas e respostas cor- respondentes em termos de requerimentos de tempo e operacionalidade. Assim,

...growth theory became excessively technical and steadily lost contact with empirical application. In contrast, development economist (...) retained a applied perspective and tended to use models that were technically unsophisticated but empirically useful. The fields of economic development and economic growth drifted apart, and the two areas became almost completely separated.. (1995: 12-13).

Interessantes pontos de vista. Tomados complementarmente, eles corroboram uma outra perspectiva: a de que as questões regio- nais, ao lado da pesquisa sobre os fundamen- tos mais profundos e os determinantes de longo prazo do desenvolvimento, tiveram sua importância empalidecida no período em questão porque tornaram-se subordinadas às visões globalizantes e abstratas da dinâmica social e econômica que acompanharam, orien- tando, o curso das reformas políticas liberais

que marcaram as décadas de oitenta e no- venta. Poder-se-ia indicar, nessa perspectiva, que a economia regiona foi deslocada da pauta acadêmica, porque deslocada da pau- ta política de mais elevado nível estratégico.

Em tal contexto, reafirma-se a perspec- tiva mecânica do equilíbrio geral, segundo a qual a existência de regiões é fato teorica- mente relevante somente quando diferenças marcadas nas variáveis de renda, com impli- cações na renda per capita, são estatistica- mente correlacionáveis a referências espaci- ais. Todavia, dado que, pelos mecanismos de mercado, os diferenciais de renda tenderiam necessariamente a sumir, as regiões seriam “momentos”, referências necessariamente transitórias. De modo que nesse período a discussão mais acalorada que se produziu no âmbito da economia regional foi, sinto- maticamente, a relativa à convergência da renda per capita entre as regiões (Barro e Sala-i-Martin, 1991). A rigor, a economia regional assim orientada “discutia” o fim do seu objeto.

Nos últimos anos, contudo, as teorias do desenvolvimento em geral e do desenvol- vimento regional em particular vêm acusan- do o impacto de dois conjuntos associados de eventos, um empírico e outro teórico.

Empiricamente, vêm se registrando reconfigurações importantes na geografia econômica dos países industrializados, com regiões tradicionalmente manufatureiras apresentando sinais graves de declínio, en- quanto outras demonstram continuada vita- lidade para manter, ou mesmo ampliar, suas capacidades. E mais: apresentam-se novas regiões industriais com vitalidade difícil de presumir há apenas algumas décadas. Por outra parte, tem-se evidenciado que tal rede- senho do espaço por dinâmicas econômicas assenta-se sobre bases estruturais diversas – e, em muitos casos, inesperadas por uma perspectiva tradicional – que resultaram, por vezes, de estratégias empresarias orientadas fundamentalmente em economias de escala que requerem (e produzem) cenários domi- nados por grandes empresas ou conglome- rados com unidade de direção; por vezes, de estratégias onde a eficiência das unidades produtivas depende menos (ou mesmo não depende) do tamanho de cada uma e mais da sua rede de relações, tanto cooperativas

quanto competitivas, situações em que as economias de escala emergem da atuação de um sem número de pequenas unidades independentes, não obstante disporem, em algum nível, de mecanismos institucionais de orientação e ação (Amaral, 2001).

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a persistência e aprofundamento das desigualdades regionais – uma expressão concreta da iniquidade social – reitera tensões que repõem continuamente a questão regional em foco, atrelada às possibilidades de desenvolvimento.

Essas realidades têm revalorizado a abordagem espacialmente referida. E, mais importante, têm permitido aflorar novas perspectivas teóricas instrumentadas nas possibilidades heurísticas da noção de auto-organização, fundamento dos paradigmas de não-linearidade na evolução dos sistemas complexos. Com utilização crescente pelos cientistas naturais nas últimas décadas, as abordagens complexas e não lineares têm encontrado emprego, assim, também entre os economistas, por permitir operar metodologicamente as noções associadas de “crescimento com rendimentos crescentes, de “desenvolvimento endógeno”¹ e “desenvolvimento dependente de trajetória”, que fazem a moderna economia regional.

Região e desenvolvimento endógeno

Para Paul Krugman (1995), os modelos de desenvolvimento endógeno resultam da integração de três contribuições há muito incorporadas pela economia e pela geografia: a abordagem do potencial de mercado (Harris, 1954 e Isard, 1956), a noção de causação circular e cumulativa (Myrdal, 1957; Hirschman, 1958) e a teoria do lugar-central (Christaller, 1933). Mais tarde, o mesmo autor em companhia de Mahahisa Fujita e Anthony Venables (1999 e 2000, p. 41-50) acrescentam como seminais as contribuições pós-keynesianas da teoria do multiplicador da base, em particular a extensão dinâmica desse modelo empreendida por Pred (1966).

Uma herdeira direta dos modelos gravitacionais pioneiros, que utilizavam as populações como as massas, a *abordagem do potencial de mercado* indica ser o poder de

compra, não simplesmente as populações, o que explica a posição hierárquica dos lugares numa região (Krugman, 1995, p. 45).

A teoria da *causação circular e cumulativa*, por seu turno, sugere que as aglomerações são auto-expansivas ao estabelecerem mercados de larga escala, atraindo com isso novas empresas, as quais adicionalmente aumentam o mercado, etc.. Tal noção indica, ademais, que vantagens iniciais, dadas por “acidentes históricos”, podem desempenhar papéis importantes na explicação dos padrões de localização. Há um risco tautológico nessas idéias, o qual é reduzido com a incorporação das abordagens dinâmicas baseadas no multiplicador da base.

A *teoria do lugar-central* analisa a disposição dos lugares a partir do papel que desempenham como centros mercantis e manufatureiros para uma população agrícola dispersa de forma mais ou menos homogênea. Põe-se em relevo, nesse caso, o *trade-off* entre as economias de escala dos centros produtores e os custos de transporte de seus produtos.

As teorias de desenvolvimento endógeno resultaram de um movimento de idéias que constata o valor da abordagem do potencial de mercado, a qual se entende capaz de apresentar uma descrição bastante realista da hierarquização econômica dos lugares e, por isso, servir para descrever o sentido econômico de sua distribuição espacial. Destaca-se, porém, que não dispõe de elementos para esclarecer como tal configuração se estabeleceu nem, tampouco, para indicar suas tendências. Para tanto se precisaria recorrer à noção de causação circular e cumulativa e a teoria do lugar-central: à primeira, porque é razoável supor que a tais tendências subjazem estruturas de mercado que ao mesmo tempo derivam e permitem rendimentos crescentes como fundamento dinâmico da aglomeração; à segunda, porque ela põe em consideração o peso dos custos de transporte na regulação das aglomerações.

2.1 Região e polarização

É fato empírico de notável recorrência que, tal como tem ocorrido nas sociedades contemporâneas, o desenvolvimento é um processo que produz agrupamentos multi-

cêntricos. Economistas regionais e geógrafos (Reilly, 1929 e Stewart, 1948) há tempos sugerem uma descrição dessa multi-polaridade através da relação entre duas únicas variáveis: a população dos lugares e a distância entre eles. Por analogia à lei da gravitação universal, sugerem que os lugares se conformam em centros hierarquizados na razão direta de suas populações, as quais tratam como as “massas” de um sistema gravitacional, e inversa das respectivas distâncias². Tal fórmula legitimou-se por oferecer uma leitura, por parcial que fosse, das configurações espaciais enquanto *potencial hierárquico* intuído na concentração da população, a variável *a priori* da existência social.

Assim proposto, o modelo produz resultados puramente metafóricos e estáticos. Sua capacidade heurística aumenta, todavia, com a presunção de Isard (1969) de que seus resultados estão positivamente correlacionados com as probabilidades com que os lugares, em um dado momento, produzem atração mútua (tenham intercâmbio) e, assim, com a probabilidade de um lugar ser *centro* para o outro. Esta probabilidade está correlacionada com a soma das probabilidades que ambos apresentam, de produzir atração sobre todos os demais lugares do universo tratado³.

Na formulação de Isard, portanto, os valores obtidos por modelos gravitacionais indicariam as probabilidades de uma unidade de “massa” do conjunto de aglomerados orientar-se para um *centro* diferente de sua origem, quando um desequilíbrio qualquer se verifica. Tais probabilidades se descreveriam para cada interação pelo valor

$$I_{ij} = G \frac{A_i \cdot A_j}{d_{ij}^b} \quad (2.1)$$

Em que:

- I_{ij} indica o grau de interação entre o Centro i e o Centro j ;
- A_i, A_j são a dimensão dos aglomerados (população) dos Centros i e j ;
- d_{ij}^b é a medida da distância entre i e j ;
- G é a constante semelhante à constante gravitacional numérica;
- b é um parâmetro exponencial.

O modelo de Isard supõe, ainda, que as grandezas relativas a um aglomerado só fazem sentido como expressões de sua posi-

ção em relação a todos os aglomerados de um dado sistema: as áreas de influência de cada *centro* dependem da respectiva posição num sistema amplo de gravitação, isto é, num *campo de forças*, para cuja representação servem tais valores. E tais posições se revelariam inicialmente em potenciais P , tais que

$$P_i = \sum_{j=1}^n I_{ij} = G \cdot \sum_{j=1}^n \frac{A_i \cdot A_j}{d_{ij}^b} \quad (2.2)$$

O potencial P_i de interação de um aglomerado i com o seu campo constituído adicionalmente pelos aglomerados j é, entretanto, uma grandeza dimensional, uma vez que depende dos tamanhos das aglomerações. Se, todavia, dividirmos este valor pela massa do aglomerado i teremos a grandeza adimensional P_i^* , potencial por unidade de massa, do aglomerado. Desse modo

$$P_i^* = \sum_{j=1}^n \frac{I_{ij}}{A_i} = G \cdot \sum_{j=1}^n \frac{A_j}{d_{ij}^b} \quad (2.3)$$

Assim, como *campo de forças*, uma região se descreveria por um conjunto de interações entre aglomerados, cujos fluxos se orientariam provavelmente pelos centros com maiores potenciais de atração, definidos, estes potenciais, pelas relações próprias à metáfora gravitacional (formalmente descritas nas equações 2.1 a 2.3).

Cumulatividade, polaridade dinâmica e desenvolvimento: colocações conceituais

As relações de Isard permitiriam uma descrição das configurações regionais coerente com a *teoria do potencial de mercado*. Bastaria que a massa considerada, A , fosse representada pela renda ou pelo poder de compra dos lugares respectivos. Isso não é, contudo, suficiente para dar aos modelos gravitacionais poder explanatório, pois tanto a renda enquanto variável, quanto a polaridade nela expressa são *resultados*, sobre cujos fundamentos é necessário discernir. Para tanto, uma primeira tarefa seria a de explicitar as *forças produtivas* relevantes que subjazem à polaridade como fenômeno do desenvolvimento. Uma segunda tarefa seria a de discutir as relações estruturantes que se formam entre essas forças, com foco especial na causalidade complexa de suas reproduções.

Forças produtivas: a natureza, os artefatos produtivos e o trabalho. As regiões se desenvolvem marcadas pelas disponibilidades naturais e pelas suas capacidades sociais e culturais amalgamadas em aparatos produtivos e saberes. São marcadas, portanto:

a. Pelos ditames produzidos por forças definidas pela natureza enquanto qualidade (*res qualitas*).

a.1 Como qualidade, a natureza entra nos processos produtivos na condição de meio de produção *imediato*. Isso acontece quando uma certa configuração das relações entre elementos vitais da natureza, configuração essa espacialmente delimitada e intransportável, é utilizada em um processo produtivo particular. A natureza, nesse caso, pode ser tanto um *ecossistema originário*, sobre o qual existiu pouca ou nenhuma interferência humana, ou, apenas, um *ambiente edafo-climático*, isto é, uma certa interação entre solo e clima. Entre um extremo e outro, há diversas possibilidades intermediárias. O importante é, em qualquer dos casos, a condição irreduzível de uma especificidade da natureza espacialmente localizável ser uma força produtiva passível de compor um acervo de capital privado.

a.2 Como qualidade, a natureza entra nos processos produtivos na condição de meio de produção *mediato*, que compõe o acervo do capital social, como um fundamento infraestrutural. Um bioma que regula ecossistemas e ambientes edafo-climáticos particulares pode ser pensado nessa condição.

a.3 Como qualidade, ainda, a natureza entra nos processos produtivos na condição de objeto do trabalho, como *matéria prima*. Nesse caso, não é a capacidade produtiva das relações próprias e localizáveis, mas os componentes dessas relações individualmente, como matéria prima, que entra nos processos produtivos: a madeira que é retirada de um bioma, o solo que se usa como suporte de uma fórmula química que se integra sob controle com um clima de estufa, etc. podem ser pensados nessa condição.

a.4 Em suma: como *meio de produção* a natureza determina a fixação das atividades econômicas obedecendo a ditames estritamente

geográficos – a agricultura tende a se organizar espacialmente de acordo com a distribuição das condições edafo-climáticas e, garantidos os pressupostos da reprodução dessas condições, essas atividades podem se reproduzir em horizonte de *tempo* não delimitado; como objeto de trabalho, a natureza *co-determina*, juntamente com as condições que gerem o seu uso, a distribuição espacial das atividades e os respectivos tempos de duração – ocorrências mineral ou florestal determinam, junto com a produtividade dos setores que consomem o minério ou madeira, a distribuição das atividades que durarão precisamente o tempo que durarem as ocorrências.

b. Pelos ditames produzidos por forças definidas pela natureza enquanto espaço (*res extensa*). Nesse caso,

b.1 a natureza manifesta-se enquanto distâncias entre o locus do processo de trabalho que utiliza a natureza como meio de produção mediato, imediato ou matéria prima e o locus de realização (utilização) dos seus resultados e

b.2 distâncias entre o locus do processo de trabalho que utiliza a natureza como meio de produção imediato ou matéria prima e o locus da produção das mercadorias que esse processo de trabalho necessita, ali não disponíveis.

c. Pelos ditames das construções da sociedade – das invenções antrópicas.

c.1 Ditames provindos da esfera propriamente econômica,

– como aqueles que definem o acesso aos meios de produção imediatos que se ajustam à noção de *capital físico*, isto é, *capital produtivo* acumulado na forma de máquinas e equipamentos nas empresas e

– como aqueles meios de produção mediatos, que se ajustam à noção de *capital físico* enquanto *capital infraestrutural*, grandes equipamentos de uso comum, transcendente às empresas.

c.2 Ditames provindo de esferas difíceis de recortar pelas percepções tradicionais que seccionam economia e sociedade⁴. É o caso:

– daqueles derivados de capacidades e habilidades difusas atribuídas às pes-

soas, o que se procura entender sob a noção de *capital humano*, ou

- daqueles atribuídos às capacidades institucionais, transcendentais aos agentes, expressão das suas relações objetivas e simbólicas: tais capacidades têm sido tratadas como o *capital social*.

Relações estruturantes entre os setores com raízes (dependentes de capital natural) e os setores sem raízes e o papel do espaço. Autores do desenvolvimento endógeno (Krugman 1998, 1995, 1991 e Athur, 1994) têm ressaltado uma dualidade básica da reprodução social, resultado das determinações do *capital natural*, as quais fundamentam setores produtivos com raízes físicas, naturais, em relação com as forças derivadas das diversas formas de capital socialmente produzido, que baseiam setores sem raízes físico-territoriais. Dessas forças, ressaltam-se as provindas do *capital físico*, tanto enquanto acervo das empresas, como na forma de infraestrutura da sociedade. Defende-se, que dada a necessidade de seguir as indicações da natureza, atividades como a agricultura distribuem-se espacialmente, espalham-se. Não carecendo de tais fundamentos, outras atividades poderiam se alocar espacialmente tanto difusa, quanto concentradamente. O fato de historicamente tais setores terem se organizado concentradamente explica-se sobretudo por *ganhos de escala* das suas unidades produtivas associados aos efeitos de aglomeração. Todavia, dado que ao mesmo tempo que a concentração das plantas reduz custos, impõe distâncias crescentes entre o *lugar* da produção e o *lugar* (de parte) do seu consumo: o capital físico na forma infraestrutural tem o papel de reduzir essas distâncias.

Tais considerações permitem enunciar que, tanto maior a escala de produção, tanto maiores as distâncias a serem percorridas pelas mercadorias produzidas e, correspondentemente, tanto maiores as principais implicações econômicas disso: os custos de transporte. O que leva Krugman (Geography and Trade, 1991:21) a enunciar que se um lugar *i* tem ganhos de escala num montante F_i , tal que

$$F_i = y_j - y_i \quad (2.4)$$

onde y_j é o custo total da produção no lugar *j*, para atender suas próprias necessi-

dades, e y_i o custo de produção das necessidades do lugar *j* se atendidas pelo lugar *i* de um dado produto, a concentração pela ampliação da capacidade produtiva daquele produto em *i* continuará enquanto

$$F_i > S_j \cdot X \cdot T \quad (2.5.a)$$

onde S_j é a proporção da população do lugar *j* na população total, T o custo de transporte por unidade de produto para o lugar *j* e X a produção total. Quanto maior F_i , os ganhos de escala obtidos em *i*, maiores as tensões para *polarização* em *i*, as quais são reduzidas na razão inversa da representatividade da população em *j* e na razão direta dos custos dos transportes. Se re-escrevemos a relação (2.5) tal que

$$S_i + S_j = 1 \quad (2.5.b)$$

e

$$F_i > (1 - S_j) \cdot X \cdot T \quad (2.5.c)$$

em que S_i é a proporção da população de *i* no total da população de *i* e *j*, explicitamos uma dimensão da *causação circular e cumulativa de Myrdal*: com F_i suficientemente elevado as decisões de produção se farão em favor de *i*, o que incrementará S_i por novas contratações diretas e por novas compras que induzirão a multiplicação do emprego, com efeito crescente na população, etc.; crescendo a população de *i*, cresce também F_i e assim por diante.

Ademais, é possível a partir daí constituir A_i , a massa dos modelos gravitacionais de Isard, na ótica do *potencial de mercado*. Considerando y_i o dispêndio total feito em *i* para a produção das necessidades de *j*, portanto sendo y_i correspondente ao valor das compras intermediárias (matérias primas e materiais secundários), fundos de reposição do capital físico, remuneração da gestão e salários, e tomando um conjunto de *n* lugares *j* tem-se que: para todos os lugares *j* em que a condição (2.5) for atendida produzirá uma expansão da massa A do lugar *i* correspondente a y_i .

De modo que $A_i = A_0 + \sum_{j=1}^n y_i$, sendo

A_0 um valor associado às necessidades iniciais de *i*.

Setores sem raízes e produtividade crescente. A relação (2.5.a) põe em relevo a ten-

são que produz a polarização, permitindo, ademais, dimensionar a força dessa tensão: tanto maior será sua força, quanto maior for a desigualdade. Dessa força resulta o que de essencial há a produzir “gravidade” (poder de atração) entre lugares. A massa A de um lugar deverá ser, por isso, uma expressão de seus fundamentos. Sobre eles, sejamos mais explícitos. Considerando tudo em movimento, a continuidade do processo de polaridade no lugar i ao longo do tempo dependerá da manutenção ou ampliação das desigualdades que i apresenta em relação aos outros lugares, aos lugares j. Importa, pois, discutir os fundamentos dessas diferenças.

Se explicitamos a noção de ganho de escala para um conjunto de produtos k de modo que se tenha

$$y_{jk} = C_{jk} + \left(m_{jk} + \frac{w_{jk}}{q_{jk}} \right) S_j \cdot X_k = S_j \cdot X_k \left(\frac{C_{jk}}{S_j \cdot X_k} + m_{jk} + \frac{w_{jk}}{q_{jk}} \right) \quad (2.6)$$

$$y_{ik} = S_j \cdot \left[C_{ik} + \left(m_{ik} + \frac{w_{ik}}{q_{ik}} \right) X_k \right] = S_j \cdot X_k \left(\frac{C_{ik}}{X_k} + m_{ik} + \frac{w_{ik}}{q_{ik}} \right) \quad (2.7)$$

para i e j sendo os lugares, C o custo fixo (depreciação do capital físico e custos de gestão) para a produção do produto k, m o valor da matéria prima necessária por unidade de produto k, w o salário pago por unidade de tempo, q a produção de k por trabalhador por unidade de tempo e substituindo (2.6) e (2.7) em (2.5) e o resultado em (2.4) tem-se que:

se

$$\frac{C_{jk}}{(1-S_i) \cdot X_k} + m_{jk} + \frac{w_{jk}}{q_{jk}} > T_{ij} + \frac{C_{ik}}{X_k} + m_{ik} + \frac{w_{ik}}{q_{ik}} \quad (2.8)$$

então

$$A_i = A_0 + \sum_{j=1}^n \sum_{k=1}^m y_{ik}$$

Para um conjunto n de lugares j, a acumulação expande concentradamente em um deles, designemos i, e com ela a concentração e o poder de atração, em função do número de produtos para os quais apresenta $y_{ik} > 0$ e, para cada k

a. diretamente

a.1 com a população do centro de polarização (S_i),

a.2 com a escala de produção de k (X_k) e

a.3 com as habilidades dos trabalhadores,

tanto maiores essas, maiores também q_{ik} , estreitamente associadas ao seu grau de instrução, treinamento e cultura, isto é, às disponibilidades de *capital humano* na forma de habilidades básicas e genéricas, como as apropriadas pela formação escolar geral, e na forma de conhecimentos específicos relacionados à produção de cada k, incluindo-se, nesse caso, os conhecimentos tácitos, entranhados na cultura e no saber informal – estes, em si, uma forma de *capital social*, tanto mais denso, quanto maior o número de produtos k para os quais manifestem-se habilidades específicas.

a.4 com a redução de C, que resulta do efeito conjunto dos preços dos elementos do capital físico, amplamente determinados pela *desenvolvimento local da indústria, do comércio e dos serviços*, e da *eficiência da gestão*, esta fortemente associadas às disponibilidades de *capital humano* na forma de habilidades básicas e genéricas para o planejamento e a gestão, como a propiciada pela formação universitária, e na forma de conhecimentos e *know how* específicos relacionados à produção de k, incluindo-se, nesse caso, os conhecimentos tácitos, entranhados na cultura e no saber informal – este, em si, também uma forma diferenciada de *capital social*;

b. inversamente

b.1 com os custos de transporte (T) e

b.2 com os preços das matérias primas (m_i)

b.3 com o salário real médio (w_i).

As variáveis inclusas em a), aqueles que influem diretamente na concentração, são as *forças centrípetas* da polarização, dado que fundamentam o processo enquanto resultado de acumulação dinâmica, assentada em rendimentos crescentes e, por isso, fenômeno do desenvolvimento com real sustentabilidade econômica. Em conjunto, essas forças podem produzir o que Vázquez-Bartero (2001, p. 29-30) chama de efeito H associado a um lugar: uma confluência de capacidades derivadas tanto de elementos extensivos da sua constituição, como o tamanho do mercado trabalho e de produtos, quanto da qualidade desses mercados, associada ao nível da divisão social do trabalho e ao capital humano e social nele presentes. De modo que $A=A(H)$, isto é, a massa de um

lugar, na metáfora de Isard, determinante e resultante do seu poder de atração, na perspectiva do desenvolvimento endógeno resultante de sua capacidade de acumulação dinâmica, é determinada pelo efeito H, pelo sinergismo das forças centrípetas da polarização.

As variáveis inclusas em b) se caracterizam por serem forças com capacidade limitada para favorecer a acumulação dinâmica de um lugar. Já se cogitou na discussão sobre desenvolvimento a possibilidade de desenvolvimento com base nas vantagens derivadas de vantagens locais em relação às matérias primas e, mesmo, em relação ao custo da força de trabalho. Tais vantagens, associadas à exportação de *staple products* altamente rentáveis poderiam produzir efeitos de aglomeração pela criação, gradativa, de oportunidades de substituição de importações (conf. Clemente e Higashi, 2000:135-136). Sem negar completamente essa possibilidade, as discussões atuais tendem a realçar o fato de que tais vantagens são estruturalmente contestadas por se associarem a processos produtivos de retorno tendencialmente decrescentes.

Setores com raízes e produtividade decrescente. Há uma clara determinação provinda dos setores com raízes – aqueles atrelados ao capital natural: eles tendem a limitar a produtividade do conjunto, dado que assentados nos limites absolutos da natureza, seja enquanto espaço (distâncias), seja enquanto substância. Setores como a mineração ou a agricultura poderiam, nessa perspectiva, fundamentar capacidades iniciais de processos de desenvolvimento, de acumulação diferenciada de um lugar criando para ele ciclos de produtividade crescente, mas tenderiam a se esgotar como fonte de diferenciação. Para Porter, por exemplo, eles seriam, em contraponto aos fatores superiores das criações culturais do capital humano e capital social, fatores inferiores na formação da competitividade de um lugar, do seu desenvolvimento. Há uma falha teórica, aqui, sobre a qual discutiremos longamente adiante. Por enquanto é suficiente dizer que tal compreensão só procede em contexto em que a natureza entre nos processos produtivos como objeto da produção, como uma matéria prima.

Baixos salários e limites a acumulação. A questão dos salários guarda complexidade própria, com longo estatuto teórico. Importa, nesse momento, o seguinte: se por um lado baixos w médios elevam a competitividade de um lugar em relação a certos produtos, por outro limita o surgimento de novos produtos, tolhendo, destarte, sua expansão – a ampliação de sua capacidade de atração A_i – por redução do número de k para os quais se mostra capaz de apresentar, para um número significativo de lugares, mediante a condição (2.8) $y_{ik} > 0$.

Os lugares e seus potenciais no sudeste paraense

Aplica-se, tal modelo, para a análise do caso do Sudeste Paraense? Responder a essa pergunta exige responder a duas outras:

- 1) as variáveis mencionadas acima como forças centrípetas manifestam-se na mesoregião esclarecendo uma conformação multicêntrica?
- 2) Elas relacionam-se entre si explicando tal conformação como resultado de polaridades estruturalmente justificáveis e sustentáveis, pois baseada em rendimentos crescentes e competitividade dinâmica?

Encaminhemos essas questões testando duas hipótese. Primeiro, as variáveis empíricas entendidas como *proxys* daquelas que fazem as forças centrípetas acima teoricamente enunciadas e afetas aos setores sem raízes terão, para suas distribuições espaciais na mesoregião, índices estatísticos de concentração elevados; enquanto que aquelas afetas aos setores com raízes terão índices de concentração baixos. Se verdadeira, essa pressuposição indica que as forças dadas como centrípetas pelas abordagens do desenvolvimento endógeno manifestam-se concentradamente na mesoregião, permitindo-nos entender que fundamentam, ali, processos de polarização. Segundo, as variáveis empíricas entendidas como *proxys* daquelas que fazem as forças centrípetas acima teoricamente enunciadas e afetas aos setores sem raízes correlacionam-se positivamente entre si, explicam-se mutuamente, reforçando-se. Se verdadeira, essa pressuposição indicaria que na mesoregião as pola-

ridades tenderiam a se explicar também por um efeito H, por um sinergismo entre as variáveis que promovem o desenvolvimento por competitividade dinâmica e sistêmica.

Concentração de forças e as variáveis que a expressam

Para o ano de 1995-96, no qual se realizou o Censo Agropecuário e a recontagem do Censo Demográfico, dispõe-se de uma série importante de variáveis demográficas, de governo e da economia. Este será, portanto, nossa referência temporal. Listamos na Tabela 2.5 48 variáveis, ao lado das quais anotamos o tipo de fundamento econômico (se capital físico, se capital humano, se capital social ou se capital natural) e o tipo de fenômeno (se a extensão do mercado, se a produtividade cres-

cente, se a industrialização, se a urbanização) aos quais elas pressupostamente estariam referidas. Na quarta coluna anotamos a expectativa teórica que as discussões acima nos sugerem em relação elas, se se cumprem processos de polarização. Na quinta coluna, anotamos o Índice de Gini para aquela variável considerando os 33 municípios da Mesorregião Sudeste Paraense. Como é amplamente conhecido, o Índice de Gini é uma técnica estatística que calcula a concentração de uma variável. Tal como a aplicamos aqui, o índice se obtém pela medida da dispersão entre a distribuição de cada variável pelos municípios e uma distribuição totalmente homogênea, em que a participação relativa de cada caso (município) é igual a 1 dividido pelo número de casos (32 municípios). Quanto maior a dispersão encontrada, maior a concentração.

Tabela 1 - Variáveis de elevada concentração (Índice de Gini para todos os municípios do Sudeste Paraense)

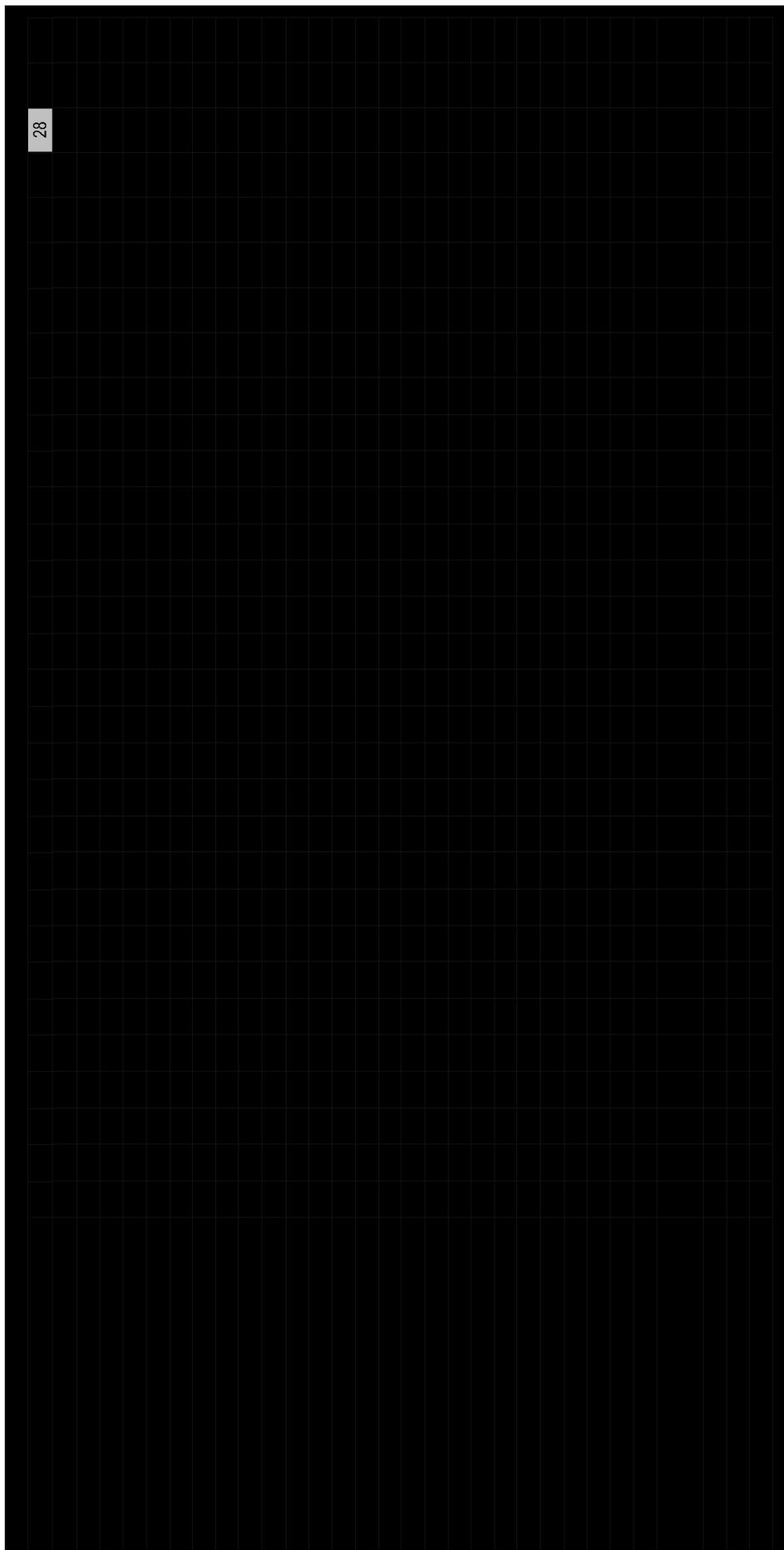
Nº	Nome da Variável	Indicador da importância de:	Expectativa quanto a polarização	Índice de Gini
1	Pessoal Ocupado na Mineração	Capital Natural	Altamente Concentrado	0,96
2	VBP da Horticultura	Capital Natural/Urbanização	Altamente Concentrado	0,88
3	Pessoal Ocupado Educação	Capital Social/Produtividade crescente	Altamente Concentrado	0,84
4	Pessoal Ocupado Transportes	Capital Físico/Potencial de Mercado	Altamente Concentrado	0,83
5	Depósitos Bancários	Capital Financeiro/Potencial de Mercado	Altamente Concentrado	0,80
6	Pessoal Ocupado na Indústria	Capital Físico/Industrialização	Altamente Concentrado	0,79
7	Pessoal Ocupado nos Bancos	Capital Físico/Potencial de Mercado	Altamente Concentrado	0,78
8	Pessoal Ocupado na Saúde	Capital Social/Produtividade Crescente	Altamente Concentrado	0,76
9	Cabeça de família com mais 14 anos de estudo	Capital Humano/Produtividade Crescente	Altamente Concentrado	0,74
10	Pessoas com mais de 14 anos de estudo	Capital Humano/Produtividade Crescente	Altamente Concentrado	0,74
11	Quantidade de Bancos	Capital Físico/Potencial de Mercado	Altamente Concentrado	0,72
12	Pessoal Ocupado no Comércio	Capital Físico/Potencial de Mercado	Altamente Concentrado	0,71
13	Matrículas no ensino médio	Capital Social	Medianamente Concentrado	0,70
14	Pessoas entre 12 e 14 anos de estudo	Capital Humano	Medianamente Concentrado	0,70
15	Orçamento Público Receita	Capital Social	Altamente Concentrado	0,70
16	Orçamento Público Despesa	Capital Social/Produtividade Crescente	Altamente Concentrado	0,70
17	VBP da extração de madeira e carvão	Capital Natural	Medianamente Concentrado	0,70
18	Cabeça de família entre 12 e 14 anos de estudo	Capital Humano	Medianamente Concentrado	0,69
19	Leitos Hospitalares	Capital Social	Altamente Concentrado	0,68
20	Pessoal Ocupado no Serviço Público	Capital Social	Altamente Concentrado	0,67
21	Professores no ensino médio	Capital Social	Medianamente Concentrado	0,65
22	Cabeça de família entre 9 e 11 anos de estudo	Capital Humano	Medianamente Concentrado	0,65
23	Pessoas entre 9 e 11 anos de estudo	Capital Humano	Medianamente Concentrado	0,64
24	ICMS		Altamente Concentrado	0,62
25	Quantidade de Indústrias	Capital Físico	Altamente Concentrado	0,60
26	População Urbana	Potencial de Mercado	Altamente Concentrada	0,55
27	Crédito Agrícola	Capital Financeiro	Medianamente Concentrado	0,55
28	Cabeça de família entre 4 e 8 anos de estudo		Desconcentrado	0,53
29	VBP das Culturas Permanentes	Capital Natural/Capital Físico	Desconcentrado	0,52
30	Pessoas entre 4 e 8 anos de estudo		Desconcentrado	0,51
31	VBP da Pecuária de Pequeno Porte	Capital Natural/Capital Físico	Desconcentrado	0,50
32	VBP da Pecuária de Médio Porte	Capital Natural/Capital Físico	Desconcentrado	0,46
33	VBP das Culturas Temporárias	Capital Natural/Capital Físico	Desconcentrado	0,44
35	Matrículas no ensino fundamental		Desconcentrado	0,42
36	Professores no ensino fundamental		Desconcentrado	0,41
37	Cab. De família até 4 anos de estudo	Capital Humano	Desconcentrado	0,41
38	Pessoas até 4 anos de estudo		Desconcentrado	0,41
39	Eleitores	Capital Social	Desconcentrado	0,40
40	Pessoal ocupado na agricultura	Trabalho	Desconcentrado	0,40
41	VBP da Pecuária de Grande Porte		Desconcentrado	0,38
42	População Rural		Desconcentrado	0,37
43	Quantidade de postos de saúde		Desconcentrado	0,37
44	Receita da agropecuária		Desconcentrado	0,36
45	VBP total da produção animal e vegetal		Desconcentrado	0,34
46	Fundo de participação dos municípios		Desconcentrado	0,32
47	VBP do Extrativismo de Coleta		Desconcentrado	0,25
48	Incremento da população		Desconcentrado	0,19

Tabelas A.1 a A.4. Processamento do Autor.

Uma simples leitura da mencionada Tabela 1 informa-nos que a nossa pressuposição foi basicamente correspondida. As variáveis que são indicativas do potencial de mercado, da divisão intersectorial do trabalho e do desenvolvimento do comércio, como Pessoal Ocupado em Transportes, Depósitos Bancários, Pessoal Ocupado na Indústria e Pessoal Ocupado nos Bancos e Pessoal Ocupado no Comércio, mostram-se nos rankings mais elevados de Índice de Gini, como se esperava. O mesmo se poderia dizer das variáveis indicativas de capital humano e prováveis condições para rendimento crescente (q_i crescentes): se esperavam e se verificaram elevadas concentrações para as escolaridades elevadas, como Cabeça de Família com Mais de 14 Anos de Estudo e Pessoas com Mais de 14 Anos de Estudo, concentração mediana para as escolaridades médias e baixa para escolaridade em nível fundamental. Para as variáveis indicativas de capital social, na forma de infraestrutura de serviços públicos, como Pessoal Ocupado na Saúde e Pessoal Ocupado nos Serviços Públicos, por exemplo, esperava-se alta concentração, tal como se mostrou. A População Urbana, entretanto, para a qual seria de esperar uma concentração alta, apresenta Gini mediano.

Quanto às variáveis associadas ao capital natural, encontram-se dois tipos de situação. Primeiro, as variáveis que associam-se ao capital natural na produção agropecuária, como População Rural e os Valores Brutos de Produção dos diversos ramos de produção agropecuária, para os quais se poderia pressupor maiores probabilidade de utilização do capital natural como meio

de produção, apresentam elevada desconcentração, como se esperava, aliás. Segundo, aquelas variáveis que associam-se à natureza como matéria prima, a exemplo de Pessoal Ocupado na Mineração, de Valor Bruto da Produção da Extração de Madeira e de Carvão (extrativismo de aniquilamento) apresentam elevado grau de concentração. As razões para a diferença são óbvias. Tratada enquanto meio de produção, a base natural fornece ao processo produtivo um fluxo de elementos que é, com participação variada, seu produto, e, como tal, se renova a cada ano – a natureza é, pois, em combinação com o trabalho, coprodutora desse fluxo, que se fará pelo tempo que durar a combinação dos elementos naturais que fazem daquele lugar o espaço da existência daquela combinação particular. Essa porção de natureza pode sofrer uma depreciação, ou não; a depreciação pode ser mais ou menos rápida – em qualquer dos casos, contudo, a natureza é coprodutora, determinando duas coisas: por uma lado, uma difusão das atividades na razão direta da difusão daquelas condições naturais; de outro, um fixidez espacial, tanto mais forte, quanto menor a depreciação da base natural – isto é, quanto maior seja a sustentabilidade do uso dessa base natural. Tratada como matéria prima, todavia, uma porção de natureza é um estoque – o fluxo que daí deriva é único e não renovável. A porção de natureza que o lugar contém, destarte, sendo um dado, dita também duas coisas: a concentração espacial das atividades na razão direta do estoque e a mobilidade espacial na razão direta da rapidez da exploração. Eis o que os dados, nesse primeiro momento, o demonstram.



28

Concentração e efeito H no sudeste paraense

As variáveis com maior grau de concentração reforçam-se entre si, correlacionam-se de modo a indicar uma polaridade dinâmica?

Para respondermos a isso exploremos os dados quanto à correlação estatística linear direta entre cada variável. A Tabela 2 apresenta os Coeficientes de Correlação de Pearson entre todas as variáveis com Índice de Gini superior a 0,5, ordenadas do canto superior para o inferior pelas médias dos coeficientes de correlação da variável com todas as demais variáveis. Assim, quanto mais no alto e na esquerda se encontrar a variável, mais fortemente ela se correlaciona com todas as demais. A primeira coluna da tabela apresenta o Índice de Gini, de modo que se pode visualizar ao mesmo tempo o grau de concentração da variável, a média das correlações que apresenta com todas as variáveis e a correlação particular com cada uma delas. Para respondermos a indagação acima temos que centrar a atenção nas variáveis que apresentam elevado grau de concentração e/ou elevada média de correlação com as demais variáveis. São as seguintes as situações a considerar:

- As 7 variáveis com mais elevados Coeficientes de Correlação de Pearson com todas as outras de Índice de Gini acima de 0,5 são as que indicam o nível de educação da população e dos cabeças de família: as que se associam às disponibilidades de *capital humano*. Entre elas há duas sobre as quais devemos nos deter pois combinam altos Ginis com altas correlações: *Cab. de família com mais 14 anos de estudos* e *Cab. de família entre 12 e 14 anos de estudo*. Como se viu antes, a expressão concentrada dessas variáveis indicam a capacidade da aglomeração de prover meios para uma dinâmica de produtividade crescente.
- Há três outras variáveis com altos Ginis e elevadas correlações, todas relevantes para questões de desenvolvimento, ou como proxys de infraestrutura social, como *Pessoal Ocupado na Saúde* e *Pessoal Ocupado Educação*, ou do grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho, como *Pesso-*

al Ocupado no Comércio. Como se discutiu, essas variáveis são também indicadores de diferencial de produtividade e de potencial de produtividade crescente.

- Há duas variáveis também com elevados Ginis, mas com correlações não tão elevadas como as anteriores, ambas proxys do grau de desenvolvimento da *divisão social do trabalho*. São elas *Depósitos Bancários* e *Pessoal Ocupado Transportes*
- A variável *População Urbana*, de grande significado para a análises do desenvolvimento regional, dado que proxy importante do potencial do mercado e de produtividade crescente por ganhos de escala, apresenta gini mediano e correlações muito elevadas com as demais variáveis de alta concentração, devendo constituir alvo das nossas atenções.
- Há variáveis com alto grau de concentração e com baixa correlação com as demais. Nessa condição encontram-se *VBP da Horticultura*, *Pessoal Ocupado na Indústria*, *Pessoal Ocupado na Mineração* e *VBP do extrativismo de aniquilamento*. Despresaremos a primeira pela sua pouca relevância para questões de desenvolvimento e nos concentraremos, daqui por diante, nas três últimas – pela sua grande relevância para as condições locais de desenvolvimento.

Como se relacionam essas variáveis no Sudeste Paraense? Elas indicam, em sua articulação, se as aglomerações explicam-se mais pelos serviços e comércio, ou mais pelas indústrias que a elas se associam? E, o que fundamenta a formação de indústrias? As dimensões dos mercados representados pelas populações urbanas ou o capital humano contido nessas últimas? Desempenha o capital social (percebido nas proxys de infraestrutura social, por exemplo) um papel relevante na polarização?

Para encaminhar tais questões, ajustamos modelos de regressão linear para as transformações logarítmicas das variáveis acima escolhidas. Para atender a primeira, a segunda e a última perguntas, tornamos a *População Urbana* variável dependente de todas as demais acima escolhidas. Os resultados estão na Tabela: na primeira coluna o nome da variável, na segunda os coeficientes originais da regressão para cada variável independentes, na coluna seguin-

te o desvio padrão do parâmetro, na quarta coluna os valores b (coeficientes estandarizados de modo a permitir a comparação direta entre eles), na quinta coluna o resultado do Teste t de Student e, na última, o grau de significância do parâmetro (a medida da probabilidade de que não haja correlação entre as duas variáveis). Na última linha encontra-se o coeficiente de determi-

nação da regressão (R^2). O modelo apresentou um elevado Coeficiente de Determinação $R_i^2 = 0,962$ e resistiu a um teste de multicolinearidade entre as variáveis dependentes: nenhuma correlação linear simples medida pelo Coeficiente de Correlação de Pearson elevado ao quadrado situou-se acima do coeficiente de determinação (nenhum $r_i^2 > R_i^2$).

Tabela 3 - Resultados da regressão do LN da População Urbana como variável dependente do LN das demais variáveis escolhidas

Variáveis Independentes	Coeficientes		Coeficientes Normalizados β	Teste t de Studente	Significância
	B	Desvio Padrão			
(Constante)	7,697	0,270		28,543	0,000
LN(Depósitos Bancários)	0,025	0,030	0,085	0,823	0,419
LN(Cab. de fam. com mais de 14 anos de escola)	0,030	0,094	0,044	0,317	0,754
LN(Cab. de fam. Entre 12 e 14 anos de escola)	0,338	0,112	0,441	3,011	0,006
LN(Pessoal Ocupado na Saúde)	0,006	0,063	0,010	0,094	0,926
LN(Pessoal Ocupado no Comércio)	0,151	0,083	0,251	1,808	0,084
LN(Pessoal Ocupado na Educação)	0,039	0,053	0,063	0,729	0,474
LN(Pessoal Ocupado na Indústria)	0,132	0,037	0,255	3,521	0,002
LN(Pessoal Ocupado na Mineração)	-0,025	0,039	-0,035	-0,621	0,541
LN(Pessoal Ocupado no Transporte)	-0,014	0,060	-0,025	-0,231	0,820
LN(VBP Madeira e Carvão)	-0,054	0,020	-0,147	-2,738	0,012
Coeficiente de Determinação $R^2 = 0,962$					

Tabelas A.1 a A.4. Processamento do Autor com o SPSS.

Os resultados correspondem à expectativa teórica do desenvolvimento endógeno. Olhando apenas os sinais dos coeficientes demonstra-se que as concentrações urbanas no Sudeste Paraense dependem positivamente (isto é, são formadas pela ação cumulativa das concentrações respectivas) do grau de instrução média e superior da população adulta, do desenvolvimento do comércio e da indústria, do desenvolvimento da infra estrutura educacional e de saúde e do desenvolvimento do mercado financeiro; por outra parte, associa-se, na região, negativamente à mineração e à produção de madeira e de carvão. Há, entretanto, relativizações a fazer que muito dizem sobre a natureza das aglomerações na mesorregião. Considerados os valores dos coeficientes b verifica-se, por exemplo, que a importância relativa da concentração de

adultos (cabeças de família) com formação superior (indicado pelo parâmetro 0,044) é 1/10 da importância da concentrações de adultos com formação média (parâmetro 0,441) e que, além da concentração de adultos com formação média, só mais duas variáveis com sinal positivo têm carga elevada, aproximadamente iguais (0,25): precisamente o pessoal no comércio e na indústria. O peso do pessoal ocupado na saúde é muito baixo (0,10), o mesmo se podendo dizer da saúde e dos serviços bancários. Por fim, se se considera a significância dos parâmetros e o teste t de Student (valor crítico de 1,717 para um grau de liberdade de 22, 33 observações para 11 parâmetros), ter-se-ia robustez apenas para os coeficientes relativos aos adultos com educação média, para o pessoal na indústria e para o pessoal no comércio.

Tabela 4 - Resultados da regressão da Pessoal Ocupado na Indústria como variável dependente das demais variáveis escolhidas

Variáveis Independentes	Coeficientes		Coeficientes Normalizados β	Teste t de Studente	Significância
	B	Desvio Padrão			
(Constant)	-21,409	6,046		-3,541	0,002
LN(Depósitos Bancários)	-0,015	0,139	-0,026	-0,105	0,917
LN(Cab. de fam. com mais de 14 anos de escola)	-0,347	0,421	-0,263	-0,824	0,419
LN(Cab. de fam. Entre 12 e 14 anos de escola)	-0,471	0,600	-0,317	-0,786	0,440
LN(Pessoal Ocupado na Saúde)	-0,029	0,288	-0,026	-0,102	0,920
LN(Pessoal Ocupado no Comércio)	-0,171	0,405	-0,147	-0,423	0,677
LN(Pessoal Ocupado na Educação)	-0,065	0,245	-0,055	-0,266	0,793
LN(Pessoal Ocupado na Mineração)	0,059	0,181	0,044	0,328	0,746
LN(Pessoal Ocupado no Transporte)	0,075	0,274	0,070	0,273	0,788
LN(População Urbana)	2,735	0,777	1,412	3,521	0,002
LN(VBP Madeira e Carvão)	0,273	0,086	0,384	3,161	0,005
Coeficiente de Determinação $R^2 = 0,792$					

Tabelas A.1 a A.4. Processamento do Autor com o SPSS.

O que explica a concentração da indústria, por sua vez, ou a participação da indústria na formação das aglomerações? Tomando o pessoal empregado na indústria como variável dependente, chegamos aos resultados da Tabela . Com um Coeficiente de Determinação $R_1^2 = 0,792$, o modelo indica, observando os sinais e os valores dos coeficientes b, que, correspondendo à expectativa teórica, a indústria depende, na região, das próprias aglomerações urbanas – do tamanho do mercado (coeficiente positivo e muito elevado em relação às população urbana); por outra parte, depende significativamente da produção de madeira e de carvão. Indica, ademais, que *a indústria que se forma na meso região não se associa à existência de capital humano, nem cria infra-estrutura social*, dado que os coeficientes de todas as variáveis a isso associadas são negativos, com as cargas negativos mais expressivas precisamente para os adultos com formação média e superior. Mas o modelo apresenta problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes, de um lado, entre as variáveis população urbana e adultos com nível superior e médio, de outro, entre as variáveis pessoal na saúde de população adulta com instrução superior. Se aduzirmos a isso os resultados dos testes t de Studente e de significância, concluímos que o modelo nos apresenta resultado robusto apenas para os coeficientes relativos à população urbana

e valor da produção de madeira e carvão.

O que dizer da concentração do comércio, por sua vez, ou a participação do comércio na formação das aglomerações? Tomando o pessoal empregado no comércio como variável dependente, chegamos aos resultados da Tabela . Com um Coeficiente de Determinação elevado, de $R_1^2 = 0,923$, e resistiu a um teste de multicolinearidade entre as variáveis dependentes: nenhuma correlação linear simples medida pelo Coeficiente de Correlação de Pearson elevado ao quadrado situou-se acima do coeficiente de determinação (nenhum $r_i^2 > R_i^2$). O modelo indica, observando os sinais e os valores dos coeficientes b, que o comércio também depende, fortemente, das aglomerações urbanas que ajuda a formar, bem como dos adultos com formação média e do nível de desenvolvimento dos transportes; depende fracamente do valor da produção da madeira e do carvão, dos adultos com formação superior e do pessoal ocupado na saúde. Se aduzirmos os resultados dos testes t de Studente e de significância, concluímos, entretanto, que o modelo nos apresenta resultado relativamente robusto (8% de probabilidade de correlação nula) apenas para o coeficiente relativos à população urbana. Poder-se-ia, com algum risco, incorporar os parâmetros relativos à população com nível médio de instrução (14,5% de probabilidade de correlação nula).

Tabela 5 - Resultados da regressão do Pessoal Ocupado no Comércio como variável dependente das demais variáveis escolhidas

Variáveis Independentes	Coeficientes		Coeficientes Normalizados β	Teste t de Studente	Significância
	B	Desvio Padrão			
(Constant)	-5,214	3,811		-1,368	0,185
LN(Depósitos Bancários)	-0,003	0,073	-0,006	-0,038	0,970
LN(Cab. de fam. com mais de 14 anos de escola)	0,093	0,223	0,082	0,416	0,681
LN(Cab. de fam. Entre 12 e 14 anos de escola)	0,458	0,303	0,359	1,510	0,145
LN(Pessoal Ocupado na Saúde)	0,005	0,151	0,006	0,036	0,972
LN(Pessoal Ocupado na Educação)	-0,123	0,126	-0,120	-0,975	0,340
LN(Pessoal Ocupado na Indústria)	-0,047	0,111	-0,055	-0,423	0,677
LN(Pessoal Ocupado na Mineração)	-0,009	0,095	-0,008	-0,098	0,923
LN(Pessoal Ocupado no Transporte)	0,154	0,140	0,167	1,096	0,285
LN(População Urbana)	0,859	0,475	0,516	1,808	0,084
LN(VBP Madeira e Carvão)	0,055	0,053	0,090	1,027	0,316
Coeficiente de Determinação R ² = 0,923					

Tabelas A.1 a A.4. Processamento do Autor com o SPSS.

Polaridade e “Massa” de Gravitação

As aglomerações urbanas no Sudeste Paraense parecem resultar de dinâmicas cumulativas favorecidas pelos serviços de comércio, bancários, educacionais e de saúde e pela presença de indústrias. A produção industrial na mesoregião, por seu turno, associa-se fortemente à exploração madeireira e a produção de carvão, que não corroboram a polaridade dinâmica centradas nas aglomerações urbanas e não formam e nem requerem capital humano, sequer de nível médio, muito menos de nível superior. As aglomerações de comércio e de serviços, por seu turno, apoiam-se, como fundamento de trabalho e consumo, predominantemente em um capital humano de nível médio e secundariamente, em capital humano de nível superior – ambos fortemente concentrados na mesoregião. De modo que, em interação complexa, as variáveis escolhidas reeferem-se a vetores determinadores das configurações multipolares da mesoregião.

Não seria possível integrá-las estatisticamente, fazê-las se comunicar entre si na criação de uma expressão que pudesse estabelecer uma “massa” *Ai* que nas metáforas gravitacionais representassem mais o poder de atração dos lugares que os seus resultados? Com tal massa não impregnariamos a metáfora dos campos de força de Isard com o conteúdo, mesmo que parcial, dos fatores determinantes do desenvolvimento endógeno?

As técnicas de *análise fatorial* fornecem meios de observar de modo eficiente a “comunicação de agregados” de variáveis (Ferreira, 1989:531) e a distribuição espacial da ocorrência dessas agregações. A análise “cria” uma ou várias variáveis, em relação às quais as variáveis tomadas inicialmente apresentam máxima correlação. Tais variáveis podem ter seus valores (*scores*) calculados para todas as unidades de ocorrência das variáveis primárias – neste nosso caso, para todos os municípios. Os valores das variáveis artificiais (*factors*) representam, assim, a integração das variáveis (reais) que atuam reforçando-se. Para o nosso caso, procedamos de modo a encontrar algum *factor* que expresse as interações das variáveis que reforçam sua condição original concentrada (Fedorenko et alii, 1971; Friedrichs, 1980; Brosius, 1989; Kageyama e Silveira, 1997; Lemos e Assunção, 1997).

Submetemos as 11 variáveis já tratadas a uma análise fatorial. Lembrando, oito delas são variáveis adequadas para representar proxys das forças centrípetas da acumulação dinâmica: capital humano (Cabeça de família com mais 14 anos de estudo, Cabeça de família entre 12 e 14 anos de estudo), capital social (Pessoal Ocupado Educação, Pessoal Ocupado na Saúde), aprofundamento da divisão social do trabalho (Pessoal Ocupado no Comércio, Depósitos Bancários, Pessoal Ocupado Transportes, Pessoal Ocupado na Indústria) e tama-

nho de mercado (População Urbana). Duas delas têm a ver com a exploração de recursos naturais que induzem à acumulação espacialmente concentrada (Pessoal Ocupado na Mineração e VBP da Extração de Madeira e Carvão).

Resultou dois fatores com *eigenvalues* maiores que um (fronteira, a partir da qual sugere-se consideração – Hair et alii, 1998: 104-113). O primeiro, com eigenvalue de 7,8 explica 71% da variância total. O segundo, com eigenvalue de 1,56, explica 14,2% da variância total.

Consideremos na nossa análise apenas o primeiro fator, cujas correlações com as diversas variáveis de origem estão na Tabela ordenadas por valor. O fator apresenta correlações superiores a 0,9 para sete das oito variáveis proxys daquelas que fundamentam a polarização dinâmica. Apresenta baixa correlação com as atividades concentradas, porém notoriamente atreladas à exploração da natureza como matéria prima. Chamaríamos este de Fator de Polaridade Dinâmica, por explicitar a interação dominante das variáveis (que representam *proxys* dos fatores superiores) de polarização.

Tabela 6 - O fator principal da análise fatorial das variáveis básicas do Sudeste Paraense

Variáveis	Coef. de Correlação com o Fator Principal
População Urbana	0,979
Pessoal Ocupado no Comércio	0,979
Cabeça de família com mais 14 anos de estudo	0,977
Cabeça de família entre 12 e 14 anos de estudo	0,976
Pessoal Ocupado Educação	0,969
Pessoal Ocupado na Saúde	0,967
Depósitos Bancários	0,963
Pessoal Ocupado Transportes	0,934
Pessoal Ocupado na Indústria	0,443
Pessoal Ocupado na Mineração	0,303
VBP da extração de madeira e carvão	0,248

Tabelas A.1 a A.4. Processamento do Autor com o SPSS.

Um dos recursos da análise fatorial é verificar em que medida um fator se manifesta para cada um dos casos estatísticos da análise – os *scores* do fator para cada unidade de informação. Em nosso estudo, isso significa que podemos ter uma medida da força da conjunção das variáveis que

fundamentam a polarização dinâmica expressa pelo Fator Polarização Dinâmica – em que medida ele se manifesta para cada lugar. Precisamente esse valor poderá ser tomada como a “massa” A do lugar, na delimitação do campo de forças dos potenciais descritos na relação (2.3) – o seu poder estruturante derivado do sinergismo produzido pela interação entre aquelas variáveis. Tais valores foram encontrados e constam da Tabela 7.

Encontrado o vetor de “massas”, isto é, as grandezas A_j da relação (2.3) construiu-se uma matriz de distâncias correspondente aos 33 municípios, que compõem a mesorregião Sudeste do Pará (ver Tabela A.3). Dividindo cada massa pela distância encontramos a atratividade de cada par i, j de municípios. E o potencial de atração de cada município é a soma da força de atração desse município em relação a cada um dos outros municípios: o valor do campo de forças constituído por suas relações. O resultado está na Tabela A.4, cuja última linha apresenta o potencial de cada um dos municípios em consideração. Os cinco municípios de maior potencial de atração na mesorregião Sudeste Paraense, aqueles que potencialmente configuram-se como seus pólos, são, pela ordem de grandeza de P : Marabá ($P=6,4$), Parauapebas ($P=3,35$), Paragominas ($P=3,10$), Tucuruí ($P=2,92$), Conceição do Araguaia ($P=2,39$).

A Tabela 8 apresenta a distribuição das respectivas cargas de atração em relação a todos os municípios da Mesorregião e uma distribuição dos municípios pelas aglomerações que apresentaram maior poder de influência. Apresenta, ao final, uma indicação de posição no Pólo a partir das cargas potenciais que cada município apresenta em relação aos principais centros aglutinadores: considerou-se que um município seria tributário de um centro, se o potencial de atração que apresenta em relação aquele centro fosse maior que o potencial de atração que apresenta em relação a qualquer centro.

Tabela 7 - Scores dos Fatores Polaridade e Ruralidade para o Sudeste Paraense – Massa dos Municípios

Municípios	Scores Polaridade Dinâmica	Scores Polaridade Dinâmica Ajustados
Marabá	4,59379	6,1401
Parauapebas	1,50015	3,0464
São João do Araguaia	-0,53269	1,0136
São Domingos do Araguaia	-0,48184	1,0644
Itupiranga	-0,41601	1,1303
Bom Jesus do Tocantins	-0,49303	1,0533
Jacundá	-0,07421	1,4721
Tucuruí	1,10113	2,6474
Eldorado dos Carajás	-0,49109	1,0552
Curionópolis	-0,35782	1,1885
Rondon do Pará	0,11762	1,6639
Abel Figueiredo	-0,5124	1,0339
São Geraldo do Araguaia	-0,35986	1,1864
Brejo Grande do Araguaia	-0,5373	1,0090
Dom Eliseu	-0,06088	1,4854
Paragominas	1,37501	2,9213
Breu Branco	-0,33886	1,2074
Palestina do Pará	-0,52932	1,0170
Goianésia do Pará	-0,44176	1,1045
Xinguara	0,01646	1,5627
Redenção	0,74664	2,2929
Água Azul do Norte	-0,54628	1,0000
Conceição do Araguaia	0,64112	2,1874
Novo Repartimento	-0,42859	1,1177
Ulianópolis	-0,37412	1,1722
Rio Maria	-0,3376	1,2087
Tucumã	-0,22644	1,3198
Ourilândia do Norte	-0,40838	1,1379
Pau D'Arco	-0,5428	1,0035
Cumaru do Norte	-0,52176	1,0245
Santana do Araguaia	-0,1672	1,3791
São Félix do Xingu	-0,36902	1,1773
Santa Maria das Barreiras	-0,54263	1,0037

Fonte: Tabela 2.1 a Tabela 2.4. * Tornou-se o menor valor igual a 1.

Tabela 8 – Cargas dos potenciais de atração dos principais centros polarizadores do Sudeste Paraense

Município	Municípios com maior potencial de atração:					Distribuição dos municípios pelos respectivos pólos de atração (função da maior carga de atração)				
	Marabá	Parauapebas	Paragominas	Tucuruí	Conceição	Marabá	Parauapebas	Paragominas	Tucuruí	Conceição
Marabá	6,14007	0,05203	0,01436	0,03198	0,01263	Marabá				
Parauapebas	0,02582	3,04643	0,00668	0,01145	0,01219		Parauapebas			
S. J. Arag.	0,02413	0,00685	0,00321	0,00483	0,00307	Marabá				
S. Doming.	0,02129	0,00750	0,00323	0,00471	0,00343	Marabá				
Itupiranga	0,01700	0,00912	0,00343	0,00715	0,00327	Marabá				
Bom Jesus	0,01505	0,00566	0,00390	0,00560	0,00286	Marabá				
Jacundá	0,01502	0,00751	0,00564	0,01389	0,00352	Marabá				
Tucuruí	0,01379	0,00995	0,00946	2,64741	0,00521				Tucuruí	
Eldorado	0,01319	0,02110	0,00230	0,00409	0,00432		Parauapebas			
Curionóp.	0,01238	0,03962	0,00275	0,00450	0,00487		Parauapebas			
Rondon	0,01223	0,00666	0,00770	0,00800	0,00396	Marabá				
Abel Fig.	0,01124	0,00497	0,00401	0,00527	0,00274	Marabá				
S. Geraldo	0,00927	0,00802	0,00289	0,00368	0,00530	Marabá				
B. Grande	0,00747	0,00567	0,00310	0,00388	0,00325	Marabá				
Dom Eliseu	0,00707	0,00450	0,00952	0,00594	0,00312			Paragominas		
Paragomin.	0,00683	0,00641	2,92129	0,01043	0,00462			Paragominas		
B. Branco	0,00678	0,00451	0,00457	0,06708	0,00240				Tucuruí	
Palestina	0,00678	0,00565	0,00304	0,00371	0,00339	Marabá				
Goianésia	0,00650	0,00409	0,00489	0,01726	0,00224				Tucuruí	
Xinguara	0,00584	0,01421	0,00284	0,00411	0,01101		Parauapebas			
Ulianópolis	0,00350	0,00304	0,01429	0,00469	0,00212			Paragominas		
N. Repart.	0,00426	0,00543	0,00339	0,01693	0,00252				Tucuruí	
São Félix	0,00193	0,00491	0,00177	0,00286	0,00338		Parauapebas			
Ourilândia	0,00244	0,00759	0,00190	0,00308	0,00455		Parauapebas			
Água Azul	0,00467	0,01000	0,00181	0,00287	0,00490		Parauapebas			
Tucumã	0,00277	0,00815	0,00219	0,00351	0,00508		Parauapebas			
Cumarú	0,00210	0,00488	0,00154	0,00223	0,00551					Conceição
Rio Maria	0,00336	0,00863	0,00209	0,00299	0,00930					Conceição
Pau D'arco	0,00231	0,00528	0,00162	0,00398	0,01091					Conceição
S. M. Barr.	0,00170	0,00198	0,00142	0,00177	0,01287					Conceição
Santana	0,00200	0,00383	0,00175	0,00219	0,01724					Conceição
Redenção	0,00493	0,01071	0,00356	0,00476	0,02796					Conceição
Conceição	0,00450	0,00875	0,00346	0,00431	2,18740					Conceição
Potenciais totais	6,4182	3,35	3,05959	2,92	2,39					

Fonte: Tabela A.6.

Considerações finais

Na análise acima o município de Marabá apresentou-se como Centro de maior potencial polarizador no Sudeste Paraense. Considerando a força de atração representado por uma massa A, cujo valor resulta da inter-relação de variáveis que indicam tanto possibilidades de ganhos de escala (como população urbana) como outras que apontam para potencial de rendimentos crescentes (como as variáveis associadas à escolaridade da força de trabalho, além da disponibilidade de serviços públicos e privados), e a ação centrífuga das distâncias entre o Centro e todos os municípios da Mesorregião Sudeste Paraense, estabeleceu-se a hierarquia de lugares que representam o que aqui entendemos como Pólo Marabá. Além de Marabá, revelaram-se quatro outras aglomerações significativas na Mesorregião: Parauapebas, Paragominas, Tucuruí e Conceição do Araguaia.

Notas

¹ Ver a avaliação de Amaral (2001:350-365) sobre a evolução e possibilidades do conceito.

² A população constitui, nessa perspectiva, massa de atração porque se supõe que quanto maiores os aglomerados humanos maior deverá ser a comutação entre eles. Por outro lado, pressupõe-se que o custo e o sacrifício de deslocamento no espaço reduz aquela comutação na razão direta da distância entre os

aglomerados (Ferreira, 1989:528).

³ Com isso, segundo Richardson (1969:98), os modelos gravitacionais passaram a se pretenderem não determinísticos, dado não se proporem à verificação de posições estabelecidas (ótimas) de uma certa configuração espacializada da relação entre fatores, mas sim a indicarem o que é provável ocorrer no deslocamento destes fatores numa certa configuração espacial. Eles se referem a interações esperadas – resultam, isto posto, de um teoria das probabilidades e representam aspectos de teorias do comportamento e não da maximização.

⁴ Alfred Marshall, um dos mais importantes teóricos da mecânica neoclássica, foi também pioneiro em apontar os efeitos positivos da aglomeração. Para ele, tais efeitos se davam porque a) a concentração de firmas de uma mesma indústria em um mesmo lugar permite um correspondente agrupamento de trabalhadores com as habilidades especiais por ela particularmente requeridas; b) em um centro urbano, quanto maior e industrializado seja, mais permite a provisão de *insumos não comercializáveis* – serviços especializados, cultura, sistema de assistência social, formação técnica, amenidades urbanas, etc. – o que Fujita, Krugman e Venables (2000: 19) traduziram como a capacidade das aglomerações produzirem “excesso de conhecimento” e que c) as informações sobre inovações de produto e processo fluem com mais facilidade em curtas distâncias – o acesso a *technological spillovers* é facilitado pela aglomeração (Marshall, 1982: 231-38). Seus seguidores, contudo, têm considerado esses fatores na designação comum de externalidades, isto é, como fatores próprios ao ambiente sócio-cultural e político onde funcionam as empresas, mas estranhos ao processo decisório propriamente econômico e, presumivelmente, alheio a seus resultados. Isso lhes permitiu preservar a metáfora do equilíbrio geral por garantirem a hipótese dos rendimentos decrescentes. Ver considerações críticas de Arthur (2000).

5 ANEXOS

Marabá	123.378	26.717	150.095	1,13	73.893	1.460	244	46.177	5.838	11.715	6.843	4.577	242	563	50.019	27.326	14.521	667	1.039
Total Sudeste Paraense	619.108	425.884	1.044.99	568.660	8.647	742	285.771	17.981	97.670	37.629	17.184	823	1.786	401.646	155.085	54.397	2.012	3.234	

Fonte: IBGE, Base de Informações Municipais, 1995. Notas: ¹ Índice de incremento total da população entre 1991 e 1995; ² Fundamental; ³ Médio.

Marabá	13 906	1.824.463	119.108	387.258	8.651.315	186.303	396.803	352.868	1.918.042	11 843
Total do Sudeste Paraense	312.033	24.320.006	3.245.790	1.977.697	198.855.229	5.041.272	11.221.327	14.543.739	49.988.096	275.596

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995-96. Tabulações especiais do autor.

¹ A produção pressupõe o aniquilamento de um estoque de recursos naturais.

Tabela A.3 - Variáveis de finanças públicas e privadas, 1995-96

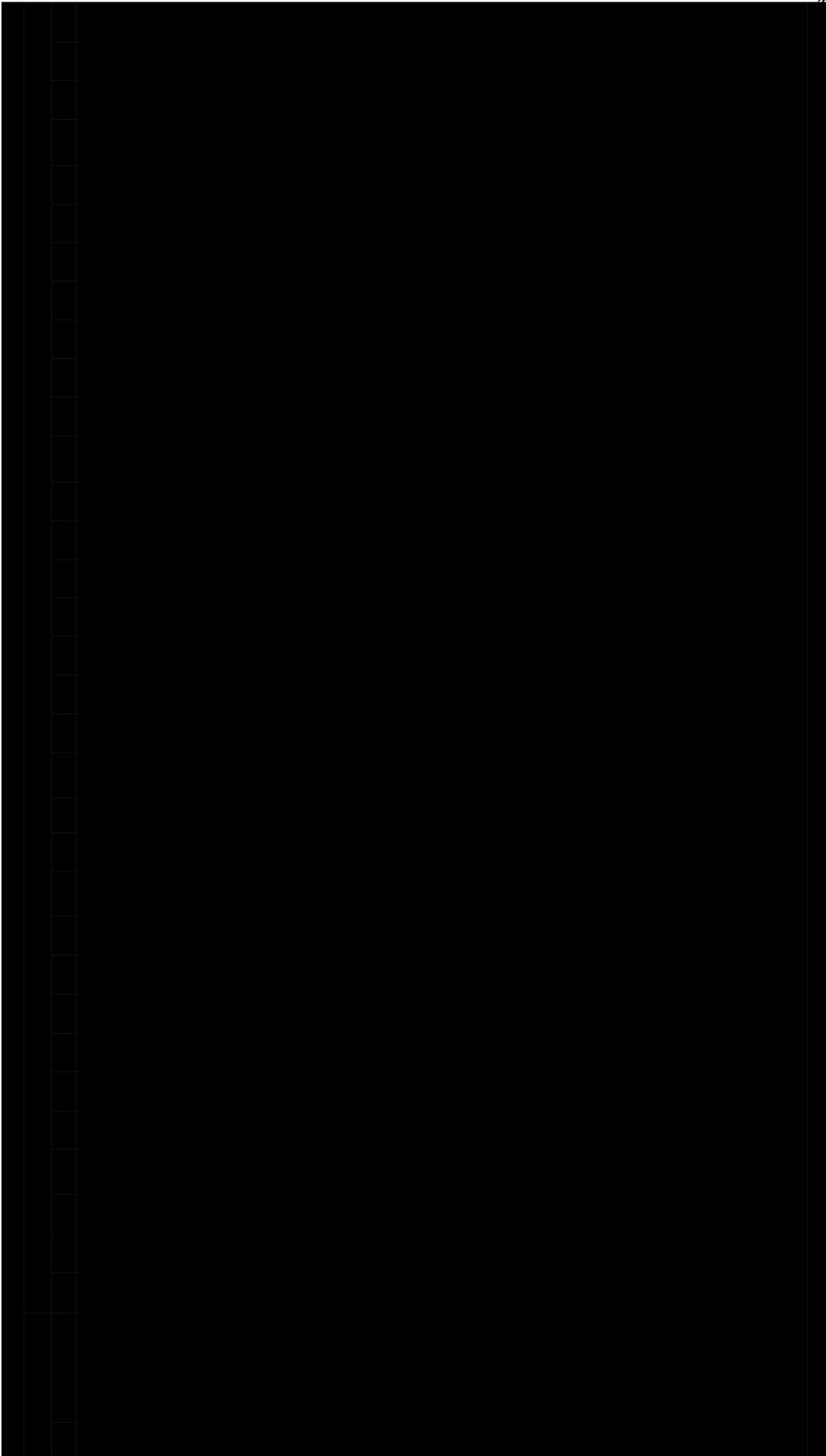
Município	Finanças Públicas				Bancos		
	Receita Total	Despesa Total	FPM ¹	ICMSI ²	Depósitos	Número	Pessoal ocupado
Marabá	23.200	24.534	9.775	8,87%	25.507	18	262
Parauapebas	23.655	22.604	2.616	14,18%	3.453	4	33
São João do Araguaia	0	0	1.831	0,22%	0	0	0
Itupiranga	5.521	5.750	3.139	0,92%	990	1	11
S. D. do Araguaia	0	0	1.308	0,40%	0	0	0
Jacundá	4.597	4.478	2.093	1,06%	630	1	7
B. Jesus do Tocantins	3.279	3.349	1.831	0,43%	180	1	2
Eldorado dos Carajás	1.892	2.009	1.046	0,36%	0	1	9
Curionópolis	0	0	2.877	2,02%	0	0	0
Rondon do Pará	6.157	6.719	2.877	1,90%	1.925	3	32
S. Geraldo do Araguaia	4.247	4.678	2.354	1,54%	0	0	0
Tucuruí	22.382	23.412	4.185	24,81%	7.250	6	60
Abel Figueiredo	0	0	785	0,17%	0	0	0
Dom Eliseu	5.004	4.793	2.354	2,08%	2.964	3	25
Brejo Grande do Araguaia	2.458	2.253	1.569	0,35%	0	0	0
Xinguara	0	0	2.877	3,29%	2.102	4	31
Goianésia do Pará	0	0	1.308	1,04%	0	0	0
Breu Branco	3.286	3.609	1.308	1,19%	0	0	0
Total do Quarto Anel	10.748	10.655	9.416	0	5.066	7	56
Palestina do Pará	0	0	785	0,35%	0	0	0
Água Azul do Norte	2.096	2.409	785	0,56%	0	0	0
Conceição do Araguaia	0	0	3.662	1,60%	2.602	4	51
Novo Repartimento	0	0	1.831	2,34%	0	0	0
Redenção	0	0	2.877	4,89%	4.812	10	69
Rio Maria	0	0	2.093	1,67%	900	2	10
Tucumã	3.557	3.573	2.093	2,20%	540	1	6
Ulianópolis	3.127	2.996	1.308	2,75%	0	0	0
Ourilândia do Norte	3.521	3.836	1.831	1,60%	0	0	0
São Félix do Xingu	0	0	1.831	2,39%	1.260	3	14
Santana do Araguaia	3.070	3.315	1.569	2,12%	1.080	3	12
Pau D'Arco	1.642	1.647	785	0,47%	0	0	0
Cumaru do Norte	0	0	785	0,55%	0	0	0
Sta. Maria das Barreiras	2.315	2.316	1.046	1,76%	0	0	0
Total Sudeste Paraense	125.006	128.280	72.814	1	62.885	71	700

Fonte: IBGE, Base de Informações Municipais, 1995. Notas: ¹ Fundo de Participação dos Municípios; ² Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Tabela A.4 - Variáveis da distribuição funcional da população por setores, 1995-96

Município	Mineração	Indústria		Pessoal ocupado em serviços				Saúde pública		
		P. Ocup.	Número	Comércio	Educação	Serv. Publ.	Transporte	Postos de Saúde	Leitos Hosp.	Pessoal ocupado
Marabá	57	1.609	142	3.137	265	1.249	833	9	218	255
Parauapebas	1.506	276	57	1.134	123	1.074	128	12	0	160
São João do Araguaia	0	8	1	6	0	0	4	10	15	0
Itupiranga	0	62	24	47	0	92	2	7	15	0
S. D. Araguaia	0	22	6	34	0	0	0	6	0	0
Jacundá	0	350	62	292	40	235	10	6	52	26
B. Jesus do Tocantins	0	17	8	53	0	232	1	4	25	0
Eldorado dos Carajás	1	20	7	80	0	60	0	8	0	2
Curionópolis	2	12	9	123	3	0	70	2	29	1
Rondon do Pará	6	1.508	49	372	8	490	31	4	77	29
S. Geraldo do Araguaia	0	43	10	177	5	215	2	7	0	1
Tucuruí	0	526	46	902	137	622	149	7	54	79
Abel Figueiredo	0	62	10	26	0	109	1	1	0	0
Dom Eliseu	1	1.176	51	173	0	351	22	4	54	20
Brejo Grande do Araguaia	0	12	1	13	0	93	1	4	0	0
Xinguara	0	292	29	536	4	199	14	3	87	51
Goianésia do Pará	0	161	30	70	0	0	0	10	0	0
Breu Branco	0	855	34	42	3	148	0	10	0	0
Paragominas	4	6.875	178	1.413	130	10	85	23	276	110
Palestina do Pará	0	0	0	12	0	120	1	5	0	0
Água Azul do Norte	0	15	2	1	0	38	0	5	0	0
Conceição do Araguaia	17	139	42	590	63	321	91	22	195	111
Novo Repartimento	0	98	15	82	0	0	2	9	16	6
Redenção	19	596	92	1.395	46	689	141	1	182	68
Rio Maria	0	190	17	149	1	256	7	2	43	11
Tucumã	0	65	25	292	3	0	14	9	110	32
Ulianópolis	31	973	35	64	0	97	2	2	52	0
Ourilândia do Norte	0	29	4	61	0	94	0	7	50	17
São Félix do Xingu	3	29	10	174	0	12	11	7	10	7
Santana do Araguaia	0	101	13	345	2	0	101	4	43	28
Pau D'Arco	0	12	2	7	0	0	0	1	0	0
Cumaru do Norte	0	0	0	6	0	0	0	11	0	0
Santa Maria das Barreiras	2	0	0	6	0	0	1	5	0	0
Total do Sudeste Paraense	1.649	16.133	1.011	11.814	833	6.806	1.724	227	1.603	1.014

Fonte: IBGE, Base de Informações Municipais, 1995.



-SIG. O termo SIG, refere-se àqueles sistemas que efetuam tratamento computacional de dados geográficos. Um SIG armazena a geometria e os atributos dos dados que estão georeferenciados, numa projeção cartográfica qualquer (Câmara e Medeiros, 1998: 06). Com base no *Software ArcView*, elaborou-se uma carta base georeferenciada, sobre a qual, calculou-se a distância métrica e em linha reta de cada município em relação a todos os outros municípios da mesorregião. O cálculo da distância teve como referencial um ponto comum, em que a distância entre a sede de um município A, foi calculada em relação a sede de todos os outros municípios da mesorregião.

Referências

- ALTIERI, M. A. *Agroecologia*. Rio de Janeiro: AS-PTA/FASE, 1989.
- AMARAL, J. *Desenvolvimento endógeno*. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Pp. 350-365, 2001.
- ARTHUR, W. B. *Increasing Returns and Path Dependence in the Economy*. Michigan, The University of Michigan Press, 2000.
- BARRO, R. e SALA-E-MARTI, X. *Convergence across States and Regions*. Brookings Papers on Economic Activity. n. 1, 107-182, 1991.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. De la régulation des espaces aux espaces de régulation. In: BOYER, Robert; SAILLARD, Yves (dirs.). *Théorie de la régulation: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995, p. 293-303.
- BROSIUS, G. *SPSS/PC+: Advanced Statistics und Tables*. Hamburg, McGraw-Hill, 1989.
- CÂMARA, G.; MEDEIROS, J. S. Princípios Básicos do Geoprocessamento. In: *Sistema de informações Geográficas: Aplicações na agricultura*. EMBRAPA, 1998.
- CARVALHO, H. M. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. *A Amazônia e a crise de modernização*. Belém: MPEG, 1994, p. 361-380.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*. Jena: Fischer, 1993.
- COLEMAN, J. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, Mass: Harvard University, 1990.
- CONSIDERA, C. M.; RAMOS, R. L. O.; FILGUEIRAS, H. V.; SOBRAL, C. B. *Matrizes de insumo-produto regionais (1985 e 1992) – metodologia e resultados*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- COSTA, F. de A. *Bauern, märkte und kapitalakkumulation*. Saarbrücken - Fort Lauderdale: Verlag Breitenbach Publishers, 1989.
- _____. *Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia*. Belém: Sejuap, 1998.
- _____. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA, 2000.
- COSTA, F. de A. As ciências, o uso dos recursos naturais na Amazônia e a noção de desenvolvimento sustentável: por uma interdisciplinaridade ampla. In: VIEIRA, I.; SILVA, J. M. C.; OREN, D. C.; D'INCAO, M. A. *Diversidade biológica e natural da Amazônia*. Belém: MPEG, 2001.
- CROCOMO, F. e GUILHOTO, J. Relações inter-regionais e intersetoriais na economia brasileira: uma aplicação de insumo produto. In: *Economia aplicada*. v. 2, n. 4, out-dez, 1998.
- FEDORENKO, N. P. *Mathematik und Kibernetik in der Ökonomie*. Berlin: Verlag der Wirtshaf, 1971.
- FERREIRA, C. M. Métodos de Regionalização. In: *Economia regional: Teorias e Métodos de Análise*. (orgs: Paulo Roberto Hadd et al). Fortaleza: BNB, 1989.
- FIEDRICHS, J. *Methode empirischer sozialforschung*. Oplades: Westdeutscher Verlag, 1985.
- FIGUEIREDO, F. O. *Introdução à Contabilidade Nacional*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.
- FONSECA, M. G.; LU, M. *Uma metodologia para a construção de matrizes de relações interindustriais*. ANPEC: Encontro Nacional - Anais. Atibaia: ANPEC, 1979.
- FRÉMONT, A. *La Région, espace vécu*. Presses Universitaires de France. Paris, 1976.
- GHOSH, A. input-output analysis with substantially independent groups of industries. In: *Econometrica*. 1960, p. 28.
- GILLY, J.; PECQUEUR, B. La dimension locale de la régulation. In: BOYER, Robert; SAILLARD, Yves (dirs.). *Théorie de la régulation: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1995, p. 304-312.
- GUILHOTO, J.; SONIS, M.; HEWINGS, G.J.D. *Linkages and multipliers in a multirregional framework: integrations of alternative approaches*. University of Illinois, Regional Economics Applications Laboratory. 1997. (Discussion Paper, 97-T-2).
- HADDAD, P. R. A concepção de desenvolvimento regional: A Competitividade do Agronegócio, Estudos de Clusters. In: HADDAD, P. R. (org.). *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: Estudos de clusters*. Brasília: Embrapa/CNPq. Pp. 9-36, 1999.
- _____. *Contabilidade Social e Economia Regional: análise de insumo-produto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *Análise de insumo-produto regional e inter-regional, multiplicadores de produção, de renda e de emprego*. In: HADDAD, Paulo R. *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989a.
- _____. *Métodos de análise de setores-chave e de complexos industriais*. In: HADDAD, Paulo R. *Economia regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989b.
- HADLEY, G. *Linear Algebra*. New York: Addison-Wesley, 1965.
- HAIR Jr., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L. e BLACK, W. C. *Multivariate data analysis*. New Jersey: Prentice Hallm, 1998.
- HILHORST, J. G. M. *Regional planning: A Systems Approach*. Rotterdam University Press, Rotterdam, Holanda, 1971.
- HIRSCHMAN, A. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- HOBBELINK, H. *Biotechnologia: muito além da revolução verde*. Porto Alegre: s.e., 1990.
- HOEL, Paul. *Introduction to mathematical statistics*. New York: John Wiley & Sons, 1962.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Estatística para economistas*. São Paulo: BPCS, 1991.
- IBGE. *Base de Informações Municipais*. CD-ROOM.
- _____. *Censo Agropecuário 1995-96*. CD-ROOM, 1996.
- _____. *Censo Agropecuário do Estado do Pará*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. *Censo agropecuário 1996-96*. CD-ROM, 1998.
- _____. *Censo agropecuário do estado do Pará*. Rio de Janeiro: IBGE. Texto e base de dados em CD-ROM, 1998.
- _____. *Contas regionais do Brasil*. CD-ROM, 2001.

- _____. *Produção agrícola municipal, vários anos*.
- IEL/SEBRAE. *Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil*. Brasília, IEL/SEBRAE, 2000.
- INHETVIN, T. *Produção Camponesa e Redes Mercantis*. In: COSTA, F. A. *Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense: o caso de Capitão Poço*. Belém: NAEA, 2000.
- IPEA. *Economia brasileira em perspectiva - 1998*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- IPEA/ANPEC. *Opções estratégicas do Banco da Amazônia S.A - Relatório Final*, 2001.
- ISARD, W. *Interregional and regional input-output analysis: a model of a space - economy*. In: *Review of Economics and Statistics*, 33, 1951.
- _____. *Location and Space-Economy: a general theory relating to spacial location, market areas, land use, trade and urban structure*. Cambridge, M.I.T. 1956.
- _____. *Methods of Regional Analysis*. Cambridge: Mass, 1996, cap. XI.
- JOHANSEN, L. *A multi-sectoral study of economic growth*. New York: North-Holland, 1974.
- KAGEYAMA, J.; SILVEIRA, J. M. *Agricultura e questão regional*. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 35, n.2 abril/jan, 1997.
- KRUGMAN, P. *Development, geography, and economic theory*. Cambridge: Teh MIT Press, 1995.
- _____. *Geography and Trade*. Cambridge: The MIT Press, 1991.
- _____. *Development, geography, and economic theory*. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- _____. *The self-organizing economy*. Oxford: Blackwell, 1998.
- _____. *Geography and Trade*. Cambridge, The MIT Press: 1991.
- _____. *The self-organizing economy*. Oxford: Blackwell, 1998.
- LEMOS, M. B., ASSUNÇÃO, J. J. *Mapa do Desenvolvimento Agrícola Brasileiro*. In: ANPEC - Anais do XXV Encontro Nacional de Economia. Recife, p. 1507-1527, 1957.
- LEMOS**, O Problema da Regionalização: Dificuldades Teóricas e uma Metodologia Alternativa. In: *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- LEONTIEF, W. *A economia de insumo-produto*. In: LEONTIEF, W. *A economia do insumo-produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1951a
- _____. *A estrutura da economia norte-americana*. In: LEONTIEF, W. *A economia do insumo-produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1951b.
- _____. *Análise multirregional de insumo-produto*. In: LEONTIEF, W. *A Economia do Insumo-Produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *A análise de insumo-produto*. In: LEONTIEF, W. *A economia do insumo-produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LINS, H. N. (sd). *Regulação local e desenvolvimento: problemática, escopo e possibilidades*. Mimeo.
- MARSHALL, A. *Princípios de Economia*. Os Economistas, v I. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MIERNYK, William H. *The elements of input-output analysis*. New York: Random House, 1965.
- MONASTÉRIO, L. M. (sd). *Capital social e grupos de interesse: uma reflexão no âmbito da economia regional*. Mimeo, SL.
- MONTEIRO, M. A. *Carvoejamento, desmatamento e concentração fundiária: repercussões da siderurgia no agrário regional*. In: Homma, A K O . *Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola*. Embrapa. Pp. 187-219, 1998.
- MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*. London: Duckwoth, 1957.
- PERROUX, F. *L'économie du XX^{ème} siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.
- PIANI, G.; KUME, H. *Fluxos bilaterais de comércio e blocos regionais: Uma aplicação do Modelo Gravitacional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- PONTE, M. X. *Bioenergy industry analysis based on information entropy*. Belém: NAEA (mimeografado), 1999.
- PORTER, M. E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- PUTMAN, R. e HELLIWELL, J. *Economic growth and social capital in Italy*. In: *Eastern economic journal*, v. 21, n. 3, 1995.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- REILLY, W. J. *Methods for the study of retail relationships*. University of Texas Bulletin, n. 2944, nov, 1929.
- RICHARDSON, H. *Input-output and regional economics*. London: World University, 1972.
- RICHARDSON, H. W. *Elements of regional economics*. Baltimore: Penguin Books, 1969.
- ROLIM, C. F. C. *O Problema da Regionalização*. In: *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTANA, A. C. e AMIN, M. *Cadeias produtivas na Amazônia*. No Prelo, 2002.
- STEWART, J. Q. *Demographic gravitation: Evidence and Application*. Sociometry, v. II, fev/mai, 1948.
- SYDSAETER, K.; HAMMOND, P. J. *Mathematics for economic analysis*. New Jersey: Prentice Hall, 1995.
- THEIL, Henri. *Economics and information theory*. Chicago: Rand McNally & Company, 1967.
- UHL, C.; VERÍSSIMO, A ; BARRETO, P; MATTOS, M. M.; BRANDINO, Z.; VIEIRA, I.C.G. *Social, economic and ecological consequences of selective logging in an Amazon frontier: the case of Tailândia*. In: *Forest ecology and management*, v. 46, p. 243-273, 1991.
- VALDIVIA, C.; DUNN, E. G.; JETTE, C. *Diversification as a risk management atrategy in na Andean agropastoral community*. American Journal of Agricultural Economics, 78: 1329-1334.

VERGOLINO, J. R. de O.; MONTEIRO, A. A hipótese da convergência da renda: um teste para o nordeste do Brasil com dados microrregionais, 1970-1993. In: *Revista Econômica do Nordeste*. v. 27, n. 4, pp. 701-724, out-dez 1996.

VERÍSSIMO, A ; BARRETO, P.; MATTOS, M.; TARIFA, R.; UHL, C. Logging Impacts and Prospects for sustainable forest management in na old Amazonian Frontier: de case of Paragominas. In: *Forest ecology and management*, v. 55, p. 169-199, 1992.

VERÍSSIMO, A; BARRETO; TARIFA, R.; UHL, C. Extraction of high-value natural resource in Amazonia: the case of mahagony. In: *Forest ecology and Management*, v. 72, p. 39-60, 1995.

WILLIAMSON, Oliver. *The economic institutions of capitalism*. New York: Free Press, 1985.

WOODS, J. E. *Mathematical economics: topics in multi-sectoral economics*. London: Longman, 1978.

A internacionalização de pequenas empresas através de consórcios de exportação inseridos em clusters industriais: uma relação recíproca de contribuição

The internationalization of small businesses through exportation consortiums inserted in industrial clusters: a reciprocal relationship of contribution

La internacionalización de pequeñas empresas a través de consorcios de exportación insertos en clusters industriales: una relación recíproca de contribución

Márcia Freire de Oliveira *

Dante Pinheiro Martinelli**

Recebido em 24/10/2004; revisado e aprovado em 20/11/2004; aceito em 17/02/2005.

Resumo: Este artigo tem como objetivo, a partir de uma revisão bibliográfica sobre internacionalização de pequenas empresas, consórcios de exportação e clusters industriais, propor um estudo para investigar a existência de uma relação recíproca de contribuição entre aspectos do desenvolvimento local pertinentes aos clusters industriais e a internacionalização de pequenas empresas através de consórcios de exportação neles inseridos.

Palavras-chave: consórcios de exportação; desenvolvimento local; pequenas empresas.

Abstract: This article seeks, from a bibliographical revision on internationalization of small businesses, exportation consortiums and industrial clusters, to propose a study for the investigation of the existence of a reciprocal relationship of contribution between aspects of local development pertinent to industrial clusters and the internationalization of small businesses through exportation consortiums inserted in them.

Key words: exportation consortiums; local development; small businesses.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo, a partir de una revisión bibliográfica sobre la internacionalización de pequeñas empresas, consorcios de exportación y clusters industriales, proponer un estudio para investigar la existencia de una relación recíproca de contribución entre aspectos del desarrollo local pertinentes a los clusters industriales y la internacionalización de pequeñas empresas a través de consorcios de exportación en ellos inseridos.

Palabras clave: consorcios de exportación; desarrollo local; pequeñas empresas.

1 Introdução

O processo de globalização de mercados, que vem se intensificando nas últimas décadas devido à aceleração da abertura comercial e financeira das economias, da formação de grupos econômicos, das novas tecnologias de informação, da crescente mobilidade de mercadorias e fatores de produção, assim como da forte competição pelos locais e estruturas de produção favoráveis à obtenção de baixos custos de produção e de mão-de-obra, impulsionou a concorrência em níveis internacionais. Devido a essa intensificação, as empresas, independentemente do tamanho, buscam, cada vez mais, novas formas de aumento de competitividade e de expansão de mercados, sendo a estratégia de internacionalização uma das principais alternativas no alcance desses objetivos.

O Brasil apresenta uma entrada tardia no mercado internacional, sendo que as empresas começaram a ser realmente estimuladas a se internacionalizar depois dos

anos 90 devido à abertura comercial e financeira realizada no governo Collor, da privatização e da desregulamentação da economia. A importância do mercado externo tornou-se uma das prioridades do governo (DIAS, 2002).

Dentre desse contexto, a participação da pequena empresa no comércio internacional é ainda pequena, mas, ao mesmo tempo, apresenta um grande potencial de expansão, não só pelo grande número de pequenas empresas existentes no país, como pela diversidade de produtos que elas oferecem.

Buscando incrementar a participação das pequenas empresas no mercado externo o governo brasileiro, em conjunto com a APEX Brasil (Agência de Promoção de Exportações), vem realizando esforços corretos para a redução das barreiras à pequena empresa na atividade de exportação (IGLESIAS, 2003). Dentre essas ações merece destaque a formação de consórcios de exportação, onde as pequenas empresas mantêm sua própria individualidade no mercado doméstico e realizam ações conjuntas para exportarem seus

* Doutoranda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. (marciaf@dep.ufscar.br).

** Professor Doutor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto. (dantepm@usp.br)

produtos para diferentes mercados, beneficiando-se de uma maior eficiência operacional e de baixos custos de produção, notando-se que alguns desses consórcios se localizam no centro de clusters industriais, enquanto outros são formados por empresas dispersas geograficamente.

Segundo Cavalieri & Manuelli (2001) os clusters locais podem ser considerados um exemplo de desenvolvimento industrial, no qual empresas de pequeno e médio porte tornam-se produtores eficientes e exportadores de sucesso, ao explorar as vantagens tangíveis e intangíveis trazidas pela proximidade e concentração territorial.

Acredita-se que os consórcios de exportação se beneficiam, no que tange à internacionalização, de aspectos inerentes (tangíveis e intangíveis) aos clusters, que estão relacionados ao desenvolvimento local por ele proporcionado, como por exemplo o desenvolvimento de relações sociais que favorecem a cooperação, utilização de mão de obra local especializada, e também beneficiam o cluster por fatores como o reforço da identidade da região, a atração de compradores internacionais, entre outros. Assim, o objetivo desta comunicação, que consiste de um ensaio teórico, é de propor um estudo para verificar a existência desta relação recíproca de contribuição e, conseqüentemente, dos benefícios por ela gerados.

2 Fundamentação Teórica

2.1 A internacionalização de pequenas empresas

O quadro externo atual, caracterizado em particular pela interdependência das economias, a globalização dos mercados e a mundialização da concorrência, criou novas oportunidades mas também desafios, que levaram as empresas a desenvolver esforços na adoção de estratégias de internacionalização.

De acordo com Lemaire et. al. (1997), o desenvolvimento internacional das empresas corresponde a uma necessidade que as mudanças recentes do ambiente econômico mundial progressivamente colocaram em evidência, sendo elas :

- A tendência globalizante das economias e mercados, que se firmou depois de uma ou

duas décadas, dentro de um cenário em que as dificuldades das trocas de bens, serviços e capitais aumentaram sensivelmente,

- O processo de abertura internacional inevitável e consecutivo para grande parte das empresas.

Segundo Caldeira (2002) os processos de internacionalização não são simples e nem podem ser separados das estratégias competitivas das empresas, implicando notadamente nos seguintes pontos: atitude competitiva, concentração geográfica das empresas, mecanismos de gestão e de coordenação de atividades, desenvolvimento interno de competências dinâmicas, absorção e integração de conhecimento, relação com outras empresas (concorrentes, clientes, fornecedores) e a capacidade de adaptação e articulação das diferentes condições locais (especificidades culturais, econômicas, regulamentares e linguísticas dos países ou regiões).

Para as pequenas empresas, o processo de internacionalização é mais complexo, em comparação com as grandes organizações, devido às dificuldades peculiares que apresentam, por exemplo: fabricação de produtos com um nível de qualidade aceitável nos mercados externos, falta de tempo para gerenciar as atividades internacionais; falta de informação adequada para se desenvolver no mercado externo; barreiras burocráticas; dificuldade em encontrar intermediários no exterior (agentes de exportação, representantes, empresa comercial) e etc.

Apesar das dificuldades existentes, a internacionalização se mostra uma alternativa atraente e necessária, no que tange à competição mundial, para as pequenas empresas. De acordo com Dias (2002) os principais motivos que levam uma pequena empresa a entrar no mercado externo são: a diminuição da dependência dos mercados internos, o aumento das receitas operacionais, uma maior rentabilidade da empresa, melhoria da qualidade e competitividade do produto.

No Brasil, a política de promoção de exportações criou uma estrutura de oferta externa baseada na grande empresa. Segundo dados da FUNCEX (2002), as pequenas empresas brasileiras representam 29,5% do total das empresas exportadoras nacionais, mas elas são responsáveis por apenas 7% do

volume das exportações. Pode-se dizer então que o papel da pequena empresa na transformação e no crescimento das exportações brasileiras ainda tem sido pouco expressivo, uma vez que elas produzem produtos diferenciados, mas em escalas reduzidas, concentrando seus esforços nas vendas destinadas ao mercado doméstico.

No entanto, espera-se que esta situação comece a mudar através da inserção de um maior número de pequenas empresas nas atividades exportadoras, uma vez que uma das orientações da Política Brasileira de Apoio ao Comércio Exterior é a criação de condições necessárias para que a pequena empresa realize seu papel na geração de empregos, na descentralização geográfica da atividade econômica e na expansão das exportações.

2.2 Clusters industriais e internacionalização de pequenas empresas

A literatura econômica define cluster como um grupo de firmas interligadas e instituições associadas, dispostas geograficamente próximas. Essas aglomerações de empresas têm tido muito sucesso em vários países, principalmente pelo fato de que as firmas nelas localizadas estariam se organizando em redes e desenvolvendo sistemas de integração nos quais predominam, entre as firmas, vários esquemas de cooperação, solidariedade, coesão e valorização do esforço coletivo. O resultado destes processos seria a materialização de uma eficiência coletiva, decorrente das externalidades geradas pela ação conjunta, propiciando uma maior competitividade das empresas, em comparação com as firmas que atuam isoladamente no mercado (GALVÃO, 2000).

Essas concentrações geográficas de firmas interligadas, produtoras de serviços e de produtos, congregam fornecedores especializados de insumos, provedores de serviços, infra-estrutura especializada, governo e instituições que oferecem treinamento e educação, informação, pesquisa e suporte técnico (GALVÃO, 2000). Guimarães (2002) ainda coloca que essas firmas, além de competirem no mesmo mercado, também cooperam para aumentar a produtividade da comuni-

dade na qual se inserem, criando sinergias.

Segundo Enright (1996) os clusters podem ser divididos em duas grandes categorias:

- *Clusters* ou aglomerados industriais: conjunto de indústrias ligadas por relações “comprador e fornecedor” e “fornecedor e comprador” ou pela propriedade comum de tecnologia e pela existência de compradores comuns, para uma mesma cadeia de distribuição e ainda pela concentração geográfica da mão-de-obra;
- *Clusters* ou aglomerados regionais: esta denominação apresenta a maior amplitude por descrever a aglomeração geográfica de firmas, tendo como característica principal o fato de estarem em uma mesma localização geográfica, em que as empresas estão localizadas muito próximas umas das outras.

De acordo com Suzigan et. al. (2001), as vantagens proporcionadas pelos clusters são decorrentes: (1) da existência de um denso mercado local de mão de obra especializada; (2) das facilidades de acesso a fornecedores de matérias primas, componentes, insumos e serviços especializados e, muitas vezes, também de máquinas e equipamentos, e (3) da maior disseminação local de conhecimentos especializados, que permitem rápidos processos de aprendizado, criatividade e inovação. A elas podem-se somar economias externas de natureza ativa resultantes de ações conjuntas deliberadas das empresas e instituições locais, como por exemplo, para compra de matérias primas, promoção de cursos de capacitação gerencial e formação profissional, criação de consórcios de exportação, contratação de serviços especializados e instituição de centros tecnológicos coletivos e cooperativos de crédito. Dessa soma resultaria a eficiência coletiva que, em princípio, determina a vantagem competitiva das empresas locais, comparativamente a empresas similares não aglomeradas geograficamente.

A região de inserção do cluster pode ser considerada como o locus da organização produtiva e da inovação, onde o esforço da pesquisa; da ação institucional e do aprendizado se dão de forma conjunta, através da interação; cooperação e complementaridade; imersos no ambiente cultural local, o qual é também o resultado do processo histórico cultural. Cada localidade tem sua pró-

pria individualidade, no sentido de seus atributos naturais, econômicos, antropológicos, históricos, sociais e políticos, havendo, portanto, conteúdo tangível e intangível, não sendo reproduzível ou copiável, sendo esses fatores de influência decisiva no desenvolvimento local e regional.

Segundo Martinelli & Joyal (2003) a cooperação e competitividade se transformam em aspectos fundamentais para justificar as ações dos clusters, determinando a estratégia a ser seguida no território. Assim, o desenvolvimento local deve ser pensado como um pacto territorial, tendo presentes a idéia de desenvolvimento e alta mobilização dos recursos locais, o que significa: (1) uma estratégia integrada das instituições para enfrentar a fragmentação territorial; (2) fortalecimento de lideranças locais; (3) criação de uma identidade e um sentimento de solidariedade social e territorial; (4) fortalecimento de um controle social e de uma cultura de responsabilidade pública; (5) mobilização de diferentes culturas, criando redes; (6) mobilização do conhecimento local, que cria uma cultura de projetos, reduzindo a dependência em relação a agentes externos.

Segundo Haddad (2002), o desenvolvimento de uma região ou localidade, no longo prazo, depende profundamente da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro (processo de desenvolvimento endógeno), o que se relaciona, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis na região (ver Tabela 1).

O processo de internacionalização não é contraditório a um modo de funcionamento territorializado, como o dos clusters, sendo a gestão do local a serviço do internacional uma necessidade para as PME. A composição e qualidade do meio econômico local são fatores de sucesso para a internacionalização de pequenas empresas. Grande parte das pequenas empresas não se engaja individualmente no exterior, mas junto com os atores do território em que estão implantados. Uma pequena empresa que exporta é levada naturalmente a privilegiar as competências de proximidade e, conseqüentemente, a internacionalização também se relaciona com a problematização do desenvolvimento local (TORRES, 2002).

Quadro 1 - Formas de Capitais Intangíveis Determinantes do Processo de Desenvolvimento Regional ou Local

<i>Algumas formas de capitais intangíveis</i>	<i>Especificação</i>
1. <i>Capital Institucional</i>	As instituições ou organizações públicas e privadas stentes na região: o seu número, o clima de relações institucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o grau de modernidade.
2. <i>Capital Humano</i>	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-los.
3. <i>Capital Cívico</i>	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas, etc.
4. <i>Capital Social</i>	O que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
5. <i>Capital Sinérgico</i>	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Fonte: Haddad (2002)

Guimarães (2002) diz ainda que sob certas condições históricas de formação de clusters, os vínculos que são estabelecidos entre as empresas regionais e os demandantes internacionais podem ampliar os espaços culturais, para absorver e lançar certos valores, costumes e comportamentos originais, consolidando uma identidade na região, direcionada para o mercado internacional. A ampliação de mercados, o poder de negociação, a representação internacional, a facilidade ao crédito, a distribuição de produtos nos países destino, por exemplo, são os fatores fortificados em uma estratégia formada em termos de clusters em relação às empresas que atuam isoladamente.

As empresas em um cluster podem, de forma cooperativa, criar uma estrutura complementar à atividade exportadora ou formar uma unidade de pressão sobre as autoridades, para obter os elementos necessários ao desenvolvimento de seus projetos, por meio de um sistema de ação conjunta entre empresas, através de alianças explícitas ou tácita, joint ventures, redes de empresas, como por exemplo, os consórcios de exportação, ou outras formas de organização empresarial/industrial. A sinergia governamental com a indústria privada é máxima nesse caso, beneficiando tanto a produção local quanto a de produtos exportáveis.

De acordo com Resende & Gomes (2003), a importância dos clusters industriais, no plano de inserção das pequenas empresas no mercado internacional, se deve às características que garantem o sucesso destas empresas em termos de competitividade

internacional, das exportações, de longevidade e também em relação à geração de empregos e renda nas regiões onde elas estão localizadas. Os autores (acima citados) dizem que as empresas de pequeno e médio porte pertencentes ao cluster apresentam melhores resultados ligados ao comércio exterior que o conjunto de empresas, de mesmo porte e setor, que não pertencem a algum cluster, tais como: mais tempo de permanência no mercado, melhor produtividade, maior rentabilidade e taxa de crescimento mais alta.

2.3 Consórcios de exportação de pequenas empresas brasileiras e sua inserção em clusters industriais

A crescente formação de consórcios de exportação em diversos países do mundo reflete a importância que essas redes de cooperação vêm atingindo para auxiliar as pequenas empresas a exportar. Entre os países subdesenvolvidos pode-se citar a formação de consórcios de exportação na Argentina, Índia, Colômbia e no Quênia e, entre os países desenvolvidos, principalmente a Suécia, Itália e Dinamarca. Estudos efetuados, em vários países, sobre marketing cooperativo de exportação mostram a formação de consórcios como um conceito promissor no engajamento das pequenas e médias empresas na exportação. Para o Brasil, que tem no comércio exterior uma importante alavanca para a economia, a formação de consórcios de exportação é essencial (TOMELIN, 2000).

Para a APEX Brasil (2003) o consórcio de exportação é um nome fantasia que descreve o agrupamento de empresas com interesses comuns, reunidas em uma entidade estabelecida juridicamente. Essa entidade é constituída sob a forma de uma associação sem fins lucrativos, em que as empresas definem como vão trabalhar em conjunto, com o objetivo de melhorar a oferta exportável e de promover a exportação.

Os consórcios de exportação podem variar em relação às características, como (MINERVINI, 1997):

- finalidade:
 - √ promoção de exportações: em geral são formados por empresas que já possuem experiência em comércio exterior. As ven-

das no mercado externo são realizadas diretamente pelas empresas que integram o consórcio;

- √ vendas: em geral é formado por empresas que não possuem experiência anterior em comércio exterior. As exportações são realizadas por intermédio de uma empresa comercial exportadora;
- região de ação: o consórcio pode concentrar suas vendas em um país ou região ou agir em vários países;
- membros:
 - √ monosetoriais: reúnem empresas de um mesmo setor, trabalhando por exemplo com o mesmo produto em diferentes estilos ou agrupando empresas complementares ;
 - √ multisetoriais: reúnem empresas de diferentes setores, que podem trabalhar com produtos complementares, a partir de uma mesma cadeia produtiva, ou com produtos heterogêneos, destinados ou não a um mesmo cliente.

A formação de consórcios de exportação no Brasil não é recente. As primeiras iniciativas começaram em 1975, quando o Centro Brasileiro, de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – CEBRAE, hoje denominado SEBRAE, tomou as primeiras medidas para construir um modelo de exportação adaptado à realidade das pequenas empresas nacionais. Inicialmente, as ações feitas foram a realização de seminários e cursos de sensibilização e informação sobre a importância da participação das pequenas empresas no esforço de exportação (INFANTE apud TOMELIN, 2000).

Na década de 80 o Brasil já apresentava consórcios de exportação formados em vários estados e em ramos como: confecções, material de construção, metalurgia, produtos de couro, mármore e granito, artesanato, palmito, calçados, entre outros (TOMELIN, 2000), mas somente depois dos anos 90 é que a formação dos consórcios de exportação se intensificou.

Os consórcios e pólos de exportação concebidos no Brasil a partir da década de 90 foram formados com a idéia de fortalecer fatores como: expansão dos mercados externos, poder de negociação, imagem dos produtos, representação internacional, distribuição dos produtos nos países destino, entre

outros, através de uma estratégia moldada por ações compartilhadas por pequenas empresas que tinham objetivos comuns no mercado externo. Esses consórcios e pólos de exportação ganharam aderência política nacional, uma vez que certos segmentos produtivos encontravam dificuldades de responder espontaneamente à intensificação da concorrência internacional. As ações de estímulo e apoio, nas áreas de marketing e tecnologia, dentro dos setores produtivos selecionados, tornaram possível um maior engajamento das empresas, sobretudo as de menor porte, nas atividades de exportação de maneira conjunta (GUIMARÃES, 2002).

Mas, foi depois da criação da APEX (Agência de Promoção de Exportações), em 1997, hoje denominada APEX Brasil, que a formação de consórcios de exportação se intensificou, sendo, hoje em dia, a maioria desses consórcios instalados em território nacional, apoiados pela Agência.

Atualmente, segundo semestre de 2003, a APEX Brasil está dirigindo 49 projetos de formação de consórcios de exportação, instalados em diferentes regiões do país. Os consórcios de exportação existentes se dividem nos seguintes segmentos: têxtil e confecções (48%); jóias, gemas e metais preciosos (20%); calçados e componentes para calçados (15%); e alimentos (4%). Os outros setores representam cerca de 2% cada um do número total de consórcios, sendo eles: rochas ornamentais, máquinas e equipamentos, brinquedos, produtos médico-odontológicos, fogos de artifício, produtos e serviços aeronáuticos, serviços de consultoria em engenharia, moldes e matizaria. No que tange à localização, os consórcios de exportação estão concentrados principalmente nos estados de São Paulo (30%), Minas Gerais (26%) e Rio de Janeiro (11%). Nos outros estados onde os consórcios estão instalados a porcentagem é menor: Rio Grande do Sul (9%), Espírito Santo (7%) e Bahia, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Pernambuco, Paraíba e Ceará com 1% cada um (APEX BRASIL, 2003).

No Brasil encontram-se consórcios formados de maneira dispersa geograficamente, como também dentro de alguns clusters, como é o caso do consórcio de moldes dentro do cluster de indústria plástica de Joinville-

SC, os do setor de jóias, gemas e metais preciosos dentro do cluster de jóias de Limeira-SP, o de rochas ornamentais em Soledade-RS e o de confecção dentro do cluster existente em Nova Friburgo-RJ.

Como visto no item anterior, os clusters industriais propiciam aspectos que facilitam a internacionalização das pequenas empresas, mas pouco se sabe sobre a influência dos clusters no processo de internacionalização dos consórcios de exportação existentes no Brasil, nem mesmo sobre os benefícios que estes consórcios podem gerar aos clusters no que tange ao desenvolvimento local da região onde ele está inserido. Como colocam Lima et. al (2003), considerando-se os consórcios de exportação brasileiros, cabe a análise do processo de intervenção envolvido na internacionalização, levando em conta os efeitos no desenvolvimento local.

3 Proposição de estudo

A partir do que foi relatado até aqui, propõe-se um estudo que buscará responder a seguinte questão: a internacionalização de pequenas empresas brasileiras através de consórcios de exportação, quando inseridos em clusters industriais, relaciona-se benéfica e reciprocamente aos aspectos do desenvolvimento local a esses inerentes?

O estudo fará a interligação de temas de reconhecida importância em relação ao desenvolvimento econômico e social do país: pequena empresa, clusters industriais, desenvolvimento local e internacionalização.

O desenvolvimento empresarial em uma dada região ou setor econômico deve envolver um conjunto de atividades destinadas a estimular o espírito empreendedor em uma sociedade, favorecer a criação de novas empresas e oferecer condições para sobrevivência e desenvolvimento das já existentes. As PME são fortes geradoras de empregos e renda, sendo consideradas o motor do desenvolvimento econômico de uma sociedade, uma vez que, por uma questão natural, os seus negócios tendem ao crescimento, são estimuladores da competência e, como consequência, produzem grandes trocas nos participantes dos mercados e na política de preços e são permanente fonte de inovação, devido à necessidade de desco-

brir e desenvolver novas oportunidades em mercados que se encontram estancados (CÂNDIDO & ABREU, 2000).

As pequenas empresas se aproveitam de sinergias coletivas, quando localizadas em clusters, que fortalecem as chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras.

De acordo com Torres (2002) as aglomerações industriais do tipo distritos industriais - inovative millieu (meios inovantes) e clusters permitem às pequenas empresas neles inseridas a obtenção de vantagens competitivas, extraídas em escala local. E, independentemente destas empresas serem inovantes, comerciais, industriais, familiares, etc. elas podem ter um incremento de produtividade nos mercados internacionais baseado numa forte integração local.

Esse aspecto mostra-se extremamente importante, pois a internacionalização das pequenas empresas contribui para que elas alcancem benefícios como: diminuição da dependência do mercado interno, melhoria do produto para atender às exigências de qualidade do mercado externo, aumento das vendas e da produtividade, diversificação dos canais de comercialização, melhoria da imagem da empresa e expansão dos negócios da empresa. É importante também destacar a contribuição da internacionalização dessas empresas para o desenvolvimento da atividade exportável do país uma vez que permite uma grande diversificação da pauta de exportações, que é hoje ainda concentrada em commodities, de baixo valor agregado.

Assim, o estudo proposto vai ao encontro com o que Amaral Filho (2003) coloca: a relação entre a questão do ambiente e do desenvolvimento da pequena empresa, especificamente a questão da organização social ou coletiva nos chamados agrupamentos (como é o caso dos clusters) e redes de pequenas empresas, (como é o caso dos consórcios de exportação) traz uma grande renovação nas estratégias de organização dessas empresas que se relacionam com novas possibilidades de geração de emprego e renda e de fortalecimento do tecido sócio-produtivo, sendo ainda uma maneira de recolocar na agenda de discussões brasileiras a questão do desenvolvimento regional ou local.

O objetivo principal será, então, de investigar se a internacionalização de pequenas empresas brasileiras, através de consórcios de exportação, quando inseridos em clusters industriais, relaciona-se benéfica e reciprocamente aos aspectos do desenvolvimento local a esses inerentes. Como objetivos secundários busca-se: (1) fazer um levantamento dos consórcios de exportação que estão inseridos em clusters industriais para possibilitar a escolha dos clusters a serem estudados; (2) levantar os aspectos do desenvolvimento local, existentes nos clusters selecionados; (3) verificar quais se relacionam à internacionalização das pequenas empresas consorciadas; (4) propor ações de melhoria da atuação dos consórcios de exportação através de um melhor inter-relacionamento entre esses e aspectos do desenvolvimento local inerentes ao cluster onde estão inseridos.

A justificativa do estudo está em investigar a relação entre o desenvolvimento local em aglomerados do tipo clusters e a inserção internacional das pequenas empresas pertencentes a consórcios de exportação inseridos nestes clusters, evidenciando-se aqui então a importância do local para o desenvolvimento internacional. O reflexo desta investigação é extremamente importante pela contribuição aos consórcios de exportação inseridos em clusters industriais, no que tange à melhoria de seu desempenho no mercado internacional; para os clusters industriais uma vez que a atuação internacional das empresas pertencentes ao consórcio pode contribuir para a geração de emprego, o reforço da identidade da região e o estímulo para outras pequenas empresas do cluster a se internacionalizarem, entre outros, e até mesmo para a proposição de políticas de apoio à formação e à melhor atuação de consórcios de exportação.

Para alcançar o objetivo proposto, propõe-se a realização de um estudo comparativo de casos entre consórcios de exportação de pequenas empresas brasileiras inseridos dentro de clusters industriais. A pesquisa será qualitativa, sob a forma de estudo exploratório, uma vez que busca maiores informações sobre o tema, ainda pouco estudado.

Como técnica de coleta de dados, ter-se-á: levantamento bibliográfico, buscando

levantar informações e dados já publicados que estejam relacionados ao tema estudado; pesquisas na internet, por ex: em páginas de entidades como Apex Brasil e Sebrae, realização de entrevistas semi-estruturadas com os gerentes dos consórcios de exportação e pessoas ligadas ao sindicato e entidades de apoio aos clusters.

Assim, será possível levantar informações como: desempenho dos consórcios de exportação inseridos em clusters industriais; como os aspectos do desenvolvimento local inerente aos clusters podem contribuir para a internacionalização das pequenas empresas consorciadas; contribuição dos consórcios de exportação para o desenvolvimento local dos clusters; melhorias necessárias para a atuação dos consórcios, incluindo aí a formulação de políticas de apoio, necessidade de uma maior interação com os agentes locais (sindicatos, universidades, centros de treinamento), entre outros.

4 Considerações finais

A formação de consórcios de exportação no Brasil começou a se intensificar, sobretudo depois dos anos 90, quando a APEX Brasil inicia o seu apoio a essas redes de operação.

No que tange ao estudo desses consórcios, sabe-se de algumas pesquisas realizadas (dissertações de mestrado), como a de Tomelin (2000) que buscou analisar alguns consórcios de exportação existentes no estado de Santa Catarina e a de Rodrigues (1999), que analisou um consórcio localizado na cidade de Belo Horizonte, mas nenhuma delas enfoca os consórcios inseridos dentro de clusters industriais, que apresentam algumas ocorrências no Brasil, assim como não estabelecem uma relação com a questão do desenvolvimento local.

A literatura levantada neste artigo nos mostra que os consórcios de exportação formados por pequenas empresas inseridas em clusters industriais podem se beneficiar das vantagens trazidas pelo desenvolvimento local da região de inserção desses clusters, assim como a internacionalização dessas pequenas empresas pode contribuir para o desenvolvimento da região. Julga-se então importante a realização de estudos empí-

ricos, em clusters brasileiros, buscando comprovar ou refutar esta afirmação.

Dessa forma, esta comunicação propôs um estudo para investigar a relação de reciprocidade entre o processo de internacionalização de pequenas empresas brasileiras, através de consórcios de exportação, que estão inseridos em clusters industriais, e do desenvolvimento local a estes pertinentes.

Referências

- APEX BRASIL. Disponível em: <<http://www.apex.org.br>> Acesso em: 20 maio 2003.
- AMARAL FILHO, J. *É negócio ser pequeno mas em grupo*. In: Workshop Ipea, 2003, Brasília. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/textos.htm>> Acesso em: 20 set. 2003.
- CALDEIRA, C. Os desafios da internacionalização: como as empresas portuguesas dão o salto. In: *Revista Público 500*. Edição especial. Lisboa, 2002, p. 10-15.
- CÂNDIDO, G. A.; ABREU, A. F. Aglomerados industriais de pequenas e médias empresas como mecanismo para promoção de desenvolvimento regional. In: *Revista Eletrônica de Administração de Empresas*. Porto Alegre, ed.18, n. 6, v. 6, 2000. Disponível em: <<http://www.read.ufrgs.br>> Acesso em: 25 ago. 2003.
- CAVALIERE, A.; MANUELLI, A. À Moda toscana: o papel das exportações no desenvolvimento dos clusters locais. In: *Cluster – Revista Brasileira de Competitividade*, Belo Horizonte: Instituto Metas, n. 1, 2001, p. 14-19.
- DIAS, A. L. *Reflexões e ações para a internacionalização da pequena empresa brasileira*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- ENRIGTH, M. J. Regional clusters and economic development: A research agenda, In: STABER, U; SCHAEFER, N. V.; SHARMA, B., editors. *Business Networks: prospects for regional development*. New York: De Gruyter, 1996.
- FUNCEX. *Empresas exportadoras brasileiras: classificação anual por tamanho e setor de atividade*, 2002. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>> Acesso em: 20 maio 2003.
- GALVÃO, O. J. A. Clusters e Distritos Industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de políticas. In: *Planejamento e políticas públicas*. n. 21. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp.html>> Acesso em: 30 set. 2003
- GUIMARÃES, E. P. Política de exportação brasileira para pequenas e médias empresas. In: BNDES, *O desafio das exportações*, Ed. BNDES. Rio de Janeiro, 2002, 704 p.
- HADDAD, P. H. A organização dos sistemas produtivos locais como prática de desenvolvimento endógeno. In: V Fórum Interamericano da Microempresa, 2002,

- Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.iadb.org/foromic/Vforo/sections-pg/presentations.asp>.> Acesso em: 21 set. 2003.
- IGLESIAS, R. Qual é a melhor estratégia para exportar? In: *Revista Sebrae*, n. 9, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>.> Acesso em: 12 ago. 2003.
- LEMAIRE, J. P.; PETIT, G. ; DESGARDINS, B. *Stratégies d'internationalisation*. Paris: Ed. Dunod, 1997.
- LIMA, J. B. et al. Os desafios do processo de internacionalização de PME e o papel dos consórcios de exportação. In: *2º Congresso do Instituto Franco Brasileiro de Administração de Empresas*, 2003, Franca. (Cd-Rom)
- MARTINELLI, P. D. ; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. São Paulo: Ed. Manole, 2003.
- MINERVINI, N. *Exportar: competitividade e internacionalização*. Makron Books, São Paulo, 1997.
- RESENDE, M. F. C.; GOMES, J.O. *Competitividade e potencial de crescimento do cluster de moldes para a indústria do plástico de Joinville*. Belo Horizonte: UFMG/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2003. Texto para discussão.
- RODRIGUES, C. B. *Internacionalização de empresas mineiras através de consórcios de exportação*. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, , 1999.
- SUZIGAN et. al. *Agglomerações industriais no Estado de São Paulo*. Belo Horizonte: UFMG/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2001, Texto para discussão.
- TOMELIN, L. B. *A formação de consórcios de exportação em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- TORRES, O. Small firm, glocalization strategy and proximity. In: ECSB - Research in entrepreneurship and small business - 16th Conference. Barcelona, 2002. Disponível em: <<http://www.oliviertorres.net/travaux>.> Acesso em: 25 set. 2003.

O papel das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no contexto político-institucional da reestruturação do setor elétrico nacional¹

The role of Small Hydroelectric Centres (SHC's) in the political institutional context of the restructuring of the national electricity sector

El papel de las Pequeñas Centrales Hidroeléctricas (PCH's) en el contexto político institucional de la reestructuración del sector eléctrico nacional

Patrícia Aparecida Pereira de Souza*

Norma Felicidade L. S. Valencio**

Recebido em 18/09/2004; revisado e aprovado em 15/12/2004; aceito em 17/02/2005.

Resumo: Na última década, o Brasil sofreu uma alteração substancial das formas político-institucionais que comandam o setor elétrico. O mesmo passou a ser regulado de molde a favorecer a diversificação da matriz e, em especial, a geração de hidroenergia através da iniciativa privada em empreendimentos de pequena escala. Ao prevalecer o interesse setorial sobre a política ambiental brasileira, revelam-se custos socioambientais que impedem atestar que os rumos da hidroenergia sejam sustentáveis tal como o setor veicula. Este artigo objetiva refletir sobre esse contexto debruçando-se, a partir de pesquisa documental, sobre o caso das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's).

Palavras-chave: energia elétrica; PCH; barragens

Abstract: In the last decade, Brazil suffered a drastic alteration in the political institutional form which commanded the electricity sector. It came to be regulated not in the spirit of the necessary universalization of access to this public service, but according to the maximization of profit and private control of wealth. This article seeks to reflect on the social-environmental aspects of this process beginning with the case of the Small Hydroelectric Centres (SHCs).

Key words: electricity; Small Hydroelectric Centres; dams

Resumen: En la última década, Brasil sufrió una alteración substancial en las formas político institucionales que comandan el sector eléctrico. El mismo pasó a ser regulado, de modo a favorecer la diversificación de la matriz y, en especial, la generación de hidroenergía a través de la iniciativa privada en propuestas de pequeña escala. Al prevalecer el interés setorial sobre la política ambiental brasileña, se revelan costes socio ambientales que impenden testificar que los rumbos de la hidroenergía sean sustentables tal como el sector propaga. Este artículo objetiva reflexionar sobre ese contexto proponiéndose, a partir de pesquisa documental, sobre el caso de las Pequeñas Centrales Hidroeléctricas (PCH's).

Palabras clave: energía eléctrica; PCH; represas

Introdução

Sob os auspícios de organizações multilaterais e em resposta à onda de recessão econômica e de desaceleração do crescimento da década de 80, o Brasil, do governo Collor aos de FHC, abriu terreno para que concepções neoliberais permeassem as decisões ligadas ao enxugamento do Estado e ao incentivo de investimentos necessários em infraestrutura.

Para tanto, o discurso econômico hegemônico no país cristalizou-se em torno do argumento de que a única orientação para um novo ciclo de desenvolvimento estaria na redução das funções da máquina estatal e austeridade fiscal; num provimento eficiente e eficaz desta máquina às necessidades do mercado, dos empresários e dos consumidores aí abarcados; e na desqualificação de toda e qualquer crítica ao pensa-

mento único. Em termos simbólicos e políticos, prevaleceu a estratégia de buscar em realidades sócio-econômicas distintas da brasileira exemplos de sucesso na reforma do Estado, o que aqui se poderia lograr caso a mesma trilha fosse seguida. As perícias apontavam oportunidades múltiplas, abrangentes, um incitamento sem precedentes ao empreendedorismo nacional.

Em termos práticos, buscou-se reorganizar as estruturas imbricadas na liberalização do comércio exterior propiciando a abertura de oportunidades de investimento em setores estrangulados, sobretudo os que ainda persistiam sob controle estatal. Um amplo processo de descentralização e privatização atingiu vários segmentos dos serviços essenciais, dentre os quais, o de energia. Este processo permitiu que as oportunidades de negócios atraíssem capitais estrangeiros a fim de cumprir, suplementarmente, o

* Bióloga, Mestre em Hidráulica e Saneamento, Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental (PPGSEA/USP) Apoio: CNPq. (papsouza@yahoo.com.br)

** Economista, Doutora em Ciências Sociais. Docente do Depto de Ciências Sociais da UFSCar e professora colaboradora do PPGSEA/USP. (normaf@power.ufscar.br)

desiderato de recepcionar divisas e, com isso, melhorar o perfil das contas nacionais e cumprir requerimentos de equilíbrio das mesmas pelos organismos creditícios internacionais.

A oportunidade de investimentos de empresas transnacionais, produtores privados, produtores independentes² e autoprodutores no setor elétrico teria, contudo, que lidar com os desafios da especificidade da matriz brasileira, qual seja, a da hidroenergia, que trouxe para o bojo do processo produtivo a necessidade de garantia de acesso e uso de água. Tal garantia não pode ser dada oficialmente pelo Estado uma vez a Política Nacional de Recursos Hídricos apontava para a necessidade de, em circunstância de escassez do recurso e disputa entre os multiusuários, prevalecer o setor de abastecimento. O compromisso não se formalizaria nesse sentido, mas os acontecimentos recentes demonstrariam ser, pela prática de ambos, o que prevaleceu.

O contexto coloca várias questões em torno do novo modelo do setor elétrico. Tomando o conceito de sustentabilidade³ desde uma definição hídrica e similar à forma como se estabelece no imaginário social e político macroenvolvente atual, focaliza-se precipuamente o caso das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's).

No referido imaginário, a sustentabilidade econômica costuma ser entendida, entre outros, como o propósito de alcançar uma maior equidade na distribuição de renda e bens; uma maior eficiência econômica, medida em termos macrossociais; estímulos a uma configuração rural-urbana mais equilibrada, com redução de concentrações urbanas e industriais; por fim, a instauração de um sistema administrativo flexível, com capacidade de autocorreção e retroalimentação⁴. Visto sob tal prisma, a abertura do ambiente de investimentos na hidroenergia teria propiciado uma maior sustentabilidade ao setor? Haveria espaço para novos sujeitos, capitais ainda frágeis, pequenos empreendedores, favorecerem-se do fomento às obras de pequeno porte, as PCH's?

A sustentabilidade ecológica e a sócio-política têm sido, por seu turno, consideradas como o esforço de proteção aos ecossistemas; a ponderação das questões ambientais em conjunto com os parâmetros

econômico e financeiro no sistema produtivo; a verificação dos efeitos sobre o ambiente dos diversos modos de utilização dos recursos naturais e das técnicas de produção empregadas; e, por fim, a valorização dos procedimentos participativos na busca de soluções para o local, afirmando as práticas democrática e de equidade⁵. Se for assim, há como afirmar que reformulação política do setor elétrico tenha respeitado tais requerimentos? Haveria preocupação efetiva do Estado em submeter a política hidroenergética à ambiental?

Quanto ao primeiro conjunto de questões, é preciso considerar que a distinção acerca da origem de capital caiu em desuso perante as novas conformações emendadas na Constituição Federal; porém, essa distinção permanece relevante para a reflexão sócio-econômica uma vez que a origem e o trânsito dos capitais revela a efetiva possibilidade de o Estado alcançar seu propósito de ajuste fiscal tanto quanto operar mudanças no nível de dependência e vulnerabilidade em que o atual estágio da economia se encontra. Mas isso não significa que a origem nacional do capital coincida com os interesses sociais tecidos no espaço geopolítico da mesma nação nem tampouco que o investimento setorial que se apresente como alavancador de uma nova fase do desenvolvimento corresponda à possibilidade de emergência de novos empreendedores de base nacional.

Quanto ao segundo conjunto, o que se pretende refletir é o quão consistente foi a reorganização do Estado e do empresariado no setor elétrico no que tange à integração de políticas. A transferência, ao setor privado, da responsabilidade na produção da hidroenergia, não correspondeu ao direito de acesso irrestrito ao seu insumo fundamental, a água, a qual permaneceu como bem público e, portanto, sob controle do Estado. Foi preciso ajustar as condições normais de atratividade ao capital a uma sinalização, geralmente caso a caso, de que quaisquer óbices socioambientais ao acesso regular do recurso natural ao processo de geração de eletricidade seriam plenamente superados a favor da concessionária. Isto representou não apenas um ajuste público ao interesse privado, mas um ajuste público na contramão

das políticas ambientais que a sociedade defendeu e que foram institucionalizadas. Continuou sob a competência da União “*explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos*” (alínea b do inciso XII do Art. 21 da Constituição Federal). E, embora, a União passasse a tomar unicamente como função o estabelecimento de estratégias de curto prazo no setor, além do respaldo financeiro e creditício à iniciativa privada, continuou sob sua competência e da coletividade, “*o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, a fim de que todos tenham o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida*” (Art. 225 da Constituição Federal). Portanto, é lícito supor que as circunstâncias de alteração do marco regulatório do setor elétrico devessem considerar as implicações ambientais amplamente pactuadas com o conjunto maior da sociedade.

Poucos são os autores que se dedicam ao tema das PCH's num enfoque similar ao supracitado, sendo os trabalhos de Pacca (1996) e Tiago Filho (1999) um dos poucos nesse sentido. Partir-se-á de uma sucinta apresentação de aspectos do processo de reestruturação do setor elétrico para, lastreando-se em pesquisa documental junto a fontes oficiais, dar pistas para as questões supra.

A reforma do setor elétrico brasileiro

A hidreletricidade penetrou no país no ano de 1883, com a usina de Ribeirão do Inferno, no município de Diamantina. Em 1889, no despertar da República, inaugurou-se a usina de Marmelos, em Juiz de Fora, já na condição de serviço público (Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1989). Mas, nesta época, o empreendedorismo prevaleceu. Pouco a pouco, as potências instaladas de proprietários foram aumentando, excedendo suas necessidades e motivando-os a instalar pequenas redes de distribuição, as quais se expandiram gradativamente para regiões vizinhas, tornando-se um negócio rentável (Mariotoni e Mauad, 1999).

Nas décadas de 1930/1940, o Estado assumiu o papel de indutor do processo de industrialização no qual setores tidos como estratégico, como o de hidroenergia, foi paulatinamente passando ao seu controle. Porém, nas décadas 1940/1950, o acelerado desenvolvimento do parque industrial brasileiro mostrou a vulnerabilidade do setor elétrico, o qual passou a exibir acentuada redução de qualidade de seus serviços, com freqüentes e crescentes interrupções e cortes de energia que, agravando-se, obrigou o Estado a adotar medidas de racionamento e a pensar em planejamento de longo prazo. Disso derivou a criação da CHESF⁶ e a elaboração do primeiro Plano Nacional de Eletrificação, além da criação da ELETROBRÁS⁷ para coordenar as atividades de planejamento, financiamento e execução da política da energia elétrica no Brasil⁸ (Chiganer *et al.*, 2002).

Já no início da década de 90, o Estado acreditou ser de fundamental importância uma nova reformulação do setor elétrico nacional. A crise financeira da União e dos Estados foi o argumento central em torno de uma expansão da oferta de eletricidade através da valorização à iniciativa privada⁹ (Pires, 1999). O plano de reestruturação do setor foi instaurado pelo governo em 1995¹⁰, com a promulgação da Lei n.º 8.987, conhecida como a Lei de Concessões de Serviços Públicos, e da Lei Setorial 9.047/95, quando foram estabelecidos os fundamentos básicos do novo modelo e iniciada a abertura à participação dos capitais privados.

Em 1996, o Decreto n.º 2003 regulamentou as condições para a atuação dos produtores independentes e dos autoprodutores. No mesmo ano, foi instituída a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pela Lei n.º 9.427, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no país.

Visto da maneira mais abrangente, este processo de reestruturação do mercado de energia seguiu a tendência mundial à desregulamentação ligada, ela própria, a duas outras tendências, também de caráter inexorável e uniforme: a globalização (a dissolução das economias nacionais em um único mercado global) e a privatização (ven-

da de ativos anteriormente pertencentes ao Estado, com a conseqüente redefinição dos limites entre o público e o privado) (Lanzotti *et al*, 2002; Carpio e Pereira, 2002; Tolmasquim e Campos, 2002). Houve, de fato, uma mudança de paradigma setorial, um modelo desverticalizado e comercial, que se propunha a estimular o comportamento competitivo dos agentes e uma regulação independente (Sauer, 2002).

Quando comparado o processo de criação de estatais que se deu no passado e o processo de privatização recente no setor elétrico, pode-se afirmar que o primeiro caracterizou-se como um processo deflagrado no espaço político nacional, enquanto que o segundo caracterizou-se como um processo impulsionado por forças exógenas, embora pactuadas com as elites locais, isto é, marcado pela disputa dos países centrais em torno dos mercados emergentes. Portanto, a história recente do setor é um aspecto, dentre outros, que marca a heteronomia da nação brasileira, ou seja, a situação na qual os rumos nacionais são fortemente influenciados por interesses externos e por outro, mantêm-se os compromissos com a rede de relações político-econômico tradicionais do Estado brasileiro, formando um compósito deletério ao pleno desenvolvimento social da nação (Fernandes, 1981). A abertura rápida da economia nacional aos interesses globalizados expôs as frágeis condições de competitividade de vários setores, ampliando o poder sobre o Estado daqueles que podiam sobreviver e, ainda, prosperar (Cano, 1994).

Para tornar a energia um produto atraente ao setor privado, separaram-se os diversos setores do sistema de eletricidade em geração, transmissão, distribuição e comercialização. Tal separação seguiu as propostas encontradas no relatório "*Brazil Electricity Sector Restructuring Study*" (1996) da consultoria internacional Coopers & Lybrand¹¹ (Tolmasquim e Campos, 2002). A criação da ANEEL, pela Lei Federal 9.427/96, foi crucial na reforma regulatória do setor elétrico brasileiro tendo em vista a tradição de regulação das empresas de energia elétrica pelo MME, através de seu antecessor, o DNAEE.

A natureza jurídica da ANEEL, como uma autarquia especial, permitiu ao órgão

usufruir de relativa independência em vários aspectos, tais como: a) autonomia decisória e financeira; b) autonomia dos seus gestores; e c) delegação de competência normativa para regulamentar questões técnicas, conferindo neutralidade na solução dos conflitos e adoção de medidas (Pires, 1999). Esses aspectos acabaram por dispensar a agência de subordinação hierárquica direta ao ministério, embora vinculada ao mesmo no cumprimento de contrato de gestão. Pode, além disso, estabelecer convênios com agências estaduais¹² para o controle e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica, refletindo o caráter descentralizado do setor elétrico brasileiro. Por outro lado, o fato da ANNEL ter sido criada após o início das reformas dificultou a afirmação do órgão no novo ambiente institucional, aumentando as incertezas regulatórias, as quais acabaram por fazer com que os investimentos em geração não ocorressem no volume necessário para a garantia da expansão da oferta. A agência limitou-se, em certa medida, ao papel de incentivador junto a produtores independentes para que estes retomassem obras paralisadas ou propusessem novas usinas com foco na redução de sua dependência de suprimento (Pires, 1999).

O ressurgimento das PCH's no contexto de reformulação do setor elétrico

Em termos macroeconômicos, o Plano Real também foi um dos aliados fundamentais da estratégia de reestruturação do setor elétrico, propiciando ao Estado passar do papel de produtor para o de financiador (via BNDES), fiscalizador e poder concedente. Porém, tratou-se de uma aliança forjada sob alto risco. A estabilização monetária fomentou um consumo desenfreado de eletro-intensivos sem que houvesse compasso com a oferta de energia. Os estrangulamentos financeiros das concessionárias não permitiram acelerar os investimentos em novas obras de grande porte tal como o país parecia necessitar, recrudescendo ainda mais a crise de abastecimento, entre os anos de 2001 e 2002. Tal contexto exigiu do Ministério de Minas e Energia (MME) novas formas de atuação que, na matriz neoliberal prevalecente, resultavam em favorecer as condições de re-

entrada da iniciativa privada no setor através do investimento em novas unidades geradoras. O MME argumentava, na ocasião, não ter condições para viabilizar a continuidade da participação estatal no setor e, para contornar os efeitos dos investimentos estatais retardatários e insuficientes um novo marco regulatório no setor precisava ser constituído.

Tal marco pautou-se, de um lado, no deslocamento de funções e competências do ministério supra para um novo espaço institucional no qual a interlocução com os interesses do setor privado fosse mais fluido, o que veio a ser a ANNEL; de outro, esboçou uma preocupação socioambiental ao valorizar investimentos em unidades geradoras de pequena escala, como as PCH's.

PCH's são caracterizadas como usinas, com potência instalada superior a 1MW e igual ou inferior a 30MW e reservatório com área igual ou inferior a 3 Km². Aquelas que viessem a ser construídas ou reativadas passariam a ter um duplo significado, o de obras eficazes economicamente, por propiciar a expansão rápida da oferta de energia, e o de obras sustentáveis. Das mesmas, se diria que gerariam eficiência no nível local, abastecendo a menor custo de investimento inicial várias regiões; induziriam o desenvolvimento nas áreas sob influência do empreendimento; reduziriam a vulnerabilidade geral do sistema a ciclos hidrológicos desfavoráveis e possibilitariam um melhor atendimento às necessidades de carga de pequenos centros urbanos, regiões rurais e centros industriais, com o menor índice de impacto ambiental, dentre outros. Por isso mesmo, representou um dos principais focos de prioridade da ANEEL¹³.

A pequena-grande solução que se traduzia nas PCHs conduziu à elaboração de dois programas governamentais: o PCH - COM e o Programa de Incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). O programa PCH - COM foi criado para viabilizar a implantação ou revitalização de Pequenas Centrais Hidrelétricas conectadas ao Sistema Interligado Brasileiro. Através do mesmo, o BNDES oferecia crédito ao empreendedor e a Eletrobrás sinalizava com a compra de energia da usina. A concepção deste Programa esteve apoiada na idéia de prover receita garantida aos empreendedores de

PCH's para sustentação dos financiamentos contratados (<http://www.eletrobras.gov.br/>). O PROINFA, por seu turno, foi criado no âmbito do MME, pela Lei n. 10.438, de 26 de abril de 2002, tendo como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira que compõem o Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). Para tanto, incentiva a busca de soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia tais como a eólica, as pequenas centrais hidrelétricas e o uso de biomassa. Em 2001, o BNDES financiou projetos de PCH's no montante de aproximadamente R\$ 107 milhões, mantendo regularidade no crédito, embora o pico de 2002, com R\$ 248 milhões no desembolso (Tabela 1). Mais de 60 projetos de PCH's, cujos empreendedores mostraram interesse no PROINFA, chegaram ao MME e, na carteira do BNDES, cerca de 15 PCH's encontram-se em avaliação (<http://www.abrace.org.br/clipping/noticia>). Em 1999, a ANEEL contabilizava em torno de 1.657 MW em potência instalada de PCH's, (Goldemberg, 2000) passando, em 2001, para algo em torno de 2.600MW em 2003 (http://www.eletrobras.gov.br/N_Noticias_assunto.pdf).

Quadro 1 - Desembolsos do BNDES para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) de 2000 a 2004 (Valores em reais)

Ano	Liberações
2001	107.323.555,00
2002	248.527.336,00
2003	72.163.555,00
2004	130.821.651,00

Fonte: BNDES, 2005.

Assim, as PCH's tornaram-se receptoras privilegiadas de incentivos fiscais, além de outros benefícios, como o de obter a outorga para o empreendimento sem a necessidade de licitação; ter isenção de pagamento da taxa de compensação financeira aos Estados e Municípios; comercializar de imediato a energia produzida com consumidores cuja carga corresponda a 500 kW ou mais; por fim, conseguir isenção de pagamento por uso das redes de transmissão e distribuição¹⁴ (<http://www.eletrobras.gov.br>). Caso tais obras fossem implantadas no sistema isolado da Região Norte e viessem em substitui-

ção a geradoras térmicas movidas a diesel, poderiam também receber incentivo do Fundo formado com recursos da Conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC)¹⁵.

O demandante comum de eletricidade, inserido nas grandes cidades e sofredor da crise recente, não foi o alvo do convencimento acerca da importância das PCH's na resolução do problema de abastecimento. Continuou, tal demandante, na expectativa de ser provido pelas megaobras. Foram os grandes consumidores de energia, ligados ao setor produtivo, aqueles diretamente apresentados à alternativa de oferta. Considerando o período de 1998-2002, o número de usinas hidrelétricas licitadas pela ANEEL, desde o início de suas atividades, alcança um total de 50, sendo que 18 destas usinas envolvem a participação de empresas industriais eletrointensivas, que se caracterizam por serem intensivas no consumo energético como: alumínio, ferroligas, cimento, siderurgia, papel e celulose, e em menor medida os produtos químicos (Bermann, 2004). A indústria passou a considerar as PCH's um caminho para a sua autonomia no abastecimento de energia no longo prazo e, ainda uma nova oportunidade de investimento. Frutos dessa compreensão, vários empreendimentos foram iniciados. Somente nas bacias dos Rios Tocantins e Araguaia, na Região Norte, 14 usinas começaram a ser construídas por companhias do segmento de alumínio, pressionadas pela competição a responder através de autogeração e, por essa via, fugir dos preços elevados cobrados pelas concessionárias de energia elétrica¹⁶ (Eficiência Energética, 2003). Colaborou também na resposta rápida do segmento o fato da sua alta dependência de energia, algo em torno de 22% do total daquela produzida no país. A vulnerabilidade do sistema colocava-o em direta susceptibilidade, ameaçando estruturalmente seu planejamento de longo prazo. De acordo com dados da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), em 2001, 13% da energia consumida pelo setor já estaria vindo da geração própria. A associação estima que, até 2006, esse percentual salte para 50%, com um investimento estimado em US\$ 1,5 bilhão. Livrar-se-ia, portanto, dos efeitos de parte significativa dos deletérios de um novo racionamento (que é

vislumbrado) bem como de eventuais aumentos de preços no fornecimento desse serviço, reduzindo o impacto do item eletricidade no custo final da produção (Eficiência Energética, 2003).

A dedicação do segmento de alumínio à autogeração de energia, para assegurar o alto consumo de suas plantas, deu-lhe a liderança na elaboração de projetos hidrelétricos, comportamento salutar na medida em que mitigou a crise da oferta, mas preocupante, quando considerado que o segmento, fortemente capitalizado e concentrado, utilizou-se desse *status* econômico para usufruir de benefícios junto ao erário através de ganhos de pré-vendas, como vem fazendo outros segmentos da indústria. A disputa por recursos públicos escassos tem impedido que iniciativas de empreendedores jovens, e não articulados a outros ramos da atividade, logrem a elegibilidade devida. De outro lado, o número de postos de trabalho criados por unidade de energia consumida no segmento de alumínio se contrapõe à retórica da "geração de empregos", comumente utilizada por essas empresas (Bermann, 2004). A Tabela 2, abaixo, apresenta a relação entre o número de empregos de cada setor industrial e o respectivo consumo energético em milhão de kWh de consumo de eletricidade (GWh) como também por toneladas equivalentes de petróleo (tep). Através dela, observa-se que o segmento de alumínio tem a menor capacidade de absorção de trabalho direto em comparação com outros segmentos relevantes da indústria no país.

Tabela 1: Número de empregos por consumo energético segundo setores industriais

Setor	No Empregos/consumo de energia elétrica (No Empregos/GWh)	No Empregos/consumo total de energia (No Empregos/tep)
Alimentos e Bebidas	56,2	56,2
Têxtil	41,1	113,1
Prod. Químicos	16,3	28,9
Papel e celulose	3,5	4,8
Siderurgia	3,2	2,8
Cimento	3,1	2,9
Ferroligas	1,5	3,9
Alumínio primário	0,8	1,9

Fonte: Bermann, 2004.

selecionados: Brasil - 2000

Dois aspectos igualmente relevantes são os que dizem respeito, de um lado, ao negócio da energia como um novo foco da concentração de capital e, de outro, das per-

das que a nova política no setor provocou nos direitos socioambientais que se tinham por consolidados.

Com relação ao primeiro aspecto, o produtor independente, como o de alumínio, foi motivado, com a anuência da ANEEL, a colocar seus excedentes de energia no mercado atacadista, fazendo disso um negócio rentável. Assim, a busca da eficiência econômica através do auto abastecimento, ao incitar uma diversificação dos negócios de um mesmo grupo empresarial, permitiu ao mesmo estender sua influência, já considerável, sobre um setor estratégico, criando barreiras a entrada de capitais emergentes no ramo da energia e tornado estéril o argumento em torno da proteção da Estado ao empreendedorismo no setor. A Novelis, do grupo Alcan, gera, atualmente, 30% de sua própria energia e caminha para atingir a auto-suficiência nos próximos anos. A Alcoa Alumínio, reconhecendo que quase 40% do seu custo de produção vem do consumo de energia, busca um portfólio de abastecimento composto por contratos de longo prazo e projetos de autogeração, investindo, por meio de participação em consórcios, na construção de usinas hidrelétricas concedidas em licitação pelo governo (http://www.abrace.org.br/perfil_energetico.asp). A Brascan, de origem canadense, decidiu investir em 18 novas PCH's até o ano de 2005, gerando um total de 500MW, quase 1/5 de toda a energia atualmente produzida por essa fonte, e das quais iniciadas: a de Salto São João e Pedrinho, no Paraná e a de Passo do Meio, do Rio Grande do Sul, em parceria com a Azaléia (http://www.eletrobras.gov.br/N_Noticias_assunto.pdf). Outro segmento da indústria, o ramo de cimento, vem adotando a mesma estratégia. Está em fase de análise, na Ciplan, Cimentos Planalto, a implantação de uma PCH e linhas de transmissão visando atender às demandas da fábrica. A Italmagnésio Nordeste, que consome energia elétrica para fins de transformação dos minérios de quartzo e de ferro, é provida, atualmente, pela Cemig, mas detém concessões para exploração de áreas com a intenção de geração própria no futuro proveniente de fontes hidráulica e térmica. A Valesul, o segundo maior consumidor do Estado do Rio, responsável por 5% da ener-

gia consumida em todo o Estado, gera de 35 a 40% de toda a sua demanda, possuindo quatro PCH's: as usinas de Nova Maurício (29 MW), Glória (14 MW), Ituerê (4 MW) e Mello (10 MW), situadas no Estado de Minas Gerais. Além dessas usinas, a Valesul possui, ainda, uma participação de 7,28% da energia assegurada da Hidrelétrica de Machadinho, na fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que lhe garante 34,46 MW médios anuais, além de um contrato cativo com a Light (http://www.abrace.org.br/perfil_energetico.asp). Por fim, o incentivo do Estado à construção de PCH's derivou no incremento da produção de turbinas, geradores, comportas e outros equipamentos hidromecânicos, sendo a Voith Siemens Hydro uma das grandes beneficiárias, esperando em breve que os negócios da empresa em torno dessa fonte de energia aumente o seu faturamento total em até 15% (http://www.eletrobras.gov.br/N_Noticias_assunto.pdf).

Já com relação ao segundo, assistiu-se a ANEEL, através do Decreto n.º 2003, de 10 de Setembro de 1996, atribuir ao produtor independente ou autoprodutor um desmedido benefício. Conforme o Art. 30 deste decreto, a requerimento justificado do interessado, o poder concedente poderia declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, de terrenos e benfeitorias, de modo a possibilitar a realização de obras e serviços de implantação de aproveitamento hidráulico ou de usina termelétrica. Caberia ao produtor independente ou autoprodutor interessado promover, amigável ou judicialmente, na forma da legislação específica, a efetivação da medida e pagar as indenizações devidas. Ou seja, a ANEEL, criou marcos legais para sobrepor os interesses do setor elétrico ao de outros usuário no acesso e uso da água, o que merece uma consideração à parte.

A questão socioambiental na agenda do setor elétrico brasileiro

Quando o Estado favorece o setor elétrico em detrimento dos direitos das populações sob a área de influência do empreendimento, sinalizando como lícito o ato de pressão ou coação para forçar famílias e

proprietários a saírem das terras ou aceitem negociá-las, a política do setor coloca por terra importantes dimensões da política ambiental, que, no tempo, e no imaginário social, a precede. A dimensão participativa no processo decisório sobre a implantação da obra é uma delas, esboroando-se qualquer possibilidade de instituição de um ambiente de *stakeholders* em prol da retomada de formas decisórias tradicionais e antidemocráticas, sempre restritas a poucos interlocutores e no atendimento dos mais seletivos interesses o que reafirma, ao invés de dissolver, a desigualdade política, social e econômica que é o dilema mais estrutural da nação. As PCH's, ao passarem a ser encaradas como negócio, em torno novas obras ou de reopetenciação de usinas desativadas, ficaram ao largo da necessidade de internalizar as preocupações com a sustentabilidade ambiental, apesar desse ser um dos argumentos mais exaustivos em torno de tais empreendimentos. Apenas reproduziram, num microrrecorte e num momento histórico mais recente, os mesmos processos socioambientais predatórios que as megaobras fizeram ao longo da segunda metade do século XX (Tiago Filho, 1999).

No Brasil, a importância discursiva da questão ambiental foi traduzida não apenas no aparecimento de novas institucionalidades, em todos os níveis de governo, mas, também, numa legislação comparativamente avançada em relação aos países desenvolvidos. Mas, a extensa institucionalização sucumbiu, em regra, ao comportamento individual-social bastante predatório. Reacomodaram-se velhas idéias e interesses a novas retóricas; na prática, afrontou-se, ostensivamente, princípios consagrados do direito social (Viola e Leis, 1992; Souza, *et al.*, 2002). O problema, no caso brasileiro, é o tipo de compromisso do Estado com interesses dominantes internos (empresas em segmentos estratégicos, muitas vezes, corporações transnacionais) e interesses econômicos externos (organizações financeiras multilaterais), que dissolvem gradualmente a nação; novidades que se implantam mais eficazmente quanto mais desorganizada e desmobilizada permanecer a sociedade civil no que se refere às questões ambientais e aos direitos de exercício pleno da cidadania (Santos, 1992).

Sérias foram e têm sido as dificuldades para a implementação da política ambiental naquilo que interfere no processo usual de acumulação, mormente no setor elétrico. A Resolução CONAMA n.º 01, de 23/01/1986, por exemplo, exigia a elaboração de estudos detalhados, em forma de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para “*usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10 MW*” (Art. 2, inciso XI). Anos mais tarde, no bojo da reforma do Estado, a Resolução CONAMA n.º 237, de 16/12/1997, em seus Artigos 2, 3 e 12, deixava a critério do órgão ambiental licenciador a decisão quanto aos casos em que seriam necessários estudos detalhados ou simplificados, não havendo mais limite de potência e, sim, a consideração, a ser feita pelo órgão ambiental, do entendimento de ser o empreendimento “*potencialmente causador de significativa degradação ao meio ambiente*”, ou não¹⁷.

Devido à crise energética e a necessidade de atender a Medida Provisória n.º 2.152-2, de 1º/06/2001, a qual trata da implementação de ações emergenciais decorrentes da situação hidrológica crítica, e com o intuito de compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, o CONAMA passou a estabelecer procedimentos para um licenciamento ambiental simplificado, bem como prazo máximo de 60 dias para a tramitação burocrática para a autorização dos empreendimentos. Tais procedimentos e prazos estabelecidos nessa Resolução aplicavam-se, em qualquer nível de competência, aos projetos energéticos de pequeno porte, incluindo:

- i) Usinas hidrelétricas e sistemas associados;
- ii) Usinas termelétricas e sistemas associados;
- iii) Sistemas de transmissão de energia elétrica (linhas de transmissão e subestações);
- iv) Usinas Eólicas e outras fontes alternativas de energia. (Resolução Conama n.º 279, 27/06/2001).

Na primeira metade da década de 1990, assistia-se a uma preocupação do setor elétrico em responder à pressão institucional da área ambiental, bem como das demais vertentes do ambientalismo brasileiro, adotando práticas que refletissem uma internalização paulatina das recomendações deriva-

das da avaliação de impacto dos empreendimentos (Mariotoni e Badanhan, 2001). Contudo, já em meados daquela década e culminando com a crise em 2001, a incapacidade de permitir uma genuína participação pública nas decisões do setor, no qual os temas candentes, como normas, tarifas e impostos, permanecem restritos ao governo e as empresas envolvidas (Goldemberg, 2000), foi favorecendo o distanciamento dos valores socioambientais tinham começado a ser apreendidos.

A ação do Estado, na reestruturação do setor elétrico, deu-se em um universo social de interesses conflitantes, mas que negou o conflito ao construir mecanismos decisórios de satisfação de propósitos setoriais que estabeleceu uma convergência forçada do conjunto mais amplo da sociedade: EIAs/RIMAs passaram a ser desnecessários, tanto quanto audiências públicas, como se os interesses diversos no acesso e uso da água fossem complementares e previamente consensuais, o consenso de que haja um único estilo de vida sedento de energia, disposto a preferir quaisquer cuidados maiores com a integridade da base biofísica, preterindo-se também a necessidade de universalizar o acesso ao recurso hídrico e energético, aspectos, enfim, que a Carta Magna havia conseguido pactuar, no momento anterior, no espaço geopolítico e político-institucional mais abrangente da nação. Geralmente, na transição do plano retórico-discursivo ao plano prático operacional, dimensões propaladas da sustentabilidade política em torno das PCH's acabam sendo perdidas. A sustentabilidade sócio-política, referida ao valor da democracia e da equidade nos processos decisórios, remete igualmente à solidariedade intra e intergeracional, o que a forma hodierna de elaboração da política no setor elétrico não permite inferir que haja.

Se por sustentabilidade econômica, dentre outros aspectos, costuma-se entender a busca por eficiência no uso dos insumos, por sustentabilidade ecológica a variável eficiência relaciona-se ao reconhecimento da potencialidade e fragilidade ambiental da região frente à especificidade da obra. A implementação de qualquer atividade em determinado território acaba por repercutir na dinâmica deste ecossistema e, no caso de PCH's, os riscos a que se tem que estar atento no binômio tipologia-localização são prin-

cipalmente relacionados aos recursos hídricos, mais especificamente quanto à sua disponibilidade em quantidade e qualidade satisfatória aos principais usos a que se pretende na região. Embora tais obras não se utilizem de volumosas acumulações de água, o impacto causado no nível local é passível de causar mudanças indesejáveis na qualidade do recurso; a diminuição do volume de água à jusante impacta a fauna aquática que dele depende, podendo levar à extinção de algumas espécies endêmicas (Souza e Souza, 1999).

A escassez ecológica não deve, assim, ser tida como algo determinado pelas condições naturais, mas pelas formas vigentes de apropriação social e exploração econômica da natureza e do processo de tomada de decisão (Leff, 1986; Cernea, 1995). Dito de outra forma, se deve às necessidades socialmente fabricadas e, portanto, invenções culturais cuja gênese requer explicação antes de tomá-las como ponto de referência imutável para um plano político (Martínez-Alier e Schlpupmann, 1993).

A atual legislação do setor elétrico ajustou-se aos interesses privados em hidroenergia; contudo, as necessidades de natureza privada não podem prescindir de integrar com as demais políticas, sob o risco de que, mais uma vez, o país assista às tendências concentracionistas e centralizadoras do capitalismo caminhando na contramão da democracia e da república, erigindo-se barreiras à participação popular nas decisões que, a dizer respeito aos rumos do desenvolvimento, lhe dizem respeito (Oliveira, s/d).

Ainda que se possa discutir sobre a validade do conceito de sustentabilidade, tal como o mesmo é apropriado pelas perícias ou pelo senso comum (o que não foi o propósito aqui), persiste como desafio analisar, com criticidade, o novo patamar de modernidade que o Estado vem deflagrando, no qual cada novo lance da acumulação leva à perecibilidade rápida as conquistas socioambientais da nação.

À guisa de conclusão

O setor elétrico não perdeu sua importância no processo de ampliação das possibilidades econômicas e sociais que o Estado antevê para a nação. Continuou sendo en-

tendido, tal como há quase um século atrás, como um componente de infraestrutura estratégica para o desenvolvimento e, da mesma forma, como oportunidade aos interesses privados, inclusive transnacionais. O que foi apresentado à sociedade civil, ao longo da década de 1990 até os primeiros anos de 2000, como um novo modelo para o setor elétrico nada mais foi que a re-criação de um discurso em torno da insuficiência crônica de recursos públicos para justificar, em termos operativos, a estruturação de um ambiente de negócios que livraria os empreendedores de riscos e embaraços.

A forma unilateral e supressora de direitos das populações envolvidas na decisão sobre os novos empreendimentos, bem como a minimização da importância dos estudos de impacto ambiental na área a ser afetada, descaracterizou qualquer sustentabilidade sócio-política ou ecológica da nova política de hidroenergia. Sendo esta centrada no acesso privilegiado da água doce, subordina necessidades vitais, humanas ou não, à acumulação privada, o que coloca em grande vulnerabilidade a existência de um povo.

Da mesma forma, a propalação de um compromisso de ajuste fiscal e incapacidade de investimentos não retirou o Estado do setor, apenas deslocou-o para a função de banqueiro solícito à acumulação privada, concedendo, via BNDES, apoios creditícios a segmentos bastante capitalizados, como o de alumínio, nos seus projetos de autogeração, minando a possibilidade de emergência de novos empreendedores no ramo de energia e a crença na sustentabilidade econômica de tal política.

Ambos os aspectos, num contexto de globalização econômica, remetem para a preocupação sobre quais os parâmetros, não apenas novos, mas regeneradores, o Estado terá que se impor para que suas políticas não percam a legitimidade necessária. A reestruturação do setor elétrico brasileiro só atingirá o objetivo de expandir a capacidade geradora do sistema, de propiciar oportunidades de investimento, de garantir qualidade e universalização do serviço e ser menos sujeito às crises, na medida em que seus aspectos institucionais e regulatórios permanecerem abertos para um necessário e profundo aperfeiçoamento.

Notas

- ¹ Esse *paper* foi originalmente apresentado no II Encontro Nacional da ANPPAS, no GT de Energia, em maio de 2004 e sintetiza aspectos da pesquisa que culminou na tese da primeira autora, defendida em agosto do mesmo ano junto ao PPGSEA/USP.
- ² Produtor Independente de Energia é a figura que tem a posse, opera uma instalação de geração elétrica e comercializa sua produção com empresas concessionárias ou outros consumidores. Autoprodutor de energia elétrica é o consumidor que busca prover, por meio de geração própria, um fornecimento garantido de eletricidade. As principais razões para a proliferação de autoprodutores, no Brasil, nos dias atuais, são a ausência de opção de abastecimento via rede ou, ainda, porque a oferta via rede é muito cara ou de regularidade pouco confiável.
- ³ Não se pretende, neste trabalho, partir de uma problematização do conceito. Uma discussão acerca das limitações do mesmo pode ser buscada, dentre outros, em Leff (2003) e Furnival & Costa (2003). E uma discussão epistemológica mais abrangente em torno da problemática ambiental pode ser encontrada em Leff (2000), dentre outros.
- ⁴ O que encontra correspondência em Sachs, 1994; Mather e Sadsyuk, 1991; Kolluru, 1994; Elliot, 1994 e Teixeira et al., 1999, dentre outros.
- ⁵ O que encontra correspondência em Sachs, 1994; Mather e Sadsyuk, 1991; Bobbio et al., 1986; Kolluru, 1994 e Elliot, 1994; Teixeira et al., 1999, dentre outros.
- ⁶ Decreto Lei n.º 8.031, de Outubro de 1945, cria a Companhia Hidroelétrica do São Francisco.
- ⁷ Lei n.º 3.890, de Abril de 1961, cria Centrais Elétricas Brasileiras S.A..
- ⁸ Em 1957, cria-se a Central Elétrica de Furnas S.A. Em 1960, foi a vez do Ministério de Minas e Energia. Em 1968, da Eletrosul e, em 1972, da Eletronorte. Em 1973, foi assinado o Tratado de Itaipu, entre Brasil e Argentina, para a construção da usina hidroelétrica de Itaipu.
- ⁹ As primeiras bases legais para a reestruturação do setor elétrico brasileiro foram criadas em 1993, com a aprovação da emenda constitucional que permitiu a participação de capitais estrangeiros no setor, mas foi só em 1995 que a modernização se tornou efetivamente possível com a regulamentação do Artigo 175 da Constituição, de 1988, que atribuiu ao governo a responsabilidade pela prestação de serviços públicos, diretamente ou mediante concessão.
- ¹⁰ A lei n.º 8.987, de 1995, denominada Lei de Concessões, tornou-se o marco fundamental do início do processo de privatização. No setor elétrico, ela foi regulamentada pela Lei n.º 9.074, de 1995, a qual dispõe sobre o regime concorrencial na licitação de concessões para projetos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. Adicionalmente, cria, também, a figura jurídica do produtor independente de energia elétrica e estabelece a possibilidade dos consumidores livres - com carga igual ou superior a 10 MW e que são atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV - terem direito à contratação de energia, inicialmente, de produtores independentes e, após cinco anos, de qualquer concessionária ou produtora de energia.

- ¹¹ A contratação destes consultores deu-se em agosto de 1996 e o seu primeiro relatório foi entregue em outubro deste mesmo ano, quando recebeu várias críticas por não contemplar as características peculiares e relevantes do setor elétrico brasileiro.
- ¹² Como forma de exemplificar, citamos a Comissão de Serviços Públicos de São Paulo–CSPE, que é o órgão regulador do setor elétrico no estado supra e mantém acordos formais para execução de muitas das competências da ANEEL no referido estado.
- ¹³Um dos atalhos que o Governo pretende seguir para ampliar a oferta de energia elétrica é a geração distribuída – consumida no local onde é gerada. Até o final de 2004, deverão estar assinados contratos de concessão para a geração de 3.300MW a partir de fontes alternativas (biomassa, eólica e pequenas centrais hidrelétricas), dando início à primeira etapa do Proinfra. A meta do Governo é que as fontes renováveis respondam por 10% da matriz energética brasileira no menor prazo possível” (Laura Cristina Porto, diretora de Energia Renováveis do MME, 2003).
- ¹⁴Nessa nova configuração, e com a crise energética deflagrada, retoma-se o Programa Nacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PNPCH), aprovado pelo governo brasileiro no início de 1984, o qual previa a construção ou recuperação de PCH's como alternativa para atendimento local das necessidades de energia elétrica, especialmente em micro-regiões não alcançadas pelos sistemas de transmissão ou de sub-transmissão das concessionárias de serviço público de eletricidade ou, ainda, em atendimento a regiões em desenvolvimento com perspectivas de escassez de energia elétrica (Departamento Nacional de Energia Elétrica, 1995).
- ¹⁵ A resolução da Aneel n° 245/1999 previa que todas as pequenas hidrelétricas, com potência entre 1 e 30 MW, implantadas em sistemas elétricos isolados em substituição à usinas termelétricas e que usassem derivados de petróleo para geração de energia, teriam o direito a receber a CCC. Com isso, a Aneel tentou incentivar a construção, nos sistemas isolados, de novas PCH's ou de empreendimentos de geração que fizessem uso de recursos naturais renováveis. Atualmente, duas das 11 PCH's que tiveram direito à CCC estão em operação: a de Monte Belo (4 MW) e de Altoé II (1,1 MW), ambas em Rondônia (<http://www.infoenergia.com.br>).
- ¹⁶Em 2001, por exemplo, a produção do setor de alumínio primário recuou 11% em virtude do racionamento. E as empresas brasileiras não são perdulárias no consumo de energia. Juntas, as produtoras nacionais de alumínio apresentam um consumo específico da ordem de 14,8 MWh/kg, abaixo da média mundial de 15,2 MWh/kg. Na Valesul, controlada pela Companhia Vale do Rio Doce e sediada no Rio de Janeiro, o custo do MWh produzido por seu sistema de autogeração é de R\$ 28, enquanto o valor pago à Light é de R\$ 75 – uma economia de 167%. Na Alcan, a usina de Fumaça pode gerar 10 MW, as de Furquim e Prazeres, 8 MW, e a de Candonga, a maior de todas, 140 MW. Já a aposta da Alcoa é de proclamar sua autonomia energética até 2008 (Eficiência Energética, 2003).
- ¹⁷De forma complementar, para empreendimentos do setor elétrico, Resolução Conama n.º 006, de 16 de Setembro de 1987.

Referências

- ABRACE-Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia. Clipping Abrace. *BNDES deve destinar 30% da verba de energia para PCHs*. Disponível em: <http://www.abrace.org.br>. Acesso em: 01/04/2004.
- _____. *Perfil Energético*. Disponível em: http://www.abrace.org.br/perfil_energetico.asp. Acesso em: 08/01/2005.
- BERMANN, C. *Indústrias Eletrointensivas e Autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público*. In: *ILUMINA*. Disponível em: <http://www.ilumina.org.br>. Acesso em: 01/04/2004.
- BNDES. *Desembolsos do BNDES para Pequenas Centrais Hidrelétricas de 2000 a 2004 (valores em reais)*. Rio de Janeiro, 2005 (informações prestadas às autoras).
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília: Hamburg, 1986.
- CANO, W. Reflexões para uma política de resgate do atraso social e produtivo do Brasil na década de 1990. In: CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Editora da Unicamp, 1994. p. 13-48.
- CARPIO, L. G. T; PEREIRA Jr, A. O. Repensando a reestruturação do setor elétrico brasileiro. In: *Soluções para a energia no Brasil. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, IV SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ENERGIA*. Anais... vol. 1. 2002. p. 460-465.
- CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Guia dos fundos documentais do setor de energia elétrica brasileiro*. Rio de Janeiro, 1989.
- CERNEA, M. M. Propostas sócio-econômicas e culturais para o reassentamento populacional involuntário. In: HASHIMOTO, M (ed). *Diretrizes para o gerenciamento de lagos: aspectos sócio-econômicos*. v. 2. Comitê Internacional do Meio Ambiente (ILEC). Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), 1995.
- CHIGANER, L.; LOPES, J. C.; COUTINHO, L. H. de S. A.; BIONDI NETO, L. Uma Análise Crítica da Reforma do Setor Elétrico Brasileiro. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, IV SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ENERGIA. *Soluções para a energia no Brasil*. Anais... v. 1. 2002, p.410-417.
- DEPARTAMENTO Nacional de Energia Elétrica. *Avaliação da oportunidade e das condições para lançamento de um novo programa de implantação e de recuperação de pequenas centrais hidrelétricas-PCH*. Secretaria de Energia, Ministério de Minas e Energia. (Relatório de grupo de trabalho. Portaria n. 776/94), 1995.
- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. Medo do apagão. In: *Metalurgia & Materiais*. ABM. v. 59. n. 535. Julho de 2003 p. 376 e 377.
- ELETOBRÁS. *Novas Usinas Hidrelétricas*. Disponível em: (http://www.eletobras.gov.br/N_Noticias_assunto.pdf). Acesso em : 10/02/2005
- ELLIOT, J. A. *An introduction to sustainable development*. Nova York: Routledge, 1994
- GOLBEMBERG, J. *Avaliação de estudos e medidas de mitigação*

- de mudanças climáticas na área de eletricidade. Projeto BRA/00/029. Brasília: ANEEL/PNUD/CTBRASIL, 2000.
- FERNANDES, F. *Mudança social no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel, 1981.
- FURNIVAL, C. A.; COSTA, L. R. Informação ambiental e práticas culturais de comunicação para o desenvolvimento sustentável. In: MARTINS, R. C.; VALENCIO, N. F. L. S. (orgs). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: aspectos teóricos e político-institucionais*. v. II. São Carlos: Rima, 2003. p. 53-70.
- INFOENERGIA. *Pequena hidrelétrica em Rondônia terá direito a recursos da CCC*. Disponível em: (<http://www.infoenergia.com.br/Noticias>). Acesso em: 01/04/2004.
- KOLLURU, R.V. (ed.). *Environmental strategies handbook*. Nova York: McGraw-Hill, 1994.
- LANZOTTI, C. R.; CORREIA, P. B.; SILVA, A. J. Comercialização de Energia: Experiências Internacionais e Brasileira. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, IV SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ENERGIA. Soluções para a energia no Brasil. Anais... v. 1. 2002. p. 481-487.
- LEFF, E. A geopolítica da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In: MARTINS, R. C.; VALENCIO, N. F. L. S. (orgs). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: aspectos teóricos e político-institucionais*. v. II. São Carlos: Rima, 2003. p. 1-19.
- _____. Ecologia y capital. In: LEFF, E. (coord.). *Los problemas del conocimiento y la perspectiva ambiental del desarrollo, Siglo XXI*. México: Universidad Autónoma de México, 1986.
- _____. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI Jr, A; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (eds.). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.
- MARIOTONI, C. A.; BADANHAN, L. F. *Técnica de gestão ambiental aplicada ao planejamento energético*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Companhia Paulista de Força e Luz, 2001.
- MARIOTONI, C. A.; MAUAD, F.F. *Vantagens da viabilização de pequenas centrais hidrelétricas relativamente ao planejamento energético estratégico do Estado de São Paulo - Brasil*. Lisboa: IV Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Portuguesa, 1999.
- MARTINEZ-ALIER, J. ; SCHLUPMANN, K. *La ecología y la economía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MATHER, J. R., SDASYUK, G. V. (ed.) *Global Change: geographical approaches*. The University of Arizona Press, 1991. 289 p.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Democratização e republicanização do Estado*. São Paulo: Cenedic-FFLCH-USP, s/d (mimeo).
- PACCA, S. A. *A integração das pequenas centrais hidrelétricas ao meio ambiente e os aspectos legais relacionados*. São Paulo: Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia. Universidade de São Paulo, 1996 (dissertação).
- PORTO, L. C. Geração Alternativa. In: 4. Encontro de Negócios de Energia. *Notícias. FIESP/CIESP*. Ano 5. n. 110. Setembro de 2003. p. 28.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURZTYN, M. (org). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1992.
- SANTOS, M. Racionamento, O Risco de 2007. In: 4. Encontro de Negócios de Energia. *Notícias. FIESP/CIESP*. Ano 5. n. 110. Setembro de 2003. p. 28.
- SAUER, I. Energia elétrica no Brasil contemporâneo: a reestruturação do setor, questões e alternativas. *Política energética e crise de desenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- SOUZA, P. A. P.; FELICIDADE, N.; MAUAD, F. F. A crise energética brasileira: Algumas dimensões do contexto político institucional e das alternativas em curso. In: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ENGENHARIA AMBIENTAL. (orgs.). *Recursos Hidroenergéticos: usos, impactos e planejamento integrado*. São Carlos: RIMA, 2002
- SOUZA, P. A. P.; SOUZA, M. P. *Estudo da viabilidade ambiental na implantação de pequenas centrais hidroelétricas no alto da bacia do rio Jacará-Guaçu*. Fator Gis On Line. Paraná, nov/1999. Disponível em: http://www.fatorgis.com.br/artigos_maioambiente.shtml. Acesso em: 05/07/2001.
- TEIXEIRA, B. A. N.; SILVA, R. S.; SILVA, S. R. M.; FIGUEIREDO, G. A. B. G. *Urbanismo e saneamento urbano sustentáveis: desenvolvimento de métodos para análise e avaliação de projetos*. Segundo relatório: revisão bibliográfica. São Carlos: Patrocínio de Pesquisa CEF/UFSCar, 1999.
- TIAGO FILHO, G. L. *Perspectivas das PCH's face ao novo quadro institucional do Brasil*. Centro Nacional de Referência em Pequenos Aproveitamentos Hidroenergéticos (CERPCH). Ano 1 . n. 3. Jun/Jul/Ago/99.
- TOLMASQUIM, M. T.; CAMPOS, A. F. A Reforma do Setor Elétrico em Perspectiva. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, IV SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE ENERGIA. *Soluções para a energia no Brasil*. Anais...v. 1. 2002 . p. 454 -459.
- VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.; VIEIRA, P. F. (orgs.). *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1992.

Políticas para la implementación de medios innovadores en áreas no metropolitanas

Political strategies for the implementation of innovating means in non-metropolitan areas

Políticas para a implementação de meios inovadores em áreas não metropolitanas

Susana Finkelievich*

Recebido em 25/02/05; revisado e aprovado em 26/02/05; aceito em 28/02/05.

Resumen: La noción "Innovación para el desarrollo", aplicada a ciudades y regiones en la Sociedad del Conocimiento, es una de las inquietudes fundamentales de los países desarrollados, y de un número creciente de países en desarrollo. Las ciudades y las regiones son actualmente agentes clave en el nuevo espacio industrial, que implica la instalación de los nuevos sectores industriales y la utilización de tecnologías innovadoras en todos los sectores. Sin embargo, los requisitos necesarios para producir y alentar una capacidad para la innovación, así como los factores de los cuales puede emerger una cultura innovadora, aún permanecen indefinidos. Gran parte de las inversiones en infraestructura para la innovación se ha concentrado en universidades, centros de investigación, incubadoras de empresas e infraestructuras de tecnología, *generalmente en las ciudades en las que existe suficiente densidad de población, personal calificado, y calidad de experiencia en los sistemas existentes como para justificar estas inversiones.* Los "medios innovadores" -clusters empresariales, parques de ciencia y tecnología, tecnopolos, etc.- se instalan en las áreas metropolitanas, o en sus cercanías. ¿Qué ocurre entonces con las ciudades medianas y pequeñas, localizadas en áreas no metropolitanas? Los objetivos de este trabajo son reflexionar sobre lo que un *modo alternativo para alentar y construir ámbitos innovadores* en las áreas urbanas no metropolitanas, desde un enfoque de desarrollo social, económico y tecnológico y analizar las *condiciones necesarias para la construcción de los sistemas locales de desarrollo* y efectuar *propuestas para la implementación de sistemas de innovación comunitaria (SIC)* en regiones no metropolitanas.

Palabras clave: Desarrollo; sociedad del conocimiento; innovación.

Abstract: The notion of "Innovation for development", applied to cities and regions in the Information Society, is one of the fundamentally disquieting factors in developed countries, and in a growing number of developing countries. The cities and the regions are at the moment key agents in the new industrial space, which implies the installation of new industrial sectors and the utilization of innovating technologies in all sectors. Without a doubt, the necessary prerequisites for the production and encouragement of the capacity for innovation, as well as the factors from which can emerge an innovative culture, still remain undefined. A large part of the inversions in infrastructure for innovation have been concentrated in universities, investigation centres, company incubators and technology infrastructures, *generally in the cities in which exist sufficient population density, qualified personnel, and quality of experience in the existing systems to justify these inversions.* The "innovating means" - clusters, science and technology parks, technopoles, etc. - are installed in metropolitan areas, or in the immediate surroundings. What happens then with the medium and small cities localized in non-metropolitan areas? The objectives of this study are to reflect on an alternative mode for encouragement and construction of innovating fields in non-metropolitan urban areas, beginning from a focus on social, economic and technological development, and analyze the necessary conditions for the construction of the local systems of development and put into effect proposals for the implementation of systems of community innovation (SIC) in non-metropolitan regions.

Key words: development; information society; innovation.

Resumo: A noção "Inovação para o desenvolvimento", aplicada às cidades e regiões na Sociedade do Conhecimento, é uma das inquietudes fundamentais dos países desenvolvidos, e de um número crescente de países em desenvolvimento. As cidades e as regiões são atualmente agentes imprescindíveis no novo espaço industrial, que implica a instalação dos novos setores industriais e a utilização de tecnologias inovadoras em todos os setores. No entanto, os requisitos necessários para produzir e intensificar a capacidade para a inovação, assim como os fatores dos quais pode emergir uma cultura inovadora, ainda permanecem indefinidos. Grande parte dos investimentos em infra-estrutura para a inovação tem se concentrado em universidades, centros de investigação, incubadoras de empresas e infra-estruturas de tecnologia, *geralmente nas cidades em que existe suficiente densidade de população, pessoal qualificado, e qualidade em experiência nos sistemas existentes a fim de justificar estes investimentos.* Os "meios inovadores" - clusters empresariais, parques de ciência e tecnologia, tecnopolos, etc.- instalam-se nas áreas metropolitanas, o em suas proximidades. O que ocorre então com as cidades médias e pequenas, localizadas em áreas não metropolitanas? Os objetivos deste trabalho são refletir sobre o *modo alternativo para enfatizar e construir âmbitos inovadores* nas áreas urbanas não metropolitanas, a partir do enfoque de um desenvolvimento social, econômico e tecnológico e analisar as *condições necessárias para a construção dos sistemas locais de desenvolvimento* e efetuar *propostas para a implementação de sistemas de inovação comunitária (SIC)* em regiões não metropolitanas.

Palavras-chave: Desenvolvimento; sociedade do conhecimento; inovação.

Ciudades en la sociedad del conocimiento: innovación para el desarrollo

El concepto "Innovación para el desarrollo", referido a ciudades y regiones en la Sociedad del Conocimiento, es actualmente una de las preocupaciones

prioritarias de los países desarrollados, y de un número progresivo de países en desarrollo. Las ciudades y las regiones se han convertido en actores clave en el nuevo espacio industrial, caracterizado por el emplazamiento de los nuevos sectores industriales y por la utilización de nuevas

* Directora, Programa de Investigaciones sobre la Sociedad de la Información Instituto de Investigaciones Gino Germani Facultad de Ciencias Sociales - Universidad de Buenos Aires, Argentina (sfinquel@ciudad.com.ar http://www.iigg.fsoc.uba.ar).

tecnologías en todos los sectores. Sin embargo, los requisitos necesarios para producir y alentar una capacidad para la innovación, así como los factores de los cuales puede emerger una cultura innovadora, aún permanecen borrosos. Gran parte de las inversiones en infraestructura para la innovación se ha focalizado en universidades, centros de investigación, incubadoras de empresas e infraestructuras de tecnología, *generalmente allí donde existe suficiente densidad de población, personal calificado, y calidad de experiencia en los sistemas existentes como para justificar estas inversiones*. Por estas razones, los “medios innovadores” – *clusters* empresarios, parques de ciencia y tecnología, tecnopolos, etc.- se instalan generalmente en las áreas metropolitanas, o en sus cercanías. ¿Qué ocurre entonces con las ciudades medianas y pequeñas, localizadas en áreas no metropolitanas?

Los objetivos de este trabajo son los siguientes:

1. Reflexionar sobre lo que un *modo alternativo para alentar y construir ámbitos innovadores* en las áreas urbanas no metropolitanas, desde un enfoque de desarrollo social, económico y tecnológico.
2. Analizar las *condiciones necesarias para la construcción de los sistemas locales de desarrollo* y efectuar *propuestas para la implementación de sistemas de innovación comunitaria (SIC)* en regiones no metropolitanas.

La innovación tecnológica basada en el conocimiento, traducida en la producción de bienes y servicios intensivos en tecnologías de información y comunicación (TIC), o en empresas que actúan en redes organizacionales basadas en las TIC, se concentra en general en áreas metropolitanas de grandes ciudades, o en sus zonas de influencia. Esta tendencia puede resultar en una agravación mayor de los desequilibrios regionales, en perjuicio de las ciudades medianas y pequeñas y de las zonas de menor densidad poblacional, a menos que se equilibre con estrategias de desarrollo de la innovación basada en el conocimiento en áreas no metropolitanas. Por otro lado, el modelo de innovación, si bien está inevitablemente ligado a los proyectos nacionales, no es necesariamente un mode-

lo originado por el Estado central, “desde arriba hacia abajo”, sino que puede ser considerado como basado en las comunidades locales, en su red de actores sociales, o como un medio de innovación construido desde abajo hacia arriba. Valenti López (2002) destaca la necesidad de definir un nuevo marco institucional para la Sociedad de la Información, caracterizado el nivel macro, constituido por las organizaciones del Estado que establecen las reglas de acción colectiva, y el nivel micro. Este integra a las instituciones formales e informales basadas en la confianza recíproca y en la complementariedad de funciones, denominado: “sistema local de desarrollo”.

En un trabajo sobre las ciudades como medios innovadores (Finqueliévich, 2001) planteábamos algunas hipótesis. La conjetura básica es que *este cambio se caracteriza por la superación de las ciudades industriales, en cuanto elemento estructurante dominante de la organización en diferentes escalas (niveles); se identifican señales del surgimiento de una sociedad basada en formas inéditas de convivencia social en la que coexisten los anclajes territoriales con el tejido de redes sociales globales*. Simultáneamente, se construye una nueva jerarquía urbana en la red mundial de ciudades. Esta ya ha sido estudiada intensivamente por Saskia Sassen y por Castells, creando la clasificación de ciudades globales y ciudades nodales, de acuerdo a la importancia de los flujos financieros y políticos que concentran.

Pero también se pueden clasificar las ciudades en centrales y periféricas en el sistema urbano de la transición a la sociedad informacional, de acuerdo a su capacidad para convertirse en medios de innovación. Las ciudades – medios de innovación son aquellas capaces de concentrar en forma interrelacionada elementos tales como:

- La producción local de bienes y servicios innovadores por empresas de base tecnológica. Esto se refiere no sólo al hardware y al software, o a productos de alto valor agregado en tecnologías de la sociedad informacional. (como ejemplificarían los casos de Seattle y Silicon Valley, en EEUU, Tsukuba en Japón, y Bangalore, en India), sino también a la capacidad de las ciudades de atraer em-

presas innovadoras, en el sentido, no (sólo) de fabricar artículos electrónicos o de proveer servicios de base tecnológica, sino de utilizar las TIC y sobre todo Internet como lugar y medio de *organización en red*.

- El consumo individual y sobre todo colectivo, de bienes y servicios intensivos en TIC: el consumo de servicios urbanos que usen TIC para su mejor funcionamiento y administración: educación, salud pública, servicios de e-salud, transportes, seguridad, etc.; redes técnicas urbanas, como agua y saneamiento, administradas por medio de TIC; y fundamentalmente, el gobierno electrónico de estas ciudades.
- La emergencia de nuevas formas de organización social que utilicen como soporte las TIC, específicamente las redes electrónicas ciudadanas, en tanto sistemas de intervención, instrumentalización, articulación y promoción del desarrollo local en todas sus vertientes.

Estas ciudades concentrarían las interacciones de capitales de riesgo, acciones estatales tendientes a convertirse en ciudades claves de la nueva economía, y creación de conocimiento de alta calidad en establecimientos universitarios y centros de excelencia de investigación y educación, además de nuevas formaciones sociales que usen TIC como soporte y espacio de organización de una ciudadanía innovadora. El papel de las ciudades en la Era de la Información es ser medios productores de innovación y de riqueza, capaces de integrar la tecnología, la sociedad y la calidad de vida en un sistema interactivo. Las ciudades que lo logren, ocuparían un lugar central en la nueva sociedad. Las que no puedan desarrollar medios sociales, económicos y tecnológicos innovadores, permanecerían en los márgenes. De acuerdo a las capacidades y posibilidades de las ciudades para cumplir ese rol, se establecería un nuevo mapa de centralidades y periferias urbanas, diferente del trazado en la sociedad industrial. Estos medios de innovación estarían territorialmente concentrados en ciudades o en sus áreas de influencia, articulados y conectados a través de redes de telecomunicaciones en el conjunto del mundo.

En síntesis, proponemos el enunciado de que *sólo las ciudades que se planteen el obje-*

tivo de transformarse en medios innovadores – sociales, tecnológicos, económicos, políticos- y lo alcancen, lograrán un nuevo protagonismo en el espacio de las redes, en la Sociedad Informacional. En realidad, este protagonismo también se dará a nivel de su provincia o región, de su país, y de su macro-región (por ejemplo, el MERCOSUR). Surge de este concepto una inevitable reflexión: *no todas las ciudades que creen medios innovadores poseerán la misma proporción de innovación en todas las áreas; algunas ciudades serán notables por sus innovaciones tecnológicas; otras, por sus innovaciones sociales, culturales, o económicas. En otras aún, es posible que una fase innovadora sea antagónica de otra, hasta el punto en que una elimine o debilite a otra.* La evolución de las investigaciones y prácticas sobre este tema, y la misma realidad compleja, confirmarían o contradecían estos conceptos iniciales.

Sistemas de innovación en ciudades no metropolitanas

Según Gurstein (2003), un “sistema de innovación” es un conjunto de instituciones, recursos de conocimiento y prácticas, que permiten y promueven la creación y asimilación de nueva información en el proceso productivo. Habitualmente, este proceso está relacionado con las grandes fuentes de generación de información: centros de investigación y desarrollo, universidades, o grandes empresas provistas de un significativo staff dedicado a la I+D. En estos casos, los sistemas de innovación se orientan hacia el desarrollo de nuevos productos y con prácticas de producción aplicables a los mayores sectores industriales. Los “Sistemas regionales de innovación” se concentran fundamentalmente sobre la generación de sistemas integrados a partir de abundantes recursos humanos y tecnológicos. El enfoque comienza desde la perspectiva de centros urbanos relativamente grandes, provistos de estructuras sociales y tecnológicas relativamente desarrolladas.

La necesidad de innovación para el desarrollo económico de las ciudades y regiones surge generalmente de las restricciones económicas provocadas por una declinación en la demanda de los productos

locales, cualquiera sea el grado de industrialización de éstos. Se debe entonces hallar nuevos productos, nuevas herramientas, re-educar la fuerza de trabajo existente, y reorientar a muchos de los establecimientos educativos y los grupos y actores responsables de las políticas locales y regionales.

El desarrollo de estrategias regionales basadas en áreas urbanas que han desarrollado previamente capacidades sociales, científicas y/o tecnológicas es útil, porque poseen posibilidades de alcanzar resultados satisfactorios si se puede encontrar la fórmula o la estrategia correctas. Sin embargo, es necesario considerar que también existe la necesidad de alentar la innovación para el desarrollo para otro tipo de ciudades y regiones: ciudades medianas, áreas que en sus actuales condiciones, o en el corto plazo, no alcanzarán las condiciones de las ciudades mencionadas más arriba, pero que padecen de las consecuencias de la carencia de un sistema productivo innovador, y de una dependencia con respecto a la declinante base económica local o regional.

En estas ciudades, la gestión urbana puede facilitar la solución de los problemas locales que dificultan la concreción de las iniciativas de innovación y desarrollo, así como a la materialización de las oportunidades de mayor desarrollo que el mismo proceso genere. Existen lugares y oportunidades para desarrollar procesos innovadores en áreas de baja densidad, o de población limitada, pero con recursos especializados basados en desarrollos industriales, y particularmente en comunidades creadas o desarrolladas específicamente sobre la base de extracción de recursos primarios, o de su procesamiento. Con frecuencia estas ciudades medias o pequeñas han basado su economía en una industria importante, o bien pueden estar alejadas de otros centros urbanos y han surgido sólo para explotar determinados recursos locales (como las ciudades mineras o petroleras de la Patagonia argentina). Los avatares económicos y las transformaciones tecnológicas de las últimas décadas en el ámbito global, y las diversas crisis económicas, así como estrategias políticas negativas o erróneas en el ámbito nacional, han generado un entorno econó-

mico frágil o directamente desintegrado para estos recursos en sus comunidades de producción.

En estos ámbitos prácticamente mono-económicos se originan crisis graves cuando la fuente de empleo e ingresos desaparece, lo que frecuentemente ocurre rápidamente y sin previo aviso. La población local queda con poca o ninguna capacidad de respuesta. Sin formación en otros oficios, sin capacidad de gestión del pequeño capital que en el mejor de los casos les queda como fruto de las indemnizaciones por los empleos que perdieron, se enfrentan a la alternativa de emigrar hacia otras ciudades, de perder sus propiedades y negocios, que han quedado devaluadas, o de seguir en el lugar, sin probabilidades cercanas de obtener nuevos empleos. Los desequilibrios en un mismo país entre ciudades y regiones así causados se agravan a partir de la nueva *brecha digital regional*: la concentración de recursos de innovación relacionados con TIC en las regiones y ciudades más desarrolladas.

La brecha digital urbano-regional

La concentración de recursos de innovación relacionados con TIC en las regiones y ciudades más desarrolladas podría crear, de acuerdo a lo expresado más arriba, un nuevo tipo de brecha digital: la brecha urbano - regional.

Esta brecha entre *ciudades ricas y pobres en innovación ligada a las herramientas de la Sociedad del Conocimiento* depende de la existencia y capacidad de interrelación de factores como: la cercanía de grandes ciudades y / o áreas metropolitanas que aseguren la existencia de Universidades, casas matrices de empresas innovadoras, infraestructura de transportes y comunicaciones internacionales, hotelería, etc.; las capacidades existentes en CyT (existencia o cercanía de Universidades y centros de investigación); capital de riesgo y empresas permeables a la innovación, capaces de interactuar con las capacidades en CyT y con los gobiernos locales y regionales; la capacidad de los gobiernos locales y regionales para elaborar políticas y estrategias orientadas a la innovación para el desarrollo; parque industrial y existente y

tipo de empresas localizadas en el ciudad o región; el número de habitantes y su densidad; la accesibilidad pública y privada a las herramientas de la SC (conectividad, proveedores de servicios de Internet (ISPs), existencia de telecentros, cibercafés, etc., costos, y otros); los recursos humanos capacitados, y el número y tipo de instituciones educativas, carreras, etc.; la existencia de una sociedad civil familiarizada con el uso de las herramientas de la SC y capaz de participar en emprendimientos para la comunidad; la capacidad de los actores locales de establecer redes y alianzas entre sí y con actores externos, nacionales e internacionales. Llama la atención, en la literatura actual consagrada a la innovación, la carencia o insuficiencia de debates sobre los que podría llamarse, según Gurstein (2003) "innovación comunitaria". Estas comunidades son sólo fragmentos de lo que se entiende actualmente como necesario para desarrollar un sistema regional de innovación sustentable, pero necesitan, tal vez más que otros espacios geográficas y sociales, de las oportunidades y estímulos que la innovación puede proporcionar.

Estrategias para la innovación

En la actual carrera global para mantener y expandir una base tecnológica sobre la que se puedan construir economías nacionales más competitivas, eficientes y creativas a nivel internacional, las empresas tecnológicas juegan un rol crucial, aún en regiones no-metropolitanas. Muchos futuros económicos y productivos dependen de los éxitos alcanzados en esta área. El hecho de que la mayoría de los países latinoamericanos no hayan alcanzado aún el estadio anterior a éste (el establecimiento de bases tecnológicas y su relación con la CYT) no significa que no se deba contemplar esta perspectiva para la planificación a mediano y largo plazo de las estrategias y políticas sociales y económicas.

Existe actualmente un gran interés en identificar las estrategias que puedan producir el crecimiento económico de las ciudades y regiones donde este desarrollo no se da en forma espontánea. Para ello, hay que emprender la tarea de *investigar las*

razones por las que algunas ciudades y regiones han logrado desarrollar sistemas de innovación y desarrollo exitosos y otras no, y más aún, por qué algunas comunidades han sido receptivas, alertas y creativas, con respecto al concepto de innovación, y otras, en similares condiciones económicas y sociales, han permanecido indiferentes a él o lo han resistido.

También existe la oportunidad de producen innovaciones a nivel micro en las comunidades, desarrollando nuevos (para el área) tipos de emprendimientos, de procesos productivos, de asociaciones, o de mercados. Para Gurstein (2003), los Sistemas de Innovación Comunitaria (SIC), en forma muy similar a otras formas de innovación basados en el conocimiento, necesitan antes que nada el acceso a dicho conocimiento y la posibilidad de implementar sus aplicaciones, aunque en el contexto de las comunidades locales, la escala y nivel de información a asimilar será probablemente menos que en los sistemas regionales y nacionales.

Las SIC requieren fundamentalmente de los siguientes factores:

- Acceso de la comunidad a niveles avanzados de información y conocimiento.
- Buena disponibilidad de información provista por el sector público;
- Identificación de las necesidades en innovación del tejido empresarial como medio para promover proyectos innovadores;
- Empresas innovadoras de base tecnológica;
- Trabajadores bien formados en los nuevos requerimientos tecnológicos y organizacionales, capaces de asimilar e implementar los conocimientos;
- Capacidad local para trabajar en red, con base en Internet, entre productores, proveedores y consumidores de bienes y servicios;
- Receptividad a la innovación.

La capacidad de los sistemas productivos y culturales locales para absorber y utilizar eficazmente la información a la que acceden es un elemento fundamental, agregado a la capacidad de trabajar en redes interactivas y al mismo conocimiento que da origen a la innovación. En el contexto comunitario, acota Gurstein (2003), esta capacidad está íntimamente ligada a las normativas y

prácticas culturales locales. Muchas comunidades, en particular las pequeñas y aisladas, se caracterizan con frecuencia por su resistencia a experimentar o absorber nueva información. Las ideas que provienen “del exterior”, aún en los casos en que provengan de miembros de la comunidad emigrados a otros contextos, pueden encontrar desconfianza o aún hostilidad, impidiendo que la economía local aproveche las ventajas aportadas por la información que los actores externos a la comunidad pueden aportar, o a la que pueden facilitar el acceso. Por lo demás, algunas comunidades, en especial aquellas que no poseen una historia de actividades industriales basadas en el conocimiento, ni han experimentado la instalación de un número significativo de trabajadores del conocimiento, pueden mostrarse desconfiadas hacia las nuevas informaciones, y reacias o indiferentes a la oportunidad que se les presenta para ellos mismos y para sus hijos de obtener una educación de la cual puedan surgir innovaciones.

Un Sistema de Innovación (SIN) efectivo se construye sobre una base de información y conocimiento, lo que incluye una serie de procedimientos y prácticas para explorar el medio donde se instalará el SIN, en búsqueda de información útil para la instalación de la innovación. Los actores interesados en implementar el SIN pueden obtener esta información mediante consultoras, encuentros con los notables locales, reuniones con la población, familiarización con las redes sociales locales, etc., para recoger los procedimientos de información que pueden resultarles útiles. Uno de los desafíos de la localización de SIN en áreas urbanas medias y pequeñas es asegurarse de que estos procedimientos no resulten negativamente disruptivos en el limitado medio económico que poseen muchas de estas comunidades.

Políticas y estrategias para el desarrollo de un sistema de innovación

El proceso de desarrollo de un sistema de innovación en un área no metropolitana (ANM) es generalmente, según Gurstein (2003) “un proceso de responder paso a paso

a las brechas que restringen el desarrollo deseado”. Estas brechas varían según las regiones y las estructuras sociales, de modo que también cambian, necesariamente, las etapas a implementar, por lo que aquí se habla sobre el proceso en general, en su sentido amplio. Los pasos a seguir son los siguientes:

- *Asegurarse de la existencia de, o implementar, la infraestructura básica para sustentar la innovación.* En el caso de innovación tecnológica en un ANM, este paso puede ir desde la provisión de una base de telecomunicaciones con suficiente capacidad de velocidad y volumen de transmisión de datos, a una plataforma o telepuerto que pueda sostener las potenciales iniciativas que sean tomadas en el futuro. Las áreas de baja densidad poblacional en las que se implanta por ejemplo la banda ancha, pueden no resultar costo-efectivas sin subsidios estatales o privados. O bien, los precios de los proveedores locales pueden ser demasiado elevados en comparación con los de un área metropolitana, por servicios similares.
- *Crear una cultura local susceptible de originar o recibir la innovación,* por ejemplo, la información y concientización de una población, mediante campañas informativas sobre el hecho de que determinada innovación contribuirá a su desarrollo económico y cultural, y de que redundará en mejor educación para ellos y sus hijos. Si una comunidad ha estado dedicada durante décadas a una actividad de extracción, como las ciudades mineras, o de cría de ganado extensiva, la implantación de nuevas tecnologías y de servicios desconocidos hasta ese momento pueden resultar amenazadoras. (De hecho, pueden amenazar concretamente algunos intereses de grupos locales, interesados en mantener el *statu quo*). En estos casos, es necesario implementar programas de información y concientización sobre los beneficios y los riesgos de la innovación, por medio de reuniones con la comunidad, entrevistas con los medios de prensa, demostraciones, exposiciones, etc.
- *Crear medios para que aquellos habitantes interesados en prácticas innovadoras puedan desarrollar dichas ideas y comunicarlas a otros habitantes con intereses similares, a las*

empresas y centros de I+D participantes, a las instituciones educativas, y a la misma comunidad. Esto puede implicar implementar reuniones periódicas entre las empresas, las instituciones educativas, el gobierno local y los interesados en las innovaciones, para intercambiar información e ideas. También pueden crearse Consejos Tecnológicos Locales, que incluyan a estos y otros actores.

- *Establecer relaciones entre la comunidad y el/los establecimientos de estudios e investigación que participarán en la innovación.* El establecimiento de estas relaciones puede establecerse mediante la comunicación entre los docentes, padres y alumnos de los establecimientos educativos locales y la Universidad en cuestión, aunque ésta se encuentre físicamente alejada de la localidad, por medio de conferencias, charlas, visitas de los docentes locales a la Universidad, etc. Tales contactos servirán para familiarizar a padres y docentes con la institución científica que directa o indirectamente intervendrá en su localidad, ampliará sus percepciones y les hará ganar confianza y entusiasmo en la innovación.

Estas actividades previas a la implementación de la innovación (SIC) son imprescindibles, pero están lejos de ser suficientes. Según aseguran Gurstein (2003) y Porter (1990, 1992), cumplirlas no significa necesariamente que se logrará desarrollar un *cluster* innovador, pero en su ausencia parece improbable que se construyan actividades innovadoras en comunidades no metropolitanas. Una vez resueltas esas brechas o carencias, y en el caso en que actividades relacionadas con la innovación comiencen a emerger, se hará necesario enfrentar el amplio espectro de los otros requisitos necesarios para construir un ambiente innovador. *Cada una de las resoluciones de estos requisitos, junto con las condiciones mencionadas más arriba, representa el costo de desarrollar un SIC en una región no metropolitana, que se superpone al costo de lograr un medio innovador en una región metropolitana.* Por esta razón, no resulta sorprendente el hallar pocas empresas de base innovadora en áreas no me-

ropolitanas. En general, las que se encuentran operan en pequeña escala. La planificación de SIC en áreas no metropolitanas deberá contrabalancear estos costos organizacionales y económicos con los beneficios que pueden obtener las comunidades locales.

En síntesis...

Si la "Innovación para el desarrollo" en las ciudades y regiones está en camino de volverse una de las preocupaciones prioritarias de los países de América Latina y el Caribe, es necesario tener en cuenta que, para asegurar su éxito, las iniciativas regionales y locales no pueden estar desvinculadas de los proyectos nacionales con respecto a la relación entre la ciencia y la tecnología (CyT) como motor del desarrollo y de las transformaciones económicas, la innovación en las empresas y el aliento a la industria nacional para integrarse plenamente en la Sociedad de la Información. Las ciudades y las regiones, actores clave en el nuevo espacio industrial, son también transformadas por estos procesos, fundamentalmente a nivel de sus redes sociales. Sin embargo, no es la tecnología *per se* la que determinará la evolución de las ciudades ni de las sociedades. Por el contrario, son las estructuras sociales, económicas y políticas existentes las que adaptarán los avances tecnológicos a sus nuevas necesidades, ya sea aceptándolos, apropiándolos, rechazándolos o inhibiéndolos. Como plantea Manuel Castells (1995:19): *"Emerge una forma social y espacial: la ciudad informacional. No es la ciudad de las tecnologías de la información profetizada por los futurólogos. Ni es la tecnópolis totalitaria denunciada por la nostalgia del tiempo pasado. Es la ciudad de nuestra sociedad, como la ciudad industrial fue la forma urbana de la sociedad que estamos dejando. Es una ciudad hecha de nuestro potencial de productividad y de nuestra capacidad de destrucción, de nuestras proezas tecnológicas y de nuestras miserias sociales, de nuestros sueños y de nuestras pesadillas. La ciudad informacional es nuestra circunstancia."*

Referencias

- BARCELÓ, M. Innovación tecnológica en los sistemas productivos locales", In: *Economía Industrial, julio-agosto, 1992*.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. Malden, Mass, Oxford. UK: Blackwell Publ, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *La ciudad informacional*. Tecnologías de la información, estructuración económica y el proceso urbano-regional. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- CASTELLS, M.; P. Hall. *Las tecnópolis del mundo*. La formación de los complejos industriales del Siglo XXI. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- FINQUELIEVICH, Susana. *TIC y desarrollo local*. Municipios e Internet. Buenos Aires: Editorial La Crujía, en prensa, 2005.
- Finquelievich, Susana. "E-GOV", In: *Quaderns Digitals Eds.*, Barcelona, 2002, <http://www.quadernsdigitals.net/bibliotecaquaderns.asp?IdBiblioteca=814>
- FINQUELIEVICH, Susana. *¡Ciudadanos, a la Red!*. Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2000.
- FINQUELIEVICH, Susana. *La ciudad y sus TICs (The City and its Information and Communication Technologies)*, Coordinación, con Ester Schiavo, UNQ. 1998.
- FREEMAN, C. Networks of Innovations: A Synthesis of Research Issues. In: *Research Policy*, v. 20(5). 1990.
- FREEMAN, C. (1992). Formal scientific and Technical Institutions in the National System of Innovation. In: LUNDVALL, B. A. *National systems of innovation*. London: Pinter, 1992.
- GURSTEIN, M. *Forging Community Innovation With Information and Communications Technology: Universities, Research, and Economic Development in a Remote and Rural Community; The University College of Cape Breton Chair in the Management of Technological Change as A Catalyst for Change in a Lagging Region*, UCCB Press, Sydney, 2001.
- GURSTEIN, M. *Community Informatics: Enabling Communities with Information and Communications Technologies*. Idea Group Publishing, Hershey PA, 2000.
- GURSTEIN, M. *Community Innovation Systems and the Chair in the Management of Technological Change. A Solution For A Community Being Left Behind? Adaptación de Gurstein, M. (2001) Forging Community Innovation With Information and Communications Technology: Universities, Research, and Economic Development in a Remote and Rural Community; The University College of Cape Breton Chair in the Management of Technological Change as a Catalyst for Change in a Lagging Region*, UCCB Press, Sydney. 2003.
- LUNDVALL, V. A. *National systems of innovation*. Londres: Printer Publishers, 2002.
- SASSEN, S. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks, CA. Pine Forge Press, 1994.
- SASSEN, S. *Globalization and Its Impact on Cities*. Public Culture 8.2, Winter, 1996.
- VALENTI LÓPEZ, Pablo. La Sociedad de la Información en América Latina y el Caribe: TICs y un nuevo Marco Institucional. In: *OEI: Revista iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación*. n. 2/Enero-Abril 2002. <http://www.campus-oei.org/revistactsi/numero2/valenti.htm>
- VILLALONGA, Fernando. Innovación tecnológica e innovación social: aplicaciones sociales de las TIC. In: *Acto de graduación de los estudiantes de formación de postgrado de la promoción 2001-2002 de la UOC*. Barcelona [conferencia en línea]. UOC, 2003. <http://www.uoc.edu/dt/20235/index.html>

Desenvolvimento e populações indígenas: direções possíveis e desafios necessários

Development of indigenous populations: possible directions and necessary challenges

Desarrollo y poblaciones indígenas: direcciones posibles y desafíos necesarios

Marta Regina Brostolin*

Recebido em 14/07/04; revisado e aprovado em 27/08/04; aceito em 17/02/05.

Resumo: O presente trabalho aborda o tema desenvolvimento em populações indígenas, coloca em discussão o processo de pauperização e subsistência das populações indígenas vinculado a questão territorial. Traz no bojo da discussão uma análise sobre a implantação e fracasso dos projetos de desenvolvimento implantados em terras indígenas, ressaltando a importância do território para os povos indígenas como base para a construção de um etnodesenvolvimento, de modo a conformar unidades político-administrativas que lhes permita serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo.

Palavras-chaves: Populações indígenas; território; etnodesenvolvimento.

Abstract: The present study handles the theme of development in indigenous populations and brings up for discussion the process of progressive poverty and subsistence of indigenous populations linked to the question of territory. Within this framework of discussion there is an analysis of the implantation of failure of development projects on indigenous lands, showing the importance of territory as a basis for the construction of ethno-development, so that political-administrative units can come to an understanding that will permit them to be autonomous as to their ethnic development and to have the ability to carry it out.

Key words: indigenous populations; territory; ethno-development.

Resumen: El presente trabajo aborda el tema desarrollo en poblaciones indígenas, coloca en discusión el proceso de pauperismo y subsistencia de las poblaciones indígenas vinculado a la cuestión territorial. Trae en el inicio de la discusión un análisis sobre la implantación y fracaso de los proyectos de desarrollo implantados en tierras indígenas, resaltando la importancia del territorio para los pueblos indígenas como base para la construcción de un etnodesarrollo, de modo a conformar unidades político administrativas que les permita ser autônomos quanto a su desarrollo étnico y de tener la capacidad de impulsarlo.

Palabras claves: Poblaciones indígenas; territorio; etnodesarrollo.

1 Contextualizando

Segundo Gallois (2001) quando se trata do tema “populações indígenas e desenvolvimento”, pode-se partir de duas reivindicações básicas, reiteradas em inúmeros foros internacionais: de um lado, o direito de controle sobre suas terras, do outro, o reconhecimento de sua capacidade à autodeeterminação. Inúmeras declarações, registradas em documentos de reuniões internacionais e nacionais dedicadas à questão da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, evidenciam que as populações indígenas reclamam, antes de qualquer outra medida a seu favor, o direito à soberania e autonomia. Para exemplificar esta questão, reporta-se ao documento “Declaração dos Povos Indígenas Tribais da Floresta tropical”¹ que afirma:

Una reorientación del proceso de desarrollo desde los proyectos a gran escala hacia la promoción de iniciativas a pequeña escala, controladas por nuestros pueblos. Para tal es iniciativas, la prioridad es asegurar el control sobre nuestros territorios y recursos de los que

depende nuestra sobrevivencia... Nuestra política de desarrollo se basa, primero, en garantizar nuestra autosuficiencia y nuestro bienestar material, así como la de nuestros vecinos... En lo sucesivo, la generación de un excedente para el mercado debe venir de un uso racional y creativo de los recursos naturales que desarrolle sus tecnologías tradicionales y seleccione otras nuevas adecuadas.

Frente às reivindicações representadas pela relação subsistência, terra e recursos naturais vinculada a situação fundiária brasileira, Gallois (2001), ao analisar a questão, aponta o descompasso existente entre a caracterização do índio como categoria jurídica, e as suas reivindicações que refletem as atuais contradições internas à legislação indigenista brasileira. De um lado, o Código Civil que estabelece a tutela, de outro, a Constituição brasileira que garante aos índios o reconhecimento das suas formas tradicionais de organização social, política, línguas etc., e finalmente, o projeto do Estatuto das Sociedades Indígenas², em tramitação no Congresso Nacional que viabiliza alternativas mais adequadas de representação direta e autônoma. No entanto, esse quadro

* Pedagoga, Psicopedagoga, Doutoranda em Desenvolvimento Local pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha) e Pesquisadora na área indígena e formação de professores e Professora da Graduação e Pós-graduação da Universidade Católica Dom Bosco (brosto@ucdb.br).

legal confuso tem permitido que, dependendo dos atores relacionados à política indigenista, se usa um ou outro desses parâmetros, negando assim a possibilidade de um diálogo em busca de igualdade.

Como se pode observar, o reconhecimento da posse das terras ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas e o consequente direito de usufruto das riquezas naturais nelas existentes são princípios constitucionais há mais de meio século, desde a Constituição de 1934. Legalmente, as terras indígenas são assim reconhecidas, independente de demarcação. Mas, do princípio constitucional à prática correspondente, interpõem-se procedimentos de cunho administrativo com vista ao reconhecimento oficial dessas terras. Ou seja, atualmente, a garantia, aos índios, da posse permanente do território em que vivem, depende de regularização administrativa e da regulamentação jurídica da terra como propriedade da União; as áreas discriminadas pelo órgão indigenista oficial, em processos de identificação, delimitação e demarcação física, são levadas com a devida chancela do ministério competente, à homologação por decreto do presidente da República e posterior inscrição, tanto em cartório de registro de imóveis das respectivas comarcas, quanto no Serviço do Patrimônio da União.

Decorrido o prazo constitucional fixado nas disposições transitórias da Constituição de 1988, para a demarcação de todas as terras indígenas no país, vê-se que pouco mais da metade das áreas indígenas, isto é, 292 de um total de 559 áreas, ou 56.076.382 ha de 99.822.112 ha foram formalmente identificadas e demarcadas pelo Poder Executivo (ISA, 25.2.1997). Mesmo assim, as identificações administrativas das terras indígenas já realizadas com frequência não correspondem aos territórios tradicionalmente ocupados pelos índios, devido a fatores políticos intervenientes na etapa inicial do processo de regularização fundiária. Acrescenta-se a isso o fato de que as áreas demarcadas se encontram amplamente invadidas. Portanto, pode-se dizer que a maioria das populações indígenas no Brasil continua a ser espoliada nos seus direitos territoriais, o que dificulta ou de certo modo inviabiliza seu processo de subsistência e

consequentemente, o desenvolvimento e uma qualidade de vida.

2 O processo de pauperização e subsistência das sociedades indígenas vinculado a questão territorial

A perda de territórios indígenas, com a demarcação de reservas de terras reduzidas e a crescente destruição dos recursos naturais, localizados no interior das mesmas, vem conseguindo, progressivamente, destruir os sistemas de auto-sustentação, inviabilizando suas economias tradicionais, instaurando-se um processo de empobrecimento, que segue até os nossos dias. Frente a essa realidade Carvalho (1981, p. 7) afirma que

o índio se vê compelido a participar como assalariado no âmbito ocupacional do sistema envolvente, em qualquer situação onde seja possível. Os efeitos dessa participação se refletem internamente, desarticulando a economia cooperativa familiar, individualizando a força de trabalho, tornando a comunidade indígena mais vulnerável à penetração das instituições do sistema dominante.

Essa situação é constatada em todo o país, onde as bases da economia indígena foram profundamente alteradas e essas alterações se devem à perda de territórios e, acima de tudo, à destruição dos recursos naturais.

Entretanto, tendo por referência a situação dos territórios e das riquezas naturais, entende-se que existe para os povos indígenas no Brasil, fundamentalmente, três alternativas para suprir as necessidades básicas de subsistência de acordo com sua situação particular: onde ainda existe algum tipo de recurso natural, como madeira ou minério, este segue sendo explorado na maior parte dos casos em detrimento do meio ambiente e dos próprios povos indígenas. É o que verificá-se na Amazônia, Rondônia e outras regiões. São raros os casos onde os próprios índios conseguem realizar a exploração dos recursos naturais em proveito de suas comunidades; onde apenas restou a terra, esta é arrendada a terceiros, esse arrendamento, embora proibido por lei, segue viabilizado por envolvimento de determinadas lideranças indígenas com os interesses

financeiros para explorar a terra por conta própria nas condições impostas pela economia regional (agricultura mecanizada). Verifica-se isso nas áreas indígenas da região sul e em algumas reservas de Mato Grosso do Sul; onde nem mais a terra restou, o único bem para ser vendido no "mercado" regional é sua mão-de-obra, aí a alternativa é o assalariamento compulsório.

Desta forma, as populações indígenas, no que se refere à subsistência, estão cada vez mais "próximas" e dependentes do mercado, que vai entrando de forma mais profunda no meio das mesmas, buscando explorar o que sobrou dos recursos naturais e, na ausência destes, a mão-de-obra indígena.

Nesse contexto, Carvalho (1981, p. 8) aponta que *"os grupos indígenas se caracterizam como os finais dos dois modos de exploração que balizam o capitalismo: um se caracteriza pela exploração mais direta realizada sobre os operários e outra pela exploração indireta exercida sobre a forma tradicional agrícola"*. Segundo o autor, esses modos de exploração encontram-se inteiramente combinados e subordinados ao movimento do capital. Diante disso, o perfil do mundo indígena integrado só poderá ser pensado como fazendo parte da chamada "questão agrária", e das modalidades gerais de extração do sobretrabalho. Mas, se a exploração histórica dos recursos naturais localizados em seus territórios não se traduziu em produção de outros bens e, se os recursos advindos da venda da mão-de-obra não têm se traduzido em melhorias nas condições de vida, têm-se como consequência o crescimento da fome e da miserabilidade. Nesse cenário depauperado, parece irreal que se possa supor a existência de uma etnicidade capaz de expressar e superar as contradições que acometem as sociedades indígenas.

Porém, mais recentemente, com o crescente acento no direito dos povos indígenas a continuarem sendo o que são (explicitados pela Constituição de 1988), ou seja, a luta pela afirmação enquanto povos etnicamente diferenciados, emerge com mais força a preocupação com as possibilidades econômicas dessas comunidades, pois é ilusório falar em respeito à diversidade cultural e autonomia num contexto de total dependência econômica e ausência de recur-

so para a sobrevivência. Inclusive a própria reconquista da terra, embora elemento indispensável, não basta, atualmente, para garantir a subsistência de grande parte dos povos indígenas do país.

3 Implantação e fracasso dos projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas

A partir da década de 70 surge uma série de projetos econômicos destinados a comunidades indígenas e a literatura existente aponta que *"principalmente entre 1975 e 1977, nas mais variadas formas, se imaginam ou se implantam efetivamente pequenos programas de desenvolvimento econômico"* (LAFER, 1981, p. 19). Esses projetos³ estão ligados segundo a autora a antropólogos, alguns agindo quase que isoladamente, dispendo de poucos recursos, outros associados a entidades, oriundos da atuação da Igreja, não sendo citados no texto os projetos da FUNAI. Para Lafer, a idéia central dos projetos é a de autonomia indígena como melhor forma de promover os interesses indígenas, em contraposição à política protecionista oficial, sendo uma das características comuns dos mesmos o pressuposto implícito de que um mínimo de bem-estar material é necessário para que a autonomia política e a autovalorização tribal possam emergir.

No entanto, após análise, percebe-se que os projetos distinguem-se muito entre si, devido as diferentes condições sócio-econômicas das várias áreas. Muitas das terras são de má qualidade exigindo investimento considerável para se tornarem produtivas. Na produção comercial, têm que competir em termos de custos com os empreendimentos regionais e, ainda, devem prover empregos a todos na comunidade. Pergunta-se então que possibilidades de sucesso têm esses projetos?

Brand (1999, p. 8) ao analisar a questão afirma que

Há um consenso entre os estudiosos envolvidos na problemática sobre o fracasso de projetos econômicos junto aos povos indígenas fundados na nossa racionalidade capitalista e ocidental apontando como uma das razões principais do fracasso o fato dos indígenas ignorarem que, ao mesmo tempo em que as bases tradicionais de suas economias vão sendo totalmente solapadas, os povos indígenas seguem se orientando a partir de sua lógica específica.

O autor esclarece que se percebe um claro descompasso entre as bases concretas de economia, rápida e profundamente alteradas e o modo de pensar dos mesmos povos, configurando-se aí, uma questão importante para o pesquisador, ou seja, o ritmo das transformações do mundo dos valores e da cosmovisão não é o mesmo das transformações impostas pela nossa sociedade ao território e ao entorno.

Brand (1999) ainda chama a atenção para o fato de não se considerar as características culturais de cada povo e a forma tradicional de organizar sua economia, mas sim, a preocupação apenas com o aspecto da produção, já que o sistema econômico inclui a distribuição e o consumo da mesma produção. Alerta também para a transferência de determinadas características de um grupo para outro, generalizando aspectos não generalizáveis, ou transferindo para os índios, desejos e aspirações dos agentes não-índios, partindo da falsa suposição de que os índios são, fundamentalmente, iguais.

Nessa mesma ótica, Bremen (1987, p. 16), denuncia a tendência dos agentes promotores de projetos de desenvolvimento, de considerar as comunidades indígenas como *"inseridas na mesma problemática da sociedade envolvente. São pobres e logo inserem-se no amplo leque da marginalização social, sinalizando para a complexa e importante relação entre etnia e classe na América Latina"*.

A título de exemplo, toma-se a questão da dimensão comunitária das iniciativas econômicas. Parte-se do princípio de que os povos indígenas, por terem sido ou serem sociedades igualitárias e por conhecer, talvez superficialmente, alguns esquemas de acesso e redistribuição dos bens entre um povo e outro, todos os projetos de desenvolvimento têm de ser coletivos, sem a percepção de que cada povo tem esquemas específicos que orientam a redistribuição dos bens econômicos e que esses esquemas são sustentados por valores/lógicas que os lubrificam e mantêm. Entre os Guarani/Kaiowá, a troca e redistribuição da produção acontecem até hoje entre membros de uma mesma família extensa, que é a unidade básica em torno da qual, historicamente, se articulava e ainda se articula a economia e a religião. Não é, portanto, atribuição dos capitães redis-

tribuir colheitas e ou outros donativos (BRAND, 1999).

Complementando, Bremen (1987) chama a atenção para o fato de no planejamento os projetos se restringirem à análise de fatores tais como condições ecológicas, infraestrutura, mercados, etc... importantes para o desenvolvimento segundo a concepção ocidental sem levar em conta as características da economia indígena. Este autor destaca que a totalidade dos projetos se propõe, como primeira medida, criar uma base econômico-produtiva própria, o que já indicaria claramente não se tratar de iniciativa indígena. Dentro dessa lógica, deve-se criar uma produção agrícola para o auto-consumo e segundo o autor, isto nunca foi um problema para os indígenas.

O autor ainda questiona a validade de afirmações constantes em muitos projetos sobre a participação dos indígenas na sua elaboração. Ao analisar os argumentos indígenas para a concordância das propostas em questão, percebe-se que estes coincidem exatamente com o dos promotores e ao analisar a concordância das comunidades indígenas com as propostas formuladas por agentes externos, o autor alerta para o fato de essa concordância ocorrer não pelas razões que motivam o projeto, mas porque entendem que, ao subordinarem-se às estratégias propostas, conseguem, desta forma, satisfazer suas necessidades imediatas. Ocorre, neste sentido, uma reinterpretação dos objetivos do projeto, a partir de seus critérios próprios e tradicionais, ou um esforço de subordinar os aportes externos às suas necessidades e estratégias internas (1987).

Bremen (1987, p. 86) ainda aponta que se a equipe técnica não tiver clareza sobre essa estratégia indígena, estarão frustrados os objetivos do projeto e este se torna *um "barril sem fundo"* na satisfação das necessidades imediatas de coleta dos indígenas. Neste sentido, os projetos, os órgãos oficiais e ONGs constituem-se hoje *um "novo e amplo meio ambiente"* para a coleta e satisfação de suas necessidades básicas (1987, p. 89).

O autor ainda destaca o fato de que muitos projetos, ao procurarem soluções de problemas de curto prazo, acabam criando ou agravando problemas estruturais no sentido de provocarem maior dependência e, se

provocam dependência, não levam a um desenvolvimento pois segundo Martin (1999, p. 3), o desenvolvimento deve-se medir não em termos de *“aumento de capital, sino en funcion de la medida en que reduce la dependencia de las comunidades locales...”*

Portanto, na tentativa de entender a causa do insucesso dos projetos, Bremen (1987, p. 66) conclui que culpá-se os indígenas pelos fracassos afirmando *“serem incapazes de cumprir com o previsto para eles durante o planejamento dos projetos”* ou que eles *“se mostrariam, mais incapazes do que se supunha”*.

Já Brand (1999, p. 9) afirma que *“aten-tos, muitas vezes, apenas as condições objetivas da economia a partir de nossos referenciais, constatamos, facilmente a sua inviabilização e partimos para nossas soluções fundamentadas em outra lógica econômica”*.

Lafer (1981), levanta algumas questões importantes: aponta em primeiro lugar a necessidade de um investimento considerável para tornar mais produtivas as terras indígenas; a administração descentralizada que se busca coloca o problema da eficiência pois os índios ainda são administradores pouco hábeis no que tange a comercialização e financiamento da produção; a limitação de movimentos locais pelas condições sociais em que surgem na luta pela terra e pelos seus direitos; enfim, as imposições do sistema sócio-econômico que reprimem à atuação dos projetos por ameaçarem a estrutura de poder dos órgãos oficiais.

Finalizando sua análise, a autora afirma que:

As organizações e a defesa da liberdade de grupos étnicos ou regionais só são possíveis se articuladas com uma democracia para o país como um todo, o que exige uma transformação econômica grande e, para isso, uma organização capaz de traduzir com eficácia as reivindicações plurais de todos, suficientemente forte e estruturada para poder opor-se ao poder econômico e ao autoritarismo da sociedade brasileira (1981, p. 35).

4 O território como base para o desenvolvimento em populações indígenas

Dentre a literatura que aborda a relação e significado de território encontra-se Mesquita (1995, p. 83) que afirma *“território*

é o que é próximo, é o mais próximo de nós; é o que nos liga ao mundo”. Para a autora, o critério de proximidade não tem a ver com dimensões, mas com significado individual e social onde a territorialidade seria exatamente a *“projeção de nossa identidade sobre o território”*. Esta concepção de território não pode ser tomada como algo estático, mas como uma permanente recriação, um permanente devir, assim como a identidade. A autora fala em *“consciência territorial como consciência do lugar, do locus da sociabilidade mais próxima vivida no cotidiano”* (1995, p. 89).

Nessa abordagem, o conceito de território emerge com mais clareza na ótica das populações indígenas. Esta questão tem sido enfocada também pela antropologia no contexto da discussão da garantia das terras indígenas. Segundo Oliveira Filho (1999) a noção de território indígena com a qual trabalha-se atualmente é uma elaboração dos brancos e encontra-se historicamente datada. Teria sua origem na década de 50, durante os debates relativos à criação do Parque Indígena do Xingu. Relata ainda o autor que a proposta final apresentada pelo SPI (órgão indigenista posteriormente denominado de FUNAI) incorporava argumentos e sugestões de diversos antropólogos, como Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira. Nela se tomava como dever do Estado e finalidade explícita de uma política pública a preservação das culturas indígenas estabelecidas há mais de um século na região dos formadores do Rio Xingu, mantendo uma relação simbiótica com aquele nicho ecológico, sem permitir a fixação de colonos brancos na região, mas desenvolvendo mecanismos estáveis de convivência intertribal. Pela primeira vez, propunha-se a destinação aos índios de uma parcela bastante extensa do território nacional, e o argumento utilizado para justificar os limites geográficos estabelecidos era de que os recursos naturais ali existentes seriam os necessários e suficientes para garantir aos índios a plena reprodução de sua cultura e modo de vida.

O autor ainda informa que foi este padrão de definição de terra indígena que constou da Emenda Constitucional de 1969 e na Constituição de 1988, fundamentando ainda os critérios que subsidiam os atuais processos de reconhecimento de áreas indí-

genas. Emergia, pela primeira vez, a preocupação com recursos naturais necessários e suficientes para garantir aos índios a plena reprodução de sua cultura e do seu modo de vida, pois somente as áreas que foram objeto de ação demarcatória pela FUNAI, na década de 70, tiveram maiores dimensões. Os critérios anteriormente utilizados para definir a demarcação de terras indicavam a necessidade de oferecer assistência e proteção aos índios.

Nesse contexto, o SPI, imbuído de uma perspectiva evolucionista e contribuindo para a regularização do mercado de terras nas regiões de fronteira por meio de sua ação pacificadora, não costumava verbalizar a intenção de preservação cultural, nem estabelecia uma conexão necessária entre uma cultura indígena e um dado meio ambiente. As terras que eram atribuídas pelo SPI a populações indígenas que foram objeto de um processo de pacificação, e conseqüente sedentarização e tutela, eram muito menores do que a região onde aquelas populações construía seus aldeamentos e transitavam com certa regularidade.

Segundo Oliveira Filho, os critérios não explicitados pelo SPI para definir as terras dos índios passavam, portanto, por sua função de mediador nas situações sociais de expansão da fronteira econômica. O objetivo fundamental era estabelecer um controle sobre as relações entre índios e brancos, evitando o conflito e prevenindo suas conseqüências malélicas para os índios (extermínio, correrias, escravizamento, etc.). Portanto, a terra reservada aos índios deveria servir a esse propósito: a) permitindo distanciá-los dos brancos; b) não sendo foco de interesse econômico maior pela frente colonizadora; c) sendo aceita pelos índios (1999, p. 110). Nessa situação, constata-se então, que a relação entre índios e território não era trazida à discussão.

Este fato confirma-se quando o autor afirma que embora atender a essas situações fosse justamente a razão de existência do SPI, o órgão indigenista também atuou algumas vezes junto a populações indígenas com alto grau de contato e de integração com a sociedade nacional. Nessas situações, a intervenção oficial visava reparar processos extremados de pobreza, dependência e degradação

social (alcooolismo, prostituição, criminalidade), através da obtenção e do encaminhamento de um grupo de famílias indígenas para uma gleba que lhes viesse a permitir atividades de subsistência. Quando os indigenistas do SPI manifestavam alguma preocupação quanto a uma possível unidade das famílias beneficiadas por sua atuação, o fator básico era garantir a sua condição de indígena e não levar em conta uma possível diversidade a sua composição étnica. Na visão assistencialista do SPI, a relação entre índios e terra era instaurada pelo reconhecimento ou concessão de uma determinada gleba, não sendo considerados demandas específicas quanto a outros espaços geográficos.

Para consolidar sua análise, o autor traz exemplos como o caso dos CAMBIUA, sua forte relação com a Serra Negra, e em tempos mais remotos, com séculos de diferença, a população indígena da região Nordeste, uma das áreas mais importantes e antigas da colonização brasileira, que sofreu um profundo e persistente impacto econômico e sociocultural por parte dos empreendimentos econômicos e religiosos que viabilizaram a ocupação dos sertões e a expansão territorial dos domínios portugueses. Portanto, para as etnias que sobreviveram só restaram dois caminhos: ou buscaram temporariamente áreas de refúgio, algumas vezes coexistindo com quilombos e sertanejos, até que viessem a ser incomodadas por novas pretensões territoriais das fazendas e dos agregados urbanos, ou foram logo incorporadas pelo processo civilizatório, ou seja, reunidas, reterritorializadas e disciplinadas pelas missões religiosas, ou então colhidas na sua capilaridade isto é, fragmentadas em famílias e coletividades acabocladadas ou destribilizadas.

Frente a tal contexto histórico Oliveira Filho afirma que:

Não há como falar em território indígena no sentido atual e que os próprios índios contemporaneamente reivindicam. A missão, a fazenda ou as povoações de cablocos podem no máximo constituir indícios históricos da presença de índios naquele local, mas não configuram, de forma alguma, uma situação de posse exclusiva pelos índios de um dado território (1999, p. 111).

A Constituição Brasileira de 1988 respeita os direitos territoriais indígenas a par-

tir de sua alteridade, enquanto grupos culturalmente diferenciados. Os fatores que um grupo étnico considera como básicos e necessários para integrar o seu território decorrem de coordenadas culturais particulares, provenientes de seu sistema econômico, da sua forma de parentesco e organização social, de sua vida cerimonial e religiosa. O argumento em relação a uma área jamais poderá ser discutido em termos quantitativos como uma relação índio/hectare ou família/hectare.

Desta forma, é evidente que em primeiro lugar deve se reconhecer que índio e terra são indissociáveis, só pode existir o índio (indivíduo) quando estiver preservada a sua coletividade (etnia) e esta conseguir manter um território próximo (OLIVEIRA FILHO, 1987).

A lei magna definiu que não existe incompatibilidade entre a garantia dos direitos indígenas e a defesa da soberania e o desenvolvimento nacional e estabelece com clareza os instrumentos desta compatibilização dando um tratamento exaustivo aos direitos indígenas, conferindo-lhes um inédito status constitucional. Pela primeira vez reconhece aos índios o seu direito à diferença, rompendo com a tradição assimilacionista que prevalecia nas Constituições anteriores. Institue a União como instância privilegiada nas relações entre os índios e a sociedade nacional, ampliando enormemente as competências dos poderes legislativo e judiciário quanto aos direitos indígenas.

Considera-se fundamental o reconhecimento constitucional das organizações indígenas que, nos termos do artigo 232, são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos direitos e interesses dos índios. Essa conquista estimula o surgimento e o crescimento das organizações locais e regionais e facilita o acesso dos índios às instâncias decisórias do processo institucional. Nesse mesmo sentido, a Constituição estabelece relações diretas entre os índios e o Congresso Nacional e deles com o Ministério Público. Portanto, os povos indígenas adquiriram condições de interlocução direta junto aos poderes da República, direito que deve ser agora assegurado politicamente (SANTILLI, 1992).

Há um aspecto importante a se considerar na questão indígena atual, de um lado, assegurar de fato aos índios o usufruto ex-

clusivo das riquezas existentes em seus territórios, promovendo, além das atividades subsistência tradicionais, novas atividades econômicas em bases condizentes com a proteção ambiental. E, por outro lado, proteger os territórios indígenas, de acordo com a lei, seja dos danos causados por grandes projetos desenvolvimentistas, seja das invasões cada vez mais agressivas por parte de garimpeiros, de madeiras, especialmente na Amazônia. Constata-se hoje, que o grau e as formas de intrusão das reservas indígenas é assustador, muito mais do que as terras indígenas, os interesses estão voltados para os recursos de grande valor econômico existentes em suas terras.

Esses invasores desenvolvem as suas atividades na total ilegalidade, causando danos irreparáveis ao meio ambiente e às comunidades indígenas, totalmente indefesas frente a estas investidas predatórias. Em muitas regiões do Brasil, principalmente na Amazônia e região Centro-Oeste as relações interétnicas vem se caracterizando por um aumento de conflitos e violência. Uma realidade não muito diferente daquela vivida por muitos camponeses e segmentos marginalizados nos grandes centros urbanos.

Nesse cenário, fica evidente que apenas demarcar as terras indígenas não é o suficiente. Uma vez concluída a demarcação, e mesmo antes, já que o direito dos índios às suas terras independe da demarcação física, devem ser acolhidos projetos indígenas de manejo, controle e vigilância de suas terras, a longo prazo, com linhas específicas de apoio técnico e financeiro da parte de órgãos públicos e privados. Devem ser promovidas práticas atualizadas para a garantia das terras e o seu aproveitamento adequado visando o desenvolvimento das comunidades como um todo. Nessa perspectiva, Vidal (2001, p. 203) alerta e ressalta que *"na maioria dos casos, os invasores conseguem cooptar algumas lideranças, especialmente os mais jovens, que se associam às atividades altamente predatórias, assinando contratos, em bases absurdas em nome da comunidade"*. Entretanto, é bom lembrar que alguns grupos, após amargas experiências, estão tratando de reverter esta situação inclusive entrando com processos até na justiça e, por outro lado, não se pode esquecer que as pressões destes

grupos de interesse não vão diminuir tão cedo (VIDAL, 2001).

Nesse panorama, constata-se que nas regiões de colonização mais antigas, as estratégias de sobrevivência para os índios têm sido sempre problemáticas. Até certo ponto o processo já é irreversível. Resgatar o sistema tradicional de manejo de recursos naturais é praticamente impossível. As soluções para o futuro deverão ser construídas em novas bases, mas que, se bem orientadas, poderão resultar em experiências interessantes.

Para Oliveira Filho (1999) as terras indígenas devem ser pensadas como algo particular frente a outras figuras fundiárias, pois resultam de uma complexa confluência entre uma cultura, um dado meio ambiente e uma política governamental. Portanto, às conexões entre a política indigenista e a preservação da diversidade cultural, são bem conhecidas e fazem parte do imaginário político nacional. Mas as conexões entre as culturas indígenas e os nichos ambientais em que se inserem são pouco conhecidas do ponto de vista científico, tanto quanto são subestimadas do ponto de vista administrativo as interligações entre política indigenista e ambiental.

O autor ainda afirma que é um equívoco pensar as terras indígenas de forma caricatural e preconceituosa, ou estimulada pelo romantismo ingênuo como terra que estão subtraídas ao desenvolvimento. Ressalta que as:

Terras indígenas são bens da União e os recursos ambientais ali existentes são parte integrante do território nacional, mas por constituírem habitat de índios, a utilização de tais terras está destinada prioritariamente à reprodução sociocultural dessas populações, devendo portanto adequar-se aos seus usos e costumes e reverter-se necessariamente em benefício para os seus moradores tradicionais (1999, p. 162).

A legislação indigenista bem como o próprio interesse dos índios, não prescreve que as terras indígenas estejam fora do sistema econômico nacional, ou sejam seu avesso. O que ocorre é que o Estado, representado pelo órgão indigenista, não tem conhecimento nem da especificidade das culturas nem da heterogeneidade do meio ambiente, quanto mais da relação concretamente estabelecida entre ambas. Em sua análise, fazendo referência aos projetos econômicos da FUNAI, Oliveira Filho critica a posição

do órgão indigenista que em vez de levantar alternativas novas e explorar as potencialidades daquilo que chama de “encontro”, ou seja, os conhecimentos acumulados sobre a natureza e as formas de manejo utilizadas pelos índios, articulando-os com formas racionais de exploração dos recursos ambientais e uso de tecnologia de ponta, acaba por cingir-se à mera presença protetora, em alguns casos agindo repressivamente e em outros, por iniciativas clientelísticas e paternalistas (1999).

Portanto, o destino das terras indígenas vai depender muito da capacidade de luta por parte dos índios, exercendo, cada vez mais, os seus direitos de cidadania e assumindo novas responsabilidades. Por parte da sociedade brasileira não-índia vai depender de sua vontade em progredir, preservando o seu patrimônio ambiental e cultural e respeitando a diversidade cultural e ambiental dos povos indígenas, “*uma verdadeira comunidade inter-cultural, livre e democrática*” (VIDAL, 2001, p. 204).

5 É possível desenvolver programas de desenvolvimento local em populações indígenas? Sim, mas ...

A enorme saga das reivindicações de autonomia indígena já vem repercutindo há algum tempo no discurso oficial a respeito das relações entre índios e Estados nacionais. No Brasil, é este contexto discursivo e performático que melhor evidencia a ambiguidade da noção de desenvolvimento. Neste aspecto Gallois (1996, p. 167) aponta que

a tentativa de transmutação étnica da noção de desenvolvimento pelas agências oficiais tende a relegar os índios a um estado natural ou aistórico. Sua apropriação ambígua em programas de fomento, sejam eles oficiais ou não, tende a negar a capacidade dos índios de se posicionar frente às sucessivas mudanças que alteram profundamente suas condições de vida e suas expectativas de futuro.

Para a autora os mais diversos elementos do desenvolvimento cultural, social, econômico e político reivindicados pelos povos indígenas atestam que, em sua perspectiva, tolerância é antes de tudo uma demanda de igualdade nas condições de acesso ao desenvolvimento com o qual eles foram levados a conviver por imposição dos Estados nações

em que foram englobados há séculos. Formas de desenvolvimento que representam para eles, uma longa história de perdas e que eles pretendem apreender, agora, como uma relação que pode ser transformada a favor de seus interesses. Nesse sentido, acesso igualitário ao desenvolvimento refere-se tanto à melhoria nas condições de vida alcançadas ou almejadas pelo restante da população nacional, quanto a uma posição diante do sistema de valores que tal desenvolvimento representa para a sociedade mais ampla.

A posição dos povos indígenas frente ao desenvolvimento em suas vertentes tradicional ou sustentável, é sempre, antes de tudo, produto de uma demanda de autonomia. A essa demanda, o Estado costuma responder com expressões moderadas, formuladas em termos de “proteção” e impondo limites a “participação” dos índios na gestão de seu próprio desenvolvimento, com condições que não atendem às reivindicações de soberania reclamadas pelos representantes indígenas.

Nos últimos vinte anos, o discurso dos planejadores governamentais se tornou muito mais intolerante pois consideram que os próprios índios estão na origem dos problemas ambientais (GALLOIS, 1996). O difícil diálogo entre índios e as instituições tutoras (no âmbito civil e ambiental) sobre alternativas de desenvolvimento, quando baseado numa visão restrita que obriga os índios a serem conservadores do seu ambiente, tem propiciado que, na prática, por decorrência da sedentarização e da miséria, eles se tornem destruidores desse ambiente.

Sem dúvida, as sociedades indígenas são sociedades que viveram e desejam continuar vivendo sua autonomia em forma sustentável. Gallois considera que “*essa opção não será viável se as instituições se limitarem a formatar seletivamente o conhecimento antropológico para reduzir, como forma correta de desenvolvimento para os índios, apenas aqueles programas caracterizados por atividades, saberes e produtos considerados tradicionais*” (1996, p. 182).

Para ilustrar sua afirmativa, a autora usou como exemplo a venda de artesanato, onde a comercialização leva muitas comunidades a uma forma predatória de coleta. Ressalta ainda que a supervalorização das

formas de manejo dos recursos ditos “tradicionalistas” que delimita um conjunto muito restrito de desenvolvimento indígena, representa uma “*armadilha e uma nova forma de intolerância. Tal discriminação seletiva de projetos de fomento e alternativas econômicas em áreas indígenas, operadas por agências governamentais ou não governamentais, carece de fundamentação antropológica e tende a se apoiar apenas em estereótipos sobre a relação entre esses povos e a natureza*” (1996, p. 183).

Sabe-se que as soluções não são fáceis. Nem mesmo os próprios povos indígenas parecem ter clareza sobre elas. Trata-se de uma realidade nova para a qual talvez não sejam mais suficientes os conhecimentos tradicionais pois o contexto mudou. As bases da economia indígena foram profundamente alteradas e com isso questionados seus esquemas de distribuição e consumo. Hoje é necessário pensar em excedente para a venda, pois há significativa parcela de produtos que têm que ser comprados.

Nesse aspecto, Bremen (1987, p. 94) aponta que as “*sociedades indígenas têm demonstrado historicamente uma enorme capacidade de viver em condições transformadas*”. O importante é acreditar em sua capacidade e que são capazes de funcionar por si, desta forma o processo de desenvolvimento é possível se “*ambas as partes são consideradas como sujeitos*” (1987, p. 95).

Brand (1999) ao proceder uma análise dessa questão aponta que nos diversos encontros realizados em torno da construção de alternativas econômicas no interior das comunidades indígenas estão presentes algumas questões comuns. Por exemplo: no “*Encontro sobre agricultura indígena no Sul*”, realizado em agosto de 1988, em Curitiba, emergem aspectos metodológicos a serem considerados para conhecer a economia indígena e sua relação com a sociedade nacional e formas de intervenção viáveis. Ressalta a prestação de assessoria capacitada, em vista da continuidade do modo de vida indígena, o que “*implica em fortalecer seu sistema econômico...*” (1999, p. 11).

Em seqüência, destaca que para que essa assessoria seja possível é necessário conhecer: o sistema econômico indígena como um todo, não se restringindo às formas de produção (inclui organização social e, em

especial, o sistema de distribuição e valores); a visão indígena sobre sua situação econômica e articulação com a sociedade regional, ou ainda, a leitura indígena sobre suas possibilidades econômicas no contexto da economia regional; segmentos sociais, forças políticas e agentes econômicos regionais e sua articulação com as mesmas comunidades indígenas; espaços na economia regional para a produção e a força do trabalho indígena e o nível de “determinação do sistema capitalista” sobre a economia regional e a indígena, ou seja, quais os interesses do entorno regional sobre essas comunidades.

Para que se produza esse conhecimento, é proposto uma ação indigenista localizada, inserida na realidade concreta de cada povo. Ao avaliar o encontro, Brand (1999, p. 11) faz críticas aos questionários como instrumento de levantamento de dados, constando que estes muitas vezes “*dizem mais sobre quem os elabora do que sobre o objeto de estudo*” ficando como sugestão a proposta de trabalhar com roteiro de entrevistas, o que permitiria dados mais qualitativos.

No entanto, num encontro realizado em Brasília, em 1989, reunindo indigenistas e representantes indígenas discutindo a problemática de projetos de desenvolvimento, os participantes, em resposta à pergunta sobre o que as organizações indígenas e os agentes externos devem atender ou prestar atenção quando do encaminhamento de projetos de produção no interior das comunidades indígenas, emergiu o seguinte: o grupo de representantes indígenas acentuou a importância da assessoria, especialmente em vista da capacitação das próprias comunidades indígenas para que elas mesmas possam administrar os projetos; os não índios insistiram que antes de pensar em um projeto, é preciso conhecer o sistema de produção e trabalho que o grupo domina; incentivar a troca de experiência entre os representantes indígenas em torno de novas alternativas econômicas para que possam “aprender” uns dos outro, diretamente.

Em outro encontro sobre a mesma temática, realizado em Cuibá/MT, a conclusão dos participantes girou em torno da união do conhecimento científico indígena ao conhecimento científico ocidental no diagnóstico das práticas existentes e potenci-

ais de inovação”. Falam em “diagnósticos participativos multi-disciplinares” para avaliar a situação atual e os potenciais existentes.

O autor ainda ressalta que é fundamental atentar que determinados sinais, gestos, reações e palavras das sociedades indígenas, hoje muitas vezes, na aparência, iguais aos dos regionais, vêm orientados por outra lógica, que necessita ser desvendada, previamente, pelo interlocutor, para poder compreender o significado da mesma. Acrescenta ainda que, falas ou escritos só podem ser interpretados se situados dentro do contexto em que foram produzidos.

Mas, esse contexto de produção não vem, em muitos casos, explícito. Para desvendá-lo Brand (1999) considera três aspectos importantes: a cultura que fornece o “idioma geral” dentro do qual a fala tem de ser situada representando o horizonte de possibilidades; o contexto regional e a relação do indivíduo e do povo com esse contexto, que o desafia constantemente a buscar novas estratégias de enfrentamento. E essas estratégias são formuladas, tendo por referência a sua cultura e o domínio que o índio tem do contexto que o envolve e de suas possibilidades dentro desse contexto; o lugar social de quem fala e do destinatário da mesma fala, os interesse de ambos e a relação entre os dois.

Brand acredita que a razão principal do fracasso da maioria dos projetos comunitários de desenvolvimento parece estar no fato de os mesmos ignorarem que os povos indígenas estão situados em outra cultura e afirma “*sob o argumento de que a situação hoje é outra, continuamos jogando no lixo, como imprestável, o conhecimento tradicional e próprio de cada povo [...] fazemos isso sem antes conhecer sua cosmovisão [...] certamente ainda temos muito a aprender com eles*” (1999, p. 13).

Soluções para o impasse só poderão ser encontradas através de uma busca conjunta, ou, através do diálogo entre as duas racionalidades. Essa busca deve abranger todos os momentos e passos, desde o diagnóstico até a caracterização da iniciativa. Acredita-se que a construção de alternativas viáveis hoje passa por uma relação de parceria entre os dois conhecimentos, lembrando sempre que cabe a eles a palavra decisiva, como exigência da afirmação do

protagonismo indígena, condição necessária para o desenvolvimento em escala humana.

Bremen (1987, p. 93) destaca também a importância dos técnicos e agentes externos “*entrar em um processo de conhecimento baseado num verdadeiro diálogo*”. Esse diálogo ou parceria para a construção conjunta de alternativas vai muito além do fornecimento de recursos ou de assessorias localizadas e tem como pré-requisitos indispensáveis, da parte dos técnicos, um conhecimento cada vez mais aprofundado da economia das sociedades com as quais trabalham e sua lógica interna e da parte das comunidades indígenas, conhecimento cada vez mais completo sobre a lógica e funcionamento de nossa economia.

Essa parceria na construção de alternativas de desenvolvimento em escala humana implica em estudos sobre a incorporação da experiência histórica já acumulada por eles, e das mudanças verificadas através dos longos anos de contato com a nossa sociedade, das experiências novas pelas quais passaram, fracassadas ou não, e que leitura a comunidade faz dessas experiências e como as interpreta pois segundo Vinuesa (1999, p. 636)

todas las comunidades disponen de un conjunto de recursos (económicos, humanos, ambientales, institucionales, culturales, tec.) que constituyen su potencial de desarrollo. El reto están encontrar, según el momento histórico, nuevas ideas y proyectos que permitan movilizarlos para afrontar los problemas planteados. La capacidad para liderar las propias estrategias de desarrollo territorial, unido a la movilización de los recursos disponibles, conduce al desarrollo territorial, entendido como un proceso de crecimiento económico y de cambio estructural, que propicia la mejora del nivel de vida de la sociedad. En este proceso se identifican, al menos, cuatro dimensiones: la económica, la sociocultural, la político-administrativa y la territorial.

Nesta perspectiva, pode-se falar de etnodesenvolvimento, termo já utilizado anteriormente, mas que cabe neste momento dar uma palavra a mais sobre a qualificação “etno” dada ao termo desenvolvimento. Segundo Stavenhagen, propositor do conceito, etnodesenvolvimento seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Na definição do autor, “*o etnodesenvolvimento significa que uma etnia,*

autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses” (1984, p. 57). Outra referência na formulação do conceito de etnodesenvolvimento na América Latina é Batalla apud Verdum (2002, p. 88) que assim o definiu

é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações. Isto é, a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu desenvolvimento.

Nesta concepção, o etnodesenvolvimento requer que as comunidades indígenas sejam efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento, que busquem formar seus quadros técnicos, tais como: antropólogos, engenheiros, professores, etc, de modo a conformar unidades político-administrativas que lhes permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo.

Em termos gerais, os princípios básicos para o etnodesenvolvimento seriam: objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução de problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base com atividades mais participativas (VERDUM, 2002).

Desta forma, o termo etnodesenvolvimento quando referido as sociedades indígenas aponta os seguintes indicadores: a) aumento populacional, com segurança alimentar plenamente atingida; b) aumento do nível de escolaridade, na língua ou no português, dos jovens aldeados; c) procura pelos bens dos “brancos” plenamente satisfeita por meio dos recursos próprios gerados internamente de forma não predatória,

com relativa independência das determinações externas do mercado na capacitação de recursos financeiros; e) pleno domínio das relações com o Estado e agências do governo, a ponto de a sociedade indígena definir essas relações, impondo o modo como deverão ser estabelecidas (AZANHA 2002, p. 32).

O autor ao analisar o etnodesenvolvimento em comunidades indígenas indica que esses pontos podem ser tomados como grandes linhas ou metas, mas alerta que tais metas envolvem a resolução prévia das seguintes questões: a) segurança territorial, satisfazendo plenamente as necessidades de expansão da sociedade indígenas; b) usufruto exclusivo dos recursos naturais; c) demanda por produtos manufaturados e meios para consegui-los; d) tempo empregado na geração de recursos financeiros internos para a aquisição de produtos manufaturados; e) escala ou nível das necessidades impostas pelo contato e identificação de como cada sociedade indígena específica fixa esse nível; e f) internalização dos recursos financeiros gerados pelos canais tradicionais de distribuição e circulação. Ao concluir, Azanha afirma que esses são os pressupostos para a execução de qualquer projeto na direção do etnodesenvolvimento (2002, p. 34)

Se até o início da década de 80 o Estado brasileiro era todo poderoso na definição e implementação das políticas relacionadas a "terras indígenas" e "desenvolvimento comunitário" como foram chamadas durante muito tempo as ações desenvolvedoras do indigenismo oficial, tem-se assistido nos últimos tempos a uma flexibilização das políticas de desenvolvimento relacionadas aos povos indígenas. Tal mudança é fruto em parte da pressão do movimento indígena e indigenista e do processo mais amplo de democratização verificado no Brasil desde a década de 80. Presenciou-se ao longo dos anos 90 uma transição do modelo centralizado, no qual um único órgão é responsável pelo conjunto da política oficial, no caso a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para uma situação na qual vários órgãos governamentais participam da implementação da política indigenista. Hoje têm-se o envolvimento dos setores da justiça, saúde, educação e meio ambiente. São criados fóruns e conselhos, alguns mais participativos, outros menos, en-

volvendo comunidades locais, entidades indígenas e ONGs. Em vários casos, essas organizações de base ou assessoria passam a ser proponentes e gestoras de atividades e políticas locais de melhoria ambiental e de saúde, de educação e capacitação e de produção e geração de renda, assumindo responsabilidades que até então eram centralizadas na FUNAI. É nesse contexto que se constituem as condições para o surgimento de mecanismos de fomento ao desenvolvimento local, com base comunitária.

A ação de diversos atores, nacionais e internacionais, locais e globais, entidades indígenas, agências bilaterais e multilaterais, ONGs e agências governamentais indigenistas e ambientalistas, constituem hoje o campo político, econômico e simbólico do novo modelo de desenvolvimento das sociedades indígenas. Segundo Verdum (2002:91) a "*roupagem dessa nova situação sociopolítica interétnica é tecida a partir da idéia de que as estratégias de desenvolvimento devem ser estabelecidas sobre a visão dos povos indígenas, de sua seus valores, interesses e objetivos futuros*". Novamente se confirma que mais que impor modelos, cabe ao Estado contribuir para a criação de condições que tornem possível a convivência e relações com o mercado globalizado, a superação da tutela, a geração de renda, enfim, o desenvolvimento a partir dos recursos materiais, humanos, os quais passam necessariamente pela instituição escola ou seja, pela educação escolar que deve ser um espaço de fronteira, fazendo a conexão entre mundos, lógicas e culturas diferentes.

Notas

¹ Internacional Alliance, 1992, art.29, 34. In: COLCHERST 1995, p. 50

² Projeto de Lei que atualmente tramita no Congresso Nacional e visa substituir o Estatuto do Índio ainda em vigor (Lei 6001/73), traz para si a definição dos procedimentos administrativos que concorrem para a demarcação das terras indígenas eliminando a necessidade de decretos presidenciais e conferindo a eles maior estabilidade.

³ A autora faz referência em seu texto há três projetos: Projeto CESIND em três áreas indígenas de São Paulo (Araribá, Icatu e Vanuire); O Projeto KAIGANG do Paraná e o Projeto XOKLENG de Santa Catarina. Em sua análise informa que apenas o primeiro projeto desenvolveu uma fase experimental, os demais não saíram do papel.

Referências

- AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In: LIMA, A. C. e HOFFMANN M. B. *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.
- BRAND, A. *Interculturalidade e Desenvolvimento Local: a problemática da subsistência econômica das sociedades indígenas em MS*. Campo Grande: UCDB, 1999. (mimeo).
- _____. Desenvolvimento Local em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. In: *Interações*. Campo Grande: UCDB, n. 2, p. 59-68, mar. 2001.
- BREMEN, V. *Fluentes de caza y recolección modernas. Projectos de ayuda al desarrollo destinados a los indígenas del Gran Chaco*, s. l. 1987.
- CARVALHO, E.; JUNQUEIRA, C. (org.) *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981.
- GALLOIS, D. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância. In: GRUPIONI, L. D. et alii (org.) *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: USP, 2001.
- LAFER, B. M. A nova utopia indígena: os projetos econômicos. In: CARVALHO, E.; JUNQUEIRA, C. (org.) *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981.
- MESQUITA, Z. (org.) *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- _____. *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.
- SANTILLI, M. O aviso do retrocesso. In: *Tempo e Presença*. Ano 14, n. 256, São Paulo, 1992.
- VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas. In: LIMA, A. C.; HOFFMANN M. B. *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.
- VIDAL, L. B. As terras indígenas no Brasil In: GRUPIONI, L. D. et alii (org.) *Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade*. São Paulo: USP, 2001.
- VINUESA, Miguel Angel Troitiño. Ordenación del territorio y desarrollo territorial: las construcciones de las geografías del futuro. In: *Lecturas geográficas - homenaje ao Prof. Estébanes Alvar'z*. Madrid. UCM, 1999.

Educação, cultura e meio ambiente: uma aproximação das concepções indígenas a partir do movimento dos professores indígenas da Amazônia¹

Education, culture and the environment: an approximation of the indigenous conceptions beginning with the movement of the indigenous teachers in the amazon region

Educación, cultura y medio ambiente: una aproximación de las concepciones indígenas a partir del movimiento de los profesores indígenas de amazonia

Rosa Helena Dias da Silva*

Recebido em 28/08/04; revisado e aprovado em 21/11/04; aceito em 17/02/05.

Resumo: O presente trabalho procura, a partir da reflexão realizada pelo movimento dos professores indígenas da Amazônia, registrada nos Relatórios dos seus Encontros anuais (1988-1999), enxergar a pertinência e atualidade do pensamento indígena e as idéias e princípios centrais do *Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*. Procura também apreender as concepções indígenas de educação, cultura e meio ambiente na sua relação com os processos de escolarização. Estes temas aparecem de forma "indireta", por vezes intrinsecamente acoplados às reflexões sobre a vida indígena, os projetos de futuro dos povos e o papel da educação tradicional (própria) e da educação escolar, tanto aquela que foi introduzida/imposta pelo processo colonizador como, mais recentemente, a que tem sido pensada pelos próprios índios.

Palavras-chave: etnodesenvolvimento; escola indígena; etnoeducação.

Abstract: The work in hand seeks, beginning with a reflection carried out by the movement of the indigenous teachers in the Amazon region, registered in Reports of their annual Meetings (1988-1999), to see the pertinence and up-to-datedness of indigenous thought and the ideas and main principles of the *Environmental education treaty for sustainable societies and global responsibility*. It also seeks to understand the indigenous concepts of education, culture and environment in their relationship to the processes of formal schooling. These themes appear in "indirect" form, sometimes intrinsically connected with reflections on indigenous life, future projects of indigenous peoples and the role of traditional education (their own) and formal schooling, both that which was introduced/imposed by the colonizing process as well as more recently, that which has been considered by the Indians themselves.

Key words: ethnodevelopment; indigenous school; ethnoeducation.

Resumen: El presente trabajo busca, desde la reflexión realizada por el movimiento de los profesores indígenas de Amazonia, registrada en los Informes de sus Encuentros anuales (1988-1999), ver la pertinencia y actualidad del pensamiento indígena y las ideas y principios centrales del *Tratado de Educación Ambiental para sociedades sustentables y responsabilidad global*. Procura también aprender las concepciones indígenas de educación, cultura y medio ambiente en su relación con los procesos de escolarización. Estos temas aparecen de forma "indirecta", a veces intrínsecamente acoplados a las ponderaciones sobre la vida indígena, los proyectos de futuro de los pueblos y el papel de la educación tradicional (propia) y de la educación escolar, tanto aquella que fue introducida/impuesta por el proceso colonizador como, la más reciente, la que ha sido pensada por los propios indios

Palabras clave: etnodesarrollo, escuela indígena, etnoeducación.

Introdução

Dentre os inúmeros temas e problemáticas que emergem da discussão e das práticas da educação escolar indígena, escolhemos centrar nosso olhar nas concepções de educação, cultura e meio-ambiente que têm sido construídas pelos professores indígenas, em especial nas reflexões explicitadas durante os Encontros Anuais do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia².

Ao optar por priorizar um diálogo científico com a teorização elaborada pelos próprios índios, afirmamos, com Corry (1994, p. 7), o pressuposto de que

los pueblos indígenas son sociedades viables y contemporáneas con complejos modos de vida, así como con formas progressistas de pensamiento que son muy pertinentes para el mundo actual.

Assim, é através da leitura e análise dos Relatórios desses Encontros que pretendemos identificar - nas falas dos professores indígenas - as idéias mais especificamente ligadas à temática ambiental e sua relação com a educação, a cultura e o processo de escolarização.

Teremos como eixo motivador da problematização o *Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global*³ que tem como princípios básicos:

- 1) ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;
- 2) a educação ambiental é individual e coletiva e tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;

* Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. (rosahelena@ufam.edu.br)

3) deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar;

4) deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas;

5) deve integrar conhecimentos, aptidões, valores e ações, convertendo cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis;

6) deve ajudar a desenvolver a consciência ética sobre as formas de vida com as quais compartilhamos neste planeta, a respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (Tratado das ONGs, s. d., p. 194-196)

Desde logo, percebemos uma significativa sintonia entre o movimento dos professores indígenas, suas reflexões, princípios e práticas e os pontos traçados no referido Tratado. Estudando os relatórios de doze encontros anuais (1988-1999)⁴ pode-se identificar porém que, em nenhum deles, a temática da educação ambiental foi explicitamente colocada como ponto de pauta das discussões. Da mesma forma, não há registros de debates específicos sobre a relação homem, natureza, cultura e meio ambiente. Estes temas aparecem de forma “indireta”, por vezes intrinsecamente acoplados às reflexões sobre a vida indígena, os projetos de futuro dos povos e o papel da educação tradicional (própria) e da educação escolar, tanto aquela que foi introduzida/imposta pelo processo colonizador como, mais recentemente, a que tem sido pensada pelos próprios índios.

Num esforço de identificação do pensamento indígena sobre as questões delimitadas neste trabalho é que realizamos a leitura dos Relatórios. A sistematização que se segue procura explicitar um primeiro resultado desta busca que é parte de Projeto de Pesquisa, em pleno andamento (2002-2003). Como poderá ser percebido, estaremos tratando das principais questões de maneira ampla, já que, como foi anteriormente afirmado, elas aparecem na reflexão dos professores indígenas articuladas a outras tantas mais diretamente ligadas à problemática educacional. Será incluído também um tópico no qual procuramos discutir o conceito de cultura e a problemática das relações interculturais, por entendermos que esta fundamentação é necessária no presente estudo.

Cultura: a aproximação de um conceito e o debate acerca das relações interculturais

Como sabemos, o conceito de cultura é algo muito amplo e que até mesmo implica em controvérsias. O termo, segundo Laraia (1992) começa a ser utilizado no final do século XIX, em substituição à folclore. Foi definido pela primeira vez por Edward Taylor (1832-1917) no vocábulo inglês *culture* que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade adquirida pelo homem como participante de uma dada sociedade. Vemos desde logo que há um forte caráter de aprendizado na cultura que se opõe a idéia de aquisição inata, seja por determinismo biológico ou mesmo geográfico.

Entendemos cultura como as soluções que gerações de homens têm dado aos problemas que têm enfrentado no curso de sua história. Inclui um conjunto de conhecimentos, valores, técnicas, comportamentos e atitudes, pensamentos e regras compartilhadas. É a maneira de um grupo se relacionar entre si, com os outros e com o meio ambiente. Compõe-se de cultura material e simbólica; manifesta-se nos produtos do homem: artesanatos, construções, comportamentos individuais ou grupais, sendo um de seus elementos mais importantes a língua. A cultura é aprendida, recriada, transformada, transmitida. Representa um valor maior -um patrimônio de dados compartilhados por todos os seres humanos de um grupo. Não é estática, mas sim flexível, podendo-se desta forma adaptar-se ou mudar.

Em síntese, cultura é uma maneira particular de ver as coisas, sendo os homens depositários e artesões de sua própria cultura. Nas palavras de DaMatta (1991), “cultura é uma tradição viva, um estilo de vida”.

Segundo Deborah Cruz Hernandez (1995),

não podemos falar da cultura, se não falamos da terra; a cultura não pode existir por si só. A terra é o apoio, o que dá força à cultura. A cultura, entre nós, é o direito a conceber, de uma maneira integral, nossa relação como seres humanos, entre os povos e entre estes e a mãe terra; que nos permite ser diferentes, já que cada povo tem características específicas e também nos faz ser iguais, já que todos temos capacidade de criá-la.

João Pacheco de Oliveira (1995, p.78) problematiza a temática das relações entre índio e não-índios ao identificar que

há um uso muito difuso e generalizado do termo índio, materializado nas definições do dicionário, expresso na fala cotidiana, no imaginário popular, na literatura e nas falas eruditas, enraizando-se inclusive no pensamento científico. Nesses domínios, índio corresponde sempre a alguém com características radicalmente distintas daquelas com que o brasileiro costuma se fazer representar. (...) Os elementos fixos que compõem tal representação propiciam tanto a articulação de um discurso romântico, onde a natureza humana aflora com mais propriedade no homem primitivo, quanto na visão do selvagem, cruel e repulsivo.

Continuando sua análise, assinala-nos outra perspectiva de relações, ao colocar que “melhor seria pensá-los como povos indígenas, como objetos de direitos e como sujeitos políticos coletivos, distanciando-se do mito da primitividade e das improcedentes cobranças que o senso comum instiga a cada momento”.

Um olhar sobre as concepções indígenas expressas nos Relatórios dos Encontros Anuais do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia

Procurando enxergar alguns rumos para ajudar a pensar as questões delimitadas neste texto, na perspectiva da integralidade humana e da reciprocidade, que, como se sabe, norteia o pensamento dos povos indígenas, vejamos alguns pressupostos básicos, ligados a um conceito fundamental: o de comunidade educativa indígena. Nela, segundo Meliá (1996), há três atores principais da educação, a saber, a economia, a casa e a religião. Olhar a economia como elemento pedagógico, significa enxergar como circulam os bens, como são os modos de produção, os modos de troca. Neste sentido, a reciprocidade é um valor sumamente educativo. A casa - espaço educativo doméstico - com todas suas características próprias (o pai, a mãe, a complexidade do parentesco, e suas redes de relações, com regras e normas), é um elemento da educação. Também a religião, entendida como a concentração simbólica de todo sistema: mitos, rituais, momentos críticos (nascimento - vida - morte).

Efetivamente, o processo histórico colonial teve uma forte tendência a separar essa unidade. A consequência é que as pessoas passaram a ter centros educativos diferentes e isolados. Quebra-se o que era antes uma

totalidade. A partir do contato, o sistema de educação da comunidade nacional é introduzido como uma espécie de “nuvem” que pousa sobre esta realidade. Na reivindicação do Estado nacional, ele passa a ser o dono dos símbolos. Essa, como se sabe, é uma pretensão de vários séculos: a educação única, universalizante.

Na comunidade educativa indígena há um domínio completo, por parte de todos, da língua, enquanto língua comunitária. A economia é participativa e recíproca. Porém, cada vez mais, o Estado nacional quer invadir esses espaços educativos próprios. Na comunidade educativa nacional, o saber deixa de significar prestígio, e torna-se poder, numa estrutura hierarquizada, numa sociedade dividida, com interesses conflitantes. Há “línguas especializadas”; o português do Brasil tem um mínimo que é comum a todos. Há uma fragmentação da língua. A economia é a de mercado; a casa é o lugar dos progenitores e a religião, hierárquica e institucionalizada.

Passemos então aos Relatórios dos Encontros anuais, procurando destacar momentos da reflexão desenvolvida pelo movimento dos professores indígenas da Amazônia nos quais a temática aqui tratada pode ser percebida.

No I Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima⁵, realizado em Manaus/AM, no ano de 1988, a partir da pergunta: “Como se aprende a viver?”, cada grupo de participantes pode relatar o seu “jeito”, a sua maneira de educar, dentro de suas comunidades. Após os trabalhos sobre a educação tradicional de cada povo, um segundo passo foi dado, no sentido de problematizar o porquê da existência da escola, ou seja, os seus objetivos. Neste momento, a reflexão foi desencadeada pela pergunta: “Se já existia educação na originalidade, para que funciona a escola atual?”

Ao focar a primeira questão, a respeito das formas próprias de educação, percebemos que, desde logo, se complexifica a questão, posto que, estão reunidos no movimento sempre mais de uma dezena de povos indígenas distintos⁵, e o que se constata é que “existem tantos modelos de educação indígena, quantas culturas” (Meliá, 1979).

Porém, dentro da diversidade dos con-

teúdos e formas apresentadas nas exposições, há aspectos que se repetem. Assim, esta recorrência (de atitudes, modos de atuar, práticas e valores) constante em todos os relatos, sugere serem estas, algumas das características gerais da educação indígena: aprende-se a viver dentro da vida cotidiana; adquire-se os conhecimentos necessários para a vida, com o pai, a mãe, e a comunidade; aprende-se pelo exemplo e pela experimentação; a tradição cultural dos antepassados é valor fundamental e base do trabalho pedagógico; preserva-se a tradição da oralidade; valoriza-se o trabalho, como meio educativo e como inserção na vida do grupo; o valor fundamental da terra é afirmado constantemente; aprende-se a conhecer e respeitar a natureza.

Para Gunter Kroemer, em seu texto *Estudo da reciprocidade* (2001),

as terras indígenas são a expressão mais concreta de experiências espirituais de interação entre o homem e natureza. A realidade natural é igualmente uma realidade sobrenatural e social. É a natureza que fornece os meios de subsistência, simbolizada por entidades dotadas de vontades e poderes sobrenaturais. Estas são organizadas num sistema de parentesco análogo ao domínio humano com as quais as pessoas procuram estabelecer relações simbólicas de complementaridade e obrigações recíprocas. A terra simboliza espaço de memória, de culto, de realização plena de vida. É uma visão integrada da vida.

Quanto a questão do conhecimento da natureza, remetamo-nos a alguns autores que têm trabalhado esta temática. Em seu texto *O impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos indígenas*, Andrew Gray (1995, p.115) coloca que

os povos indígenas têm uma vasta riqueza de conhecimentos relativos a seu ambiente, construída ao longo de séculos. Este conhecimento não inclui somente informações sobre diferentes espécies de animais e plantas, seus comportamentos e suas utilidades, mas também informações sobre o modo como aspectos do universo se inter-relacionam.

E vai além ao afirmar que, para os povos indígenas,

o conhecimento do ambiente depende de contatos com o mundo invisível dos espíritos que desempenham um papel fundamental na garantia da reprodução da sociedade, da cultura e do ambiente. (...) Para eles, o conhecimento é simultaneamente material e espiritual e os seres humanos geralmente não estão separados daquilo que os povos não-índios concebem como o 'mundo natural'.

Também Eduardo Viveiros de Castro (1995, p. 116) nos traz idéias acerca desta relação - sociedades indígenas, natureza e saber.

A relação entre os povos indígenas e a floresta é mediada decisivamente por suas formas de organização sociopolítica. A natureza é natureza para uma sociedade determinada, fora da qual se reduz a uma abstração vazia. Dessocializar tal saber é expropriá-lo e inutilizá-lo praticamente.

Este autor procura destacar que as relações que se estabelecem entre homens e natureza não são naturais, mas sim imediatamente sociais. Este aspecto eminentemente social (das relações entre sociedades e natureza) "recebe um reconhecimento explícito nas culturas indígenas, em contraste com a concepção objetivante de natureza entretida pela modernidade ocidental".

Segundo Eduardo Carrara (1993),

a natureza, para os índios, não é só o lugar de onde retiram sua subsistência através da coleta, agricultura, caça e pesca; mas é também objeto de uma observação cuidadosa e atenta que nomeia, ordena e classifica as diversas espécies naturais do meio em que vivem. Enfim, consiste este aprendizado da natureza em uma das principais substâncias do pensamento indígena.

Contudo, a consciência das contradições e complexidade dos problemas e desafios enfrentados na realidade histórica vivida, acrescentou (para a maioria dos povos) aos conhecimentos tradicionais, a urgente necessidade de entender a dinâmica da sociedade majoritária, assim como de ter o domínio sob novos saberes, que os ajudem no encaminhamento das novas situações. Esse processo, na maioria das vezes, é permeado por conflitos/tensões e dominação, exercidos por parte da nossa sociedade. Daí o fato de que, ao falarem sobre o hoje, venha a tona expressões que denotam angústias, sentimento de lamento - uma espécie de "saudade" de um passado não vivido. É como se aflorasse uma certa "nostalgia", um desejo de "retorno às origens" que, como se sabe, já não são as mesmas.

Suess (1987) em seu instigante artigo *O menor bem amparado: a criança indígena* problematiza a questão do contato afirmando que

as sociedades indígenas que conseguem viver longe e diferente da chamada sociedade nacional não conhecem o problema do menor abandonado. A preservação dos valores

autóctones dos povos indígenas, sobretudo o seu espírito comunitário, é proporcional à sua distância da sociedade ocidentalizada.

Trechos de depoimentos extraídos dos Relatórios⁷ ilustram essa situação:

Para saber como se aprende a viver, depende de certos fatores - por exemplo, a descaracterização cultural de muitas comunidades, motivada pela invasão das áreas (Professores Macuxi/RR).

As tradições dos pais foram acabadas um pedaço. Mas queremos renascer esta tradição, fazer um renascimento da nossa história. Por isso fazemos um estudo paralelo das duas culturas, vendo o que é bom ou ma. (Professores Desano/AM).

A educação era toda de pai para filho. Morávamos na beira do Solimões e plantávamos na praia. O principal ponto era não deixar faltar a alimentação. Nas praias se plantava junto e tinha muita brincadeira, alegria. Hoje, quando queremos plantar na praia, logo aparece alguém prá falar que é dono da praia e nós não podemos plantar (Professor Kambeba/AM).

Me sinto envergonhado porque não sei falar a minha língua. Eu não vi e nem vivi esta época de meus avós. Não vi a vida boa que eles levavam antes (Professor Mayoruna/AM).

Durante o trabalho com a questão “que tipo de escola desejam”, travou-se um debate a respeito do ensino profissionalizante. Este tema vem a tona em função das variadas e distintas propostas de escolas profissionalizantes e de projetos econômicos (especialmente os agropecuários), que são oferecidos ou mesmo implantados nas comunidades indígenas. Encontra-se intimamente ligado à questão do desenvolvimento tecnológico e da visão de integração.

Conforme Roberto Cardoso de Oliveira (s/d), “mito ou não, a tecnologia tende a ser pensada como o supra sumo do progresso - e gera ideologias correspondentes”.

Como as sociedades indígenas, tão diferenciadas material e culturalmente do modelo ocidental, podem fazer frente ao avanço da sociedade moderna industrial? Pensando essas questões, Carrara (1993) vai mais além ao indagar:

qual seria a alternativa tecnológica (econômica), excluindo o modelo extrativista (sem renovação dos recursos naturais), para garantir territórios indígenas, dos quais dependem os índios para sobreviver física e culturalmente? Seria a aplicação de tecnologias agrícolas ou pastoris, a fim de adaptá-los forçosamente a um modelo de desenvolvimento agrícola ou pastoril? ou, o resgate de conhecimentos indígenas dos ciclos ecológicos, das plantas, dos animais, enfim do manejo do meio ambiente que realizam em suas terras muito antes do contato com os brancos e da onda ecológica estar em voga?

Voltando à elaboração de Gray (1995) em seu texto sobre povos indígenas e biodiversidade, veremos que, na perspectiva dos povos indígenas, os projetos próprios de desenvolvimento, além de privilegiarem iniciativas locais, “se esforçam para articular as dimensões ‘cultura’ e ‘política’ do desenvolvimento a abordagens sustentáveis”. O resultado desses processos, segundo esse autor, é um “‘auto-desenvolvimento’ que coloca a responsabilidade e o controle sobre os projetos nas mãos das próprias comunidades indígenas”.

Constatamos, no entanto, que o significado de “profissional” para os povos indígenas não tem o mesmo teor da concepção de nossa sociedade. Quando falam em escola profissionalizante, pensam em uma forma de aprender técnicas novas para produzir alimentos, com objetivo de garantir e melhorar as suas condições de vida. O valor dado é o de sobrevivência, não no sentido mínimo, mas no sentido de, como já foi citado, “trabalhar para viver”. As categorias que se interligam, portanto, são vida e trabalho, e não trabalho e acumulação, como na sociedade envolvente.

Castro (1995, p. 117) também se refere a essas questões de contraste ao formular que a categoria que comanda as relações entre homem e a natureza é, para a modernidade ocidental, a produção, concebida como ato de subordinação da matéria ao designio humano. Para as sociedades amazônicas, a categoria paradigmática nesse contexto é a reciprocidade, isto é, a da comunicação simbólica entre sujeitos que se interconstituem pelo ato mesmo da troca.

Vejamos algumas citações, contidas no Relatório do I Encontro/1988, onde poderemos comprovar o exposto acima:

Precisamos de técnicas para trabalhar na agricultura. É necessário hoje, para nossa sobrevivência, a escola profissionalizante. (Prof. Fausto Mandulão, Macuxi/RR)

A escola profissionalizante é um meio que o índio pode ter. A tradição é nossa essência, vai nos acompanhar sempre. Precisamos conhecer mais para defender nossos direitos. (Prof. Domingos Sávio, Tucano/AM)

Através da escola profissionalizante pode-se registrar o que antes era só a cultura oral. Os projetos estão chegando, e muitas vezes nós aceitamos porque a caça e a pesca já é pouca. Estamos partindo para a escola profissionalizante por causa disto. (Prof. Henrique, Desano/AM)

Precisamos nos profissionalizar neste sentido, usando o conhecimento para nossa sobrevivência. A escola agrícola é para orientar para aprender a defender a terra.

Precisamos pegar uma parte desta escola para a escola da tradição continuar. (Professores Sateré/AM)

Outra preocupação que também transparece é a questão da saída dos jovens para estudar fora, visualizando-se, como uma possível solução, o fato de poderem contar com escolas, para continuidade dos estudos, dentro da própria aldeia.

Quando alguém sai da aldeia para estudar na escola profissionalizante na capital, esquece tudo. (Prof. Alírio Moraes, Tikuna/AM)

Na minha comunidade de Vila Betânia, saiu um jovem para a escola agrícola em Manaus e ficou fora 3 ou 4 anos. Quando voltou, tinha perdido a língua e não quer mais aprender. (Prof. Francisco Julião, Tikuna/AM)

Remetendo-nos novamente ao texto de Carrara (1993), este chama a atenção para o fato de que

a tecnologia por si só não determina a transformação social. Uma tecnologia estranha à prática e ao entendimento indígena não é adotada de imediato pelos índios, mas deve adaptar-se e por eles ser adaptada ao seu modo específico de organização cultural e social, o que inclui seus conhecimentos da natureza.

Alguns relatos deixam entrever que os professores indígenas têm levantado questionamentos nos quais figuram essa problemática:

O sistema profissionalizante é próprio do sistema capitalista: necessidade de produzir muito, preparar para o mercado de trabalho. Estudamos e depois voltamos para a comunidade e não nos adaptamos e acabamos voltando para o branco. É o que tem acontecido conosco. Muitos têm voltado para a comunidade e como não conseguem ganhar dinheiro, foram embora. No sistema da tradição, vejo a cidadania voltada para a comunidade (Professores Desano).

A Prefeitura de São Gabriel está construindo uma Escola Agrícola. Me pergunto o que está por trás disso; é algo necessário, é válido ou não? Uma coisa é: se esse tipo de escola é pedida pelo povo e outra se é imposta pelo governo (Prof. Gersem Luciano, Baniwa).

No IV Encontro⁸, que aconteceu em Manaus/AM, no ano de 1991, realizou-se um trabalho inédito onde, através da metodologia dos “temas geradores”, os professores puderam vivenciar um profundo exercício de interculturalidade, confrontando os diversos saberes dos povos indígenas presentes no Encontro.

Para desenvolver o trabalho com “temas geradores”⁹, num exercício prático de como incorporar aos trabalhos escolares o cotidiano da vida nas aldeias, construindo assim, propostas curriculares indígenas, nu-

ma visão interdisciplinar e global, os professores primeiramente se dividiram em grupos mistos (regiões e povos distintos). Tal opção possibilitou uma profunda troca de conhecimentos, num intercâmbio entre os diferentes saberes tradicionais indígenas, aliados aos novos conhecimentos, advindos da situação de contato com a sociedade envolvente.

Durante a realização dos trabalhos com temas geradores, pudemos perceber claramente um destaque quanto a importância do papel da instituição escolar no processo de formação, valorização e afirmação das identidades indígenas. Trazemos aqui a elaboração do grupo de Roraima, onde esta questão ficou explicitada de maneira muito forte.

Foi escolhido o tema ‘eu’, que é a primeira lição da cartilha que estamos elaborando por nós mesmos, para ser usada nas nossas escolas. A cartilha chama-se ‘Aprendendo com a natureza’. Esse tema, nós escolhemos porque lá em Roraima é muito forte a pressão para o extermínio dos índios. A luta lá é brava, todos querem que terminemos não sendo índios. Todos os brancos lá querem que percamos nossas terras e nossos costumes. Então começamos ensinando à criança quem é ela, o ‘eu’. Que ela é índia (Macuxi, Taurepang, Wapixana, ou outro grupo); como ela vive; a língua que fala; nossos costumes e assim por diante. Ensinaamos o trabalho comunitário, onde todos participam. Temos que nos valorizar como somos, embora haja muita diferença entre os Macuxi, Wapixana, Yanomami, Waimiri-Atroari e outros grupos. Agora, sabemos que possuímos algo em comum, que é que já estávamos aqui quando os brancos chegaram nesta terra. A partir deste tema e do estudo das coisas próprias de cada comunidade, podemos ensinar as diferentes matérias, sempre colocando os conhecimentos dos brancos para enriquecer os nossos. Mas sabendo que sabemos muito também!

No V Encontro¹⁰, que ocorreu em Boa Vista/RR, no ano de 1992, assim como a primeira experiência realizada no encontro anterior, um momento significativo, dentro da perspectiva da diversidade e interculturalidade, foi o trabalho realizado em grupos mistos (professores indígenas de povos distintos) procurando, ao articular “currículo” e “tema gerador”, confrontar as diferenças culturais, conhecendo-se mutuamente. Diversas foram as temáticas escolhidas: bebidas tradicionais; alimentação; remédios caseiros; regras de casamento.

O VI Encontro¹¹ (1993) foi realizado, pela segunda vez, na cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. O tema escolhido foi: “Culturas Diversificadas”. Vemos que esta tem sido uma prioridade (feita já

no V Encontro/1992) e demonstra a vontade dos professores indígenas em aproveitar esses momentos de reunião para valorizar a oportunidade de fazer-se conhecer e de conhecer a história e cultura dos demais povos indígenas presentes. Sabemos que esse é um primeiro passo, fundamental, para o respeito mútuo, assim como para as articulações e alianças, na construção da solidariedade interétnica. A partir do tema central, os trabalhos em grupo foram organizados por subtemas (de livre escolha): organização social e política; origens; rituais; trabalho, economia e produção; e educação tradicional.

Durante o VII Encontro¹² (Manaus/AM, 1994), a temática da Medicina Tradicional foi desenvolvida através de trabalho de grupos (por regiões), seguida de apresentação em plenária. Foi formulado pela coordenação um roteiro para facilitar, tanto o levantamento das principais questões, como o próprio debate: 1) Qual a importância da Medicina Tradicional? 2) Quem são as pessoas que conhecem a Medicina Tradicional? 3) Quais os remédios mais importantes? 4) Qual a importância da Medicina Tradicional dentro da Escola Indígena?

É interessante reparar que a preocupação e a atenção com o tema da saúde consta já desde os primeiros Encontros, de diversas formas. A decisão de ter esse como principal ponto de pauta surgiu já no Encontro anterior. Assim as regiões se prepararam para essa discussão, trazendo exemplares de plantas medicinais e trabalhos realizados com os alunos.

Desde o IV Encontro (Manaus, 1991), a opção por temas que privilegiam essa oportunidade das reuniões para intercambiar conhecimentos e informações entre os diferentes povos indígenas presentes, tem sido visível. Tal proceder demonstra a valorização que os professores indígenas têm dado à diversidade cultural que compõem o movimento e chama a atenção para o fato de que a interculturalidade - um dos princípios das escolas indígenas, inclusive já reconhecido nas Diretrizes do MEC, não é apenas um pressuposto e necessidade nas relações entre as sociedades indígenas e nós, sociedade majoritária, mas também entre os próprios povos indígenas.

Diferentemente da idéia que perpassa

o senso comum na sociedade envolvente brasileira, que liga, automaticamente, medicina com doença, colocações feitas mostraram que a noção de medicina tradicional está, para os povos indígenas, intrinsecamente ligada à concepção de saúde. Esta, por sua vez, remete imediatamente à idéia e conceito de vida.

Também emerge com bastante força a questão da medicina tradicional como valor do grupo, como um bem que deve ser preservado, revitalizado, cultivado, dependendo da situação histórica vivida por cada povo. É a sabedoria como forma de afirmação das identidades. Deste ponto de vista, a ponte entre saúde e escola indígena é dada pela vida.

Segundo os depoimentos dos professores indígenas, podemos concluir que o domínio desses e outros conhecimentos específicos e especializados não são usados como poder exercido sobre o outro, mas como serviço à comunidade, transformando-se assim em patrimônio coletivo.

Sobressai ainda o entendimento de que os saberes tradicionais, no caso, a medicina, contribuem para que possa se manter uma relativa independência e autonomia frente a sociedade envolvente. Poderemos perceber e comprovar tais análises em algumas colocações a seguir.

(...) temos tratamentos também preventivos (com plantas) e não só curativo. Se temos saúde temos vontade de pensar, raciocinar, ficar alegres. É gratuito porque a natureza oferece. Para aprofundar mais, temos os pajés (Grupo do Rio Negro/AM).

Nós não queremos perder essa cultura valiosa que nós temos. Prá que é que serve esse resgate da cultura? Prá que? Serve prá prestar assistência às próprias comunidades, serve para curar. Muitas vezes nós perdemos isso porque não conseguimos valorizar. Então a primeira coisa é tentar elaborar um currículo apropriado para cada escola onde os 'Programas de Saúde' deveriam levar em conta essa medicina tradicional. Temos que sistematizar esta questão. Também socializar com os conhecimentos dos vários povos, de várias etnias que conhecem diversos medicinais (Prof. Sebastião Duarte, do povo Tucano, Alto Rio Negro/AM).

Assim como outros temas primordiais para a vida dos povos indígenas, a questão se complexifica no contato com a sociedade envolvente e no confronto de saberes e, talvez, principalmente, de interesses e projetos conflitantes. Segundo Darcy Ribeiro (1970, p. 193)

o problema indígena não pode ser compreendido fora dos quadros da sociedade brasileira, mesmo porque só existe onde e quando índio e não-índio entram em contato. É, pois, um problema de interação entre etnias tribais e a sociedade nacional.

Essa realidade social e histórica traz mudanças, e muitas vezes, prejuízos. Os professores do Rio Negro nos falam sobre isso:

A medicina tradicional existe desde os nossos antepassados. Nossa geração é que foi esquecendo, talvez por falta de interesse. Ser pajé, benzer... para a realidade de hoje parece que não tem valor. Mas agora estamos vendo o quanto é importante para nós, e de suma importância para a saúde da população indígena da região (Professores do Rio Negro/AM).

Gersem dos Santos Luciano, professor indígena, do povo Baniwa, região do Alto Rio Negro, ao participar da mesa redonda "Povos indígenas e a educação na América Latina", durante o II Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana, UNICAMP, em setembro de 1994 assim refletiu:

Então, as discussões em torno da educação, eram também redescobrir, planejar o que hoje os povos indígenas querem para o seu futuro. Foi o início de planejar, de construir o futuro, a partir da realidade em que os diversos grupos étnicos se encontravam. E esse compromisso foi sendo assumido a partir dos professores, dos educadores e das organizações indígenas, das lideranças indígenas. Então, nessa caminhada, hoje prá nós, na questão específica da educação, existe uma coisa muito clara: nós não podemos separar a prática educacional, ou seja, aquilo que se faz, seja no ensino, na escola, mas sobretudo que está na comunidade, não dá para separar da própria caminhada política dos povos indígenas¹³.

Encerramos (por hora)¹⁴ esta reflexão, que procurou enxergar, nas concepções dos professores indígenas da Amazônia a pertinência, atualidade e contemporaneidade destas idéias com o *Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global* convencidos da necessidade de aprofundar este intercâmbio entre o pensamento dos povos indígenas – gerado desde o dia-a-dia nas aldeias e também nos seus espaços sócio-políticos mais amplos de articulação interétnica – e as elaborações teóricas dos estudiosos e militantes do movimento por uma educação ambiental que seja

diálogo entre gerações e culturas, em busca da tríplice cidadania: local, continental e planetária e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa, tanto em nível nacional como internacional (Reigota, 1997).

Referências

- CARRARA, Eduardo. O preconceito tecnológico e o conhecimento indígena da natureza. In: *Revista Travessia*. n. 18, São Paulo, 1993.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Sociedades indígenas e natureza na Amazônia. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donizete Benzi (org.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/Mari/UNESCO, 1995 (p. 116-117).
- COPIAM, Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia. *Relatórios dos Encontros Anuais*, 1988 a 1999 (textos digitados).
- CORRY, Stephen. Guardianes de la tierra sagrada (prólogo) In: *Guardianes de la tierra sagrada*. Londres: Survival Internacional, 1994.
- DAMATA, Roberto. *Relativizando - Uma introdução à Antropologia Social*, Rio de Janeiro: ROCCO, 1991.
- GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- GRAY, Andrew. O impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos indígenas. In: LOPES DA SILVA, Aracy e GRUPIONI, Luis Donizete Benzi (org.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/Mari/UNESCO, 1995 (p. 109-124).
- HERNANDEZ, Deborah Cruz. Reflexiones Generales sobre el tema educacion. In: *Documentos de Trabajo, Simposio Indolatinoamericano, Segunda Sesión, Derecho Indígena y Autonomia*. 23 a 27/out/1995, Jaltepec de Candayoc Mixe.
- KROEMER, Gunter. *Estudo da reciprocidade*, Manaus, 2001. (texto dig.).
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- MELIÁ, Bartomeu. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.
- _____. *Oralidade e escritura em sociedades indígenas*. Texto apresentado no Seminário Internacional El aprendizaje de lenguas indígenas: el caso de los idiomas indígenas, PROIEB/ANDES, Iquitos/Chile, 1996.
- OLIVEIRA, João Pacheco. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) do indigenismo e a atualização de um preconceito. In: LOPES DA SILVA, Aracy e GRUPIONI, Luis Donizete Benzi (org.). *A temática indígena na escola*. Brasília: MEC/Mari/UNESCO, 1995. p. 61-81.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Etnia e estrutura de classes: a propósito da identidade e etnicidade no México, In: *Anuário Antropológico*, n. 79, Tempo Brasileiro, s/d.
- REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. Coleção Questões de nossa época, n. 41. São Paulo: Cortez, 1997.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- SUESS, Paulo. O menor bem amparado: a criança indígena In: *Vida Pastoral*, XXVIII/133, São Paulo: CNBB, março-abril, 1987.

Notas:

¹ Este trabalho foi apresentado na 25ª Reunião Anual da ANPEd-Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, no Grupo de Estudo em Educação Ambiental, Poços de Caldas, 2003. Apresenta resultados parciais do Projeto de Pesquisa "Formação de Professores no contexto amazônico", financiado pelo CNPq - PNOFG, coordenado pela Profa. Dra. Lucíola Inês Pessoa Cavalcante e desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas no período 2002-2004. Participam também do grupo de pesquisa a Profa. Dra. Ana Alcídia de Araújo Moraes e mais quatro professoras pesquisadoras, além de três mes-trandas e três alunos bolsistas de graduação.

² Há, desde 1988, ocasião da realização, em Manaus/AM, do I Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, um movimento que articula e organiza os professores indígenas da Amazônia. Desde aquela data, eles se reúnem anualmente para socializar suas experiências, além de elaborar princípios e propor alternativas frente à realidade das escolas indígenas e a necessidade de uma política indígena de educação escolar. Também têm estado atentos à questão das políticas públicas para educação e da legislação específica.

³ Citado por Gadotti: 2000, p. 239-240.

⁴ Optou-se por este período por caracterizar-se como uma etapa inicial do movimento que, a partir de 2000

transforma-se em COPIAM-Conselho dos Professores Indígenas da Amazônia Brasileira, inaugurando um novo momento organizativo, passando a realizar Assembléias anuais. Em 2003 realizou-se a III Assembléia do COPIAM, em Manaus/AM.

⁵ Realizado entre os dias 15 e 18 de outubro, reuniu 41 participantes de 14 povos indígenas. Neste primeiro momento do movimento apenas os estados do Amazonas e Roraima estiveram presentes. A partir de 1992 também professores indígenas do Acre passam a participar.

⁶ No X Encontro, em 1997, reuniram-se 33 povos.

⁷ As falas indígenas serão apresentadas em itálico.

⁸ Realizado entre os dias 12 a 16 de julho, reuniu 43 participantes de 17 povos indígenas.

⁹ Os temas escolhidos, após um passeio pelo terreno do local do encontro, foram: terra; saúva (formiga); árvores frutíferas; invasão de território; água poluída.

¹⁰ Realizado entre os dias 8 e 11 de outubro, pela primeira vez, fora de Manaus/AM, reuniu 90 participantes de 15 povos indígenas.

¹¹ Realizado entre os dias 7 a 10 de outubro, reuniu 115 participantes, de 17 povos indígenas.

¹² Realizado entre os dias 16 a 20 de outubro, reuniu 76 participantes, de 21 povos.

¹³ Anotações pessoais.

¹⁴ A pesquisa teve continuidade, numa segunda etapa, na qual houve a aproximação e trabalho de campo junto aos professores Mura do Município de Autazes/AM.

Desenvolvimento local e turismo: por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida

Local development and tourism: towards an ethical commitment and responsibility with place and life

Desarrollo local y turismo: por una ética de compromiso y responsabilidad con el lugar y con la vida

Sérgio Ricardo Oliveira Martins*

Recebido em 30/06/04; revisado e aprovado em 18/09/04; aceito em 17/02/05.

Resumo: Ao tratar de desenvolvimento local e turismo, o objetivo deste trabalho é refletir a relação que se estabelece entre os dois temas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, entendido como uma conquista a ser socialmente alcançada, isto é, desde do indivíduo até a coletividade, processo que envolve, irremediavelmente, entender e assumir uma outra consciência da realidade, das pessoas, do ambiente. Entende-se que tal consciência ecológico-humanista, que assume a sustentabilidade como conquista possível, implica em participação ativa, isto é, em engajamento social pautado por uma ética de compromisso e responsabilidade com a sustentação da vida.

Palavras-chave: desenvolvimento local; turismo; participação popular; sustentabilidade.

Abstract: In handling local development and tourism, the aim of this study is to reflect on the relationship which is established between the two themes in the perspective of sustainable development, understood as a conquest to be socially obtained, that is, individually and collectively, a process that involves, with all certainty, understanding and assuming another conscience of reality, of people and of the environment. It is understood that such an ecological-humanistic conscience, that takes on sustainability as a possible conquest, implies active participation, that is, social involvement regulated by an ethical commitment and responsibility with the sustaining of life.

Key words: local development; tourism; general participation; sustainability.

Resumen: Al tratar de desarrollo local y turismo, el objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la relación que se establece entre los dos temas en la perspectiva del desarrollo sostenible, entendido como una conquista a ser socialmente alcanzada, o sea, desde el individuo hasta la colectividad, proceso que envuelve, irremediavelmente, entender y asumir otra conciencia de la realidad, de las personas, del ambiente. Se entiende que tal conciencia ecológico-humanista, que asume la sustentación como conquista posible, implica en participación activa, o sea, en contratación social pautado por una ética de compromiso y responsabilidad con la sustentación de la vida.

Palabras clave: Desarrollo local; turismo; participación popular; sustentación.

1 Introdução

Como falar de desenvolvimento local e turismo sem ficar na tautologia da sustentabilidade ambiental ou socioeconômica que tem pautado os debates sobre os dois temas? Entende-se que é preciso ir além da superfície do conceito e avançar na análise dos fatores e condicionantes da insustentabilidade, isto é, daquilo que resulta no caráter insustentável de uma atividade humana qualquer, como o mercantilismo e o empreguismo que demarcam uma visão materialista e utilitarista do desenvolvimento.

Se há uma forte tendência, no pensamento e na ação, de entender o desenvolvimento com base na localidade, na gestão participativa e na geração de emprego (ou trabalho, ocupação) e renda locais, ainda estamos longe da condição em que “a comunidade desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade

de vida, ‘metabolizando’ comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos” (ÁVILA, 2000, p. 69). Sustentabilidade (multidimensional) e endogenia, portanto, não são atributos de uma modalidade de desenvolvimento local, mas qualidades intrínsecas à sua própria essência.

Entender o desenvolvimento local implica, em primeiro lugar, superar no âmago de cada um de nós o pragmatismo utilitarista e a percepção de melhoria associada unicamente à expansão material. Se, tal como acredita Capra (1982), todas as crises atuais são expressões de uma “crise de percepção” e indicam que estamos vivendo um momento de transição de paradigmas - de uma visão de mundo cartesiano-mecanicista, que entre outras crenças está o progresso material ilimitado, para uma visão ecológico-humanista, fundamentada na percepção sistêmica e integrada da realidade, na valorização da pessoa humana e no primado do

* Doutor em Geografia Humana pela FFLCH-USP e docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. (sergiom@ucdb.br)

equilíbrio - esta mudança depende diretamente das nossas ações. Neste sentido, entender o desenvolvimento local, em sua essência ecológica e humanística, requer uma verdadeira inversão e não uma simples revisão conceitual. A consciência "invertida" do progresso associá-lo-á à satisfação e ao bem-estar como parâmetro e finalidade e permitirá enxergar o ser humano como fundamento da pessoa.

No âmbito do desenvolvimento local, o turismo não deve ser apenas visto como uma atividade econômica para a qual se busca o caráter sustentável, a não ser que vejamos este processo exclusivamente como estratégia de geração de emprego e renda. Na medida em que o turismo se funda na relação entre pessoas e não apenas entre estas e os lugares, sua maior contribuição poderá ser o resgate e o fortalecimento da identidade cultural, da consciência humanística e não apenas ecológica e de uma formação/visão integrada e conectiva da realidade socioespacial.

A caminho de uma melhor compreensão (ou talvez melhor embasamento) da sustentabilidade, por certo será um grande passo se entendermos que o turista (tanto mais os que promovem o turismo) não deve continuar visitando (e percebendo) os lugares (os atrativos, as pessoas) como se estivessem indo a um supermercado adquirir um produto qualquer, atendendo às suas necessidades e desejos de consumo, sem tomar conhecimento das pessoas que ali trabalham em prol da sua satisfação. Neste sentido, entre o desenvolvimento local e o turismo (como é ou deveria ser com qualquer atividade socioeconômica) há compromissos e responsabilidades que, em última análise, devem ser assumidos com a sustentação/promoção da própria vida (humana inclusive). É nesta perspectiva que, nas linhas subsequentes, procurar-se-á oferecer uma modesta contribuição à reflexão do tema.

2 Desenvolvimento local: A questão crucial da participação

Em essência, o Desenvolvimento Local incorpora a perspectiva humanística de valorização da pessoa humana, a se tornar ela mesma sujeito efetivo do seu próprio desti-

no. É desenvolvimento a escala humana que se constitui do "protagonismo verdadeiro de cada pessoa" (CARPIO, 1999, p. 172). Tal protagonismo implica em uma postura pró-ativa a ser assumida por cada pessoa em sua luta cotidiana por melhor qualidade de existência, o que envolve condições materiais e imateriais. Tem a ver, pois, com o interesse, disposição e disponibilidade das pessoas pelo enfrentamento dos problemas que afligem a si e a comunidade que integram, portanto, numa perspectiva coletiva e não individualista. Eis até aqui duas das condições mais importantes do desenvolvimento local: a participação e o sentido de pertencimento a uma comunidade ou lugar. Tratam-se de questões centrais que pautarão esta breve reflexão conceitual, já que não há espaço para uma investida maior.

2.1 A participação enquanto envolvimento e compromisso

Participação é, antes de mais nada, envolvimento que não se mede com listas de presença, nem mesmo com a própria presença. É, pois, reflexa do interesse real e não casual que, por sua vez, depende de entendimento/compreensão da realidade. A vivência dos problemas ("senti-los na pele") ensina seus efeitos, suscita a procura de meios para contorná-los ou superá-los. E isto se dá no âmago do cotidiano, envolvendo práticas sociais e espaciais que, através da capacidade de percepção (e entendimento) do espaço vivido, afetam qualitativamente a experiência humana (DIAS, 1994). Relações sociais e com o espaço ocupam o cerne da luta pela sobrevivência, é conhecimento real de dificuldades reais e de possibilidades reais. Uma família carente recém-chegada a uma ocupação em meio urbano, por exemplo, levará algum tempo para estabelecer novos laços de amizade e ingressar efetivamente em uma rede de solidariedade; levará tempo igualmente para conhecer as alternativas e os meios de acesso a serviços e bens de consumo essenciais. Este é o processo em que, para essa família, o novo lugar se tornará seu lugar, trata-se do estabelecimento de uma nova territorialidade que se constrói no dia a dia, confrontando seu conhecimento e experiência anteriores com as con-

tingências e vicissitudes sociais e territoriais do novo lugar. A territorialidade, que se traduz pela “posse e o controle exclusivo do espaço por um indivíduo ou grupo de indivíduos”, dá-se por etapas de conquistas sociais e territoriais que são firmadas ao longo do tempo (DIAS, op. cit., p. 121).

O conhecimento popular e real dos problemas tem todavia os seus limites. Nos lugares, enquanto unidades conectivas do mundo atual, estão também presentes as forças “estranhas”, representantes de interesses distantes, não autóctones, de uma “ordem global” (SANTOS, 1996a). Esta é a razão do porque os problemas atuais, via de regra, não podem ser completamente entendidos (ou enfrentados) se analisados exclusivamente à escala humana, uma vez que há variáveis externas. Se, por um lado, faz-se necessário a presença de especialistas, promotores de assistências técnicas especializadas, por outro, a ação destes detentores de habilidades e competências deve ser regulada e conduzida pela comunidade em função estrita dos seus interesses (ordem local). Agentes externos podem até mesmo se arrogarem em uma pretensa condição de promotores de desenvolvimento local, mas este fenômeno lhe escapa às mãos. Desenvolvimento local, este “novo paradigma do desenvolvimento, de tipo endógeno, territorial” (CARPIO, 2001), que implica em uma postura nada tradicional diante da comunidade e do ambiente, postura esta que extrapola a mera assistência técnica, por princípio, não pode ser promovido, mas induzido e assistido por agentes externos.

Participação é muito mais do que uma conquista pessoal, uma vez que para ela concorrem fatores históricos, sociais, culturais, econômicos e espaciais. Este último intervém mais claramente com as distâncias e as localizações, onerando ou facilitando o exercício da cidadania. Esta poderá não passar de figura de retórica se não relacionada com o território, pois cidadão não é todo aquele que tem direitos e deveres assegurados por lei, mas aquele que efetivamente tem condições de exercer esses direitos e deveres. Isto quer dizer que, ao envolver práticas territoriais, em distintas espacializações e em uma sociedade diferenciada, a cidadania pode ser plena para uns e nula para outros¹. No nível

da participação, do envolvimento pessoal em ações coletivas, jogam o interesse, a consciência compreensiva, o compromisso com o coletivo, a solidariedade e, não se pode esquecer, as vantagens econômicas. Participar ou engajar-se efetivamente em qualquer mobilização não deve ser vista como uma decisão estanque, mas é absolutamente pessoal. A verdade é que a participação não se delega, mas apenas a presença (representatividade). Carecemos de uma visão mais pragmática da participação, no sentido de que ela ocorre (ou não) independente das formalidades que envolvem uma mobilização. O que realmente nos move à participação é o interesse, a insatisfação e o otimismo que vislumbra a vantagem, seja esta individual ou coletiva, ou ambas². Se ganhos individuais ou coletivos, o mais importante é considerar que o envolvimento pessoal passa por esta racionalidade. É, pois, improvável que qualquer pessoa se engaje estando às cegas sobre o futuro ou o resultado previsível de seus atos ou do grupo, tanto mais em se tratando de pessoas cuja carência econômica lhes impele à busca (ou a preocupação) constante com a subsistência.

Para uma maior clareza sobre este tema, são indicados a seguir os elementos aqui considerados indispensáveis a uma participação ativa e envolvente.

- Compromisso e responsabilidade

Em um contexto de mobilização deve imperar o senso de compromisso e de responsabilidade. As pessoas devem estar cientes do quê e por quê se comprometem e pelo quê são (co)responsáveis. Deve se evitar o ambiente assistencialista, em que há agentes responsáveis (externos) e beneficiários (da comunidade). Em situações de extrema carência, é a rede de solidariedade existente entre os membros de uma comunidade que deve ser acionada ainda que com o apoio material externo (assistência social oficial). É importante considerar que o desenvolvimento local não nasce em ambiente puramente assistencialista, mas a solidariedade ativa, a que se apoia, na convivência, nos laços de amizade, na contiguidade e compartilhamento dos problemas cotidianos, pode e deve ser fortalecida. O envolvimento efetivo nasce, fortalece e é fortalecido pela auto-estima e pela valorização das pessoas e do meio

em que vivem, com base no sacrifício e na luta do dia a dia.

- Conhecimento e não apenas informação

Conhecimento é capacidade de entender e agir sobre a realidade vivida, portanto capacidade de conduzir a própria vida. É indispensável que cada pessoa saiba o que quer para si e para sua família. Este é o parâmetro fundamental para avaliar as alternativas e os caminhos que se apresentam; para estabelecer uma relação salutar e produtiva com os agentes externos. Uma consciência pró-ativa, a que busca entender o problema e superá-lo, requer uma formação capaz de desenvolver nas pessoas a capacidade de se conhecer, de entender e interagir com a realidade a sua volta (ÁVILA, 2000). Realmente, a participação depende menos do grau de instrução ou de informação do que do conhecimento que uma pessoa tenha ou venha a ter, pois não prescinde da sua capacidade de racionalizar os sacrifícios e os benefícios em vista das ações a serem empreendidas em prol da satisfação das suas necessidades.

- Vantagens individuais e coletivas

Vantagem é objetivamente um algo mais além do previsto. Em termos de participação, o sentido admite que a vantagem possa ser traduzida na clareza de resultados positivos (ou benefícios esperados) advindos da ação de participar. Para engajar-se (participação ativa, envolvimento) em uma ação coletiva (organização, mobilização), a pessoa deve estar convencida de que seus interesses (em prol de si mesmo, da família ou da comunidade) podem ser melhores ou mais rapidamente alcançados desta forma do que se agir sozinha (OLSON, 1999). Esta é a racionalidade que faz qualquer pessoa comum, por menos instruída ou mais desinformada que seja. Obviamente, afora a intransigência, as pessoas podem ser convencidas, persuadidas em seus interesses.

Estes apontamentos, que apenas introduzem a questão da participação, estão longe de oferecer a dimensão real da sua complexidade. Investigá-la e discuti-la cientificamente é ainda uma lacuna entre os estudos sobre o desenvolvimento. As experiências com formas de gestão aberta à participação popular (como é o caso dos orçamentos participativos) são recentes e colocam

questões que ainda carecem de respostas. Não obstante, já se observa que há grande complexidade associada ao fenômeno da participação, dada a multiplicidade de fatores e variáveis envolvidos.

2.2 O sentimento de pertença ao lugar

O lugar é o cenário interativo dos acontecimentos, onde os fenômenos naturais e humanos acontecem e produzem seus efeitos. Por isso não é apenas porção e sim síntese da totalidade socioespacial. Há, pois, uma “ordem local” diretamente associada ao cotidiano das pessoas, cujos parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade e a cooperação (SANTOS, 1996a). Eis a escala humana que se identifica pela relação entre as pessoas, entre estas e o seu entorno (ambiente, empresas e instituições), pautada na interdependência e na comunidade de interesses, mas também, e principalmente, no cotidiano conflitante e solidário vivido em comum.

A “força do lugar” reside no território compartilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, cuja essência é a própria história vivida em comum (SANTOS, 1996a). O lugar se apresenta para as pessoas por sua materialidade, pela aparência conhecida e familiar dos elementos que o compõem – casas, ruas, campos, a vizinhança, o clima habitual, etc. É certo que tal materialidade participa ativamente da vida das pessoas, envolvendo-as por todos os lados, sendo assim, no território, que os fatos ganham plena significação, tornando-se fatos socioespaciais.

A existência humana é um fato espacial (“quem existe, existe em algum lugar”, diria Aristóteles). Como tal, feito lugar, o espaço é parte integrante da identidade de uma pessoa, portanto indissociável da cultura e da história. O sentimento de pertença (pertencimento) ao lugar é assim fundamental à consciência coletiva (do indivíduo no lugar, integrante de uma comunidade), isto é, a percepção mais ampla do entorno e a identidade de interesses entre o indivíduo e a coletividade. O lugar além de espaço percebido é também espaço sentido e este sentimento é fundamental para estabelecer uma verdadeira relação de respeito e compromi-

so (no sentido ecológico) com o meio social e natural.

Por identidade se entende precisamente o processo de construção de significados culturalmente estabelecidos e inter-relacionados. Tal construção se configura como um processo contínuo de afirmação do indivíduo frente a coletividade ou a “ameaças externas”. Desta construção resulta o sujeito, entendido como aquele que se individualiza na construção de sua própria história ou o “ator social coletivo” que alcança o “significado holístico em sua experiência” (CASTELLS, 2000, p. 26). Uma importante questão, que merece toda atenção de todos quantos se dedicam à compreensão da realidade territorial local, é a sobrevivência da comunidade diante dos processos cada vez mais globalizantes. Castells (op. cit.) afirma que as lutas contra a exploração econômica, a dominação cultural ou ainda contra a repressão política, levaram as pessoas à organização e ao auto-reconhecimento com base no território. Tal processo, paradoxalmente, reforçou o caráter comunitário mediante a produção de significado e de identidade (“minha vizinhança”, “minha comunidade”, etc). Assim, entende o autor, tem-se uma “identidade defensiva, uma identidade de entrincheiramento no que se entende como conhecido contra a imprevisibilidade do desconhecido e do incontrolável” (p. 80).

O lugar, por sua essência humana, é o espaço vivido, no qual as pessoas constroem suas vidas e com o qual elas se identificam e ao qual associam a sua história. No lugar, a proximidade, que se define no cotidiano e no território compartilhados, é fator de solidariedade, além de reforçar a cultura e deste modo a identidade (SANTOS, 1996a). Pertencimento a um lugar é um sentimento tão indispensável à pessoa quanto pertencer a uma família ou a um grupo social. Trata-se, pois de um sentimento em duplo sentido, já que a pessoa tanto se sente pertencente a um determinado lugar quanto o toma como seu. Ao longo da vida, as pessoas tomam para si elementos do espaço que adquirem algum significado em suas vidas. A escola, um esquina, um riacho, uma casa, uma árvore entre tantas outras, podem ser referências importantes, especiais, para toda a existência de uma pessoa. O que torna o

espaço um lugar é, essencialmente, a emoção e o simbolismo, que o referenciam na existência humana (TUAN, 1976).

Sem embargo, o sentimento de pertença ao lugar, enquanto resultado da vida cotidiana, está entre as “energias intangíveis” e pode (deve) ser acionado como força de desenvolvimento (LE BOURLEGAT, 2000). Assim, o desenvolvimento local expressa uma concepção de desenvolvimento que valoriza o lugar como referência territorial e propõe estabelecer uma relação de mútuo fortalecimento com a identidade cultural comunitária. A rede de solidariedade e a gestão democrática e autônoma dos interesses locais frente aos interesses globais são, pois, fundamentos da endogenia e referências da afirmação da identidade individual e comunitária.

3 Desenvolvimento local e turismo

Enquanto estratégia, o desenvolvimento local implica na exploração dos recursos e meios disponíveis, no enfrentamento e superação dos entraves e no aproveitamento das condições favoráveis e das oportunidades. Na perspectiva de um verdadeiro desenvolvimento local, a meta não é o progresso material (acúmulo de bens) ou a expansão da oferta local de emprego e renda, mas a promoção da vida, a satisfação plena das necessidades fundamentais de uma comunidade³, ou um efetivo combate a todas as formas ou manifestações da pobreza humana. Na verdade, a produção material em si não é problema, mas o fato de sua progressão se pautar nas necessidades do mercado, que estimula e se sustenta do consumismo, isto é, do consumo desmedido de modismos e de supérfluos⁴. Obviamente se está falando da lógica da acumulação capitalista, que dinamiza a sociedade de consumo, cuja medida de riqueza se dá pela quantidade de bens (expansão patrimonialista). Aqui se coloca uma questão fundamental, que é a conquista do desenvolvimento sustentável, o desafio do momento, a ser alcançado no âmago de uma sociedade amplamente desigual e consumista e, portanto, insustentável, qualquer que seja a dimensão considerada.

Ainda que se entenda como reação aos interesses e a exploração que vêm de fora,

representantes de uma ordem globalizante, impessoal e com elevada capacidade de realização, ao voltar-se para o lugar, isto é, as tentativas de mobilização da população local no sentido de gerir seus recursos e promover seu bem-estar de forma mais autônoma, ao menos parece ficar cada vez mais visível a força que representa uma comunidade organizada, ciente de suas limitações e de suas metas. Verifica-se que a “redescoberta do lugar”, do território que revela a totalidade sistêmica (unidade dialética) entre a sociedade humana e a natureza, está associada à busca por meios (estratégias, modalidades) sustentáveis de atender às necessidades das pessoas ou do próprio capital. Os desafios crescentes no sentido de superar as carências e as desigualdades sociais e econômicas, materializadas na pobreza humana, têm levado as localidades a buscarem alternativas que possibilitem a gestão local e a participação ativa da população⁵.

Neste contexto, a preocupação com a sustentabilidade se faz presente como tema de estudos e de debate nas mais variadas áreas do conhecimento. Trata-se da utopia⁶ herdada do último século, no sentido de que, diante da necessidade de garantir as condições de futuro, exercem-se a vontade e a imaginação em busca de uma situação comparavelmente melhor, em que a sobrevivência e a felicidade humana estejam fundadas em uma relação com a natureza capaz de se manter no espaço e no tempo. O desenvolvimento local é cada vez mais discutido e defendido como um caminho possível e realista para a conquista do desenvolvimento sustentável que, conforme sua definição consagrada pela Agenda 21, é aquele que se fundamenta no uso racional dos recursos naturais, sendo esta racionalidade pautada pela garantia das condições de existência das gerações futuras, proclamando, em sua essência, a justiça social (equidade), o projeto coletivo, a conservação ambiental e o respeito à integridade cultural dos povos.

No âmbito do Turismo, o debate é cada vez mais profícuo. Ali o desenvolvimento local parece acenar com premissas fundamentais e voltadas para a valorização do ser humano, como são o compromisso com a cidadania e o respeito à natureza, sobre as quais se move a formulação do que deno-

miná-se de Turismo Sustentável, Turismo com Base Local e Ecoturismo. Entende-se, pois, que a sustentabilidade, em sentido amplo, multidimensional (ambiental, social, cultural e econômico) seja inerente ao desenvolvimento de uma comunidade fundada em base ecológicas e humanísticas. Mas a questão que se coloca aqui, sem a pretensão de respondê-la definitivamente, é a de como encarar a atividade turística, considerando o quanto tem sido desejada por seu potencial dinamizador, isto é, seus efeitos sinérgicos sobre a realidade socioeconômica local, em vista dos princípios e pressupostos do desenvolvimento local? A questão é especialmente válida para os lugares que apresentam variados recursos turísticos e que, portanto, enfrentam o dilema da premência pela geração de emprego e renda e a preocupação com a sustentabilidade.

Etimologicamente, a palavra turismo encerra a ação de viajar, por prazer ou por conhecimento, traduzindo-se pela idéia de saída e retorno a um lugar de origem (BLANCO, 1992). Claro que não significa propriamente “dar uma volta”, mas também não admite a idéia de permanência, de uma viagem permanente. O turista que por qualquer razão resolve se fixar no lugar visitado terá se tornado um migrante.

Não há dúvida de que a atividade turística seja prazerosa, senão como explicar o seu crescimento até mesmo em conjunturas econômicas desfavoráveis. Enquanto atividade econômica, o turismo vende muito mais do que a paisagem a ser contemplada, do que o lazer, a diversão ou o exótico. Vende igualmente expectativas, história, lendas e contos; vende todas as possibilidades de fluir a imaginação e o pensamento nostálgico do turista quando em interação com a paisagem; vende a ilusão consubstanciada na expectativa do desconhecido. Neste sentido afirma Rodrigues, A. B.: “Não há dúvidas de que os turistas compram ilusões, ou o que imaginam que o lugar escolhido para passar férias possa oferecer” (2000, p. 112). Seja como for, consumindo o concreto ou o abstrato, o prazer e a fantasia, o que de fato se busca no turismo é a satisfação. Logo, satisfazer plenamente o turista, em suas aspirações, desejos e expectativas, constitui o objetivo mais elementar dos que promovem o turismo.

Embora a atividade turística seja universal em sua concepção e prática, o fenômeno turístico tem peculiaridades e especificidades que decorrem, em última análise, do conteúdo único de cada lugar. Os lugares e as atrações naturais são únicos, não obstante os atrativos técnicos possam ser muito semelhantes e mesmo iguais independente de sua localização. Elementos naturais ou técnicos que possam ser “consumidos” pelo turista constituem recursos ou potencialidades susceptíveis de exploração econômica, isto é, de gerar renda, lucro, retornos financeiros.

Enquanto atividade econômica, o turismo é reconhecidamente rentável, mas também pode ser fonte de inúmeros impactos sociais, culturais e não apenas ambientais. A rigor, não há como se evitar os impactos do turismo sobre o ambiente ou sobre a comunidade de destino, por mais simples ou rústico que seja. Isto não faz o turismo uma atividade intrinsecamente ruim ou inviável. Sobre a questão, afirma Ruschmann (2000, p. 66): “Não existe turismo bom ou mau, um que respeita o meio ambiente e outro que o destrói. (...), pois nenhum tipo de turismo, mesmo o mais brando, é capaz de não agredir o meio ambiente”. Isto coloca, mais uma vez, a questão da sustentabilidade.

O chamado turismo sustentável seria aquele que atende às necessidades do turista sem comprometer o uso dos recursos pela população local e suas condições de futuro. Seria o caso de tal como Rodrigues, A. M. (1997), proclamarmos que, em essência, a atividade turística, ou o próprio desenvolvimento, seja incompatível com a sustentabilidade? Se a idéia de desenvolvimento for aquela que objetiva unicamente incrementar a renda e a oferta de emprego no local, então a resposta é sim. Ocorre que a insustentabilidade ambiental e socioeconômica decorre fundamentalmente:

1. De uma visão/consciência que entende o desenvolvimento exclusivamente como progresso material/patrimonial ilimitado e centra no mercado, na inserção comercial, a expectativa de superar as desigualdades e as carências sociais;
2. Do consumismo desenfreado alimentado pela multiplicação dos desejos, da vontade de ter, possuir.

De fato, a sustentabilidade sociocultural e ambiental não pode ser conquistada pela lógica do mercado (RODRIGUES, A. M. op. cit.). Como evoluir sobre esta constatação, isto é, refletir sobre a atividade turística enquanto atividade econômica sem decretar sua insustentabilidade social ou ambiental? Com base no que foi tratado até aqui, é coerente considerar que a sustentabilidade não deve ser vista como um atributo de qualquer atividade em si, mas como resultado possível, uma virtualidade, a ser buscada em meio a uma conjugação de fatores socioculturais e de interesses estritamente econômicos.

Acredita-se que, à escala humana, local, possa se surpreender e identificar concretamente os distintos interesses que jogam e tentam fazer valer aquilo que, distintamente, cada qual entende por desenvolvimento. Qualquer que seja a modalidade ou tipo de turismo, haverá sempre os que ganham e os que perdem. Entende-se, assim como Souza (1997), que seja esta uma questão fundamental, isto é, conhecer os diferentes grupos de interesse e a capacidade (poder) que cada qual tem para concretizar seus objetivos e estratégias. A idéia de que com as agressões ao meio ambiente natural, todos perdem, não é imediatamente verdade para todos. Da mesma forma, não é absolutamente verdade que todos ganham com a elevação da renda local ou com aumento da oferta de empregos.

A idéia do Turismo com Base Local o define como o resgate e a promoção das especificidades do lugar, do “único”. Acredita e valoriza o conhecimento popular local na explicitação dos problemas e na busca de soluções (RODRIGUES, A. B., 1997). Esta concepção parte claramente das premissas do desenvolvimento local quando elege o local como escala mais realista e a comunidade como gestora do seu próprio desenvolvimento. É importante considerar que o diferencial deste entendimento não está propriamente na valorização do lugar ou na escala de ação ou ainda na proposta do planejamento amplamente participativo. A distinção está essencialmente na tentativa de assimilar (e obviamente por em prática) uma nova compreensão do próprio desenvolvimento, que se volta para as pessoas não apenas como beneficiárias, mas como sujeitos, agentes (e não atores), na conquista da equi-

dade social, dos meios de subsistência e da própria sustentabilidade.

Volta-se neste momento a uma questão crucial. Trata-se do compromisso e da responsabilidade da pessoa em uma coletividade. Já se afirmou que em um contexto de mobilização deve imperar o senso de compromisso e de responsabilidade. Compromisso ou comprometimento envolve, a um só tempo, obrigação e empenho pessoal em relação aos termos de uma decisão ou mesmo de um plano; significa portanto tornar ou tornar-se responsável. O senso de compromisso (sentimento interior, que não se garante simplesmente com uma assinatura) realmente só se estabelece na medida em que a pessoa:

- Tem consciência da realidade, na qual se supõe ter mínima clareza sobre com o que está se comprometendo;
- Entende e sente que vale a pena se comprometer;
- Efetivamente aceita se comprometer e, portanto, agir com responsabilidade.

Deve-se considerar que compromisso e responsabilidade envolvem questões subjetivas e objetivas, interesses individuais e coletivos, que balizam o envolvimento efetivo e envolvem ações intencionais e racionais. E o desenvolvimento sustentável, tal como assinala Bartholo Jr. e Bursztyn (2001), requer que a pessoa assuma perspectivas de longo prazo e se disponha à conquista de um futuro incerto e surpreendente⁷. Neste sentido, o compromisso e a responsabilidade são realmente capacidades éticas que, em última análise, se voltam para a sustentação da vida.

Outra questão também fundamental é observar que a temporalidade (breve, fugaz) característica à prática do turismo, na medida em que dificulta (ou mesmo impede) que o turista tenha uma experiência mais intensa com a vida local, restringe igualmente a possibilidade do entendimento e do envolvimento e, por conseguinte, solapam o compromisso e o respeito. Obviamente que há outros fatores e variáveis intervenientes neste processo que não devem ser esquecidos, como por exemplo, a educação e a cultura. A postura diante do lugar e das pessoas, que afeta a ética e a responsabilidade, tem determinantes que extrapolam a pessoa do

turista, colocando-se antes e depois dele. A questão é, pois, paradigmática e tem a ver com visão e consciência de mundo e da relação sociedade e natureza. As distintas formas de agressão ao meio imposta pelo turista não são meras ações individuais, pelas quais se deve responsabilizar unicamente a pessoa do turista. Concorde-se aqui com a idéia de que, neste caso, a responsabilidade pelos efeitos certamente indesejáveis do “consumo” inadequado não cabe apenas ao “consumidor”, mas a todo o aparato “produtivo” e “comercial” que se edifica e funciona em torno da atividade turística.

A conquista da sustentabilidade não parece depender unicamente da organização, do aparato técnico e de princípios e objetivos ecologicamente corretos e bem intencionados. Acredita-se, tal como Bartholo Jr. e Bursztyn (op. cit.) que ela requer uma nova ética, a ser socialmente construída, que defina os limites e os pressupostos da responsabilidade civil e de uma cidadania pautada no respeito e na promoção da vida.

Notas:

¹ “Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. (...) O cidadão é um indivíduo no lugar” (SANTOS, 1996b).

² Sobre o tema ver o interessante trabalho de Mancur Olson, *A lógica da ação coletiva*, 1999.

³ Max-Neef et. al. (1986), entendem que são nove as necessidades humanas fundamentais: subsistência, proteção, afeto, entendimento, procriação, participação, ócio, identidade e liberdade.

⁴ “El consumismo: la enfermedad de nuestra cultura”, para Elizalde (2000, p. 53).

⁵ As municipalidades sul-matogrossenses por exemplo, conforme indicamos em um outro trabalho (CARPIO et al, 1999).

⁶ Uma boa utopia, que orienta a prática e o pensamento, na medida em que se entende que a sustentabilidade encerra uma situação de vida melhor, possível, pela qual vale a pena lutar.

⁷ “O desenvolvimento sustentável exige assumir perspectivas de longo prazo, numa visão de futuro em que a incerteza e a surpresa se fazem presentes” (p. 182).

Referências

ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 63-76, set./2000.

BLANCO, M. R. *Teoria general de turismo*. 2. ed. México: Editorial Diana, 1992.

- BARTHOLO Jr., R. S., BURSZTYN, M. Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, M. (org.). *Ciência, Ética e Sustentabilidade*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. p. 159-188
- CAPRA, F. *O ponto de mutação - a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.
- CARPIO, J. , BOURLEGAT, C. A., MARTINS, S. R. O. Los retos del Mato Grosso do Sul: entre la globalización y el desarrollo local. In: MARQUEZ, D. (coord). *Territorio y Cooperación*. Sevilla: AGEAL/Universidade de Sevilla, 1999.
- CARPIO, J. Los retos por una sociedad a escala humana: el desarrollo local. In: SOUZA, M. A. A. et al (org). *Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora EDESP, 1999. p. 169-177.
- _____. Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 57-66, set./2001.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2.
- DIAS, G. F. *Populações marginais em ecossistemas urbanos*. 2. ed. Brasília: IBAMA, 1994.
- ELIZALDE, A. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 51-62, set./2000.
- LE BOURLEGAT, C. A. Ordem local como força interna de desenvolvimento. In: *Interações - Revista Interna-*
- cional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p.13-20, set./2000.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. *Desarrollo a Escala Humana: una opción para el futuro*. Londres: CEPAAUR, 1986.
- RODRIGUES, Adyr B. Turismo local: oportunidades para inserção. In: _____. (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 55-64.
- _____. Truismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.) *Turismo e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Papirus, 2000. p. 111-126.
- RODRIGUES, Arlete M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: Rodrigues, A. B. (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 42-54
- RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 6. ed. Campinas: Pairus, 2000.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1996b.
- SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: Rodrigues, A. B. (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec. p. 17-22. 1997.
- TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. *Anais da Associação de Geógrafos Americanos*, v. 66, n. 2, junho/1976.

Fatores inerentes à economicidade de sistemas de produção de bovinos de corte, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul

Factors inherent to the economy of beef production systems in the municipality of Campo Grande, South Mato Grosso

Factores inherentes al economismo de sistemas de producción de bovinos de corte, en el municipio de Campo Grande, Mato-Grosso-del Sur

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo¹, Luís Carlos Vinhas Ítavo², Alexandre Menezes Dias³, Rodrigo da Costa Gomes⁴, João Pedro Batista da Silva⁵, Kepler Euclides Filho⁶, Maria da Graça Morais⁷

Recebido em 11/11/04; revisado e aprovado em 02/02/05; aceito em 17/02/05.

Resumo: O artigo retrata a situação da produção de bovinos de corte no Estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil, mencionando itens de relevância para o aumento da produtividade da cadeia produtiva, mercado de carne bovina e um estudo de caso sobre o efeito da castração sobre o desempenho produtivo e econômico de bovinos no município de Campo Grande, MS. No estudo de caso, o ganho de peso do animal não-castrado foi cerca de 10% maior, com custo semelhante entre os animais castrados e não-castrados, o que denota maior lucro com a não-castração, devido aos menores custos com medicamentos e perdas de peso. A pesquisa e a divulgação das mesmas são importantes para o desenvolvimento da produção de bovinos. Em conclusão, tem-se que a pesquisa, de campo e econômica, pode ser uma ferramenta para o incremento de produtividade e necessita da extensão para a realização de seu papel na sociedade produtiva.

Palavras-chave: cadeia produtiva; desenvolvimento; gestão rural.

Abstract: The article portrays the situation of the beef cattle production, in the Mato Grosso of the South state and in Brazil, mentioning items of relevance for the increase of the productivity of the productive chain, market of bovine meat and a study of in case on the effect of the castration on the productive and economic performance of bovine in the municipal district of Campo Grande, MS. In the case study, the gain of weight of the no-castrated animal was about 10% larger, with similar cost among the castrated animals and no-castrated, what denotes larger profit with the no-castration, due to the smallest costs with medications and weight losses. The research and the popularization of the same ones are important for the development of the production of bovine. In conclusion, it is had that the research, of field and economic, it can be a tool for the productivity increment and needs the extension for the accomplishment of its role in the productive society.

Key words: development; market productive chain; rural administration.

Resumen: El artículo retracts la situación de la producción de bovinos de corte en el Estado de Mato-Grosso-del Sur y en Brasil, mencionando ítemes de relevancia para el aumento de la productividad de la cadena productiva, mercado de carne bovina y un estudio de caso sobre el efecto de la castración sobre el desempeño produtivo y económico de bovinos en el municipio de Campo Grande, MS. En estudio de caso, el gano de peso del animal no castrado fue cerca del 10% mayor, con un coste semejante entre los animales castrados y no castrados, lo que denota mayor logro con la no castración, debido a los menores costes con medicamentos y pérdidas de peso. La pesquisa y la divulgación de las mismas son importantes para el desarrollo de la producción de bovinos. Finalizando, se tiene que la pesquisa, de campo y económica, puede ser una herramienta para el incremento de la productividad y necesita de la extensión para la realización de su papel en la sociedad productiva.

Palabras clave: cadena productiva; desarrollo; gestión rural.

Introdução

Criado em 1977, pelo então presidente da república Ernesto Geisel, o estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com dados do IBGE (2004), ocupa uma área de 357.124.962 km² e possui uma população de 2.078.001 milhões de habitantes. Está localizado na região cen-

tral do país, ocupando uma posição geograficamente privilegiada do ponto de vista econômico, uma vez que faz fronteira com grandes centros consumidores, e ainda dispõe do Pantanal, o maior santuário ecológico do mundo, que cobre aproximadamente 25% de suas terras. Sua economia baseia-se principalmente na agropecuária.

¹Mestrado em Ciência Animal - UFMS. (camilaitavo@nin.ufms.br).

²Professor do Curso de Zootecnia e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. (itavo@ucdb.br).

³Mestrando em Zootecnia (Produção de Ruminantes) da Universidade Estadual Sudoeste da Bahia-UESB. (dias_am@hotmail.com).

⁴Mestrando em Zootecnia (Qualidade e Produtividade animal) da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos-FZEA/USP. (gomes_rc@hotmail.com).

⁵Zootecnista, bolsista apoio técnico Embrapa Gado de Corte, Campo Grande. (joaozoo@hotmail.com).

⁶Eng. Agr. Ph.D. Pesquisador da Embrapa Gado de Corte, Campo Grande-MS. (kepler@cnpqg.embrapa.br).

⁷Med. Vet. DS. Professora do Programa de Mestrado em Ciência Animal da UFMS.

A bovinocultura surgiu no estado de Mato Grosso, em meados do século XVIII, quando ainda a sua atividade econômica se concentrava na mineração. Em decorrência do declínio do ciclo do ouro nesta região, a lavoura e a pecuária começaram a se desenvolver, expandindo com a implantação da ferrovia Noroeste que liga Corumbá e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, à cidade de Bauru, no estado de São Paulo. Porém, a prática da bovinocultura no estado ainda era considerada precária.

De acordo com MICHELS (2001):

...a criação de bovinos era quase totalmente regida pelos agentes naturais: o fazendeiro introduzia o gado na fazenda e não interferia no seu desenvolvimento, obtendo assim uma baixa produtividade. O trabalho do fazendeiro era castrar os novilhos destinados à engorda e marcar os nascidos na fazenda. Isso se estendeu por mais de um século.

Até a década de 60, quando os animais atingiam a idade de abate, eram transportados para outros estados com mais recursos tecnológicos. Tal procedimento promovia além da saída de divisas, através da carne bovina, do couro e de outros subprodutos do abate; a renúncia de crescimento do Estado, pois toda e qualquer possibilidade de agregação de valor ao produto não poderia ser realizada e com isso menores eram as chances de aumento no número de empregos advindos do setor agropecuário.

A divisão do estado de Mato Grosso foi considerada pelo governo Geisel como uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social da região, tendo em vista a enorme concentração de terras desocupadas ao norte e a possibilidade de transformar a região num grande pólo produtor de grãos e de carne. Assim, surgiu o estado de Mato Grosso do Sul, em 1977.

Muitas fazendas foram abertas na região sul-mato-grossense, devido ao grande número de imigrantes provenientes de outros estados do país, ocupando principalmente a região pantaneira pelo menor preço da terra. Com todo esse fluxo migratório, a pecuária de corte teve um crescimento significativo no novo estado, tornando-se a sua principal atividade econômica.

Por tal motivo, a região Centro Oeste é a região brasileira onde a produção agropecuária é caracterizada por estabelecimentos excepcionalmente grandes. Segun-

do HELFAND (2003), a produtividade total cresceu mais rapidamente a partir de 1970, quando algumas propriedades tiveram acesso às instituições, ao crédito e aos insumos modernos.

Com a instalação de novas tecnologias no campo, a pecuária do Mato Grosso do Sul se desenvolveu de forma progressiva, transformando-se na maior região produtora de carne do país. Segundo o IBGE (2004), o estado detém hoje, cerca de 22 milhões de bovinos, o que o coloca na 1ª posição no *ranking* da pecuária no Brasil. Além disso, as cinco maiores indústrias exportadoras de carne bovina estão localizadas em Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, produzir carne bovina em maior quantidade, de melhor qualidade e o mais economicamente possível, para vender mais barato, é a meta de todos os segmentos da sociedade que estão diretamente relacionados com a atividade pecuária em Mato Grosso do Sul e no Brasil.

As características climáticas e territoriais brasileiras são altamente favoráveis à produção de bovinos de corte em regime de pasto. Além disso, o Brasil é detentor do maior rebanho comercial de gado de corte do mundo, da maior área de pastos cultivados e do menor custo de produção da arroba bovina.

Segundo REIS e SIMÕES (2002), o censo agropecuário do ano de 1995 apontava que tal setor correspondia a aproximadamente 30% do produto interno bruto nacional, sendo que destes 20% referiam-se a área agrícola e 10% à pecuária.

Dentro desse cenário, a pecuária de corte brasileira tem sofrido transformações importantes. A partir da estabilização monetária, fim do ciclo especulativo e, mais recentemente, da desvalorização da moeda brasileira, houve uma redução progressiva das margens de lucro, e descapitalização do setor, resultando em uma busca maior por sistemas viáveis de produção de carne bovina.

Na busca de um programa de produção contínua de carne, eficiente e competitivo, torna-se essencial proporcionar condições para desenvolvimento durante todo o ano, a fim de que os animais sejam abatidos precocemente.

Na maioria dos sistemas produtivos, a

nutrição animal inadequada causada pela sazonalidade da produção forrageira nos trópicos torna-se um dos principais responsáveis pela produção desuniforme de carne bovina (EUCLIDES, 1997), fato que desfavorece a exportação de produtos, em qualidade e quantidade suficientes, para suprir a demanda interna e externa.

Dessa maneira, a produtividade e eficiência dos sistemas de produção agropecuária, tem na alimentação animal seu principal componente. A utilização de alternativas de alimentação combinada a um bom manejo e a um genótipo animal adequado, podem resultar em boa produtividade e em viabilidade econômica do sistema de produção (EUCLIDES, 2000).

No que diz respeito a terminação de bovinos de corte, duas tecnologias tem sido amplamente adotadas: confinamento e suplementação a pasto.

A utilização do sistema de confinamento cresceu muito na última década no Brasil, trazendo benefícios como o aumento do ganho de peso em épocas de escassez de forragem, melhor aproveitamento da terra, concentrando animais em pequenas áreas, além de benefícios na qualidade da carcaça e da carne (FATURI et al., 2002).

Por outro lado, a suplementação alimentar tem se mostrado como uma alternativa no incremento produtivo da bovinocultura. Segundo Anualpec (2002), o número de animais suplementados em pastagens no país passou de 250 mil em 1992 para mais de 2,5 milhões, sendo que Mato Grosso do Sul apresenta-se como o Estado com maior número de bovinos semiconfinados ou suplementados em pastagens.

Paulino (1999) afirmou que embora os sistemas de produção de bovinos em pastejo apresentem maior variabilidade, estes constituem uma opção viável para os pecuaristas, pois além de não requerer atividade agrícola do porte da necessária aos confinamentos, permitem significativa melhora nos índices de produtividade do rebanho e nas condições de manejo das pastagens. Além disso, a grande extensão da área de pastagens no país constitui em vantagem competitiva para o mercado de produção de carne bovina, visto que o baixo custo de produção brasileira, comparada aos custos dos Estados Uni-

dos e da Europa, pode ser o fator relevante para conquista do mercado de exportação de carne.

A segurança alimentar apresenta-se como outra vantagem para a produção nacional, pois os animais produzidos em nosso território são mantidos somente com produtos de origem vegetal, afastando doenças, como a vaca louca, que trazem graves prejuízos econômicos.

A decisão de terminar bovinos em condições de pastejo, utilizando-se suplementação, depende da condição particular da região, propriedade e mercado. A implementação deste sistema pode viabilizar o abate de animais mais jovens, com carcaça de melhor qualidade, além de aumentar a capacidade de suporte da propriedade (EUCLIDES et al., 1997).

Além da escolha do sistema a ser adotado, alternativas tecnológicas devem ser buscadas com o intuito de tornar a produção mais eficiente e viável economicamente. Uma nova alternativa de manejo dos animais destinados ao abate é a utilização de machos não castrados para a produção de carne.

A produção de carne a partir de bovinos de corte não-castrados no Brasil, ainda é baixa, haja vista que a maioria dos frigoríficos os discrimina pelo preço (RESTLE et al., 2000). A utilização de animais não castrados para o abate pode trazer benefícios para o produtor, devido à maior velocidade de crescimento em relação aos castrados (RESTLE et al., 1996). Entretanto, segundo Euclides Filho et al. (2001), vantagens como facilidade no manejo, aumento da docilidade, melhoria da qualidade da carcaça e maior aceitação no mercado faz da castração uma prática muito comum principalmente nos sistemas produtivos mais tradicionais.

Os resultados de pesquisa têm demonstrado que machos não castrados crescem mais rapidamente, utilizam o alimento com mais eficiência e apresentam maior rendimento de carcaça, com menos gordura e maior proporção de produto comercializável (SEIDEMAN et al., 1982). Ainda, de acordo com Luchiari Filho (2000), a castração exerce uma influência negativa no desenvolvimento do animal, deprimindo o desenvolvi-

mento do tecido muscular, promovendo desenvolvimento do tecido adiposo.

Além das ponderações técnicas, a escolha de um sistema de terminação de bovinos, além de estar baseada na potencialidade das práticas de manejo adotadas, deve estar relacionada ao retorno econômico da atividade produtiva e sua inserção no contexto produtivo da propriedade.

Desta forma, realizou-se um estudo dos fatores inerentes à economicidade de um sistema de produção de bovinos de corte, castrados ou não-castrados, baseado na suplementação a pasto, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Objetivou-se avaliar o mercado de carne bovina no estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil, nos contextos interno e externo, levantar alternativas de desenvolvimento através do manejo de criação de bovinos de corte, com base econômica, indicando possíveis caminhos a serem seguidos; analisar a repercussão e a adequação de dados gerados pela pesquisa, de campo e econômica, como possíveis transformadores dos meios de produção.

Considerações sobre o mercado de carne bovina no Estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil, nos contextos interno e externo

A bovinocultura tem grande importância em todo mundo, pois além de ser a principal fonte de proteína animal, através da carne e do leite, fornece matéria-prima para diversos setores da economia, como adubos orgânicos, subprodutos para indústria de calçados, vestuário e farmacêutica. Além disso, em algumas regiões do país, os bovinos também são utilizados como animais de trabalho na exploração agrícola (CARVALHO et al., 2003).

O setor produtivo da carne bovina assume enorme importância no país, devido ao grande número de empregos gerados, às divisas alocadas e à possibilidade de crescimento a cada dia e a cada investimento. Neste contexto Bonjour (1999) afirmou que o futuro é promissor para a pecuária de corte, que através de um patamar tecnológico, entrará em um cenário no qual a produção brasileira permaneça como a maior e mais competitiva do mundo. Atualmente, tal fato

já está se consolidando, como pode ser demonstrado pelo aumento das exportações da carne bovina em 2003 e 2004.

A característica básica da pecuária de corte sempre foi a ocupação de novas áreas através da expansão das fronteiras agrícolas. Entretanto, a partir da década de 80, a comunidade internacional passou a questionar problemas como o desmatamento da região amazônica, gerando uma intensa pressão em relação a produção de carne brasileira (DE ZEN, 1999a). Como exemplos disso foram realizadas campanhas em alguns países contra a entrada de carne brasileira com argumento que essa carne era fruto de desmatamento da Amazônia e várias empresas européias e norte-americanas proibiram a utilização de carne produzida dentro dos limites da Amazônia Legal.

Situações como estas demonstram que a atividade pecuária subsidiada pela ocupação de novas regiões chegou ao fim e que a nova realidade exige acima de tudo investimentos em sistemas de alta produtividade.

Antigamente as pastagens eram formadas e manejadas sem alguma preocupação, ao passo que a partir da década de 70, os cuidados foram gradualmente aumentados e muitos estudos foram conduzidos no sentido de definir as melhores pastagens para cada região e a melhor forma de manejo.

De Zen (1999a) relatou que no ano de 1999 aproximadamente 34% das pastagens da região Centro-Oeste eram formadas adequadamente, com adubação e correção de solos adequados. Nos dias atuais, houve aumento no percentual de pastagens manejadas corretamente, devido principalmente à maior produção e à maior sustentabilidade obtidas através desta adoção. Somado a isso, a década de 90 também foi marcante devido a estabilização da economia, com a consequente quebra dos rendimentos especulativos e diminuição da margem de lucros obtida pelos produtores, tornando necessária a profissionalização da atividade.

Quando se objetiva um cenário como esse, os elos da cadeia produtiva de gado de corte devem estar bem organizados de modo que possam exercer um papel na sustentação da produção nacional, como um todo, tanto com vistas ao mercado interno, quanto ao externo.

Souza e Pereira (2003) concluíram que existe forte interação entre os padrões estratégicos dos segmentos produtor e processador na cadeia agroindustrial de carne bovina, no que diz respeito aos interesses, capacidades e exigências presentes na cadeia produtiva.

Segundo os autores, para o segmento produtor as estratégias são orientadas para a qualidade sanitária e busca de produtividade, as quais são limitadas ou condicionadas pelos interesses dos processadores.

Já no segmento dos processadores, distinguem-se aqueles do mercado interno, para os quais a preocupação consiste na comercialização da carcaça fresca, o que determina boa localização. Para os exportadores, a tecnologia que viabilize diferenciação, adequação e flexibilidade à unidade processadora, além de bom posicionamento logístico, são condições qualificadoras essenciais.

Apesar de interesses muitas vezes distintos, todos os elos da cadeia são altamente dependentes e configuram um mecanismo básico cujo funcionamento é primordial para o crescimento econômico da nação. Em outras palavras, tudo que afeta alguns dos elos influencia, direta ou indiretamente, os demais, positiva ou negativamente.

Atualmente, os elos da cadeia têm se apresentado com a principal característica de individualismo exacerbado, o que deteriora tentativas de criar condições e alternativas através de alianças mercadológicas (PINEDA e ROCHA, 2002). Tal individualismo acarreta a falta de padronização e a irregularidade da oferta de novilhos, a sazonalidade da produção, o oportunismo nas negociações, a falta de coordenação e entrosamento entre os elos da cadeia produtiva.

Infelizmente, a distribuição geográfica do setor industrial ainda não atende a necessidade e a disponibilidade de animais e contribui para a elevação dos custos comerciais. Além disso, existem excessivos gastos com frete de animais vivos, o que pode significar prejuízo para os criadores.

Por tal motivo, as empresas ligadas ao setor cárneo iniciaram, nos últimos 20 anos, um processo de deslocamento do abate em direção às regiões de produção. Segundo De Zen (1999a), o estado de São Paulo diminuiu sua participação no setor frigorífico entre os anos de 1970 e 1994, de 34,5 a 23%, respec-

tivamente. Sendo que no mesmo período Mato Grosso do Sul foi o estado que apresentou maior crescimento, de 5,16 a 17,96% entre os anos de 1979 e 1994. Tais relatos corroboram a teoria de que as indústrias necessitam de proximidade com o meio produtivo, a fim de otimizar o funcionamento dos elos produtivos.

Nesse contexto, Rocha et al. (2003) estudaram a dimensão e a importância da indústria rural de São Paulo quanto à geração de renda e de emprego e estimaram que somente no estado de São Paulo existem 3.112 unidades de produção agropecuária com atividade industrial, com valor anual da produção de R\$ 26,2 milhões, em 2001; e emprego de 12 mil pessoas.

Ao se considerar o levantamento feito por Rocha et al. (2003), pode-se delinear as possibilidades de geração de emprego do setor produtivo de carne bovina. Obviamente, o processo de industrialização não ocorre somente em função do desejo do produtor, mas sim necessita de uma série de políticas públicas voltadas para o tema. Um bom programa de geração de empregos também aumenta a capacidade de consumo do país e promove uma maior demanda dos produtos, como a carne bovina.

Este ciclo de bons negócios implicaria em um sistema de crescimento econômico, no qual tanto a produção quanto o consumo seriam estimulados, com conseqüente maior circulação de capital, maior poupança do país e maior poder de investimento na produção brasileira.

Nesse caso, a formação de alianças mercadológicas poderia favorecer a coordenação do setor e contribuir para o progresso financeiro e produtivo de toda cadeia, fazendo com que produtores e indústria tenham maiores lucros, supermercados tenham produtos de melhor qualidade para a venda aos consumidores, os quais estão cada vez mais exigentes na qualidade e segurança do produto (PINEDA e ROCHA, 2002).

No Brasil, a carne bovina pode ser considerada como um bem normal ou superior, ou seja, para a maior parte da população não é comum o consumo de carnes. O fator mais interessante é que este menor consumo da carne bovina não está relacionado a questões culturais e sim a questões econômicas.

Tais afirmações podem ser comprovadas por Martins et al. (2003), que analisaram o comportamento do consumo físico de carne considerada de “primeira” e de “segunda” e suas respectivas elasticidades-renda. A elasticidade-renda é obtida através da medição da variação percentual do consumo de carne quando da ocorrência da variação percentual na renda, ou seja, é a capacidade que um produto tem de absorver um aumento na renda.

Destaca-se que os cortes cárneos são comumente classificados como de “segunda” e de “primeira”, de acordo com a localização na carcaça dos animais, dianteiro e traseiro, respectivamente.

Segundo Martins et al. (2003), no Brasil houve um aumento no consumo, entre os anos de 1987 e 1996, de ambas as carnes: 13,67% para carne de “primeira” e 6,67% para carne de “segunda”. Além disso, os autores citaram que a carne de primeira é mais elástica do que a de “segunda”, ou seja, mais sensível a variações na renda da população.

Cabe destacar que este aumento no consumo de carnes, nesse período, está diretamente relacionado à conquista da estabilidade econômica e conseqüentemente à maior capacidade de compra. Vale ressaltar que esta classificação de tipos de carne comumente utilizada não deve ser preconizada pois todos os cortes bovinos podem ser considerados de “primeira” desde que sejam bem preparados. Além disso, a carne bovina é um alimento de alto valor biológico e nutritivo, considerada uma excelente fonte de proteína, ferro, zinco, tiamina, niacina e vitamina B₁₂ e de baixo valor calórico (LUCHIARI FILHO, 2000).

Segundo Reis e Simões (2002), a estabilização econômica promovida pelo Plano Real, em 1994, pode ter provocado mudanças no padrão de crescimento da produção, consumo e exportação da carne bovina. Entre os anos de 1994 e 1997, houve queda nas exportações brasileiras de carne bovina, devido à valorização da moeda interna e, conseqüentemente, ao aumento do consumo interno. A partir de 1997, houve retomada no crescimento das exportações brasileiras da carne bovina, justificado pela desvalorização da moeda nacional em frente ao dó-

lar americano, o que fez com que a pecuária de corte brasileira se tornasse mais competitiva.

Gomes et al. (2003) afirmaram que o preço do bovino no Brasil apresentou tendência de queda nos anos 80 e 90, basicamente em razão das variações nas taxas de câmbio. Além da desvalorização cambial, ocorrida a partir de 1997, diversas externalidades como as crises sanitárias internacionais também contribuíram para o aumento das exportações brasileiras.

O ano de 2001 foi marcado pelas crises sanitárias que abalaram o mercado mundial de carne bovina. Na América do Sul e na Europa ocorreram casos de febre aftosa e em países da Europa e no Japão surgiram os primeiros casos de encefalopatia espongiforme bovina, doença conhecida comumente como “vaca louca”, devido a sintomatologia neurológica.

Lucas (2003) citou que as recentes crises alimentares, difundidas através dos meios de comunicação, tiveram como conseqüência uma perda de confiança dos consumidores, em especial dos europeus, na compra de produtos de origem animal.

Entretanto, como a produção brasileira ocorre de maneira diferenciada, tendo alimentos vegetais como base alimentar, tais crises podem ser encaradas como um desafio para o nosso país e uma oportunidade para aumento das exportações brasileiras. Como todo desafio, torna-se necessário o surgimento de estratégias que viabilizem o crescimento sustentado das exportações de carne bovina.

Além disso, nenhum caso de encefalopatia espongiforme bovina (doença da “vaca louca”) foi registrado até hoje em nosso país e existem várias áreas consideradas livres da febre aftosa e por isso autorizadas a exportação aos países de todo mundo.

Nesse sentido, algumas alternativas como correta gestão ambiental, identificação e certificação de origem bovina e utilização de *marketing* estratégico da produção brasileira, baseada em pastagens, podem ser favoráveis ao aumento da competitividade brasileira.

Segundo Gomes e Morais (2003), a produção de bovinos de corte deve focalizar alguns pontos importantes dentro do proces-

so produtivo, como motivar profissionais para desempenho de atividades de maneira responsável face ao meio ambiente; desenvolver alternativas viáveis para o tratamento de efluentes líquidos e sólidos; estabelecer políticas, programas e procedimentos que permitam conduzir suas atividades de modo ambientalmente seguro.

A correta gestão ambiental, assim como a utilização de alimentos vegetais, na produção animal pode e deve ser uma ferramenta eficaz para o marketing estratégico da carne bovina para países de maior poder aquisitivo, principalmente pelo fato da maior conscientização dos consumidores.

Pineda e Rocha (2002) citaram que aliança mercadológica pode ser definida como uma iniciativa conjunta de supermercados, frigoríficos e pecuristas objetivando levar ao consumidor uma carne de origem conhecida e qualidade assegurada. Assim rastreabilidade poderá certificar a origem do animal a ser abatido, pois consiste em um processo no qual a produção da carne é acompanhada desde o nascimento do bezerro até a chegada ao consumidor, interno ou externo e permite o reconhecimento da origem da carne e promove uma maior segurança quanto à qualidade e à inocuidade do produto em questão.

A rastreabilidade deverá ser adotada por todo o país já que faz parte das exigências da União Européia, que representa cerca de 37,23% das exportações brasileiras de carne bovina "in natura" e 20,26% das exportações brasileiras de carne bovina industrializada (SARTO et al., 2003).

A montagem de um programa de marketing estratégico, demonstrando uma produção consciente; em relação ao meio ambiente e saúde dos consumidores; pode promover incrementos na demanda exportadora. Segundo Bonjour et al. (2003), as expectativas das exportações do boi verde e orgânico são positivas devido à preferência dos consumidores internacionais por produtos ecologicamente corretos e sem uso de insumos tóxicos que podem agredir a natureza e o homem.

Existe uma enorme necessidade de que seja melhorada a imagem da carne bovina nacional em nível internacional, entretanto a orientação deste marketing deveria ser orientada e financiada por um órgão que reú-

na os interesses de toda cadeia e que cada elo colabore financeiramente por um órgão que reúna os interesses de toda cadeia.

Há de se destacar que para os consumidores internacionais a segurança quanto a inocuidade da carne bovina torna-se mais importante do que a característica maciez da carne, a qual já é considerada comum nos padrões internacionais. Contrariamente, consumidores brasileiros estão atentos à maciez da carne, ao passo que a saúde do produto permanece em segundo plano, situação provavelmente relacionada ao sistema de produção extensivo, no qual o animal apresenta maior deslocamento, o que contribui para o desenvolvimento das fibras musculares, proporcionando alguns cortes cárneos a característica de menor maciez, até mesmo após a cocção.

Segundo Mello (1990), os preços externos são muito favoráveis à exportação, ao passo que a maior deficiência do sistema produtivo de carne está no custo de transporte para promoção do escoamento da produção. O problema de escoamento da produção se faz presente também no estado de Mato Grosso do Sul, principalmente devido à ausência de vias diretas e de alternativas de transportes mais baratos, como ferroviário e pluvial, por exemplo, as quais constituem eficaz ferramenta de ligação da matéria-prima à indústria.

Acima das questões logísticas, está o fato de que torna-se necessário a implantação de uma política comercial mais agressiva, a qual possa favorecer, em conjunto com as vantagens competitivas do país, o crescimento da pecuária brasileira em relação ao mundo.

Além disso, a falta de estímulo às propriedades também se constitui em problema para o sistema produtivo. Helfand (2004) corrobora com esta questão afirmando que o acesso às instituições, aos créditos e aos insumos modernos constitui em uma importante ferramenta na eficiência entre estabelecimentos, sendo primordial a promoção deste acesso por médios e pequenos produtores.

Os médios e pequenos produtores são os que mais necessitam de políticas públicas para o tema, já que os grandes conseguem obter toda assistência de maneira independente, possuem canais de comercialização

funcionais e apresentam grandes vantagens na aquisição e venda de produtos, devido ao maior volume de negócios, apresentando, conseqüentemente, maior poder aquisitivo.

No que diz respeito a comercialização, existem muitas opções nos dias atuais. Segundo Aguiar (1998), além do contrato a termo, no qual o preço, a espécie e a quantidade são definidos no momento da celebração do contrato; existe o contrato futuro, o qual não necessita de entrega da mercadoria para liquidação da transação.

A utilização de contratos futuros deve ser encarada como instrumentos adicionais que podem, e devem, ser levados em consideração no gerenciamento da atividade de comercialização agrícola. Apesar de serem considerados como ferramentas úteis para fins específicos, não são a solução para todos os problemas de comercialização enfrentados por agricultores e intermediários.

No Brasil, a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM e F) já negocia contratos dessa natureza para boi gordo, bezerro, algodão, açúcar, milho e soja, sendo que os indicadores de preço são desenvolvidos e administrados por fundações ligadas à universidades, com objetivo de preservar a transparência do processo.

Há de se destacar que a entrada de empresários rurais no mercado de contrato futuro requer um planejamento adequado de atividades (DE ZEN, 1999b), devido principalmente ao acompanhamento das oscilações do mercado de boi gordo e das metas de produtividade de cada lote de animais.

Como já comprovado, o mercado bovino em Mato Grosso do Sul e no Brasil só tende a crescer. Na esfera interna, existe a necessidade de uma maior capacidade de compra por parte dos consumidores brasileiros, que somente será alcançado no momento em que ocorra crescimento econômico e exista maior número de empregos disponíveis aos cidadãos.

Já no âmbito externo torna-se imprescindível à exploração da produção a pasto, com suplementos alimentares de origem vegetal, gerando produtos saudáveis e isentos de malefícios à saúde humana, o que constitui a grande preocupação dos maiores importadores da carne brasileira.

Além disso, Silva e Carvalho (2003) afir-

mam que surge uma necessidade estratégica de diversificação da pauta de exportações além da procura por mercados dinâmicos em expansão, que demandem crescentemente as exportações agrícolas brasileiras.

Dentro do perfil estipulado por estes autores, os países asiáticos constituem como um excelente mercado para o país, devido principalmente à enorme população desse continente e à expectativa de crescimento da mesma.

Segundo Pineda e Rocha (2002), o desenvolvimento do mercado chinês, japonês e coreano só tende a aumentar, além da União Européia. Rússia e países da Europa Central e Oriental também constituem mercados promissores devido à limitada capacidade de produção relacionada a menor extensão territorial, ao rigor das leis ambientais e ao destino dos efluentes, entre outros fatores.

A maior participação da carne bovina industrializada, em detrimento da carne "in natura", na exportação total de carne bovina pelo Brasil; pode ser a chave para o desenvolvimento maior do mercado de carne e do país, já que além de gerar mais divisas, devido ao maior valor agregado ao produto; ainda colabora com o aumento do consumo interno, devido a fatores como geração de empregos na agroindústria, com conseqüente aumento do poder de compra da população.

Estudo de caso: Adoção da técnica de castração em um sistema de suplementação a pasto, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul

Realizou-se um estudo sobre os fatores interferentes na economicidade de um sistema de produção de bovinos de corte, castrados ou não-castrados, suplementados em pastagem. O sistema produtivo foi reproduzido experimentalmente por Dias (2002), nas dependências da Fazenda Escola Lagoa da Cruz da Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, entre os meses de março e setembro de 2002. Foram utilizados oito novilhos F1 (½ Canchim x ½ Nelore) com idade média de 14 meses e peso médio de 276,0 kg, divididos em dois grupos, sendo quatro animais castrados aos dez meses e quatro não-castrados, alojados

em quatro piquetes de 0,58 hectare cada, totalizando uma área de 2,32 ha formados por pastagem de *Brachiaria decumbens*, providos de bebedouro e comedouro cobertos.

Em cada piquete, de 0,8 ha, permaneceram dois animais, gerando uma taxa de lotação de 3,0 UA/ha; o que reflete um valor acima da média, de um animal/hectare, praticada em Mato Grosso do Sul; além de caracterizar um sistema intensivo de produção, conforme pode ser observado nos resultados de desempenho produtivo apresentados na Tabela 4. Forneceu-se, em média 3,0 kg de suplemento por animal (0,9% do peso vivo), diariamente, ao passo que a água foi

fornecida à vontade. O suplemento continha 17,33% de PB e 72,92 % de NDT (nutrientes digestíveis totais), a fim de suprir a carência nutricional dos animais mantidos nas pastagens. As proporções dos ingredientes no concentrado, e seus respectivos valores em Reais (R\$), são apresentados na Tabela 1 e a composição bromatológica do concentrado e do volumoso na Tabela 2. Na Tabela 3 está apresentada a porcentagem média de material senescente e vivo (verde), hastes, folhas (% do material vivo) e disponibilidade de MS total e de folhas por piquete e por hectare dos piquetes, a fim de demonstrar as condições experimentais.

Tabela 1 - Proporções dos ingredientes no concentrado e custo por kg (em Reais - R\$), em matéria natural (MN), ano base 2002

Ingredientes	%	Valor (R\$/kg de Matéria Natural)	R\$/100kg
Farelo de soja	16	0,50	8,00
Farelo de arroz	20	0,20	4,00
Farelo de trigo	9	0,28	2,50
Aveia	24	0,28	5,60
Milho, quebrado	20	0,20	4,80
Alho em pó	1	0,80	2,40
Suplemento mineral	3	0,80	0,80
Ionóforo	4	0,80	2,40
Calcário	3	1,85	7,40
Custo	100		38,00

Tabela 2 - Teores de matéria seca (MS); nutrientes digestíveis totais (NDT); proteína bruta (PB); cálcio (Ca) e fósforo (P) do suplemento

Ingredientes	MS %	NDT %	PB	Ca % MS	P
Aveia	88,39	78,51	13,96	0,1	0,3
Far. de milho	91,6	86,4	9,82	0,13	0,26
Far. de arroz	87,91	87,91	16,79	0,15	0,99
Far. de soja	88,56	81,04	47,64	0,4	0,71
Far. de trigo	88,87	79,5	14,41	0,11	1,54
Cal. Calcítico	100	0	0	38	0,02
Mineral	100	0	0	20	8
Ionóforo	100	0	0	27	5
Alho em pó	100	0	0	39	0,04
Total	89,23	72,92	17,33	1,29	0,64

Tabela 3 - Porcentagem média de material senescente e vivo (verde), hastes, folhas (% do material vivo) e disponibilidade de MS total e de folhas por piquete e por hectare dos piquetes experimentais

	Piquete				Média
	1	2	3	4	
Área do piquete (m ²)	4.597	5.039	7.932	5.639	5.801,75
Material senescente (%)	62,96	58,06	57,14	61,9	60,02
Material vivo (%)	37,04	41,93	42,86	38,1	39,98
Hastes (% do mat. vivo)	60	61,54	60	62,5	61,01
Folhas (% do mat. vivo)	40	38,46	40	37,5	38,99
kg MS-Total/piquete (0,58 Ha)	3.070,59	3.525,49	3.980,39	2.388,23	3.252,55
kg MS-Verde/piquete (0,58 Ha)	1.228,23	1.355,96	1.592,16	895,59	1.267,98
kg MS-Total/Hectare	5.294,12	6.078,43	6.862,74	4.117,65	5.607,84

Na análise econômica do experimento realizada por Silva (2002), foram utilizados a somatória dos dias referentes ao período de suplementação (252 dias). Para fins de avaliação física e econômica do sistema de produção, os resultados obtidos foram simulados para 12 anos e todos os preços foram deflacionados, tendo como base o mês de setembro de 2002 de acordo com Feijó (1999) e Ribeiro (2000). A receita constituiu-se basicamente no valor de venda dos animais, sendo o valor da arroba obtido através da média praticada pela praça de Campo Grande durante o mês de outubro de 2002 (cinquenta

e dois reais). O preço de compra dos animais foi obtido através da média de preços encontrados no Anualpec (2002), referentes a fevereiro de 2001 (trezentos e dez reais).

Para análise econômica financeira dos dois sistemas de produção foram utilizados os critérios do valor presente líquido (EUCLIDES et al., 1997; RIBEIRO, 2000 e FEIJÓ, 1999), da lucratividade por animal (AGUIAR et al., 2001b) e da lucratividade por hectare. Segundo Silva (2002), os tipos de sistemas adotados influenciaram significativamente a rentabilidade do sistema, sendo os animais não-castrados mais rentáveis. Na Tabela 4

estão apresentados os ganhos de peso por hectare e os ganhos médios diários para animais não-castrados e castrados de 1527,14 e 1366,38 kg/ha e 0,66 e 0,47 kg/dia, respectivamente.

Tabela 4 - Comparativo econômico dos sistemas de produção de carne a pasto em pastagem de *Brachiaria decumbens*

Itens	Não-Castrado	Castrado
Peso vivo inicial (kg)	275,67	278,00
Peso vivo final (kg)	442,87	396,25
Ganho médio diário (kg/dia)	0,66	0,47
Taxa de lotação (UA/hectare)	3,39	3,04
Produção em kg vivo/hectare	1527,14	1366,38
Produção de arrobas/animal	15,35	13,74
Produção de arrobas/hectare	52,94	47,37
Receita por animal (R\$)	798,35	714,31
Receita por hectare (R\$)	2.752,92	2.463,13

Segundo Maraschin (1994), o ganho de peso por hectare tem sido usado como expressão definitiva da eficiência biológica na produção primária. Esta medida é determinada pelo rendimento médio diário por animal e pela área de pastagem necessária para produzir o alimento consumido pelo animal. Entretanto, o autor ainda comentou que na produção de produto animal comercializável, o objetivo do manejo deverá maximizar a produção por animal, sim-

plesmente porque tem relação direta com a redução dos custos pela redução do tempo para atingir o peso de abate.

Silva (2002) considerou os resultados apresentados na Tabela 4 em uma simulação para uma área de 100 hectares, argumentando que a simulação somente acarretaria maior diluição dos custos fixos, sem modificação da tendência dos resultados encontrados (ARRUDA e CORRÊA, 1992). Além disso, tal simulação teve como principal objetivo a padronização e extrapolação para propriedades maiores.

A montagem do custo total dos investimentos está apresentada na Tabela 5. Em relação aos custos relativos, as depreciações foram assumido os seguintes prazos: pastagem (cinco anos), cerca (vinte e cinco anos), tronco, balança e piso do mangueiro (vinte anos), componentes do mangueiro (vinte e cinco anos), benfeitoria (cinquenta anos), animais (quinze anos), máquinas e implementos (custo hora máquina), de acordo com Anualpec (2002). Em associação a depreciação, usou-se taxas de custo de oportunidade do capital investido (COCI) à margem de 3% sobre o capital. O custo não desembolsável associa o custo de oportunidade à depreciação.

Tabela 5 - Composição do custo total anual dos investimentos em benfeitorias, instalações e custos operacionais, em reais (R\$), ano base 2002

	Unidade	Custo		Depreciação		
		Valor	COCI	Anos	Valor	CND
INVESTIMENTOS						
Mangueiro	-	42.087,41		-	1.089,78	1.089,78
Casa empregado	-	8.000,00		50	99,42	99,42
Formação	ha	41.620,00		5	5.741,23	5.741,23
Maq/Implementos	-	16.500,00		15	683,51	683,51
Equínos	cab	1.000,00		15	43,73	43,73
Terra	ha	139.709,51		-	0,0	0,0
Cerca mangueiro	-	3.282,63		25	81,82	81,82
Cerca piquete	-	11.257,88		25	277,21	277,21
Total		263.457,43			8.016,70	8.016,70
DESPESAS						
Ração	Kg	98.902,94	2.967,09		0,0	2.967,09
Hora-máquina	H/m	988,67	29,66		0,0	29,66
Impostos	-	778,91	23,37		0,0	23,37
Mão-de-obra	-	4.752,77	142,58		0,0	142,58
Bovinos	Cab	106.950,00	3.208,50		0,0	3.208,50
Medicamentos	-	2.620,11	78,60		0,0	78,60
Formação	ha	5.746,98	172,41			172,41
Total		220.740,38	6.622,21			6.622,21
RECEITAS POR CATEGORIA						
Animais não castrados	Cab	264.110,77				
Animais castrados	Cab	237.368,21				

O custo relativo ao custo de oportunidade da terra (COT) foi desconsiderado, uma vez que sua valorização real permanente é suficiente para remunerá-la (COSTA e MARTINS, 1991). O custo desembolsado (CD) engloba ração, medicamentos, compra de animais, mão-de-obra, impostos, hora máquina e formação anual de pastagens (20% da área total).

Para o cálculo do valor presente líquido, usou-se taxas de 6,17% simulando o rendimento da poupança e 10% ao ano, à exemplo de um outro tipo de aplicação. O preço usado na aquisição de terras está de acordo com valores médios para região Centro-Oeste, conforme Anualpec (2000).

Foram também considerados como receitas, para ambos os sistemas, o valor residual dos bens cujo final da vida útil não coincidiu com o período da simulação de 12 anos (cercas, benfeitoria, máquinas e implementos, mangueiro, animais) e que haviam sido considerados como investimentos no primeiro

ano (FEIJÓ, 1999 e RIBEIRO, 2000). Para determinação do valor residual após os 12 anos da simulação foi utilizado o método linear de depreciação, o qual leva em consideração a vida útil e o valor de "sucata" do bem (HOFFMANN et al., 1987 e ANTUNES, 1999).

Observando-se os valores apresentados na Tabela 5, verifica-se que o total das despesas somadas ao Coci totalizou R\$ 227.362,59 (duzentos e vinte e sete mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e nove centavos). Quando se faz a diferença entre receitas por categoria animal e despesas têm-se que os animais não castrados apresentam um lucro de R\$ 43.370,39 (quarenta e três mil e trezentos e setenta reais e trinta e nove centavos) e os castrados um lucro de R\$ 16.627,83 (dezesesseis mil seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos). Tais valores sugerem que um sistema de produção baseado no abate de animais não castrados seria o mais recomendado nessas condições, devido à maior rentabilidade (Tabela 6).

Tabela 6 - Rentabilidade por área e por animal de acordo com o manejo adotado

Sistema de produção	Rentabilidade por animal		Rentabilidade por hectare	
	Não-castrado	Castrado	Não-castrado	Castrado
Custo não-desembolsável	42,43	42,43	144,23	144,23
Custo desembolsável	639,83	639,83	2.174,78	2.174,78
Custo total	682,26	682,26	2.319,01	2.319,01
Custo total/arroba	44,44	49,67	43,80	48,96
Receita bruta	798,35	714,31	2.752,92	2.463,13
Margem bruta	158,52	74,48	578,14	288,34
Margem líquida	116,09	32,05	433,91	144,12
PA/@	15,35	13,74	52,94	47,37
Lucratividade (%)	14,54	4,49	15,76	5,85

Na Tabela 6 está apresentado o resumo dos dados econômicos. No custo não desembolsável foram considerados os custos de oportunidade do capital investido e da depreciação dos investimentos. No custo desembolsável foram considerados todos os custos relativos à alimentação, hora/máquina, implementos, impostos, mão-de-obra e medicamentos. O custo total foi estabelecido pelo somatório dos custos não desembolsável e desembolsável. O custo por arroba produzida foi obtido através da divisão do custo total pelo número de arrobas produzidas por animal e por hectare, com 52% de rendimento de carcaça. A receita bruta foi obtida multiplicando o número de arrobas produzidas pelo valor da arroba. A margem bruta foi obtida da subtração da receita pelo

custo desembolsável e a margem líquida foi obtida da subtração da receita pelo custo total. A lucratividade animal e por hectare foi de 14,54% e 15,76%; 4,49% e 5,85%, para não castrados e castrados, respectivamente.

Tabela 7 - Modelos de aplicações financeiras, em função do valor presente líquido

	Poupança (6,17%)	Aplicação Financeira DI (10,00%)
Não-Castrado	427.368,66	503.433,01
Castrado	229.813,09	262.602,17

A extrapolação dos dados para 100 hectares permitiu a elaboração da estimativa do fluxo de caixa para um período de 12 anos (Tabela 8), mostrando a receita, despesa e saldo dos respectivos anos. Preconizou-se que no décimo segundo ano ocorra a ven-

da da área, sendo seu valor final, referente ao investimento ocorrido no primeiro ano, descontando os valores acumulados das depreciações dos investimentos no decorrer dos 12 anos. O valor presente líquido das respectivas categorias está descrito na Tabela 8. Verificou-se que os animais não-castrados apresentaram 427.368,66 e 503.433,01 de rentabilidade em poupança ou em aplicação financeira, respectivamente (Tabela 7). Tal fato sugere que a prática da castração dos

animais para crescimento e terminação reduz a rentabilidade do sistema, devido ao maior estresse aplicado aos animais. Portanto, em sistemas de bom nível nutricional torna-se aconselhável a criação de animais não-castrados. Além disso, a não castração associada ao bom manejo nutricional podem ser técnicas consistentes na busca da redução do tempo necessário para o abate dos animais, o que pode ser fator determinante no maior giro de capital.

Tabela 8 - Receitas (RNC) e (RC), despesas (DNC) e (DC) e saldos (RNC) e (RC) dos animais não castrados e castrados, respectivamente em função do valor presente líquido (R\$), considerando-se um investimento inicial de R\$ 263.457,43

Ano	RI	RC	DI	DC	SI	SC
1	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
2	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
3	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
4	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
5	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
6	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
7	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
8	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
9	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
10	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
11	275.429,71	246.435,80	235.379,29	235.379,29	40.050,42	11.056,51
12	511.581,62	482.587,71	235.379,29	235.379,29	276.202,33	247.208,42

Conforme verificado na Tabela 8, o saldo para os animais não-castrados foi 511.581,62 e para os animais castrados foi 482.587,71. Provavelmente a superioridade dos animais não castrados de 5,67% foi devido aos animais não terem sofrido ação da castração, o que favorece seu crescimento. Além disso, animais não-castrados apresentaram melhor desempenho em relação aos animais castrados podendo atingir o peso de abate, 460 kg, mais rapidamente favorecendo um maior giro de capital.

No procedimento da análise econômica dos modelos de produção de bovinos de corte, foram levados em consideração os dados produzidos por DIAS (2002) e SILVA (2002) no contexto atual do mercado de carne bovina.

É importante ressaltar que, a produção em larga escala, com aumento das variáveis como quantidade de animais, quantidade de ração, tamanho de pasto, entre outros, também promove o incremento da lucratividade em decorrência do maior número de arrobas para comercialização final.

A utilização de um sistema de gerenciamento pode garantir que a atividade não tenha seus custos de produção deficientemente acompanhados. Entretanto, o mais comum nos dias atuais está no fato de que os custos de produção são deficientemente acompanhados, fazendo com que muitos produtores apenas sobrevivam na atividade, ou até mesmo estejam apresentando prejuízos em seus resultados, tornando o sistema de produção insustentável.

Esta falta de acompanhamento adequado está fundamentada no histórico da produção de bovinos de corte. Os produtores, na década de 70 e meados de 80, estavam acostumados ao aproveitamento do diferencial, de até 40% do valor, entre safra e entressafra. Já na segunda metade da década de 80, sucessivos planos econômicos quebraram a estrutura de preços e proporcionaram ao investimento em gado a característica de segurança em momentos incertos da política brasileira. A partir de segunda metade da década de 90, a estabilização econômica fez com que a margem de retorno

do investimento diminuísse, tornando necessária a profissionalização da atividade, fazendo com que as propriedades se tornassem empresas.

Para que uma atividade produtiva seja considerada profissional é imprescindível um adequado levantamento da produção como um todo. Entretanto a pecuária de corte oferece uma diversidade muito grande em termos de sistemas de produção, com a coexistência de sistemas extremamente obsoletos e sistemas evoluídos de produção. Embora não constitua uma regra, a pecuária extensiva, na qual os resultados aparecem à longo prazo favorecem a não percepção da economia pelos produtores. Aliado a isso, a falta de planejamento detalhado e de controle de custos do processo produtivo podem favorecer o abandono da atividade, independentemente do tipo de sistema adotado.

A ausência de planejamento produtivo pode acarretar várias situações indesejáveis como o comprometimento do produto final pela falta de homogeneidade dos animais produzidos, jovens e de mais idade, tendo como resultado cortes cárneos de diferentes qualidades.

Os dados levantados mostram que independentemente dos manejos adotados (castração ou não) nos sistemas de criação, os animais apresentaram consumos de suplemento nutricional semelhantes.

A análise econômica simples revela um fato importantíssimo: o custo de produção das opções de manejo dos animais castrados e não-castrados foi o mesmo. Entretanto, na comparação entre o ganho de peso no diferentes tipos de manejo.

Para um mesmo intervalo de tempo e uma mesma quantidade de suplemento fornecido e mesma área de pastagem, o ganho de peso do animal não-castrado é cerca de 10% maior do que o castrado, o que denota que a criação de animais não-castrados é economicamente mais favorável do ponto de vista da lucratividade na comercialização dos animais em questão.

Outra observação importante a ser feita, é que, no caso de produção em larga escala, a tendência de lucratividade apontada e comparada a partir da observação do parágrafo anterior poderá ser incrementada, já que, o produtor certamente incorrerá em

gastos para realização da castração dos animais, os quais não foram contabilizados nos dados econômicos (horas de trabalho, mão-de-obra volante, depreciação das instalações, entre outros). Além disso, existe a maior possibilidade de perdas de animais em função de prováveis processos infecciosos provenientes da operação de retirada dos testículos.

Quando consideramos o comparativo de receitas e despesas dos dois métodos produtivos (Tabela 8), podemos perceber que ao final do ciclo produtivo, a lucratividade apresentada pelo modelo de não-castração é mais vantajosa do que o modelo de castração como segue:

Como em todo mercado competitivo, o produtor deve procurar o máximo lucro possível e o modelo de criação de animais não castrados demonstra-se o mais lucrativo possível. Do mesmo modo De Zen (1999a), o produtor é um tomador de preços, ou seja, o mercado determina os preços através da oferta e da demanda e por isso deve estar atento para o fator custo que está sob seu controle.

O retorno econômico do sistema de produção baseado em animais não-castrados foi maior que o obtido em sistemas baseados em animais castrados. Provavelmente, o fato da maior eficiência de deposição de músculos apresentada pelos animais não-castrados deve ter favorecido os melhores resultados apresentados por estes animais.

Entretanto, conforme Restle et al. (2000), a produção de carne a partir de bovinos de corte não-castrados no Brasil, ainda é baixa, haja vista que a maioria dos frigoríficos os discrimina pelo preço. Tal fato nos desperta para o fato de que a adoção da castração ou não, deve levar em consideração, além dos parâmetros aqui apresentados, itens como acordos de compra pelos frigoríficos ou por alianças mercadológicas (rede varejista - frigorífico - produtor rural), baseados em um esquema de bom manejo animal.

Além disso, deve-se ressaltar que a manutenção de animais não castrados deve levar em consideração a capacidade de fornecimento de nutrientes aos animais. Em situações nas quais os animais terão suas exigências alimentares supridas, a adoção da castração é opcional, levando-se em consideração o exposto acima e a idade ao abate.

Entretanto, em situações nas quais o regime alimentar não permitir que os animais alcancem o abate até os 24 meses de idade, a castração deve ser adotada, pois desta maneira será evitada a ação indesejável de hormônios na carne do animal.

Em uma gestão empresarial adequada, torna-se interessante que uma propriedade/empresa agropecuária não escolha apenas um manejo, e sim adote o manejo adequado para cada lote de animais, levando em consideração o destino dos animais, a existência de um contrato futuro, o período do ano, provisão de alimentos para os bovinos, as instalações e o manejo do gado.

Além da adoção ou não da técnica de castração, verifica-se que uma grande parcela dos gastos com a produção está relacionada à alimentação dos animais.

Os preços para aquisição da alimentação concentrada (soja, milho, entre outros) têm sofrido uma grande variação, entretanto tais preços se mantêm elevados devido a dois motivos: tais alimentos também são utilizados na alimentação humana, além do uso na nutrição de suínos e aves; e possuem uma enorme afinidade com a exportação, o que fazem com que o preço no mercado seja bastante elevado.

Somado a isso, a situação dos mercados de produtos agrícolas que a cada ano vêm ultrapassando recordes produtivos, tem se invertido, haja vista que é alta a dependência de fatores climáticos e que neste ano agrícola de 2003/2004 particularmente, foram grandes os prejuízos nas safras devido a escassez de chuvas. A produção de soja no estado de Mato Grosso do Sul nunca foi tão prejudicada e chegou a gerar prejuízos de aproximadamente 500 milhões de reais.

Vale ressaltar que este prejuízo está associado somente aos prejuízos dos agricultores e que se levássemos em consideração o prejuízo para todas cadeias produtivas dependentes da produção de soja e seus produtos e subprodutos esta cifra apresentaria-se muito mais elevada.

Como alternativas para a cadeia produtiva de bovino de corte, sugere-se a produção de grãos dentro da própria propriedade, com conseqüente exclusão dos gastos com transporte e com intermediários; e o investimento em pastagens de boa qualidade e a

aposta no manejo correto de pastagens, os quais permitiriam um melhor aproveitamento de alimentos mais baratos e uma menor dependência de alimentação concentrada.

Outro fator de grande participação econômica, nos custos da produção do sistema estudado, consiste na aquisição dos animais destinados a engorda. Portanto, há de se destacar a importância de se realizar uma boa compra, com preços atrativos e com material genético de boa aptidão para a deposição de músculos, nosso produto final.

O momento da venda também consiste em uma situação importante pois existem flutuações no preço de arroba, as quais podem estar relacionadas a épocas de safra e entressafra.

Além disso, devem ser realizados um adequado manejo sanitário e correta profilaxia para que não ocorram gastos excessivos com medicamentos, os quais compõem também o custo de produção.

Todas essas indagações e preocupações deverão fazer parte do projeto ao qual a empresa agropecuária irá seguir afim de atingir seus objetivos, seja abate de animais precoces ou não, castrados ou não, através de suplementação ou não em pastagens.

Atualmente não há condições de uma propriedade não trabalhar como uma empresa agropecuária, com todas as preocupações e atribuições de uma empresa (gestão de pessoal, de compra e venda, patrimonial, entre outras) e seguir um projeto piloto para seu crescimento e desenvolvimento dentro da cadeia produtiva a qual está inserida.

Todavia para a implementação de qualquer sistema de produção o produtor/empresário deverá consultar um profissional qualificado para estruturar o projeto de produção, a escolha dos animais (compra), o manejo a ser adotado, a utilização das pastagens, seu manejo eficiente, a suplementação estratégica e por fim o destino do produto (venda).

Assim, se há um acordo com o frigorífico em abater animais inteiros acima de 24 meses sem punição monetária (valor da arroba) há uma maior facilidade de trabalho. Porém, se a indústria somente aceitar animais não castrados abaixo de 24 meses (novilho precoce) o projeto do sistema de produção deverá se adequar para atingir esse objetivo, sem desconsiderar os custos envolvidos no processo.

Repercussão e adequação de dados gerados pela pesquisa, de campo e econômica, como possíveis transformadores dos meios de produção

O aprofundamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento é primordial no processo de aumento de produtividade e da qualidade do setor agropecuário. Além da aplicação de novas tecnologias, torna-se necessário a formação de equipes multidisciplinares; com profissionais das áreas de zootecnia, agronomia, veterinária, administração, economia e informática; para que sejam encontradas soluções para problemas da produção de bovinos de corte (LAMPERT et al., 2003).

A informação se constitui em um insumo básico para a administração de uma empresa rural. Neste sentido, a tecnologia da informação é imprescindível no gerenciamento da pecuária de corte; sendo a sua eficiência diretamente relacionada à utilização correta, por produtores e técnicos em conjunto, das informações processadas.

Segundo Schutz, citado por Paiva (1979), foram muitos elevados os retornos econômicos dos investimentos feitos em pesquisa; e citou que as pesquisas de milho, sorgo e de avicultura geraram taxas de retorno de 70, 360 e 137% ao ano; respectivamente, nos Estados Unidos.

Entretanto, Paiva (1979) citou que a pesquisa apresenta capacidade limitada em resolver problemas da produção agrícola dos países não desenvolvidos, proporcionando-lhes condições de aumento de produtividade, produção e redução dos custos unitários, especificamente em problemas de impropriedade ou deficiência dos recursos naturais para a produção agrícola.

Contrariamente ao que se tem dissipado, a pesquisa tem sua importância fundamental para o desenvolvimento da produção e conseqüentemente do país como um todo. O cerne da questão está na maneira de divulgação de novas técnicas e do convencimento da adoção das mesmas.

Assim, tem-se que o papel do extensionista é de fundamental importância para a modernização da empresa rural.

Segundo Siqueira (1998), ao longo da história é muito comum a rotulação dos pecuaristas como resistentes a mudanças

tecnológicas. Tal autor afirmou que tal idéia surgiu principalmente pela concentração do atendimento dos agricultores patronais, pelos extensionistas rurais, devido à oferta abundante de crédito rural subsidiado na década de 60.

Antigamente, e até mesmo nos dias atuais, o produtor tem sido tratado como mero objeto passivo que poderia ser facilmente "treinado", visando persuadi-lo a adotar as tecnologias modernas que eram apresentadas como fator determinante de melhoria de renda e da vida no campo.

Entretanto, para que uma mudança conceitual seja realmente adotada, primeiramente deve-se buscar um conhecimento profundo da realidade e da percepção dos agricultores. Por isto, será fundamental que os produtores participem da análise operacional da técnica, pois não se pode impor um procedimento padronizado de introdução da técnica.

A partir daí, quanto maior o grau de compreensão do significado e de percepção da adequabilidade da nova técnica ou manejo, maior se tornará a insatisfação com sua produção tradicional; conseqüentemente, maiores serão as possibilidades de ocorrência da mudança conceitual e conseqüente de sistemas de produção e/ou manejo adotados.

O mais importante está no fato de acreditar na capacidade de análise e de compreensão dos produtores sobre a realidade e mudanças necessárias, atribuindo a eles um papel ativo na construção de conhecimentos técnicos que sejam plenamente adaptados às suas condições sócio-econômicas e ambientais.

De outra maneira, os produtores necessitam sim de uma pesquisa de qualidade, com a abrangência técnica e econômica. Entretanto, os resultados gerados pelas pesquisas não podem e não devem ser considerados como o término da questão, mas sim com início de uma jornada a qual culminará na implantação de um novo sistema ou na reformulação do sistema produtivo existente.

Quando resultados ou pacotes tecnológicos são produzidos inicia-se então o trabalho da extensão e da validação dos resultados obtidos em "laboratório".

Segundo o conceito de desenvolvimento local, os produtores devem sentir a necessidade de tais mudanças e agir como atores

no processo de desenvolvimento ou modernização da empresa rural, adotando e compreendendo as tecnologias a serem utilizadas. Até mesmo, ainda constitui o papel dos produtores, a busca por alternativas dentro do sistema em que está inserido com objetivo de melhorar a situação atual.

Da mesma maneira, segundo Fidélis (2000), conhecimentos intelectuais e vibrações emocionais não são suficientes para a condução do processo de desenvolvimento local e que somente o trabalho de conhecimento das próprias comunidades de produtores sobre o que eles possuem e o que são, apresentam a capacidade de desencadear um processo de desenvolvimento de “dentro para fora”.

Tal expressão de “de dentro para fora” pode ser encarada como a chave para o desenvolvimento rural, e conseqüentemente local, devido à todas as conseqüências positivas do crescimento em conjunto.

Tal crescimento sintetiza a vontade e a experiência de vida dos produtores aliadas a fatores externos como novas informações, fontes financiadoras e programas de melhoria de vida para produtores e trabalhadores rurais.

Considerações finais

A produção de bovinos de corte no Estado de Mato Grosso do Sul e no Brasil apresenta-se favorável ao crescimento, devido a vários fatores como a ampliação de mercados consumidores, o fortalecimento de alianças mercadológicas e da cadeia produtiva como um todo, o surgimento de indústrias locais, melhoria do escoamento da produção, a qualidade do produto final aqui produzido, além da possibilidade da diferenciação dos produtos brasileiros.

A produção e/ou compra de ração concentrada e as aquisições de animais constituem a maior parcela dos custos de produção de bovinos de corte e por isso devem ser realizados de maneira correta e eficiente.

A pesquisa, de campo e econômica, é uma ferramenta para o incremento de produtividade e necessita da extensão para a realização de seu papel na sociedade produtiva. Além disso, deve ser necessário o conhecimento da realidade do produtor/trabalhador a fim de que este possa, e deva, contribuir imensamente para o desenvolvimento rural, não somente em termos de produtividade, mas em relação à melhoria de qualidade de vida.

Referências

- AGUIAR, A. P.; ALMEIDA, B. H. P. J. F.; AMARAL, G. C. et al. Viabilidade econômica da produção de carne em sistemas intensivos de pastagens na região do cerrado. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA. *Sistema de produção e economia*. 38. 2001. Piracicaba: Gnosis, 2001. CDROM.
- AGUIAR, D. R. D. A importância dos mercados de futuros para a comercialização agrícola. In: CONGRESSO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ZOOTECNIA. *Anais...* 1998. In: PEREIRA, A. L. et al. (eds). *Viçosa: Associação Mineira dos Estudantes de Zootecnia*, 1998. p. 449-460.
- ANTUNES, L. M. *Manual de administração rural: custos de produção*. 3 ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 196 p.
- ANUALPEC 2002–*Anuário da Pecuária Brasileira*. São Paulo: ARGOS Comunicação, 2002, 400 p.
- ARRUDA, Z. J.; CORREA, E. S. *Avaliação técnico-econômica de sistemas de produção de gado de corte: o sistema físico de produção do CNPGC*. Campo Grande: Embrapa - CNPGC, 1992. 10 p. (Embrapa-CNPGC. Comunicado técnico 42).
- ÁVILA, V. F. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. In: *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande: UCDB. v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.
- BONJOUR, S. C. M. O complexo agroindustrial da pecuária de corte. In: *Economia Rural*. Viçosa/MG, 3 (10), jul./dez. 1999. p. 4-10.
- BONJOUR, S. C. M.; FIGUEIREDO, A. M. R.; CAMPOS, A. C. Estudo prospectivo da demanda de carne bovina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...*, 41, 2003. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 416.
- CARVALHO, F. W. A.; BATISTA, M. A. V.; LIMA, B. G. et al. Comportamento do mercado de carne bovina no estado do Ceará no período de 1976 a 1990. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL *Anais...* 41. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 84.
- COSTA, F. P.; MARTINS, C. S. *Custo de produção de carne bovina para a região Centro-Oeste*. Disponível em: www.cnpvc.embrapa.br. Acesso em: 16 set. de 2002, 20h28min.
- DE ZEN, S. Aspectos da produção de carne e as tendências do mercado nacional. In: *Simpósio de Produção de Gado de Corte*, 1. *Anais...* In: FERREIRA, C. C. B. et al. Viçosa: UFV, DVT, DZO, EJZ, 1999a. p. 245-264.
- _____. Mercado futuro: boi gordo. In: *Simpósio de Produção de Gado de Corte*, 1. *Anais...* FERREIRA, C. C. B. et al (eds.). Viçosa: UFV, DVT, DZO, EJZ, 1999b. p. 265-270.
- DIAS, A. M. Desempenho de novilhos F1 Canchim-

- Nelore castrados e não-castrados suplementados em pastagem de *Brachiaria decumbens*. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 2002. Trabalho de conclusão de curso.
- EUCLIDES, V. P. B. *Alternativas para intensificação de carne bovina em pastagem*. Campo Grande: EMBRAPA-CNPQC, 2000.
- EUCLIDES FILHO, K.; FEIJÓ, G. L. D.; FIGUEIREDO, G. R. et al. Efeito da idade à castração e de grupos genéticos sobre o desempenho em confinamento e características de carcaça. In: *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 30, n. 1, p. 71-76, 2001.
- FATURI, C.; RESTLE, J.; BRONDANI, I. L. et al. Características da Carcaça e da Carne de Novilhos de Diferentes Grupos Genéticos Alimentados em Confinamento com Diferentes Proporções de Grão de Aveia e Grão de Sorgo no Concentrado. In: *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 31, n. 5, p. 2024-2035, 2002.
- FEIJÓ, R. M. B. *Análise econômica de dois sistemas de produção de carne bovina no cerrado de Mato Grosso do Sul: tradicional vs semi-intensivo*. Monografia. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 1999. 66p.
- GOMES, M. T. M.; GOMES, M. F. M.; LIRIO, V. S. et al. Decomposição dos preços de frango, suíno e bovino nos anos 80 e 90 no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* 41, 2003, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 79.
- GOMES, J.A.; MORAIS; K.M.A. A gestão ambiental como instrumento para a competitividade empresarial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* 41, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 197.
- HELFAND, S. M. Agricultural productivity in the Brazilian Center West: whiter the inverse relationship? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* 41, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 265.
- HOFFMAN, R.; SERRANO, O.; NEVES, E.M. et al. *Administração da empresa agrícola*. 5 ed. São Paulo: Pioneira. 1987.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 29 março 2004, 22h21min.
- LAMPERT, V. N.; MÂNCIO, A. B.; SILVA JÚNIOR, A. G. et al. Sistema de apoio à decisão aplicado ano desmame precoce de bezerras de corte. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Anais...* 41, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 133.
- LEMES, S. Avaliação de resultados e de desempenho da empresa pecuária. In: *Economia rural*. Viçosa, MG, 2(10), abr./jun., 1999. p. 9-11.
- LUCAS, M. R. V. Segurança alimentar e comportamento do consumidor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* 41, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 94.
- LUCHIARI FILHO, A. *Pecuária da carne bovina*. 1. ed. São Paulo: A. Luchiari Filho, 2000.
- MARASCHIN, G. E. Avaliação de forrageiras e rendimento de pastagens com o animal em pastejo. In: CECATO, U. (eds). et al. REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA, 31. *Anais...* (eds). et al. Maringá: EDUEM. 1994. p. 65-98.
- MARTINS, A. G.; PIMENTEL, E. R.; LIMA, J. E. et al. Análise do consumo de carne bovina nas regiões metropolitanas do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* 41. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 65.
- MELLO, F. H. Evolução recente da economia internacional no contexto internacional. In: ZAMBERLAM, J. et al. (eds.). *A agricultura e a nova ordem econômica internacional: relatório síntese-interpretativo do I Seminário Regional de Economia Agrícola*. Cruz Alta: UNICRUZ, 1990. p. 13-19.
- MICHELS, I. L.; SPROESSER, R. L.; MENDONÇA, C. G. *Cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora Oeste, 2001.
- PAIVA, R. M. *A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.
- PAULINO. M. F. Estratégias de suplementação para bovinos em pastejo. In: FERREIRA, C. C. et al. (eds.). *Simpósio de Produção de Gado de Corte, 1. Anais...* Viçosa: UFV, DVT, DZO, EJZ, 1999. p. 137-156.
- PINEDA, N. R.; ROCHA, J. C. M. C. Estratégias de marketing e alianças mercadológicas na cadeia produtiva da carne bovina. In: FIGUEIREDO, F. C. et all. (eds). *Simpósio de Produção de Gado de Corte, 3. Anais...* Viçosa: UFV. 2002. p. 1-22.
- REIS, J. D.; SIMÕES, A. R. P. Produção, consumo e exportação de carne bovina no Brasil, uma análise do período de 1990 a 2001. In: *Economia Rural*, Viçosa, MG, x(x), x/x, 2002. p. 25-31.
- RESENDE FILHO, M. A.; RODRIGUES, R. V.; BRAGA, M. J. Avaliação financeira e de risco na fase de cria e recria de fêmeas leiteiras no estado de Minas Gerais. In: *Economia Rural*, Viçosa, MG, x(x), x/x, 2002. p. 21-25.
- RESTLE, J., GRASSI, C., FEIJÓ, G.L.D. Características das carcaças e da carne de bovinos inteiros ou submetidos a duas formas de castração, em condições de pastagem. In: *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 25, n. 2, p. 334-344, 1996.
- RESTLE, J.; ALVES FILHO, D. C.; FATURI, C. et al. Desempenho na fase de crescimento de machos bovinos inteiros ou castrados de diferentes grupos genéticos. In: *Revista Brasileira de Zootecnia*, v. 29, n. 6, p. 1036-1043, 2000.
- RIBEIRO, R. R. *Análise comparativa entre três sistemas de formação de pastagens no cerrado sul-mato-grossense*. Trabalho de Conclusão de Curso. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 1999.
- ROCHA, M. B.; VICENTE, M. C. M.; VEGRO, C. L. R. et al. Indicadores da agroindústria rural no estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* 41, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003, p. 50.
- SARTO, F. M.; MIRANDA, S. H. G.; BRISOLARA, C. S. Análise dos impactos econômicos da implementação do sistema de identificação e certificação de origem bovina e bubalina no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* 41. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 364.

SECRETARIA DE PRODUÇÃO E TURISMO – SEPROTUR. Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: www.seprotur.ms.gov.br. Acesso em 29 março 2004, 21h20min.

SEIDEMAN, S. C.; CROSS, H. R.; OLTJEN, R. R. et al. *Utilization of the intact male for read meat production: a review*. Journal of Animal Science, v. 55, n. 4, p. 826-840, 1982.

SILVA, C. R. L.; CARVALHO, M. A. Fontes de crescimento das exportações agrícolas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* 41, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 398.

SILVA, J. P. B. *Análise econômica do sistema de produção de bovinos castrados e não-castrados suplementados em pastagem de Brachiaria decumbens*. Trabalho de Conclusão de Curso. Campo Grande: Universidade Católica Dom

Bosco, 2002.

SILVA JR., A. G. Gerenciamento informatizado aplicado à pecuária de corte. In: FERREIRA, C. C. B. et al. (eds) *Simpósio de Produção de Gado de Corte, 1. Anais...* Viçosa: UFV, DVT, DZO, EJZ, 1999. p. 271-278.

SIQUEIRA, H. M. A adoção de tecnologia concebida como mudança conceitual. In: *Economia Rural*. 9 (3), jul./set. Viçosa, 1998. p. 20-22.

SOUZA, J. P.; PEREIRA, L. B. Estratégias individuais e padrão de concorrência como influenciadores na competitividade dos segmentos produtor e processador na cadeia agroindustrial de carne bovina no Estado do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. *Anais...* 41. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2003. p. 370.

Entrevista

Acerca de sueños, utopías y proyectos locales autónomos

On dreams, utopias and local autonomous projects

Acerca de sonhos, utopias e projeto locais autônomos

Antonio Elizalde*

I. Sobre el achatamiento de las esperanzas y el aplanamiento de la capacidad de soñar

¿Sabes como se amaestra una Pulga?

Se la coloca en un recipiente transparente, como un tarro de conservas, o un vaso, y se tapa La parte superior con un cristal. La pulga salta con todas sus fuerzas intentando escapar, pero poco a poco va viendo que sus esfuerzos son inútiles y que con cada salto se hace daño. Así que deja de saltar alto y comienza a dar saltos cada vez más pequeños. Al cabo de una semana de amaestramiento, su mayor salto será de sólo 5 centímetros, y ya nunca saltará más alto. No importa que retires el cristal, o incluso que La saques de su tarro, porque ese insecto que es La pulga, capaz de saltar normalmente hasta 1,68 metros, saltará sólo 5 centímetros.

La vida es muy dura para muchos, mientras que algunos pueden correr libres desde jóvenes, a otros les pasa como a Las pulgas amaestradas, que cuando les sacan de su tarro, ya no se atreven a saltar más alto. Una pulga amaestrada, sigue pudiendo saltar 168 centímetros, posee La capacidad para hacerlo, pero no se atreve porque ha aprendido que intentarlo es igual a fracasar, a hacerse daño... porque ha estado mucho tiempo metida en un tarro de cristal.

¿Sabes como se amaestra un Elefante?

Cuando es joven y débil, se le ata una pata con una fuerte cuerda a un gran árbol. Como el árbol es más fuerte que el pequeño elefante, este tira y tira intentando liberarse, pero como es pequeño, no puede, y se acaba agotando, se frustra, y aprende a no tirar porque le es totalmente inútil. Después, cuando es mayor, vasta con atar La pata trasera del Elefante a un simple silla, y el Elefante se quedará quieto, sin moverse, porque ha aprendido que cualquier esfuerzo es inútil.

¿Acaso no es capaz de mover una silla un Elefante? ¡Claro que sí! ¡Y mucho, mucho

más! Sin embargo se rinde antes de intentarlo porque ha “aprendido” que La vida es dura y que cuando te atan La pata trasera, de nada sirve intentarlo porque no se consigue. Y sin embargo el Elefante posee La capacidad para mover la silla y ser libre para ir a donde quiera... pero prefiere rendirse antes de intentarlo y se queda atado como un esclavo, a una simple silla. ¿A qué te suena eso?

Algo parecido nos ocurre a los seres humanos. Aunque todos tenemos La capacidad para triunfar, a muchos la vida les ha enseñado, a costa de dolores, fracasos y golpes, que es preferible no intentar mucho y quedarse pegado a la tierra sin atreverse a mirar hacia Las nubes, porque incluso es riesgoso sonar ya que se puede pagar dos costos: el del fracaso y la frustración; y también el del castigo y el sufrimiento, el hacerse daño o ser dañado. De allí el desencanto y la desesperanza. Incluso lo que se ha denominado elegante pero ideológicamente: “desesperanza aprendida”.

¿Sabes como se amaestra un Ser Humano?

Pensemos en alguien, sin trabajo durante algún tiempo y que compra todos los días el periódico para leer Las ofertas de empleo y luego parte a recorrer La direcciones de La ofertas que allí ha leído. Donde llegado al lugar que busca debe hacer una larga fila, y esperar y esperar durante horas, con La esperanza de obtener algo y deseando secretamente que todos los que están antes que él en La fila fracasen; pero luego cuando le toca a él tampoco logra el empleo. Y parte de allí a otra dirección llegando cuando ya no hay nadie, y de ahí a otro y otro lugar. Y al final del día cuando habiendo ido a muchos lugares sin obtener nada se recrimina a sí mismo por haber ido primero a los lugares equivocados, deposita su esperanza en su buena elección y en lo que pueda ocurrir al día siguiente. Y así van llegando los mañanas y van pasando los días recorriendo aviso tras

* Sociólogo e Reitor da Universidad Bolivariana de Chile (alizalde@ubolivariana.cl)

aviso, sin conseguir nada. Y se va acabando el dinero, y ya no se va en taxi o en micro como el primer día, sino que se comienza a caminar y a levantarse más temprano para poder llegar a tiempo, y ya sólo se puede ir a los lugares que quedan más cerca. Pero luego tampoco hay dinero para comprar el periódico y entonces se comienza a depender de los amigos que lo compran, o de la información que le dan otros. Y así continúan los fracasos y por cada día y cada noche que transcurre es más y más difícil recuperar la esperanza para el mañana. Hasta que se llega al punto en que ya no se espera nada.

¿Somos entonces tan distintos de las pulgas o elefantes?

Si, porque somos más complejos. Somos seres sociales con capacidad autorreflexiva y esto que digo que suena tan pomposo y tan promisorio, se transforma no obstante para el cesante en algo que incluso hace más dolorosa e insufrible su situación.

Cada nuevo día que pasa al volver al hogar mira las caras de su pareja de sus hijos, o de quienes le rodean en su hogar. Y en cada rostro de seres queridos, cuando les cuenta lo vivido en el día y lo soñado para el mañana, ve transitar las mismas emociones, ilusiones, aflicciones, desengaños, rabias y esperanzas, que él ha experimentado y experimenta, y eso potencia sus emociones y siente el deber y la culpa, el sufrimiento y la decepción incrementados, y se pregunta ¿por qué a él? Y así comienza a perder su autoestima, la escasa fortaleza y entereza que lo mantenían en pie. Y de ese modo se va infantilizando, llora sin que nadie lo vea, putea y trata mal a todo lo que se le pone por delante, trata de no pensar en nada, se atiborra de algo: TV, alcohol, lo que sirva para olvidar lo que se vive. Creo que no es necesario seguir describiendo otros ámbitos de relaciones que se ven afectados por la situación que este ser humano vive. Sin embargo es necesario que reflexionemos un poco en lo que le pasa a este ser humano en la relación con cada uno de sus hijos, con su mujer, con sus amigos, con quienes eran sus pares cuando tenía trabajo, con aquellos a quienes debe dinero, con las organizaciones en las cuales participa, con su propia sexualidad, y así con todas las distintas dimensiones de su vida.

Hemos ejemplificado con el caso de un cesante, pero: ¿cuán distinta es la situación de cualquiera persona que gana el salario mínimo o de aquellos que ganan menos de cien o doscientos dólares al mes? ; es decir, la gran mayoría de los habitantes de nuestro continente. La gran mayoría de quienes transitan por sus calles, de quienes ven la TV, leen la prensa o escuchan la radio, de quienes duermen y sueñan cada noche. ¿Qué pasa con ellos? ¿Qué se permiten soñar?

II. Algunas hipótesis y definiciones para argumentar algo posible de hacer por todos quienes quieran hacerlo

Quiero construir mi argumentación a partir de algunos artefactos heurísticos: axiomas. Definiciones, hipótesis y propuestas:

Hipótesis 1: Nuestras creencias condicionan nuestras ideas y emociones. Ningún cambio es posible sin modificar las creencias en las cuales nos movemos.

Hipótesis 2: La posibilidad del cambio se reduce cuando las personas no lo creen posible, e inversamente se incrementa cuando creemos posible cambiar las cosas.

Hipótesis 3: La disposición al cambio está relacionada con el grado de insatisfacción con la situación que se vive sin embargo esta se encuentra mediada por la creencia en la posibilidad de cambiar.

Hipótesis 4: La posibilidad de soñar e imaginar mundos distintos al que se vive es un atributo universalmente distribuido en la especie humana, no obstante lo anterior, la capacidad para visualizar los sueños como posibles y de hacerlos colectivos está determinado por el contexto histórico.

Definición 1: A los sueños colectivos y compartidos los denominamos habitualmente utopías.

Definición 2: A la capacidad de elaborar y articular sueños colectivos lo denominaremos utopización.

Hipótesis 5: La utopización es condición necesaria para el surgimiento y desarrollo de proyectos colectivos.

Definición 3: Llamaremos proyecto colectivo a toda iniciativa humana en la cual participen grupos humanos y que contenga en sí la búsqueda de satisfacer intereses mayores que los intereses individuales.

Definición 4: Llamaremos movilización social al surgimiento paralelo y simultáneo en diversos puntos del sistema de utopización y de proyectos colectivos autónomos.

Hipótesis 6: Todo sistema tiende a combatir la movilización social, esto es la emergencia de sueños colectivos, de utopización y de proyectos colectivos que no le sean funcionales, esto es autónomos.

Hipótesis 7: Hay contextos que viabilizan la utopización y otros que la inhiben.

Hipótesis 8: El contexto histórico puede actuar como factor inhibitorio o potenciador de la emergencia de sueños colectivos.

Hipótesis 9: En momentos de grandes logros materiales de la economía y/o en momentos de derrota política de los sectores inconformistas, momentos de repliegue utópico, se produce una inhibición de los sueños colectivos y una inmovilización de los proyectos autónomos.

Hipótesis 10: En momentos de repliegue utópico. Las personas tienden más bien a transitar por los sueños individuales ya lo más, los del grupo familiar. Cada persona tiende así a adaptarse a lo que en el imaginario colectivo construye el sistema y a actuar de forma individualista.

Hipótesis 11: Las personas, aún cuando no sean beneficiadas por el sistema, le confieren legitimidad a éste, cuando limitan sus sueños al ámbito individual.

Definición 5: Llamamos conformismo a la creencia en la imposibilidad de cambiar algo o una situación, aún cuando ese algo o esa situación nos perjudique.

Hipótesis 12: En un contexto de conformismo colectivo (cultural y/o político), la posibilidad de cambio dependerá casi exclusivamente de factores externos al sistema.

Hipótesis 12 a: Asumir la hipótesis anterior implica restarnos capacidad de asumir protagonismo sobre nuestro futuro, esto es de humanización.

Propuesta 1: La movilización social se produce cuando la personas perciben la existencia de alternativas y horizontes de cambio, por lo tanto la tarea a realizar para los inconformistas pasa por generar propuestas de transformaciones posibles.

Hipótesis 13: El ámbito de lo posible en el contexto actual sólo se encuentra en lo

local, ya que es éste el espacio donde la globalización encuentra su límite, es desde allí de donde es posible iniciar y comenzar a sumar energías y fuerzas contrahegemónicas. Es éste por esencia el espacio de la autonomía, desde donde surge la novedad y la complejidad.

Propuesta 2: Si se genera cambio, autonomía y contrahegemonía en el espacio local, La gente podrá nuevamente comenzar a hacer La conexión entre lo inmediato y lo mediato, entre La experiencia contrahegemónica vivida en su cotidianeidad y los proyectos transformadores de mayor escala, y así podrá volver a creer que el cambio es posible a nivel del sistema, y estará dispuesta a entregar su tiempo y esfuerzo en proyectos colectivos.

Definición 6: Desde una perspectiva sistémica, el sistema del cual forma parte cualquier ser humano, en un nivel máximo de abstracción, estaría conformado por dos subsistemas: a) el subsistema endógeno (lo que llamamos nuestro yo, conformado por nuestro cuerpo cuyo límite con el mundo externo lo establece nuestra piel y por nuestra mente, espíritu, alma, sentimientos, psiqué o como cada cual dese llamarlo; todo ello conformaría el unomismo; y b) el subsistema exógeno, todo lo que está fuera de nuestro piei, esto es La alteridad u otredad, o dicho de otro modo: el ambiente (la pareja, la familia, la comunidad local (barrio, pueblo o aldea, ciudad), La sociedad y La cultura, La naturaleza, el planeta, el sistema solar, la galaxia, el universo, e micro y el macrocosmos.

Axioma 1: Todos los cambios civilizatorios según nos muestra la historia humana, han sido cambios producidos desde abajo hacia arriba, desde lo local a lo global, desde lo singular a lo universal, desde lo concreto a lo abstracto.

Pregunta 1: ¿Qué es más fácil cambiar el subsistema endógeno o el subsistema exógeno, cambiarnos a nosotros mismos o cambiar a otros?

Pregunta 2: Iniciado el cambio, esto es comprometidas nuestra inteligencia o razón, nuestras emociones y sentimientos y nuestra voluntad al cambio deseado, ¿Qué es más fácil cambiar lo más próximo y cercano (La escala humana) o lo más lejano?

Propuesta 3: ¡Hagámoslo!

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.
- Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.
- Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
 - II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
 - III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.
 - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:
 - a) título em português ou espanhol;
 - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
 - c) resumo em português ou espanhol (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *keywords*, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
 - d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - f) referências bibliográficas.
 - II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:
 - a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
 - b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação devidamente assinada pelo autor;
 - c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço duplo;
 - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
 - g) as citações virão entre aspas, em fonte normal (não itálica).
 - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou espanhol, e encaminhados em três vias, com texto rigorosamente corrigido e revisado.
 - IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
 - V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
 - VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado “avessa ao contato com o ser humano”...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e permutas:
Universidade Católica Dom Bosco
Programa de Desenvolvimento Local
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário
Caixa Postal 100
CEP 79117-900 Campo Grande-MS
Fone: (67) 312-3800
e-mail: mdlocal1@ucdb.br